

JANE CUNHA

CABOCLOS
DA SERRA DO
BOTUCARAÍ

*cultura, economia
e sociabilidades*

AC
ACERVUS

JANE CUNHA

CABOCLOS
DA SERRA DO
BOTUCARAÍ:

*cultura, economia
e sociabilidades*



PASSO FUNDO
2022

© 2022, Jane Cunha

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão ortográfica

Vania Maria Barboza

Imagem da Capa

Agricultor aposentado João Pedro Batista Lemes (74 anos),
em sua propriedade em Picada Rosa, Fontoura Xavier/RS.

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)

JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)

ROBERTO GEORG UEBEL (ESPM)

VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P659c Pinto, Jane Cunha
Caboclos da Serra do Botucarai [recurso
eletrônico] : cultura, economia e sociabilidades /
Jane Cunha Pinto. – Passo Fundo: Acervus, 2022.
24 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-99-3.

1. Caboclos (Povo brasileiro) - Alto da Serra do
Botucarai, Região (RS). 2. Cultura. 3. Identidade
social - Fontoura Xavier (RS). 4. Economia agrícola.
I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Biblioteca Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS
NESTA OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Aos meus pais, Olinto (*in memoriam*)
e Terezinha, por contar histórias de
universos, de imaginação e de verdade.

“Se meu destino é cantar, eu canto
Meu mundo é mais que chorar, não choro
A vida é mais do que pranto, é um sonho
Com matizes sonoros
Hay os que cantam desditas de amores
Por conveniência agradando os senhores
Mas os que vivem a cantar sem patrão
Tocam nas cordas do seu coração”

Canto dos livres,
Cenair Maicá (1983).

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. João Carlos Tedesco, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigada por ser este mestre exigente e incansável, obrigada por compartilhar solidária e humildemente seu conhecimento.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Dra. Ironita Policarpo Machado e Prof. Dr. Emerson Neves da Silva, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. À Prof^a Ironita, agradeço ainda pelas salutares e importantes contribuições à dissertação.

À Prof^a Dra. Rosane Marcia Neumann, pelos subsídios prestimosos ao desenvolvimento do trabalho. Aos demais professores e funcionários do PPGH – UPF, pela dedicação e suporte.

Aos colegas mestrandos e doutorandos em História e, em especial à colega Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, sempre pronta a auxiliar a todos.

Ao meu esposo, José, pelo incentivo para que eu siga meus sonhos e prossiga nos estudos. À minha filha Ana Tereza e ao meu filho Otto José, por valorizar o papel do estudo em nossas vidas.

Aos agricultores familiares, tarefeiros de erva-mate, tendeiros do pinhão, professores, irmãos e amigos de Fontoura Xavier. Obrigada por doarem seu tempo ouvindo o que eu tinha a dizer, mas principalmente, deixando-me ouvi-los.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
Dimensões socioculturais do Caboclo.....	23
CAPÍTULO 2	
A Reocupação da Serra do Botucaraí.....	53
CAPÍTULO 3	
Aspectos do município de Fontoura Xavier	95
CAPÍTULO 4	
Trajetórias de vida de Caboclos:	
Dimensões econômicas e socioculturais	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERÊNCIAS	257
APÊNDICE A	
Roteiro de entrevista.....	265

INTRODUÇÃO

O caboclo foi constituindo, ao longo do tempo, preponderância em relação à diversidade de identidades existentes em território nacional, formando, por assim dizer, o centro do que se chama identidade brasileira. Comumente está relacionado ao indivíduo pobre do meio rural, fruto das miscigenações ocorridas entre descendentes de europeus ibéricos com povos autóctones ou, muitas vezes, com descendentes de africanos. Por “caboclos” entende-se que são grupos compostos por pessoas que não são negras, brancas ou índias, mas, sim, mestiças (SILVA, 2016). A mestiçagem no aspecto racial vincula-se às atribuições utilizadas de forma deturpada e preconceituosa para justificar os estereótipos criados para esse grupo. O positivista Nina Rodrigues, em 1894, já nos apontava a condição de mestiçagem relacionada ao caboclo, ao dizer que “todo brasileiro é mestiço, senão no sangue, pelo menos nas ideias” (RODRIGUES, 2011, p.20).

Cabe ressaltar que a história de um agrupamento social não é linear e a história da cultura cabocla tampouco. Ao “caboclo”, invariavelmente pesam algumas representações, que ou tem conotação racial ou vincula-os economicamente à pobreza. Tais representações possuem força no imagi-

nário coletivo, pois invariavelmente imagina-se um determinado tipo humano que não corresponde necessariamente à construção social que dele foi feita, e sim a um estilo de vida, a uma diferenciação, a um jeito de ser, que poderá ser adotado opcionalmente ou não, como modo de vida, por outras pessoas. Portanto, os estereótipos sociais criados para definir os agrupamentos sociais possivelmente não sirvam para definir a inteireza dos seus aspectos culturais. A cultura é o elemento pulsante do tecido social, e a sua identificação é percebida no cotidiano, em como se lidam com as situações, como se compõe as relações, quais hábitos, crenças e valores estão arraigados e compõe o imaginário dos indivíduos.

Neste sentido, o que se propõe neste trabalho é mostrar os desdobramentos para além dessas representações. Pretende-se pesquisar os diferentes estágios por que passam os indivíduos caboclos, desde a preponderância do modo de vida mais rústico¹, até a intersecção entre a rusticidade e a superação destas condições, configurando-se em um meio-termo entre um e outro, ou até mesmo em um estágio diferenciado.

Assim, o problema de pesquisa visa identificar qual é o perfil do caboclo que está presente na região noroeste do Estado do RS, em específico na região Alto da Serra do Botucaraí, município de Fontoura Xavier, em seus aspectos de identidade cultural, envolvendo a propriedade da terra, a etnicidade, as condições de vida presentificadas, os ofícios exercidos, a migração continuada ou temporária para obter os meios de vida, as formas de alimentação e lazer, as relações entre família, vizinhos e compadres, a representação feminina, a relação com a terra e a religiosidade em suas variadas nuanças. Neste sentido, a questão que está posta relaciona-se a diferenciação ou semelhança dos caboclos da Serra do Botucaraí, em relação ao caboclo historicamente constituído.

Para evoluir nas pesquisas relacionadas à cultura deste agrupamento social, este estudo baseia-se no campo da história do tempo presente, visto que as reverberações dos acontecimentos passados ainda ecoam e formam

¹ Para fins deste trabalho, entende-se a “rusticidade” como um modo de ser e agir vinculado à simplicidade, à vida no campo, a inexistência de hábitos citadinos, ao rural. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968), referia-se a um catolicismo rústico no país, ou seja, relacionado ao catolicismo popular praticado no meio rural brasileiro. Antonio Candido (1999) citava o homem rústico e seu modo de falar em oposição ao homem culto da cidade.

a grande teia de pluralidade que atuam na atualidade. Também dialoga com a história social e a história cultural.

Para demonstrar os diferentes modos de existir dos agricultores familiares caboclos, em seus sistemas interiorizados de pensamentos, percepções e ações, dar-se-á prosseguimento à elaboração de uma dissertação que foca a identidade étnica, aspectos históricos, dados econômicos, relações no ambiente familiar e também com a comunidade e percepções e crenças. Busca-se relacionar os valores que são pertinentes à identidade cultural dos pesquisados e, na medida do possível, descrever os obstáculos que os impedem de manifestar sua cultura em plenitude, o modo como se percebem e como percebem o outro, além da sua visão de mundo.

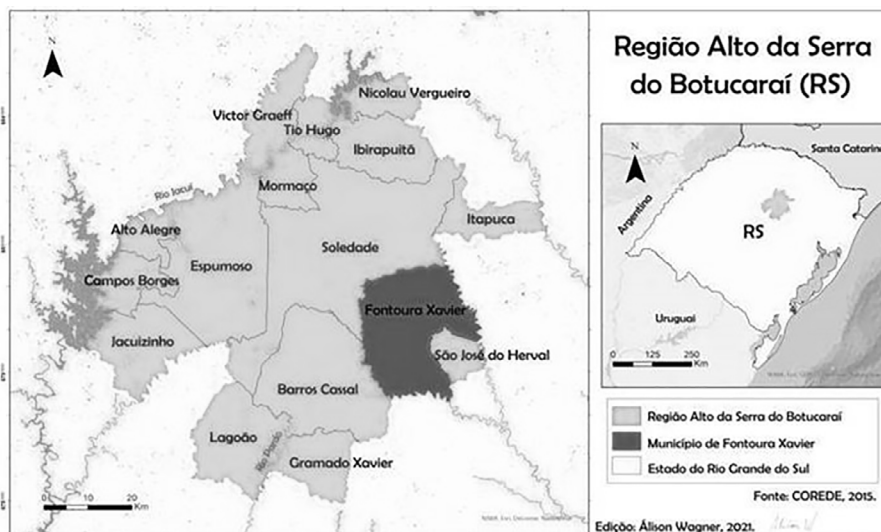
A partir da análise das características apresentadas em cada um dos tópicos pesquisados, será possível correlacionar com as pesquisas que identificam o caboclo comumente descrito historicamente, em sua condição de proprietário de pequenas áreas de terra; etnicamente ligado à mesclagem entre as etnias portuguesa, indígena e africana; vinculado à produção de subsistência e na condição de migrante; com uma religiosidade que se equilibra entre o formalismo católico e o sincretismo; com fortes ligações comunitárias entre os seus e; em uma relação estreita com a terra.

As pesquisas relativas ao caboclo situam-no ou no contexto étnico, ou em contextos que o mostram como parte dos diferentes processos que culminaram na sua expulsão das terras. Nos últimos anos, algumas pesquisas dedicaram atenção aos seus aspectos socioculturais, especialmente à economia de pequena escala ou aos movimentos religiosos que eclodiram no sul do país, entre eles o do Contestado, no Estado de Santa Catarina.

Assim, esta pesquisa se justifica pela importância socialmente relevante de conhecer com mais profundidade o caboclo que está presente no extremo sul do país, em específico na região Alto da Serra do Botucarái, como forma de compreender melhor as travessias e ajustamentos inerentes à essa população.

A escolha da região e, especificamente, do município de Fontoura Xavier ocorreu, primeiramente, pela posição geográfica em que está inserido, fazendo parte das terras que compõem a chamada “região das matas”

do Estado, possuindo como característica geográfica o território montanhoso e irregular. A região das matas tornou-se uma alternativa viável de ocupação para os caboclos após a distribuição das terras planas e de áreas de campo. Tal ocupação não se susteve em muitos locais do Estado devido à chegada dos novos imigrantes, principalmente italianos e alemães, que nessas áreas se instalaram. O mesmo deu-se em Fontoura Xavier, porém permaneceu no local um contingente que compõe a maior parte da população, de descendentes de lusitanos portugueses e povos autóctones, ocupando áreas mais dobradas e compostas de significativo percentual de mata nativa e de área reduzida.



Mapa 1: Região Alto da Serra do Botucaraí e o município de Fontoura Xavier. Fonte: COREDE, 2015, reproduzido e editado por Állison Wagner, 2021.

Em segundo lugar, devido aos diversos fatores presentes na região, os quais sedimentaram sua posição ao longo dos anos como um local empobrecido, onde há carência de investimentos por parte do poder público e poucas oportunidades relacionadas ao empreendedorismo dos próprios agentes locais, o que permitiria permanecer no município e ali desenvolver a força de trabalho. Tais carências ocasionaram o contínuo fluxo migratório para outros municípios que apresentem mais oportunidades.

Dessa forma, a agricultura de subsistência, principalmente de milho e feijão, o extrativismo da erva-mate, a produção de fumo, o comércio de beira de estrada, configuraram-se em alternativas de sobrevivência da maior parte da população, tendo em vista que mais de 60% dos habitantes vivem no meio rural.

Para atingir os propósitos do estudo, utilizam-se fontes bibliográficas que tratam do universo caboclo, dentre as quais, as contribuições de Antonio Candido (2010), Paulo Zarth (2002), Márcio Both da Silva (2016), Arlene Renk (2006), Carlos Rodrigues Brandão (1995), Ellen e Klaas Woortmann (1997), entre diversos outros autores que têm pesquisado este sujeito em suas variadas dimensões. No aspecto regional, por tratar-se do sul do país, utilizam-se os referenciais de Jaci Poli (2014) e Locks (1998). Com relação à sua conceituação na historiografia, autores como Euclides da Cunha (2016), Nina Rodrigues (2011), Monteiro Lobato (2007) e outros. No aspecto do estudo do território objeto da pesquisa, se utilizam as obras de Sérgio da Costa Franco (1975), Helen Ortiz (2006), João Carlos Tedesco (2014) e várias outras contribuições que traçam um panorama da história local.

Dialoga-se com estudos que apontam como se processou a distribuição das terras e, conseqüentemente, a expulsão dos caboclos. Nesse sentido, contribuem as teses e dissertações que compõem rico material produzido no meio acadêmico. A metodologia aplicada na pesquisa norteia-se por dois vieses: o primeiro, procura referendar as muitas fontes bibliográficas que existem e que discorrem sobre o caboclo historicamente; após, busca delimitar a região sul do Brasil, sendo este um eixo geográfico que apresenta aspectos em comum em relação à categoria pesquisada. Adicionalmente, utiliza dados quantitativos e qualitativos relacionados à estrutura fundiária, perfil socioeconômico, dados demográficos, estatísticas gerais e específicas, bem como a utilização das informações disponibilizadas pelo IBGE e Fundação de Economia e Estatística, entre outros órgãos oficiais, que compõem a base de dados a partir dos quais se procederá a análise do perfil regional.

Em um segundo momento, são realizadas entrevistas², diálogos, depoimentos que se revelam um rico material por retratarem o *modus vivendi* do caboclo da região Alto da Serra do Botucaraí, município de Fontoura Xavier. Nestas ocasiões, procurou-se inquirir *in situ* os habitantes da região para obter seus relatos de vida, com os quais será possível identificar os aspectos que possuem em comum e que os ligam de maneira indubitável.

Os sujeitos da coleta de história oral foram ouvidos através de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, aplicadas individualmente a cada um dos pesquisados, constituindo-se em uma amostra intencional³. Para a inclusão na amostra utilizaram-se alguns critérios, entre os quais que os entrevistados residissem no interior do município de Fontoura Xavier ou que mantivessem ligação constante com o meio rural, ou ainda, que atuassem como tendeiros às margens da BR 386; que etnicamente fossem descendentes de luso-portugueses, indígenas ou africanos, não excluindo, no entanto, aqueles indivíduos que foram identificados como parte da comunidade, ainda que descendentes de outras etnias.

Por questões éticas os seus nomes não serão divulgados no escopo deste estudo, embora os mesmos tenham autorizado a divulgação, bem como a utilização de fotografias para tornar mais vívida a reconstituição de suas trajetórias pessoais⁴.

A entrevista é um processo fluídico, dinâmico e que embora tenha um roteiro, prosseguiu de maneira flexível e aberta, onde levantou-se temas para discussão, nos quais os entrevistados demonstravam suas percepções de maneira não engessada ou conduzida pelo entrevistador. Dessa maneira, possibilitou o desenvolvimento dos relatos, conforme os objeti-

² Modelo de entrevista constante do Apêndice A. Este teve como fim apenas nortear os assuntos a serem desenvolvidos junto aos agricultores caboclos e não constituiu-se em um instrumento utilizado para preenchimento.

³ Neste tipo de amostragem, o pesquisador decide quem irá compor a amostra, objetivando selecionar um grupo da população com base nas informações disponíveis, que possa ser representativo de toda a população a qual se almeja estudar. NAGAE, Cátia Yumi. *Amostragem intencional*. USP: dissertação de mestrado em Ciências, 2007.

⁴ Em todas as entrevistas, foi detalhado no contato preliminar os objetivos da pesquisa e apresentado o formulário com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que pudesse ser lido e esclarecidas as dúvidas. Manifestando o aceite em participar da pesquisa, procedeu-se a entrevista. Autorização para realizar a pesquisa sob nº CAAE 40288529.8.0000.5342.

vos da pesquisa, servindo como uma fonte valiosa de informação. Neste trabalho, optamos por uma metodologia de redação, de forma a fazer uma reprodução fiel dos diálogos obtidos.

A análise das respostas aos tópicos desenvolvidos considerou as subjetividades reveladas pelas pessoas sobre os fatos do passado, bem como as peculiaridades narrativas em relação à aspectos da vida e de seus valores e crenças. Utilizou-se para tanto, a metodologia de análise de conteúdo, buscando resgatar elementos significativos para o grupo, e posteriormente criando categorias temáticas em que os temas propostos se incluem.

Em relação à linguagem utilizada, fez-se uma opção em preservar de modo estrito a forma utilizada pelos agricultores para se comunicarem cotidianamente. Entende-se que a norma culta é indispensável e tão importante quanto às variações linguísticas, porém, a linguagem verbal é um fundamental elo de agregação entre os falantes, já que é compartilhada entre todos os sujeitos, atendendo ao pressuposto básico que é comunicar-se de forma eficaz.

Ao transcrever o modo de falar dos agricultores de Fontoura Xavier, pretende-se preservar sua característica histórica e cultural. Possivelmente existam correlações que podem ser feitas com o português arcaico, com a linguagem dos grupos indígenas que habitaram estas terras e também com influências africanas. Nesse sentido, a linguagem dos caboclos é tão mestiça, no sentido de rica, diversa e plural, quanto eles.

Longe de desmerecer os falantes, a forma que adotam para se expressar é entendida como força de sua etnicidade, de sua identidade e de sua cultura. Não se espera que os caboclos de Fontoura Xavier falem conforme a norma culta, algo que destoaria das suas vivências e dos espaços característicos que costumam frequentar. Nesse sentido, entende-se o modo de falar caboclo como expressão de resistência, por isso a necessidade de preservar estas idiosincrasias, as quais não fazem parte de dicionários ou de livros da norma culta, mas que é vivo e pujante entre os seus falantes.

Nesta dissertação foram realizadas entrevistas dentro de uma área de abrangência de aproximadamente sessenta quilômetros, com uma amostragem de agricultores familiares e tendeiros de beira de estrada, escolhidos de maneira não intencional conforme visitas realizadas nas comuni-

dades de origem. O pressuposto básico para a escolha dos entrevistados baseou-se, primeiramente, na atividade que exercem, sendo agricultores familiares residindo no meio rural do município. No entanto, a exceção está em relação aos tendeiros de beira de estrada, que embora não residam no meio rural, descendem dos primeiros caboclos expulsos da terra, agora assentados em áreas públicas às margens da BR 386.

Em seguida, considerou-se a etnicidade como fator de escolha, optando-se por trabalhar com os agricultores que compõem a maior parte da população do município, ou seja, os descendentes de luso-portugueses, miscigenados ou não. Para identificar o gérmen característico da cultura cabocla, no entanto, este não foi um ponto de exclusão, visto que há agricultores que descendem de outras etnias inseridas no universo do caboclo, dos quais pouco ou quase nada sobrou do seu perfil étnico original.

Embora as características da produção por subsistência e da pequena propriedade estejam marcadamente presentes no município, sendo a realidade da maior parte dos pesquisados, não foi utilizada como uma variável excludente. Ou seja, o chamado agricultor “forte”, designado como aquele que possui uma ampla área de terras e que cultiva em larga escala, desde que tenha mantido o *ethos* cultural caboclo, também participa da pesquisa.

Nesse sentido, é importante entender que o identificador da característica cabocla se dá pela própria comunidade, que reconhece através da oralidade, o “agricultor forte”, ainda que em situação econômica diferenciada, como parte do seu grupo. A classificação sugerida por Locks (1998, p. 161-162) é sugestiva para definir o caboclo como parte de um ou outro modo de vida:

Ao meu ver, duas categorias acham-se implicitamente em constante tensão na trilha deste caminho: realço a *persistência* dos traços delineadores das fronteiras entre os dois estilos de vida e a *transição* para a modernização. Há uma tensão que perpassa as relações entre os dois estilos - persistência e transição nos hábitos ou valores.

Assim, identifica-se na comunidade de Fontoura Xavier as diferentes categorias indicadas por Locks (1998), quais sejam, o caboclo de “tradição

cultural”; o caboclo “em trânsito da tradição à modernização” e; aquele que “superou” as condições de vida do caboclo. O espaço urbano fontourense, aqui já referido como “centro”, não foi objeto desta pesquisa por estar fora da delimitação que caracteriza o “rural”.

Os depoimentos dos falantes não obedeceram necessariamente a ordem das perguntas constantes no questionário prévio de entrevista, pois o processo foi conduzido de forma a facilitar e do modo que os falantes mais se sentiram à vontade para se expressar. Assim, os relatos foram apositos no trabalho conforme o tema em discussão, e não conforme a ordem em que abordou-se o assunto durante as entrevistas. Optou-se por não se transcrever no trabalho as perguntas realizadas aos entrevistados, evitando dar um engessamento que julga-se desnecessário ao texto, já que estas objetivavam apenas oferecer um norte ao incitar a fala dos sujeitos. Quanto à identificação dos entrevistados, adotou-se o critério de usar apenas suas iniciais. De modo análogo, nas fotografias, embora seja feita a utilização da imagem, optou-se pela não aposição de nomes.

A pesquisa foi realizada em diferentes locais, a saber: “Picada Rosa”, que recebeu essa nomenclatura por conter famílias com o sobrenome “Rosa”; “Picada Casagrande”, devido ao sobrenome do maior proprietário de terras local e também da ervateira de mesmo nome, onde alguns caboclos trabalhavam como tarefeiros de erva-mate, ou no “soque”, como dizem; “Água Azul”, chamada assim por ter fontes de água azulada em meio a uma grande área de mata atlântica; “Picada Silveira”, por referir-se à família Silveira, que por primeiro habitou no local; “Pedra Branca”, uma das localidades mais ermas e longínquas, na divisa com Arvorezinha e outros municípios de serra, com grandes paredões de pedra e abundante área de florestas, dependente das condições do rio Forqueta, um dos principais integrantes da bacia do rio Taquari.

A pesquisa também se realizou em “Campo Novo”, o principal e mais próspero distrito do município, no qual, conforme Ortiz (2008), por volta da década de 1920, os fazendeiros dos campos de Soledade participavam ativamente dos problemas políticos do Rio Grande do Sul e do país, sendo comuns os desentendimentos e verdadeiras revoluções contra e a favor dos governantes, muitas vezes necessitando se esconder e levando junto

também tropas de cavalos, chegando, em determinadas épocas do ano, a abrir roças e fazer a colheita. Essas andanças tinham como ponto de partida o fim dos campos e ao mesmo tempo a porta de entrada de uma imensa mata incorporada ao vale do rio Taquari. Após, passou a ser um lugar de passagem e pouso obrigatório para quem transitava entre os campos de Soledade e os vales e montanhas do rio Forqueta e do rio Pedras Brancas. Devido a essas condições, esse pedaço de campo e árvores de guamirim passou a ser conhecido pelos fazendeiros, tropeiros, revolucionários, imigrantes, agricultores e políticos, destacando-se no município.

Para alcançar o propósito de definir os traços que compõem a identidade cabocla na região, a dissertação se constitui de três capítulos. O primeiro concentra as diferentes acepções de etnicidade, cultura e identidade, traçando um paralelo com as mudanças que esses conceitos tiveram ao longo do tempo relacionados ao universo caboclo. Nesse sentido, retrata-se a visão positivista que norteou o pensamento brasileiro durante um longo período em relação aos preconceitos de origem racial, em especial. Busca também analisar de forma breve o caboclo no Rio Grande do Sul, com enfoque na sua identificação, propriedade da terra e formas socioeconômicas que se constituíram. Culturalmente, busca-se situá-lo, já que “caboclo” não é sua autoidentificação e os nomes que lhe são atribuídos parecem carregar uma conotação pejorativa, pois:

Os nomes antes costumeiros entre todos são agora desqualificadores: “sertanejo”, “caipira”, “roceiro”. Até mesmo os que ainda não o são tem cada vez mais entre todos um sabor de passado vencido, ainda que se corrija o “situante” para a forma erudita: “sitiente e se promova a “lavrador”, a “agricultor”, a “criador”. (BRANDÃO, 1995, p. 116).

O capítulo tem grande importância no conjunto da dissertação, visto que é fundamental entender as construções históricas relacionadas ao indivíduo caboclo, já que ele não está isolado na história, mas faz parte de um conjunto de circunstâncias que interferem e moldam a sua existência. Nesse sentido, estudar as diferentes visões sobre o tema, torna-se fundamental.

O segundo capítulo propõe fazer um breve retrospecto da ocupação do Rio Grande do Sul, primeiramente pelos povos autóctones, depois pela presença jesuítica, com a constituição e a extinção das reduções, a presença da colonização luso portuguesa, finalizando com a chegada dos novos imigrantes europeus. Propõe, na sequência, fazer um apanhado dos principais acontecimentos que caracterizam a região Alto da Serra do Botucarái, quando compunha o antigo município de Soledade. Inclui ainda uma revisão bibliográfica dos acontecimentos ocorridos por ocasião do “Massacre dos Monges Barbudos” ou “massacre do fundão”, movimento messiânico oriundo da população cabocla, o qual foi duramente reprimido.

No terceiro capítulo aborda alguns aspectos socioeconômicos que vão auxiliar a delinear de maneira mais abrangente o perfil da região. Esta análise focada contribui para todo o conjunto da dissertação ao situar o caboclo não apenas como parte do país e do estado e por consequência sofrendo a ação dos fatos nele ocorridos, mas também como parte do pequeno mundo local, com suas teias interagindo com o todo. Também entra na especificidade do município de Fontoura Xavier, com informações históricas, procedendo uma análise tanto quantitativa e qualitativa sobre as informações relativas ao território. O aprofundamento dos estudos ocorre sobre três formas econômicas características do local, quais sejam, a plantação de erva-mate, o cultivo de fumo e o comércio dos tendeiros de beira de estrada, tentando entender a relação existente entre essas atividades e a ocupação cabocla.

O quarto capítulo busca uma aproximação com o sujeito pesquisado, a qual se dá através de entrevistas, relatos de vida e observações realizadas junto aos agricultores familiares e tendeiros do município de Fontoura Xavier. Para compor o capítulo, optou-se por trabalhar com questões semiestruturadas e abertas, elaboradas previamente e que foram aplicadas a uma amostragem de indivíduos caboclos. A partir dos questionamentos realizados, busca-se informações sobre os hábitos de vida, os valores, a economia, a relação com a terra, a religiosidade, as formas de agregação familiar e compadrio, entre outras observações, que procuram compor um panorama geral, que se constituem numa referência para entender esse modo de vida. Após a obtenção das informações se procede a análise da

seguinte forma: 1) expondo os relatos de vida e as respostas aos questionamentos realizados, de acordo com os tópicos abordados e; 2) no retorno às fontes bibliográficas, para entender e comparar o material obtido com as fontes presentes nos estudos já existentes.

A partir dessas colocações, a pesquisa busca conhecer de forma mais detalhada os caboclos de Fontoura Xavier. Para isto, procurou ouvir os relatos de vida desses homens e mulheres, os quais foram obtidos através de entrevistas e diálogos. A temática constante nos relatos tem referência com a etnicidade e com o trinômio terra – trabalho – família, pois conforme apontado por Woortmann e Wootmann (1997, p. 17), “para os sitiantes, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar dos outros”.

Durante as entrevistas, buscaram-se por elementos que trouxessem à luz o *modus vivendi* da comunidade em relação às expressões culturais, bem como ao enfrentamento das condições de vida que estão colocadas ao grupo.

De modo geral, as comunidades formam um padrão que nas áreas rurais, é composto das casas de moradia, da escola ou grupo escolar, da igreja e também de um pequeno cemitério, geralmente localizado mais afastado da comunidade ou, às vezes, no pátio da igreja. Os espaços de convivência comunitária têm papel fundamental, já que representam oportunidades de acesso à educação, lazer, ritualização das crenças, bem como prestam serviços descentralizados da sede do município. As igrejas estão localizadas na própria comunidade, sendo muitas vezes construída pelos próprios fiéis, com o padre presente apenas eventualmente. A frequência na igreja matriz do município, está mais circunscrita aos “grandes” ou “fortes” e a quem mora no espaço urbano.

As relações de parentesco compõem um emaranhado de nomes e sobrenomes que envolvem múltiplas famílias. À primeira vista, todos parecem ser parentes de todos, em uma sucessão de primos de primeiro, segundo, terceiro e quarto graus. As relações de parentesco são amplas, pois não incluem apenas o indivíduo, mas toda a sua ascendência. Emblemático é o parentesco entre F.J.C e L.S.S., existente e muito considerado, pois L.S.S. é filha do tio-avô da mãe de F.J.C., ou seja, parente em quarto

grau de T.M.C. No entanto, F.J.C. e L.S.S. tratam-se como parentes muito próximos, pois “*possuímo o mesmo sangue*”.

Uma pessoa é reconhecida como cabocla, no sentido de possuir um sobrenome de origem portuguesa, como Ferreira, Cunha, Martins, Rosa, Rodrigues, Pinheiro, Silva, Moreira, Nascimento, entre vários outros. Quando ocorrem casamentos interétnicos e o cônjuge passa a assumir o sobrenome português, caso mais comum entre as mulheres, o que passa a identificá-lo como membro do grupo, é o sobrenome do marido.

Infelizmente, devido às limitações impostas pelo tempo e pela pandemia de Covid 19, não foi possível nos estendermos em assuntos que consideramos importantes no âmbito das populações caboclas, como as questões de honra ou as práticas cotidianas envolvendo as regras de comportamento para mulheres e homens, citando exemplarmente.

Sendo assim, o capítulo tem o ponto focal da dissertação, pois através do olhar interessado do pesquisador será possível diminuir a “perplexidade” diante do culturalmente diferente ou daqueles aspectos em que ocorre “identificação”, efetuando uma exposição dos diferentes modos de vida presentes nessa comunidade. O trabalho será finalizado com os resultados obtidos na pesquisa e que pretendem demonstrar a existência deste núcleo caboclo no município de Fontoura Xavier e como o mesmo se estruturou.

Neste trabalho entendemos que o caboclo presente na região estudada possui vinculações profundas com o caboclo histórico, sendo o resultado das mudanças econômicas e sociais que se impuseram à região, principalmente aquelas relacionadas à concentração fundiária, e conseqüente conflitos que envolveram a posse da terra, através da perda dos espaços onde se possibilitava praticar a coleta e extrativismo vegetal. Estas mudanças no território, ocorridas principalmente no século XIX, resultaram na condição atual em que atualmente se encontram estes sujeitos.

Entendo que não seja possível definir a cultura cabocla em sua inteireza, tamanha a magnitude das variáveis existentes, no entanto, em relação aos caboclos de Fontoura Xavier pode-se afirmar que certas características estão presentes, tais como, a vinculação aos espaços rurais e com a terra, a profunda religiosidade, as relações próximas com o núcleo familiar mas extensivas também aos compadres e vizinhos, a economia baseada na

subsistência e a necessidade de migrações para centros urbanos maiores a fim de garantir o sustento familiar, entre outros aspectos que o tornam ao mesmo tempo, muito semelhante aos outros caboclos brasileiros, mas que por outro lado, mantém as suas especificidades, principalmente em função do território que habitam.

CAPÍTULO 1

Dimensões socioculturais do Caboclo

O indivíduo caboclo, ao longo do tempo, foi constituindo preponderância em relação à diversidade de identidades existentes no território nacional, formando, por assim dizer, o centro ou o cerne do que se chama identidade brasileira. Sua característica calca-se na mestiçagem, que traz consigo uma variada pluralidade cultural. O positivista Nina Rodrigues, em 1894, já nos apontava esta condição ao dizer que “todo brasileiro é mestiço, senão no sangue, pelo menos nas ideias” (RODRIGUES, 2011, p.20).

A partir disso, este capítulo procura focar as representações constituídas ao longo do tempo sobre o caboclo, sendo que primeiramente realiza uma reflexão sobre as acepções a que a expressão está vinculada, especialmente no tocante aos tipos humanos aos quais se relaciona nos diferentes espaços geográficos do país, preservando, no entanto, a particularidade do rural, do contato com a terra. Busca-se compreender a relação existente entre os conceitos raciais, principalmente aqueles derivados do pensamento positivista, os quais atribuem à mestiçagem certas visões estereotipadas que acabam por influenciar os conceitos sobre o caboclo e que ainda estão presentes na sociedade.

Em relação às particularidades culturais destes sujeitos, às quais destacam-se e os marginalizam quando em contraposição às outras etnias, percebe-se o caboclo como um indivíduo em permanente transformação, em uma cultura que se desenha de forma não homogênea e em um processo constante de busca de inserção social. Historicamente, o indivíduo que precisa mover-se para enfrentar os desafios que lhe são postos, o caboclo já foi o “homem vago”, empregando-se de estância em estância; o posseiro desalojado pelas companhias colonizadoras; o camponês empurrado para as áreas mais baldias da região das matas do Estado do Rio Grande do Sul; o ervateiro; entre tantas outras situações. Este olhar para os diferentes modos de vida a que se adaptou, traz à tona o sujeito histórico em sua caminhada para persistir no território.

A importância para a problemática estudada é fundamental, visto que os aspectos socioculturais do caboclo precisam ser delineados a partir das construções históricas propagadas por ideologias raciais, econômicas e culturais, as quais o situam em um contexto excludente, ele próprio como indivíduo excluído. Soma-se a isto a importância para o conjunto da dissertação em identificá-lo no território sulino, a partir das posições e dos ofícios que ocupava. Estas informações serão úteis para compor a análise do perfil caboclo que foi delineado na região Alto da Serra do Botucaraí, e que constitui-se no objetivo desta dissertação.

A representação social do caboclo: um termo e muitos significados

O termo “caboclo” relaciona-se ao mundo rural brasileiro, no entanto, conforme o local a que se refere, a mesma palavra apresenta diferentes significações. O vocábulo assumiu amplitude para designar o brasileiro miscigenado vinculado à terra de norte a sul do país, o que gerou certa confusão quanto aos usos dessa palavra. Alguns autores preferem utilizar o termo “brasileiro” ao invés de caboclo, já que este último vem, invariavelmente associado a conteúdo discriminatório. Assim, Renk (1997,

p. 14, *apud* MARTINS; WELTER, 2006, p. 142) justifica sua opção no sentido de usar uma tipificação que considera não excludente, esclarecendo que para o caboclo “*brasileiro* é sua auto identificação”. Por outro lado, alguns autores acreditam que a utilização do termo caboclo serve como um reforço positivo da autoestima do grupo e, como tal, seu uso deve ser mantido (MARTINS; WELTER, 2006).

No que se refere à representação existente no imaginário coletivo brasileiro, o caboclo está presente como o homem de pés no chão, picando fumo, descansando em uma cadeira de palha ou na soleira da porta, com hábitos muito rústicos e avesso ao contato da civilização. Essa representação apresenta variações conforme o seu local de procedência, acrescentando-lhe peculiaridades regionais, como é o caso do caboclo sulino, que também está associado à imagem do cigarro de palheiro e do chimarrão, ou ainda, como o peão de estância. Até os anos oitocentos era visto como “o homem solto”, ou homem vago, que estaria de estância em estância, empregando-se em atividades relacionadas ao gado (FARINATTI, 2008, p. 360), e que se romantizou na representação imagética do gaúcho campeiro.

No Estado de São Paulo, em particular em alguns espaços interiores do meio rural, a expressão “caboclo” transformou-se na terminologia “caipira”, a qual, na visão de Antonio Candido ao tratar do tema na obra *Parceiros do Rio Bonito*, julgou mais adequada para fugir das ambiguidades, já que “exprime desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial” (CANDIDO, 2010, p. 27). Conforme Candido, o uso das expressões “caipira branco”, “caipira caboclo”, “caipira preto”, “caipira mulato”, é a maneira correta de usar os termos, pois sugere a incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo (CANDIDO, 2010, p. 27). Esse conjunto de diferentes indivíduos moldou-se em um todo que, culturalmente, compõe certa homogeneidade da qual resultou o “acaboclamento” ou a “acaipiração” de São Paulo, especialmente nos espaços rurais.

No Estado do Amazonas, em particular nas lides extrativistas, os caboclos “estão classificados variavelmente como camponeses, extratores, povo rústico e descendentes miscigenados de europeus, indígenas e africanos” (PACE, 2006). Também foram retratados como os moradores de

ilhas e várzea ou como seringueiros. De forma contraditória, denotando a não identificação com a terminologia, os seringueiros ao serem perguntados sobre os caboclos, os denominaram como índios das cabeceiras dos afluentes do rio Amazonas (MARQUES, 2007).

Já os caboclos do sertão nordestino são conhecidos como “cabras”, “vaqueiros” ou “jagunços”. Euclides da Cunha (1866-1909), ao falar do caboclo do sertão, ressalta que se trata de “uma “raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises” (CUNHA, 2016, p. 134). Para o autor, “o sertanejo é antes de tudo, um forte”, além de ser “desgracioso, desengonçado, torto”, aparentemente apresenta-se como “o homem permanentemente fatigado”, no entanto, “esta aparência de cansaço ilude” (CUNHA, 2016, p. 146). A obra “*Os sertões*” expõe o caboclo sertanejo como um indivíduo resistente ao meio inclemente e que desenvolveu um modo próprio de ser, intercalando longos períodos de apatia com desdobramentos extremos de força e agilidade.

A nomenclatura “caboclo” possui um amplo espectro de significados, nem todos correspondendo exatamente às definições que academicamente se fazem da palavra. Silva (2016) esclarece que os termos relacionados ao caboclo, que em certas situações parecem adequados, tornam-se escorregadios ao se pensar em outros momentos, pois “alguns tem significado regional bastante preciso (caipira para sudeste e cabra para o nordeste), portanto é difícil aplicá-los fora do seu contexto” (SILVA, 2016, p.109). Com relação aos estados da região Sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul -, ocorre uma tendência em adotar a expressão pelas populações de descendentes de imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, em relação aqueles que não fazem parte de sua comunidade.

No Sul do Brasil, até meados da década de 1980, a palavra “lavrador” foi bastante utilizada como auto identificação do grupo e compõe os documentos oficiais, principalmente aqueles mais antigos que tratam do caboclo. Por sua vez, nos trabalhos acadêmicos muitas vezes aparecem as terminologias “lavrador pobre” ou “nacionais”. Zarth (2002) adota a expressão “lavradores nacionais pobres”, a qual julgamos mais adequada ao referir-se ao século XIX. Atualmente, a palavra “lavrador” encontra-se

em desuso, tendo sido substituída por outras definições, como agricultor, pequeno agricultor, camponês, agricultor familiar, colono, entre outras variações, possivelmente devido as alterações na forma de lidar com a terra, como, por exemplo, a substituição do arado à junta de bois por instrumentos mecanizados. Aspectos como diversidade, especificidade conceitual do sujeito em seu contexto, dificuldade de dar-lhe uma unidade, de defini-lo genericamente, ainda que estejam presentes em todo o território nacional, são desafios que se impõem nas pesquisas relativas ao caboclo.

A forma de lidar com a natureza, o modo de expressar sua fé e religiosidade e o tipo de relações que constroem com a sociedade como um todo, são particularidades que compõem o acervo que é característico desta cultura.

A mestiçagem vista como um atributo negativo

Sendo fruto de miscigenações, o caboclo corresponde etnicamente ao mestiço, quenno Brasil compõe a maioria da população e, conforme Nina Rodrigues (2011), compreende os mulatos, resultantes do cruzamento do branco com o negro; os mamelucos, também chamados caboclos, que são resultado do cruzamento do branco com o índio, mais numerosos na região Norte do Brasil; os curibocas ou cafuzos, que são resultantes do cruzamento do negro com o índio, e os pardos, cruzamento das três raças e provenientes principalmente do cruzamento do mulato com o índio ou com os mamelucos caboclos.

Este mestiço, que, no caso de uma mistura equivalente das três raças, devia ser o produto brasileiro por excelência, é muito mais numeroso do que realmente se supõe. [...] mesmo naquele ponto em que predominou o cruzamento luso-africano, [...] os caracteres antropológicos do índio se revelam a cada passo nos mestiços (RODRIGUES, 2011, p. 32).

O vocábulo¹ tem origem indígena e designa o “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), com pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos”, ou habitante do sertão, com modos desconfiados e retraídos (SILVA, 2016, p. 111).

O discurso da superioridade racial branca em relação aos povos ameríndios originais foi sendo construído através da comparação europeu-branco-civilizado em contraposição ao ameríndio-não-branco-selvagem, lógica que engloba índios, negros e mestiços. O branco liga-se ao humano, o não branco não possui o *status* de humano, pairando em uma subcategoria que se aproxima mais a um animal irracional.

A eugenia como ciência buscava a compreensão das leis da hereditariedade humana e, enquanto movimento social se preocupava em promover casamentos entre determinados grupos, desencorajando uniões consideradas indesejáveis (RANGEL, 2015, p. 5).

Neste sentido, o caboclo, fruto da mestiçagem entre branco (raça pura) e índio ou negro (raças impuras), está associado a uma degeneração da raça humana, incapaz de produzir desenvolvimento, e a uma cultura inferior, neste sentido “A questão racial tornou-se tão forte em fins do século XIX, que se acreditava que com a entrada maciça de imigrantes europeus no país a população brasileira, ao longo dos anos, iria se embranquecer” (RANGEL, 2015, p. 6).

Essa exclusão do índio, negro e mestiço possivelmente deva-se ao estranhamento que o europeu sentiu à presença de indivíduos diversos, no sentido de não similares, opostos e até mesmo percebidos como antagônicos a si, em um território diferente, na perspectiva de ambiente não conhecido ou do qual ainda não se apropriou. Dessa forma, o mestiço tornou-se um excluído, pois não conseguia atingir as expectativas culturais

¹ A etimologia da palavra “caboclo”, conforme descrito no *Dicionário Aurélio*, procede do tupi *ka-ri'boka*, que significa “procedente do branco”, ou ainda, do termo tupi, *kuriboka*, que inicialmente designava “filho de índio com africana”. A origem da palavra também pode estar relacionada ao termo tupi *caa-boc*, que significa “o que vem da floresta” (LIMA *apud* GODOY, 2017, p. 20).

do homem branco, por um lado e por outro, não era inteiramente índio ou inteiramente negro para assumir na totalidade essas culturas:

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos (RODRIGUES, 2011, p. 5).

O positivismo², que chegou ao Brasil na passagem do século XIX para o século XX, com seus princípios cientificistas e racistas, que foram desdobramentos da doutrina colonialista sobre as nações periféricas, contribuiu fortemente para a propagação de ideias excludentes. Conforme aponta Rodrigues (2011, p.20) “a prima face, pode-se distinguir na população brasileira atual uma grande maioria de mestiços em graus muito variados de cruzamento, e uma minoria de elementos antropológicos puros não cruzados”.

O movimento positivista fazia associações entre meio, raça e caráter, atribuindo ao branco, negro e índio estereótipos comportamentais, o que serviu para justificar a dominação do capitalismo europeu sobre os continentes de maioria não brancos (LOPEZ, 1995).

Ao branco associava-se o comportamento especulativo, ou seja, empreendedor, corajoso, sempre em busca de novos desafios e pronto para perpetuar a prosperidade. Assim é que se construiu a representação do europeu, um descobridor de novos mundos, não conformista e que acreditava ter para si a tarefa de trazer o desenvolvimento, especialmente aos povos incultos, ou seja, tinha a “missão civilizadora” que não poderia estar presente, exceto em uma raça superior. Na América Latina, esse objetivo

² O positivismo é uma corrente filosófica surgida na França no começo do século XIX. Seus principais idealizadores foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. No Brasil dividiu-se em duas correntes de pensamento, a dos ortodoxos ligados à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (IPB), exemplos de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, e nos heterodoxos, dos quais algumas figuras representativas são Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Luís Pereira Barreto, Júlio de Castilhos, V. Licínio Cardoso, Ivan Lins, Paulo Carneiro, entre outros (LACERDA, 2017).

deu-se de forma subjacente, na África ocorreu de forma ostensiva, o que resultou na apreensão de um contingente numeroso de pessoas escravizadas.

As concepções dos positivistas permearam todo o pensamento que se produzia sobre o Brasil, com ênfase no meio ambiente, raça e momento histórico. Nesse sentido, os fatores climáticos foram creditados como um dos grandes determinantes para o caráter preguiçoso do homem brasileiro. Lopez (1995, p. 66) relata as crenças então difundidas:

[...] o clima quente tem terríveis efeitos no corpo humano, produzindo (como ocorreu entre os índios) fraqueza, prostração, relaxamento, indolência, dispersão mental, nervosismo, passionalidade, luxúria, despudor e ociosidade, tudo isso agravado por alimentação inadequada.

Neste texto há um somatório de qualidades negativas relacionadas ao brasileiro, a começar por sua indolência, seguida da tendência à violência, à exacerbação da sexualidade, finalizando com uma crítica à alimentação do indígena, considerada inadequada, e causando todos esses males, um clima proveniente de um meio geográfico inferior. Percebe-se que a ideologia dominante em relação ao país era de que o meio suplantou as tentativas de elevação moral do homem e, assim, a sociedade permaneceu inculta, ignorante e bárbara.

Para DaMatta (2010, p. 30), esse esquema evolucionário, em realidade, é simplista, pois situa os sistemas sociais em escalas de “atraso” e “progresso”, colocando sempre o sistema do “homem branco” em termos de maior complexidade, mais adiantado e que detém o “direito sagrado (dado pelo tempo histórico legitimador) de espoliar, explorar e destruir, tudo em nome do processo civilizatório”.

Euclides da Cunha³ (2016), em sua obra-prima, *Os sertões*, possivelmente tenha feito um dos retratos mais fiéis que compõe a literatura brasileira referente ao caboclo sertanejo, porém, sendo fruto de sua época,

³ Euclides da Cunha (2016) credita ao meio inóspito em que o sertanejo vive a moldura de características que o diferenciam dos demais sujeitos miscigenados. Em seu pensamento, a mestiçagem é forjada por um conjunto de tal magnitude de necessidades que torna esse mestiço uma espécie diferenciada qualitativamente em relação aos demais mestiços, pois o meio rude e inclemente referenda suas qualidades.

também caiu em análises típicas da doutrina positivista ao se referir às debilidades advindas da mestiçagem:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso [...]. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 2016, p. 141).

Para os positivistas, “devido à superioridade étnica, é justo que o branco tenha a propriedade da terra, como também é justo que a essa propriedade estejam ligados os direitos políticos” (LOPEZ, 1995, p. 78). Ao falar do mestiço brasileiro, positivistas acreditavam que o problema era conter a presença de elementos de raças inferiores no sangue, que com o passar do tempo haveria uma depuração, permanecendo apenas os superiores, havendo ao final desse processo, uma raça que constituiria a identidade nacional (LOPEZ, 1995).

Algumas referências sobre as características da mestiçagem no sul do Brasil dão uma ideia de como se enxergava a situação no Estado do Rio Grande do Sul tendo em vista a sua diferenciação em relação ao restante do país. Tal situação parece conduzir a pensar que o desaparecimento do elemento autóctone, bem como a pouca miscigenação entre brancos e negros ou brancos e índios, seria visto como uma qualidade:

Do Rio Grande do Sul, escreveu o Dr. Sylvio Romero (Estudos de literatura contemporânea, Rio de Janeiro, 1885), o índio quase tem desaparecido, mas ali o branco predomina. A mestiçagem com o negro é escassa e com o índio ainda mais. Esta província será sempre uma exceção etimológica em nosso país (RODRIGUES, 2011, p. 34).

E logo em seguida dá uma breve ideia de quais poderiam ser os motivos da tendência separatista da região Sul do Brasil, movimento que ainda hoje se mantém mesmo que de maneira isolada:

Se o não fizerem (a distribuição dos imigrantes por igual), as três províncias do extremo sul terão em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável (RODRIGUES, 2011, p. 37).

O modo de enxergar o Brasil como uma singular composição de três raças, lideradas pela branca e tendo na base o negro e o indígena, é o que DaMatta (2010) denominou de “racismo à brasileira”, ou seja, uma ideologia que permite conciliar os impulsos contraditórios de nossa sociedade sem que haja transformações profundas.

Considerado entre os grandes escritores brasileiros, Monteiro Lobato (1882-1948) ajudou a perpetuar os preconceitos da elite latifundiária e intelectual de sua época. A ignorância e as mazelas que afligem o caboclo foram utilizadas como artifício contra o próprio caboclo no sentido de desqualificá-lo, ao ponto de reduzi-lo ao qualificativo de parasita, numa linguagem que busca torná-lo o próprio culpado de toda a sua situação.

Nesse sentido, a sua vinculação com a terra e a forma predatória e indiscriminada de lidar com o meio natural foram largamente exploradas por Monteiro Lobato que, ao falar sobre as queimadas em seus roçados, amplamente utilizadas pelo caboclo paulista no início do século XX e períodos anteriores, expressou sua revolta com esse costume que considerou prejudicial.

Em um trecho de seu livro *Urupês* deixa claro a premente situação do caboclo como aquele que está sempre em busca de um espaço para si e sua família. Qualifica-o como um parasita, pois vai despojando a terra da sua vegetação até restar desnudada:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio [...]. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, 2007, p. 161).

No contexto apresentado por Lobato, o caboclo, além de ser acusado de viver à margem (como se lhe sobrasse lugares melhores nos quais seria plenamente aceito), é tido também como um parasita, já que somente se apropria do que a terra oferece e não produz nada em troca, ou seja, não produz excedentes comercializáveis. As culturas de subsistência, a pequena propriedade, a pobreza, refletem-se na ausência de qualidades empreendedoras, o que o impede de prosperar.

Em outro estrato, Lobato faz uma analogia à matemática para demonstrar em que grau de improdutividade e preguiça o caboclo incorre:

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cincoenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. “Dando para passar fome”, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro (LOBATO, 2007, p. 164).

Se o caboclo foi taxado de violento, preguiçoso, degenerado e ignorante, além de ser incapaz de propiciar por seu trabalho as condições necessárias para o desenvolvimento da nação (SILVA, 2016), certamente esse discurso repetido incessantemente acabe por ser apropriado pela população que dele faz uso, a fim de discriminar grupos considerados inferiores, ou para enaltecer ainda mais as qualidades daqueles grupos considerados superiores.

Dessa forma torna-se um desprestígio fazer parte do grupo ao qual tais características estão anexadas, portanto, de caboclo diz-se somente dos outros, nunca de si mesmo. O discurso que vem implícito na utilização da palavra caboclo é utilizado para qualificar o outro, normalmente pessoa pobre e sem instrução, mas nunca a si próprio.

A visão pessimista que durante muito tempo determinou o pensamento a respeito do brasileiro, ao ele próprio atribuir-se características negativas e estereotipadas, endêmicas e naturalizadas, podem ser fruto em grande parte do colonialismo do país. Desta maneira, retrata-se o homem

brasileiro como resultado de uma mestiçagem que culminou numa raça inferior e sem qualidades para gerar o desenvolvimento.

Somente a partir das ideias de Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, é que há uma nova visão racial do país, onde o brasileiro é visto como portador de características únicas em uma nação tropical. Para Freyre (2013), a miscigenação de seu povo não é um problema, mas uma vantagem que o país teria em relação às outras nações. A chamada “democracia racial” proposta por Freyre, embora apresentasse certos conceitos historicamente já refutados, tem a mestiçagem como a saída para a evolução social. O brasileiro poderia, a partir de então, passar a ter um sentimento ufanista em relação à sua etnicidade e a sua pátria. No entanto, Lopez (1985, p. 19) salienta:

Os defensores da natureza “pacifista e cordial” do povo brasileiro, [...], apreciam dizer que o Brasil foi o berço da “democracia racial” e que a cultura brasileira é resultado da “harmonização” da tríplice herança indígena, negra e europeia. Esta afirmação mistifica uma verdade básica: o sistema de dominação em que se fundamentou a colonização e que certamente se produziu também a nível cultural.

Na visão reducionista, a composição de raças impressa em cada indivíduo seria o pressuposto básico para referendar a crença em raças superiores e inferiores e legitimar os preconceitos que são inerentes a não compreensão da diferenciação. Tais diferenciações obedecem não apenas a um fator, mas à inúmeras variáveis, muitas vezes ainda não bem compreendidas.

Corroboro com Locks (1998, p. 82), que enfaticamente frisa de que “não se pode estabelecer uma relação entre raças e características psicológicas, pois estas resultam, não da raça, mas da cultura”. Dessa forma, entende-se que a cultura é o catalisador das diferenças existentes entre grupos ou sociedades e que compõe um mosaico a ser conhecido, para ser valorizado.

Pobre e sem cultura

Múltiplos conceitos emergiram sobre o Brasil e o brasileiro entre os grandes intelectuais estudiosos da cultura nacional no século XX. No imenso espaço brasileiro, cada segmento oferece um mundo à parte que pode ser esmiuçado. Assim, ao falar da identidade brasileira, percebe-se a essência do brasileiro presente em suas festas tradicionais, como o carnaval ou a celebração de rituais. Outros falam da alimentação particularizada. O espaço geográfico atua como um delimitador do tipo de cultura que se produz, como a urbana, litoral, norte, nordeste, oeste. Assim, o “sertão” no sentido de lugares afastados, do rural, do Brasil interior, também está presente, entre tantas especificidades regionais. Conforme Oliven (1990, p. 428):

[...] a constatação de que o Brasil tem múltiplas faces remete a questão da diversidade cultural em um país de dimensões continentais. É quando o Brasil efetivamente construiu o que os modernistas chamavam de *brasilidade*, que a questão regional se repõe em um novo patamar.

Essa flexibilização no tratamento a respeito da cultura do brasileiro depara-se com os entraves naturais que essa cultura expõe. Neste sentido, o brasileiro caboclo, fruto das miscigenações ocorridas, é apresentado como inferiorizado cultural e economicamente em diversas referências a seu respeito, principalmente em comparação ao imigrante europeu que vem para o Brasil.

Willems (2009), em sua obra produzida originalmente em 1944, define que os padrões culturais que o caboclo apresenta “são menos desenvolvidos em relação aos imigrantes”, por consequência do ajustamento ao meio. Para ele, os caboclos “vivem de uma maneira julgada indigna e desprezível. Acha-se que deviam trabalhar e produzir mais e melhor, que deviam adubar suas roças, usar sabão, escola, parteira, farmácia e médico” (WILLEMS, 2009, p. 188).

Para Waibel (1958), o camponês nacional pobre é portador de um modo de vida cuja principal característica é a sua “inferioridade técnica e intelectual em relação ao camponês europeu”:

Bem diferente é a situação no Brasil. Aqui o sistema da queimada e da rotação de terras tornou-se não apenas um fenômeno transitório, mas uma situação permanente. Em combinação com o igualmente primitivo sistema da criação de gado, isto teve como consequência um escasso povoamento em grande parte do interior do Brasil, por uma população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo. Isto, exatamente, é o sertão com os seus caboclos, que produzem apenas o suficiente para suprir as suas insignificantes necessidades (WAIBEL, 1958, p. 298).

Como resultado dessa pobreza cultural, que estaria atrelada à pobreza econômica, as situações de violência também se disseminaram entre os caboclos. A preguiça ou vadiagem, os maus hábitos e a falta de educação são tidos como motivos para a prática da violência. Silva (2016), no entanto, salienta que essa caracterização da violência vinculada em maior quantidade aos caboclos pobres não necessariamente se comprova, visto que sempre existiu carência de registros fidedignos nesse sentido. Acrescenta-se também que a culpabilidade é preferencialmente atribuída aos estratos mais fragilizados da população em razão dos preconceitos existentes.

Para o pesquisador, a violência pode estar associada à ausência de Estado, o qual abre brechas para que os conflitos sejam resolvidos entre as próprias pessoas. Nesse sentido deve-se levar em consideração que valores, como honra e coragem, são muito caros no universo caboclo e que as “questões de honra” assumem uma dimensão supervalorizada em relação à outras culturas. Soma-se a isso a violência utilizada como resistência social, que serve, entre outros motivos, para expor as mazelas a que a população está submetida (SILVA, 2016, p. 183).

Os estigmas que acompanham o caboclo se, por um lado, os situam em um paradigma de violência e subversão, por outro, preservam a imagem idílica do indivíduo hospitaleiro e manso. Convivem de forma ambígua a visão do homem simples que acolhe os visitantes, servindo melhor ao outro do que a si próprio, e, ao mesmo tempo, do homem valente e corajoso que não foge de uma luta, mas que também pode descambar para a irracionalidade violenta em certas situações. Essas complexidades

culturais constituem-se em representações regionais do caboclo ao longo do país e, dependendo do local onde está, perde ou ganha força uma ou outra característica.

Sendo visto como aquele homem que saiu do mato e se integrou à vida urbana, o caboclo ainda mantém em si as características que o tornaram hábil a viver no mato. Pode-se compreender o “mato” como todo o meio inóspito, que precisa ser “vencido” pelo homem, tornando-o mais apto, mais forte para sobreviver. Para DaMatta (2010, p. 37), foi respondendo à natureza que “o homem se modificou e assim inventou um plano onde pode reformular-se, reformulando sua própria natureza”. Essa reinvenção procede da necessidade de criar alternativas aos desafios impostos pela natureza, mas não traz apenas isso, traz também um imenso conjunto cultural que passa a fazer parte da sua sociedade e que produz diferenciação.

Com relação à representação, Marques (2007, p. 24) salienta que “o caboclo aparece como uma expressão historicamente consolidada sobre um grupo que não controla a própria representação”. Ele também cita o caboclo como um estigmatizado, dizendo que não pode ser encontrado como pessoa “real”, com identidade própria, pois sua identidade é atribuída baseado em julgamentos de valor que determinam o cumprimento de certas funções a serem cumpridas pelos membros da sociedade (MARQUES, 2007, p. 30).

Levando-se em conta as considerações feitas anteriormente sobre cultura e representatividade, tornam-se sugestivas as interpretações de Locks (1998) realizadas no município de São Miguel do Cerrito, em Santa Catarina, as quais relacionam os caboclos em níveis ou etapas partindo do pressuposto mais rústico, inteiramente imerso no mundo rural até o caboclo que superou grande parte dessas condições. Para o pesquisador, alguns indivíduos estariam no primeiro nível, ou seja, são os “caboclos de tradição”, que se caracterizam por morar em casas de chão batido cobertas com palha, presença do fogo de chão, prática de agricultura apenas para o consumo e com técnicas rudimentares, trabalhar apenas o essencial, em grande isolamento social, quebrado apenas por visitas eventuais recebidas sempre com grande formalidade e alegria e, relativamente, estabelecidos como posseiros, porém, sem a documentação legal da terra.

Na sequência, Locks classifica-os no segundo nível, onde estão os “caboclos de transição”, aqueles que superaram as características do caboclo tradicional, com ênfase na “luta” para escolarizar seus filhos, ter acesso à energia elétrica, usufruir de meio de transporte próprio e outros bens de consumo, participação em associações e outros movimentos sociais, principalmente nos que a Igreja Católica está engajada e possuindo a documentação legalizada de suas propriedades.

No terceiro nível estão aqueles que, a despeito de possuir um sistema de representação próprio do universo caboclo muito arraigado em seu cotidiano, “superaram as condições materiais da vida cabocla” e transformaram-se em sítiantes bem-sucedidos e até mesmo pequenos fazendeiros.

Tedesco (2014, p. 95) salienta que a cultura cabocla tem “sua ênfase na particularidade do contato, acesso e cultivo da terra, bem como em sua concepção em torno da propriedade privada da terra”. Ao não se enquadrar no modelo de progresso idealizado pelos agentes públicos, torna-se um intruso, ao mesmo tempo em que ocupa o espaço que poderia ser de outro grupo mais produtivo, torna-se um excluído das dinâmicas de desenvolvimento. Assim, a identidade do caboclo está essencialmente vinculada ao afastamento, ao sertão, ao longínquo, pois é “portador de uma condição específica de sobrevivência, ocupante de áreas de terras mais remotas, fora do eixo de interesse do grande capital e geralmente em precárias condições de existência (POLI, 1987 *apud* MARTINS; WELTER, 2006, p. 2).

Um elemento fortemente marcado na cultura cabocla é a sua capacidade de deslocar-se de um local para outro. Em contraposição a essa mobilidade encontra-se a necessidade de buscar ações que minimizem a pobreza e que apresentem oportunidades, o que é um processo natural quando os espaços onde estão inseridos não lhes fornecem mais condições de sobrevivência. Nesse sentido, Martins e Welter (2006) esclarecem que o deslocamento dos caboclos para as áreas periféricas urbanas compreende um modo de recompor o seu modo de vida, sem, no entanto, desistir das sucessivas tentativas de retornar às áreas rurais:

Essa tipificação serviu de ponto de partida para pensar o caboclo em movimento, não mais preso exclusivamente no contexto rural, mas relacionando-se com o meio urbano como maneira de permanecer ligado ao seu local de origem ou para buscar outra condição de existência em contexto de mudança (MARTINS; WELTER, 2006, p. 144).

Os elementos que caracterizam a cultura cabocla permanecem de forma arraigada no sujeito. Ainda que em espaços diversos daqueles do meio rural, a reprodução do modo de organização e do pensamento caboclo se mantém. Os processos adaptativos tendem a ser aceitos como uma forma de inserir-se e reconstruir sua identidade em novos contextos, porém o *ethos*⁴ caboclo irá se manter possivelmente como forma de resistência às novas inserções culturais.

Enfim, aproprio-me da afirmativa de Geertz (1978, *apud* LOCKS, 1998, p. 105) ao dizer que percebe a cultura como um sistema onde há diferentes números de representações, os quais se comunicam uns com os outros, formando uma rede de significados.

Os indivíduos possuem a capacidade de dar sentido às suas vivências em espaços diversos daqueles em que desenvolveram sua cultura, recriando-a continuamente através de novas formas, atribuindo antigos e novos significados. Assim como desconhecemos quais os limites de adaptação do ser humano e por que o fazem, entendemos que as transformações não acontecem por acaso. Como disse Antonio Candido (2010), se o caboclo resultou do modo como o imigrante português conseguiu lidar com o novo meio em seu processo de adaptação, temos de entender que as novas realidades construídas são fruto de uma realidade anterior, que pressupõe, ao contrário do que inicialmente parece, uma evolução.

⁴ Os termos “etnia”, “ethnos” e “ethnic” estão sempre associados, mas numa relação de oposição à “raça”. Enquanto esta noção estaria definitivamente vinculada à sua base biológica, a noção de etnia estaria, por sua vez, vinculada a uma base estritamente social (daí estar sempre associada ao grupo) (OLIVEIRA, 1976, p. 83, *apud* LOCKS, 1998, p. 81).

O caboclo no Rio Grande do Sul: um estranho em sua própria terra

A história dos caboclos no estado mais meridional do Brasil apresenta muitas contradições e, por que não dizer, dificuldades de situá-la em sua inteireza. Por ser um território em que a imigração europeia, principalmente italianos e alemães, se sobressaiu, as gerações de descendentes desses imigrantes almeçados, vivem à sombra de um passado primeiramente heroico, que construiu sua memória a partir do momento da sua chegada e do desbravamento do novo mundo, o qual apresentou-se para eles como sendo totalmente inóspito e ocupado por selvagens e, num segundo momento idílico, pois revive-se continuamente o passado, para construir novas representatividades.

Esse não é o caso dos caboclos presentes no estado. A sua história é pouco conhecida, muito mais restrita aos espaços acadêmicos na atualidade. A luta pela sobrevivência dos nativos indígenas, primeiros habitantes da terra, busca continuamente seu espaço; a história dos cativos aprisionados na África, utilizados como mão de obra escrava e após libertos em meio à pobreza e à discriminação, não pode ser dita como uma história feliz.

Nesse sentido, a história dos caboclos carece dos perpetuadores da memória. Por ser tida como uma história de fracassos e do homem comum não apresenta o mesmo apelo que a “jornada heroica” dos imigrantes brancos da Europa, suscita. Conforme Tedesco, perpetuar a memória tem relação com pertencimento:

A ideia de pertencimento é muito significativa para a memória coletiva, carrega consigo a necessidade de ancorar o grupo/comunidade a algo que dê garantia de continuidade, de eternidade tanto para o futuro quanto para o passado (TEDESCO, 2011, p. 116).

Devido às condições que se construíram ao nos últimos anos houve um incremento nos estudos sobre o tema, porém ainda incipientes, levan-

do-se em conta os aprofundamentos que se fizeram em relação a outros agrupamentos. Thompson percebeu a extensão desse esquecimento relacionado aos grupos desprestigiados, relatando que “a casa-grande a mim parece ter guardado as melhores coisas para si, não concedendo, com raras exceções, nem dignidade nem liderança às aldeias, mas, na verdade, depreciando o seu valor e a sua cultura” (THOMPSON, 1998, p. 26).

As construções sociais propagadas a respeito dos colonos italianos e alemães na sociedade rio-grandense possuem uma relação de oposição e antagonismo em relação aos caboclos. Estabeleceu-se desde sempre uma divisão entre “nós e eles” ou entre o “nosso” e o “do outro”.

Quando principia a imigração europeia, proveniente da Alemanha e Itália, já ocupavam o território rio-grandense os indígenas, os descendentes de portugueses e os negros, escravos ao longo do tempo, principalmente aquelas capitaneadas pelos órgãos oficiais, como a Lei de Terras de 1850 e a Inspeção Geral de Terras e Colonização. Esses indivíduos que já ocupavam o território foram paulatinamente expulsos devido à posse precária de suas propriedades para dar lugar aos novos imigrantes, considerados mais produtivos e também como resultado da política que almejava o branqueamento da população.

Um dos motivos que foi amplamente utilizado para desalojar os caboclos foi a ausência de documentos que comprovassem a propriedade da terra. Zarth (2002, p. 85) salienta que “os camponeses locais davam pouca importância para o título legal da terra. Para eles o importante era a posse da terra”. Outra crença de forma injustamente propagada diz respeito a não haver uma agricultura no estado em período anterior à chegada dos colonos europeus. Segundo o autor, a agricultura praticada pelos lavradores nacionais e pelos escravos foi desconsiderada, não aparecendo sequer nas fontes oficiais, o que somente começou a acontecer a partir de 1850 em relação aos novos imigrantes, agregando-se muitos elogios aos colonos por seu trabalho desbravador.

A presença do caboclo foi tolerada até que houvesse a definitiva instalação dos colonos imigrantes, pois o posseiro representava a oportunidade de abastecimento para as sesmarias, já que toda a sua produção era vendida externamente, e a produção do caboclo, no sistema de roças de

milho, ainda que considerada precária, era o que abastecia as grandes propriedades. Essa tolerância também se devia à necessidade de abastecimento nos caminhos por onde circulavam as tropas, o que também era feito pelos caboclos (ZARTH, 2002).

O solo meridional apresenta condições topográficas diferentes de um local e outro. Pode-se generalizar dizendo que se divide em campos nativos e florestas, o que influenciou significativamente no arcabouço agrário do estado. Na região Sul, o gado se desenvolveu com facilidade devido às vastas campinas, com pastagens naturais, que ocupam um grande território, interrompido apenas por áreas de florestas ao norte. Essa dicotomia campo/floresta estará sempre presente na história do Estado, sendo central na definição do perfil populacional que aqui foi engendrado. Assim, enquanto as áreas de campo possuem uma densidade demográfica baixa, as áreas de mata tornaram-se pequenas propriedades agrícolas.

Para Zarth (2002), em meados do século XIX todos os campos pastoris de áreas de campos nativos privilegiados estavam ocupados pelos grandes latifúndios já consolidados e para completar, uma classe militar e política instalada no poder, que desde sempre representavam um impeditivo ao desenvolvimento da agricultura de subsistência.

O latifúndio ocupava a preferência em relação à agricultura, sendo esta necessária para garantir o abastecimento. Ao invés de se fixarem na terra para efetivar a produção agrícola, a mão de obra das famílias pobres estava “vagando de lugar em lugar, segundo o favor e o capricho dos proprietários de terras” (ZARTH, 2002, p. 70).

Segundo Maestri (2010), a efetivação da utilização da mão de obra dos homens livres aconteceu nos últimos anos da abolição da escravidão, ocorrida em 1888. A atividade realizada pelos homens livres pobres nas fazendas pastoris possui características pré-capitalistas, já que tem como fundamento o emprego não ininterrupto nas estâncias, bem como a substituição da remuneração por alimentação e moradia, além de um adicional normalmente não monetário, em meios de subsistência. O “gaúcho” exercia as funções de peão, empregando-se e afastando-se periodicamente das tarefas pastoris.

Se as grandes extensões de terras não eram mexidas, permanecendo inalterada sua estrutura, foi nas áreas florestais que houve a intenção de alojar os colonos emigrados. A ocupação deu-se nas terras consideradas “desertas e devolutas”. A mercantilização ocorrida após a Lei de Terras de 1850 fracionou a terra em pequenos lotes, sendo ocupados pelos novos colonos, que a partir de então se notabilizaram pela produção agrícola. Segundo Machado (2019, p. 53) “Ela modifica substancialmente a perspectiva compreensiva sobre a terra no Brasil, proporcionando o fundamento jurídico que modificou o status da terra, sendo que esta passa a ser uma mercadoria.

As áreas de posse dos caboclos, que se acreditava estarem seguras, que tinham sido ocupadas de forma mansa e pacífica antes da Lei de Terras, foram loteadas entre os novos habitantes do estado. A ideia consistia em dificultar o acesso do caboclo pobre à propriedade, obrigando-o a trabalhar de empregado para os proprietários como forma de substituir o trabalho dos escravos, já que o tráfico estava extinto.

Zarth (2002) diz que a partir da Lei de Terras e a posterior chegada dos emigrantes, os lavradores pobres foram sendo paulatinamente expulsos de suas roças e a maioria desses casos não passava pelas mãos da justiça. Os nativos entendiam a terra não como mercadoria, mas como fonte de subsistência. Por desconhecerem essa estrutura, não detinham documentos legais que comprovassem a posse, acreditando que apenas a ocupação seria o suficiente. Para Zarth (2002, p. 47):

O espírito do controle da terra, imposto pela lei de 1850, permitiu que as elites do Sul determinassem a política de ocupação das terras florestais, inclusive excluindo lavradores nacionais pobres do acesso à propriedade, em favor da política de colonização.

Sucedeu de muitos camponeses caboclos optarem por vender suas terras para as empresas colonizadoras. Para muitos deu-se contra a sua vontade, pois viram-se obrigados mediante ameaças de violência física, queima da propriedade ou até a morte dos animais domésticos e das criações. Em outras situações, venderam pelo fato de que nunca tinham tido

acesso a muito dinheiro e cediam acreditando estarem ricos ou garantidos para sempre.

Conforme Poli (2014), a propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos, e poucos tinham conhecimento cultural para enfrentar e superar os entraves dessa estrutura. O caboclo não tinha oportunidade para se alfabetizar e sua filosofia de vida contrastava com a ótica capitalista, à qual não conseguia se adaptar.

Esta mesma dinâmica foi citada por Woortmann e Woortmann (1997, p. 19), ao apontar o caso dos sitiantes nordestinos, para quem “Os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivavam do trabalho. Era a terra de trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais”.

Os caboclos luso-brasileiros estavam na linha de frente da exploração. Inicialmente eram os que efetivamente desbravavam os sertões, porém, devido ao seu modo de vida mais rústico, não compreendido pelas outras ocupações, bem como estar associado à pobreza, suas contribuições não eram plenamente reconhecidas. Nesse período, o fato de que estivessem na “frente da frente” da colonização (POLI, 2014, p. 165) abrindo caminhos, enfrentando o pior antes dos agricultores, não os beneficiou de ter a posse da terra garantida, sendo logo expulsos ou tendo que vender a posse assim que os colonos chegavam.

As empresas de colonização utilizavam um discurso de efeito simbólico como forma de propaganda, onde apontavam as regiões que seriam promissoras para a colonização. As companhias adquiriam as terras e não queriam ter em suas áreas os chamados “intrusos” caboclos, pois poderiam comprometer a comercialização. Após a expulsão, os caboclos entravam mata adentro novamente, realizando todo o processo de desbravamento na tentativa de garantir sua sobrevivência (POLI, 2014).

A filosofia de vida do caboclo demonstrou ser contrária à apropriação e acumulação de capital, por isso sua passagem foi ignorada durante tanto tempo pela historiografia, e até hoje é demérito citar a ocupação cabocla pelos municípios do Rio Grande do Sul, a qual procura enfatizar a colonização europeia, principalmente de italianos e alemães ou de outros europeus que vieram em menor número para o estado.

Lavradores e nacionais

Com relação à documentação existente nos órgãos públicos do Estado, a nomenclatura “caboclo” é muito pouco utilizada. Nesse sentido reflete uma característica do linguajar praticado cotidianamente no Estado do Rio Grande do Sul, onde não houve a apropriação da palavra. O termo mais comumente aceito é o adjetivo “nacionais”, numa clara referência ao próprio brasileiro. Atualmente, essa forma de nomear “perdeu sua validade, pois os descendentes dos primeiros imigrantes já não podem ser considerados estrangeiros, sendo também nacionais, inclusive juridicamente” (SILVA, 2016, p. 146-148).

Outras designações foram utilizadas, como lavrador nacional, lavradores, lavradores pobres, homens livres pobres, camponês nacional pobre e colonos pobres, atrelando, de forma indiscutível, a debilidade econômica ao nome a que eram chamados. Em alguns textos, como o de Kujawa (2001), utiliza-se a denominação “*brasiliani*”, numa representação que acontece a partir dos grupos dos imigrantes italianos. Adicionalmente os imigrantes alemães também utilizaram a nomenclatura “brasileiro” e “caboclo” como adjetivos pejorativos.

Os marcos divisores que determinam as regiões e definem as fronteiras nem sempre foram conhecidos e respeitados pela ocupação humana e pelos desdobramentos de sua história. Nesse sentido, a ocupação ocorrida na região das matas do Rio Grande do Sul em muito se assemelhava à ocorrida no oeste catarinense e também no sudoeste do Paraná, constituindo-se numa continuidade. Para Renk e Winckler (2019), no oeste catarinense as regiões tiveram o mesmo processo de colonização, em nada se diferenciando das do noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, tampouco apresentando significativas diferenças de paisagens.

No tocante à faixa que compreende essas três regiões dos três estados sulinos, Jaci Poli (2014) estabelece uma divisão entre os três períodos de sua ocupação: o primeiro, realizado pelo indígena até meados do século XIX, tradicionalmente de etnia Kaingang; o segundo, pelas populações caboclas; o terceiro pela colonização dos imigrantes europeus. Com relação a essa fase, Poli (2014, p. 149) declara:

Fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos. A principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas.

Raramente o caboclo conseguia manter-se como proprietário. Seu trabalho sempre foi mais utilizado como mão de obra, seja como peão nas fazendas, seja na indústria ervateira e na indústria madeireira. Ao falar sobre as pessoas que já habitavam no município de Cruz Alta - RS no século XIX, quando da chegada dos imigrantes europeus, predominantemente alemães e italianos, Silva (2016, p. 21) os cita como homens livres pobres, na condição de agregados, jornaleiros, pequenos posseiros, criadores, tropeiros, ervateiros, caboclos e outras tantas nomenclaturas. Tais profissões mantinham a vinculação entre um modo de vida rústico, bastante simples, sem significativas posses materiais.

A nominata que identifica o caboclo do Rio Grande do Sul possui uma relação direta com as atividades econômicas exercidas por ele. Conforme Zarth (2002), ele poderia ser identificado como “agregado”, correspondendo a um tipo de camponês sem vínculo empregatício com o proprietário da terra. Morava no interior de um estabelecimento privado fazendo sua roça e prestando serviços ao patrão. Silva (2016) salienta que havia uma condição de dependência com o proprietário, em troca tinha o direito de morar e cultivar a roça, porém exigia lealdade na prestação de serviços temporários.

Nas fazendas, o agregado residia com sua família. As tarefas consistiam em arrebanhar o gado, principalmente criado de modo solto, e outras lidas no campo. Não havia chance de ascensão, acabava por se tornar “um do patrão”, estabelecendo relações de intensa subalternidade com os proprietários.

No oeste catarinense e na metade norte do Rio Grande do Sul, essa função se reveste de atributos diversos. Passou a ser um agricultor que trabalha em terras de terceiros por arrendamento ou parceria, “normalmente morava em algum canto da propriedade e pagava ao proprietário com a parte de sua produção, que podia chegar até 50%” (POLI, 2014, p. 176).

Uma constante desse tipo de função era a preocupação de os proprietários perderem a área juridicamente por usucapião, que dava direito ao ocupante da terra por um longo período de tornar-se o proprietário. Assim, os proprietários utilizavam-se de estratégias, com o intuito de evitar tal situação.

Outra categoria eram os “pequenos posseiros”, remetendo aos camponeses ocupantes de pequenas áreas públicas ou em processo de privatização, constantemente expropriados da terra conforme ocorria o avanço da fronteira agrícola. Assim, à medida que a colonização avançava, os posseiros também adentravam derrubando novas matas para produzirem a sua subsistência. No entanto, a categoria tem um significado mais amplo, a qual não deve ser confundida:

[...] a “categoria posseiro” não deve ser entendida somente como referente aos indivíduos que viviam da atividade agrícola ou extrativista de subsistência. No contexto do processo, posseiro representa indivíduo em condição de proprietário de grande extensão territorial de um bem fundiário que serve para produção ou especulação comercial-financeira. (MACHADO; BACCIN; TEDESCO, 2019, p. 63).

Atualmente ainda é possível acompanhar nas mídias sociais a história de cidades do Rio Grande do Sul, contadas com orgulho, relatando a expulsão dos posseiros (caboclos) para determinar o “início” da história oficial do município:

A história de São Domingos do Sul inicia por volta do ano de 1894. **Quando chegaram os primeiros imigrantes, encontraram morando nestas terras, alguns caboclos [...].** Começaram a derrubada do mato para a construção de suas casas e para fazer suas primeiras roças [...]. **Alguns não resistiram aos confrontos, que constantemente ocorriam com os caboclos e foram embora.** As mentalidades divergiam, pois uns buscavam melhorias com o trabalho e **os caboclos, que trabalhavam pouco, apossavam-se dos produtos dos outros [...].** Com a chegada destas famílias italianas, que se uniram com as alemãs e as dos poloneses, **conseguiram expulsar**

os caboclos, os quais, posseiros que eram, partiram para terras mais distantes⁵. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL, 2020, *grifos meus*).

Nas regiões de matas onde havia abundância de ervais nativos, os camponeses extratores, chamados “ervateiros”, exerciam sua atividade de maneira itinerante, deslocando-se na medida em que havia trabalho nos ervais públicos. Assim como os posseiros em São Domingos do Sul, os ervateiros também foram expulsos de seus espaços, como conta a história do município de São Martinho:

A história começa no ano de 1920, com a chegada de famílias luso-brasileiras que se instalaram no município, ou seja, no interior do mesmo, mas sabe-se que todo o município já estava sendo povoado por famílias denominadas caboclas que contribuíram para o povoamento de São Martinho. Se preocupavam apenas com a sobrevivência desmatando e extraíndo a erva-mate nativa. Aos poucos, esses caboclos foram abandonando suas terras ou expulsos de suas propriedades para dar lugar aos novos colonizadores que começavam a chegar a este local⁶ (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, 2020 *grifos meus*).

Se o extrativismo da erva-mate foi durante muito tempo uma forma de sobrevivência para esses homens livres pobres, “à medida que foram sendo esmagados pelos latifúndios pastoris embrenhavam-se nas florestas em busca do mate e ao mesmo tempo dedicavam-se à agricultura de subsistência” (ZARTH, 2002, p. 88).

Ainda haviam os “posteiros” (ZARTH, 2002), que se estabeleciam num local determinado de uma grande propriedade, geralmente extensa e voltada para a pecuária, responsabilizando-se por cuidar dos animais e das divisas para o proprietário. As relações que se estabeleciam eram semelhantes às existentes com os agregados. Com relação aos posteiros, Mário

⁵ Conteúdo publicado no site da Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul, na seção Cidade: história. <https://www.saodomingosdosul.rs.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>

⁶ Conteúdo publicado no site da Prefeitura Municipal de São Martinho, na seção Município: história do município. <https://www.saomartinho.rs.gov.br/site/conteudos/978-historia-do-municipio>

Maestri (2010, p. 95-96) os cita como uma “categoria social secundária da exploração pastoril, numa relação semifeudal, já que não possuíam direito a salário e sim, apenas o direito de explorar a terra, dependendo exclusivamente do arbítrio dos proprietários”.

Ao pretender legalizar as propriedades no Brasil, a Lei de Terras tornou o acesso para os caboclos pobres praticamente impossível, pois exigia documentos, comprovação que eles não possuíam, culminando na perda das terras. Esse lado cruel da legislação foi favorável àqueles considerados “produtivos”. Com a privatização das áreas, os lavradores pobres foram obrigados a abandonar os espaços onde tradicionalmente sempre estiveram (SILVA, 2016).

A expulsão dos caboclos de suas áreas acontece mais fortemente a partir da vinda dos imigrantes e consequentes assentamentos decorrentes do processo de privatização das áreas antes de servidão pública, como, por exemplo, os ervais. Essa situação é muito pronunciada na região Norte do estado, onde se concentra a chamada “área de matas”, até então povoada pelos trabalhadores livres, suplantados pela chegada dos imigrantes que tiveram preferência na ocupação, já que correspondiam ao ideal almejado de ocupação, ocasionando a expulsão daqueles considerados indesejados. Conforme Silva (2016, p. 24), “diferentemente dos colonos – muito devido a sua condição social [...], não conseguiram mobilizar meios eficientes para romper completamente com sua subalternidade”.

A estratégia adotada foi, na medida em que a colonização avançava, sair em direção às novas áreas de fronteira (SILVA, 2016), passando a ocupar essas áreas principalmente os imigrantes alemães e italianos, conduzidos pela própria mão estatal através das Inspetorias de Terras Públicas e Colonização.

O imigrante alemão Joseph Hörmeier, em sua obra *Rio Grande do Sul de 1850: descrição da província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*, ao descrever o estado para seus compatriotas, a fim de atraí-los a emigrarem, em relação às terras, aconselhava que estes optassem por aquelas na região das matas, as quais valiam muito pouco e seriam adquiridas junto aos caboclos:

O agricultor que cogita comprar terras [...] onde ele em breve receberá dos alemães ali residentes informações sobre terras à venda; mas deve cuidar-se de aceitar, por ligeiro demais, uma oferta, porque as terras nas ou junto às colônias alemãs estão com preços bastante altos [...]. **Com dinheiro na mão, podem eles comprar aqui terras por uma verdadeira ninharia [...]. Entre as terras devem ser preferidas terras de mato**, em especial onde existem somente árvores folhadas, a todas as outras (HÖRMEYER, 1986, p. 86- 87 *grifos meus*).

Renk (2006, p. 120) destaca em sua obra o relato dos colonos italianos em relação à colonização empreendida no oeste catarinense: “quando os colonizadores entraram em Ponte Serrada e Vargeão, já encontraram os “negros brutos”, como se referem aos antigos ocupantes”. Fica claro que as companhias colonizadoras encontraram as terras ocupadas e empreenderam esforços no sentido de retirar este contingente indesejável que “não sabia aproveitá-la corretamente”.

Embora os caboclos estivessem há muito mais tempo na terra, não houve quaisquer pudores em retirá-los. Ao contrário do que seria supostamente “natural”, os caboclos passaram de estabelecidos a *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) ou seja, ao invés de os novos imigrantes europeus não ibéricos serem considerados “estrangeiros”, ou na tradução literal da palavra inglesa “estranhos” em terras nacionais, quem ficou marcado dessa maneira foram os próprios habitantes locais desde tempos anteriores. Em consequência de todos os eventos que marcaram a expulsão dos caboclos e a acomodação dos imigrantes nas terras, as relações que se estabeleceram a partir de então ficaram mais frágeis.

A linguagem é utilizada como um meio simbólico de impingir ao outro uma conotação depreciativa. Neste caso “negros brutos” objetivava impingir o significado de inferioridade e barbarismo à comunidade que já estava instalada. A denominação de locais também passa pelo parecer étnico, ao mudar-se nomes para referenciais de acordo com o grupo étnico que passa a assumir o local, mas também, ao nominar o local do outro pejorativamente, como é o caso citado por Renk (2006, p. 133), que cita o exemplo da Linha Liberato, a qual passa a ser categorizada pelos italianos como “Linha Bocó”, “Bocó e seus moradores” ou “a negra do Bocó”.

Nesse sentido, vários estudiosos pesquisaram sobre a influência da cultura cabocla sobre outras etnias, especialmente a alemã, na qual teria se produzido o “acaboclamento” da população germânica. Essas inserções nem sempre são vistas do prisma de trocas culturais, já que em muitas situações gerou certo desconforto, pois eram visíveis os preconceitos latentes na população. O pesquisador alemão Emilio Willems foi um dos primeiros a tratar o tema do preconceito dos alemães em relação aos caboclos:

Não admira que a palavra caboclo se tenha tornado (para o imigrante alemão) símbolo verbal de “inferioridade cultural”, chegando mesmo a ser insulto na boca do teuto brasileiro. “Caboclo” é o homem que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sífilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã. Em algumas regiões, o caboclo é chamado *Schlammburger*, quer dizer, alguém que habita um “castelo de lama”. O castelo de lama, talvez seja a casinha de pau-a-pique com paredes de barro (WILLEMS *apud* SILVA, 2016, p. 128).

O acaboclar-se teria relação com a prática da agricultura no formato de roças. Conforme Leo Waibel, é o “tipo de sistema agrícola mais primitivo que existe” (WAIBEL *apud* SILVA, 2016, p. 131), amplamente utilizado pelos caboclos e didaticamente ensinado aos novos imigrantes, que perderiam elementos essenciais de sua cultura e tradição ao adotar tais práticas. Cabe uma reflexão acerca do tipo de terreno, muitas vezes montanhoso ou em áreas de matas, onde os imigrantes se estabeleceram e que não permitia a realização ampla de uma agricultura extensiva, restando adaptar-se aos saberes prévios da população que aqui já vivia, o que, ao contrário de ser tachados de acaboclar-se em um sentido pejorativo, corresponderia em adaptar-se às condições naturais a fim de sobreviver.

As relações entre os diferentes grupos presentes na sociedade se constroem em dinâmicas de distanciamentos e aproximações, nas quais os conflitos sociais acontecem em níveis ora flexibilizados, ora tencionados. O que a subordinação do elemento caboclo mostra, são dissenções que acontecem quase sempre em níveis mais fortes ou mais poderosos em

relação aos níveis mais fracos ou inferiores, com poucas possibilidades de reação ou de intervir de forma ativa nessas decisões.

Neste sentido, procurou-se demonstrar neste capítulo a conceituação atribuída ao termo caboclo, a partir da determinação dos sujeitos que assim são nominados, bem como da significação da expressão para o próprio grupo. No aspecto racial, o conceito de mestiçagem é o elemento central para o entendimento dos preconceitos que pesam sobre este grupo. As questões culturais também apresentam um forte viés, visto que a cultura dos caboclos é tida como inferior, já que possui padrões diferentes das demais culturas estabelecidas. Ao fazer um retrospecto das ocupações exercidas pelos homens livres pobres no Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que estes vinculam-se a atividades fragilizadas, quase sempre em uma relação dependente e sem contar com a posse da terra, obrigando-se assim, ao trabalho itinerante.

A temática abordada tem um importante elo com o conjunto da dissertação e serve para elucidar muitos dos questionamentos que estão postos a este grupo, visto que os indivíduos, embora acreditem muitas vezes estarem isolados, fazem parte de uma comunidade, que os representa. Embora a comunidade cabocla careça de perpetuadores de memória, os sujeitos que estudamos possuem histórias que se identificam com as pesquisas realizadas para o capítulo, pois onde falha a memória, os registros se constituem em importantes fontes que descortinam cada época.

Seguindo com o propósito de chegar ao caboclo que está presente no Rio Grande do Sul, em específico na região Alto da Serra do Botucaraí, no próximo capítulo estudaremos mais detidamente o espaço geográfico e os desdobramentos históricos de sua ocupação. As questões socioeconômicas pertinentes à região também serão consideradas, a fim de compor um panorama geral do território. Tal empreitada justifica-se para a compreensão de como se constituiu a ocupação nessa região, que é parte integrante da área das matas e um importante núcleo de povoação cabocla.

CAPÍTULO 2

A reocupação da Serra do Botucaraí

O capítulo tem como proposta apresentar de forma sintética um breve histórico da povoação no território do Rio Grande do Sul, a partir dos povos autóctones, traçando uma linha temporal que passa pela presença dos jesuítas na formação das missões, a colonização dos luso-portugueses, a exploração e destruição das missões e a chegada dos imigrantes europeus. O objetivo é demonstrar que os caboclos de hoje são os remanescentes dos povos antigos que ocupavam este território, já que sua história reflete a composição destes três povos: o autóctone, o colonizador português e por último, o cativo africano. Ao fazer este breve retrospecto, percebe-se que na realidade, esses mesmos homens e mulheres que aqui estavam desde os primórdios e que foram paulatinamente passando por etapas, deixaram seu legado nos atuais caboclos que se quer pesquisar.

Na sequência, propõe-se a fazer uma retomada dos principais fatos que marcaram a história do antigo município de Soledade, sendo atualmente este a região Alto da Serra do Botucaraí, nos seus aspectos históricos e socioeconômicos.

O entendimento dos processos de ocupação que se desenrolaram em nível macro no território sulino e em nível micro na região Alto da Serra do Botucaraí, é de fundamental importância para entender a ocupação cabocla, da qual se deseja obter mais conhecimento, objetivo central deste trabalho.

Inclui-se nesse levantamento o movimento messiânico dos Monges Barbudos, também chamado “massacre do fundão”, ocorrido na década de 1930, na região de Tunas, um dos municípios que compunha o antigo território de Soledade e que hoje faz parte da região estudada. Através da apropriação bibliográfica das obras de Kujawa (2001) e Verdi (1987) principalmente, procura-se construir uma releitura do que foi o movimento, para situá-lo no contexto de terra de contrastes, onde latifúndios produtivos convivem com pequenas áreas distantes e esquecidas.

A povoação do território rio-grandense

Há milhares de anos o território do Rio Grande do Sul já se encontrava habitado por povos autóctones. Ainda que persista a ideia errônea de que os imigrantes europeus foram os primeiros habitantes do território sulino, a presença de outras populações humanas está amplamente comprovada pelas pesquisas arqueológicas e históricas que conduzem a um passado de aproximadamente 12 mil anos de ocupação. Os estudos tem se dedicado a pesquisar a existência de inúmeros sítios arqueológicos, onde uma variedade de vestígios da cultura material dos primeiros povoadores foi encontrada, evidenciando a significativa quantidade de sociedades indígenas que aqui povoavam, inclusive com domínio tecnológico adaptativo à sua realidade:

As etnias que povoaram essas passagens não têm um passado tão recente como se chegou a acreditar [...]. Quando chegaram os espanhóis e os portugueses encontraram estas áreas orientais da bacia platina povoados por milhares de indígenas organizados em muitos grupos diferentes distribuídos e passagens as mais diversas (KERN, 1994, p. 9-10).

Essa ocupação foi por séculos ignorada, principalmente em consequência do preconceito e dos interesses que as novas populações queriam assegurar, os quais não permitiam buscar conhecer e entender esse contingente humano e histórico que já se encontrava constituído.

A partir do século XVI, a chegada ao Brasil meridional das frentes de colonização ibéricas tinham por objetivo apropriar-se do gado selvagem que povoava as vacarias, instalando estâncias de gado já domesticado. Constam desse período registros dos colonizadores luso-espanhóis sobre a etnia dos guaranis e guaianás. Possivelmente, segundo Kern (1994, p. 63), esses grupos, conhecidos como “charruas” e “minuanos”, ousaram resistir mais fortemente contra o conquistador europeu.

No entanto, quando se aperceberam na condição de conquistados, muitos trataram de se adaptar na aprendizagem do manejo com o cavalo trazido pelos conquistadores ibéricos, configurando-se numa dessas tentativas. Outra foi a de participarem nas guerras travadas pelos conquistadores na esperança de se integrarem e serem aceitos. Porém, as vãs ilusões logo se desvaneceram. Não lhes sobrou espaço e a morte quase sempre lhes foi um destino certo.

O futuro Estado do Rio Grande do Sul, denominado pelos portugueses de Rio Grande de São Pedro, não se enquadrava no modelo colonizador ibérico, já que as dificuldades de acesso ao mar, a ausência de portos naturais e a crença de que não possuía riquezas vegetais ou minerais, deixaram-no relegado ao ostracismo até o século XVII, quando então se iniciou sua lenta ocupação (ORTIZ, 2006).

Inicialmente, foram os jesuítas que aportaram no território sulino a fim de catequisar as populações do novo mundo julgadas incultas e aprisionar o gado disperso no território. Os espanhóis se estabeleceram em 1626 no noroeste do atual território rio-grandense, onde organizaram as reduções, conhecidas como “reduções do Tape”. Essas reduções foram dispersadas a partir das expedições dos bandeirantes paulistas em busca de mão de obra a ser escravizada (MAESTRI, 2006).

Através da organização de bandeiras, formadas por grupos paramilitares, São Paulo buscava participar do modelo colonial exportador, do qual ainda não fazia parte. Com essa finalidade, os grupos de bandeirantes par-

tiam com o objetivo de explorar o território, buscando ouro, prata, pedras preciosas ou qualquer outra mercadoria, inclusive escravos. A apreensão dos indígenas representava importante comércio com o sudeste e nordeste do Brasil. Conforme Zarth (2002), o indígena escravizado era o único produto que a região Sul oferecia.

A partir da destruição das missões, os missioneiros mudam-se para a margem direita do rio Uruguai. O gado, que ali foi deixado, espalhou-se e se multiplicou rapidamente, ensejando a próxima exploração no território sulino, que consistiu na estratégia da Coroa portuguesa ao final do século XVII, de garantir seus interesses buscando o retorno comercial e demarcando sua ocupação.

Exemplar foi a fundação de Laguna em 1676 para aliar ambos os objetivos. A Colônia do Sacramento, localizada no extremo sul do atual Uruguai, foi criada em 1680 com a mesma intenção. Sua exploração deu-se em duas frentes: o acercamento da prata espanhola potosina e a extração e contrabando de couros. A Colônia do Sacramento foi o resultado do desrespeito de Portugal ao Tratado de Tordesilhas, o que ocasionou muitos conflitos entre as duas nações ibéricas, Espanha e Portugal, definindo a prevalência da posse sobre os acordos firmados. Assim permaneceu até o final do século XVIII, quando ocorreu a formação definitiva da zona de fronteira entre Brasil e Uruguai (ORTIZ, 2006).

Como compensação à fundação de Sacramento, os missioneiros retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram os Sete Povos das Missões. As sete reduções foram São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio, que se tornaram exemplos de reduções bem sucedidas da experiência missionária jesuítica (FRANCO, 1975).

A redescoberta do território meridional

A partir do século XVIII, a economia colonialista Portugal-Brasil passou por uma grande mudança devido à alteração do eixo exportador do

açúcar de cana vinculado à produção da região nordeste-brasileira para a exploração do ouro em Minas Gerais.

Com essa mudança, o território se integrou definitivamente às demais regiões da colônia. As expedições dos tropeiros partindo principalmente de Laguna e São Paulo buscavam aprisionar na Vacaria do Mar rebanhos de gado *vacum*, de cavalos e muares, necessários para a nova economia no sudeste do país. Assim surgiram as rotas que ligavam o sul às outras regiões do país, formando povoados e cidades nos pontos de pernoites das tropas, característica que marcou fortemente o início de cidades no noroeste do estado.

A alteração da matriz econômica até então dominante no país foi o gatilho para, a partir de 1730, os portugueses garantirem a ocupação do território fronteiriço com o deslocamento de lagunistas e a concessão de sesmarias a tropeiros e militares objetivando firmar as demarcações dos limites das fronteiras, que não estavam ainda bem estabelecidas ou que eram desrespeitadas por espanhóis e lusitanos (ORTIZ, 2006).

Em 1737, a região da vila de Rio Grande, por ser um importante ponto estratégico de defesa, abrigou o primeiro presídio do Estado. Em 1750 foi assinado o tratado de Madrid, que previa a devolução da Colônia do Sacramento aos espanhóis, bem como a absorção das Missões ao território português. Esse acordo acabou por ensejar a Guerra Guaranítica¹, extremamente desigual, já que portugueses e espanhóis se uniram para expulsar os guaranis missionários do território que ocupavam há séculos e onde tinham suas fazendas, gado, lavouras, oficinas e templos. A derrota das Missões abriu caminho para a formação de estâncias pastoris de propriedades privadas e relegou à miséria os remanescentes dos aldeamentos que se mantiveram.

Ainda que o território do Rio Grande de São Pedro não estivesse enquadrado no modelo colonizador, era uma importante área nos aspectos geopolíticos. O princípio político do *Uti Possidetis* reconhecido pelo Trata-

¹ A Guerra Guaranítica (1753-1756) foi o evento bélico deflagrado pelo levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e exércitos de Espanha e Portugal. Motivou-se pela rejeição de seis cabildos situados a oriente do rio Uruguai, caciques de Misiones e jesuítas, ao contestarem cláusulas do Tratado de Madri (1750). A causa principal foi a previsão de permuta dos Sete Povos (espanhol) pela Colônia do Sacramento (português) (GOLIN, 2011).

do de Madrid de 1750 foi uma estratégia da Coroa portuguesa para garantir a posse efetiva das terras ocupadas através do incentivo da instalação de imigrantes provenientes da Ilha da Madeira e dos Açores, principalmente na região dos Sete Povos das Missões, a fim de garantir a presença portuguesa (SCOTT, 2017). A chegada dos colonos açorianos ocorreu em 1752 com, inicialmente, sessenta casais vindos do Arquipélago dos Açores, Portugal. Antes disso já estavam aportando em menor número, para a vila de Rio Grande, para constituir sua povoação (TORRES, 2007).

Segundo Zarth (2002), no extremo sul do estado, a concentração da estrutura agrária, a densidade demográfica muito baixa, a pobreza da região e a ausência de população europeia impediam resultados positivos em termos econômicos e militares, o que teria motivado o governo a persuadir moradores da Ilha dos Açores a se mudarem para o sul do Brasil.

No entanto, a Guerra Guaranítica os impediu de povoar a região das Missões, obrigando-os a permanecerem na região do Litoral e nas proximidades da atual Porto Alegre. Esses colonos imigrantes se estabeleceram e habitaram os municípios de Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Taquari e no istmo da Lagoa dos Patos (ORTIZ, 2006).

A partir de 1807, o Rio Grande de São Pedro foi elevado à categoria de capitania, desligando-se administrativamente da província do Rio de Janeiro, a qual estava vinculado. Em 1828 foi realizada a demarcação da fronteira meridional, resultado final da Guerra da Cisplatina, criando a República do Uruguai. “Os acordos políticos definiram a divisão espacial, sendo que a área de campos foi repartida através da concessão de sesmarias, o que marcou profundamente a formação histórica regional” (ORTIZ, 2006, p. 60).

Em relação às concessões, os critérios eram muito particulares e beneficiaram somente alguns poucos sortudos que atendiam aos requisitos propostos pelo governo colonialista. Assim, seria ilusório acreditar que toda a população do Rio Grande seria contemplada, visto que aqui já se encontrava um contingente humano, seja das populações autóctones, seja dos imigrantes vindos de Portugal.

Esse contexto é de fundamental importância para entender as populações que “sobraram” e que não correspondiam aos interesses da admi-

nistração governamental colonial lusitano-brasileira. A maior parte da população não possuía qualquer representatividade, sendo completamente desconsideradas no processo de ocupação do território. Semelhantemente ao que aconteceu na Guerra Guaranítica, quando não desejados como mão de obra barata, foram expulsos sumariamente.

Maestri (2006) esclarece que a produção extensiva era a melhor forma de exploração pastoril e, após a limpeza dos campos, com o expurgo dos habitantes nativos, a exploração extensiva aproveitava ao máximo a expansão vegetativa dos rebanhos, com a necessidade de um mínimo de trabalhadores e de investimentos.

A partir do esgotamento e decadência do ciclo do ouro das minas no final do século XVIII, a economia do Estado, principalmente da parte mais ao sul, migrou para a produção e venda de charque, desenvolvendo, respectivamente, os municípios de Pelotas, como centro produtor, e Rio Grande, como porto de escoamento. Para a manutenção desse modelo econômico, a mão de obra escrava foi de fundamental importância, pois segurou literalmente nas costas a economia da região Sul, proporcionando riqueza à elite de proprietários (MAESTRI, 2006).

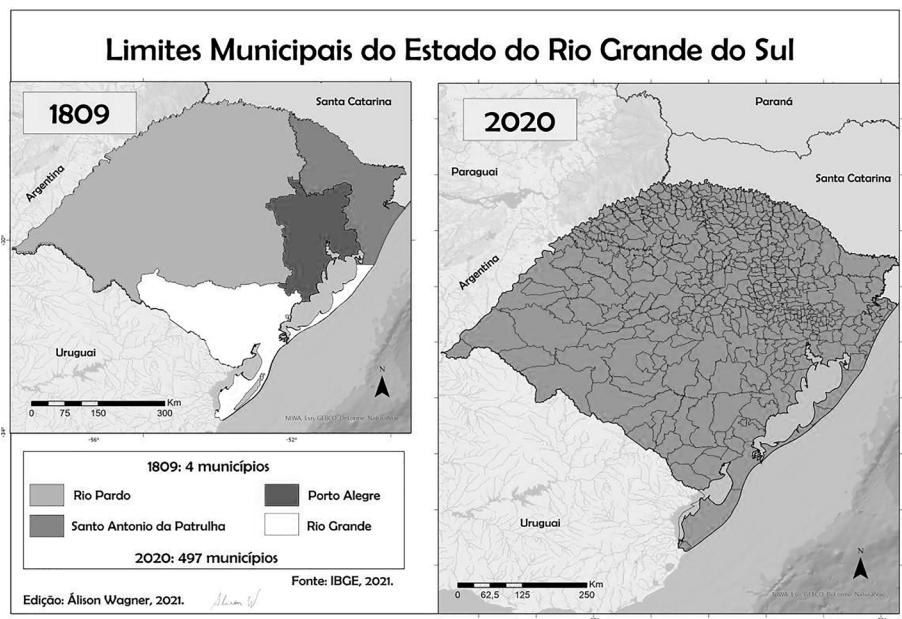
No século XIX, a nova estratégia colonizadora do governo imperial fez desembarcar milhares de famílias de camponeses europeus que passaram a ocupar principalmente as áreas mais íngremes e de matas do noroeste do estado. Tais áreas foram desprezadas pelos estancieiros por serem impróprias ao pastoreio extensivo.

Em 1824 principiaram a chegar os alemães e a partir de 1875 uma grande leva de italianos. Também aportaram imigrantes de outras etnias, em menor número, mas também importantes para a colonização do estado. A característica das concessões era da pequena propriedade, com lotes que variavam de 77 hectares, no início da colonização, a 25 hectares, no final da colonização. A estratégia tinha como objetivo colonizar áreas essencialmente povoadas, produzir alimentos para abastecer as cidades e promover a valorização das terras devolutas. Ademais, “serviriam para fornecer filhos às Forças Armadas e contrapor a extensa população de libertos e cativos de que o Brasil era formado” (ORTIZ, 2006, p. 64).

Entre as décadas de 1850 e 1860 os latifundiários trataram de adquirir as áreas até então esquecidas com o propósito de vendê-las posteriormente às companhias colonizadoras com grande lucro. As companhias, por sua vez, as revendiam aos colonos em pequenos lotes. Conforme Hölke (2016, p. 32), havia a “ganância dos agentes de imigração e a desonestidade dos burocratas brasileiros”. Esse procedimento gerou uma riqueza considerável tanto para as Companhias colonizadoras quanto para os latifundiários e também para a esfera pública, que tinha uma ampla receita no recebimento da dívida colonial, o que permitia viabilizar a continuidade do projeto colonizador (SCHMITZ; NUNES, 2018).

A vinda dos imigrantes, em particular europeus, mudou radicalmente o perfil do sul do Brasil, o qual passou a ser europeizado e com forte ênfase na pequena propriedade de base familiar. No entanto, a poderosa classe dos latifundiários continuou inalterada em sua estrutura agrária, pois os imigrantes colonos contribuíram para fortalecê-la ainda mais, já que não representavam concorrência na atividade econômica principal dos grandes produtores, ao mesmo tempo em que, devido à necessidade de pagar pelos lotes adquiridos, não podiam conformar-se em produzir apenas para a subsistência ou de “se acaboclam”, necessitando produzir excedentes. O apoio ao latifúndio ocorreu através do fornecimento de alimentos, facilitação dos meios de transporte, capitalização da terra e liberação da mão de obra nacional, tudo colocado ao dispor daqueles que detinham condições econômicas ideais para usufruir.

Na página seguinte, vemos o mapa da divisão territorial do Estado, com a evolução histórica do Rio Grande do Sul, de apenas 4 municipalidades em 1809, para 497 municípios, em 2020. No período que separa os respectivos mapas, pode-se perceber que a distribuição do território do Estado do Rio Grande do Sul sofreu drástica alteração. De apenas 4 grandes municipalidades, paulatinamente sofreu desmembramentos menores, chegando aos 497 municípios existentes atualmente.



Mapa 2: Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809. Divisão territorial - RS, em 2020. Fonte: IBGE, 2021, reproduzido e editado por Álison Wagner, 2021.

Tais desmembramentos implicam divisões territoriais que se sucederam na maior parte de forma não arbitrária, visto que, no passar do tempo, formaram-se regiões com determinado perfil socioeconômico, engendrando certas características de ocupação vinculadas à vocação econômica ou cultural do local.

A distribuição da população no território também não aconteceu de maneira uniforme. O eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul constituiu a área mais povoada do estado, concentrando 19 municípios, com uma população superior a 100 mil habitantes, o que representa 48,3% da população do estado. A maioria absoluta dos municípios, 66,2%, possui menos de dez mil habitantes, revelando áreas com baixa densidade. Estas estão mais fortemente localizadas na faixa oeste, centro e norte do Rio Grande do Sul. Com densidade abaixo de vinte habitantes por quilômetro quadrado, correspondem às regiões da Fronteira Oeste, Campanha, Vale do Jaguari, Central, Nordeste, Alto da Serra do Botucarái, Hortênsias e Campos de Cima da Serra (IBGE, 2021).

Em comparação com os demais estados brasileiros, com relação à densidade demográfica, o estado está acima da média nacional, porém abaixo dos outros estados da região Sul. A maior aglutinação da população concentrou-se nos eixos de maior dinamismo econômico, revelando a busca das pessoas por locais onde houvesse mais oportunidades para garantir a sobrevivência e a melhoria nas condições de vida.

Após essa sucinta retrospectiva histórica do estado, daremos seguimento ao capítulo, abordando com maiores detalhes a região do Alto da Serra do Botucaraí – antigo município de Soledade. Através do entendimento das formas de ocupação que se constituíram no território, do insulamento que se reflete na ausência dos entes públicos para disciplinar condutas, da vastidão dos campos entregues em sesmarias e dos movimentos camponeses, busca-se o entendimento do caboclo serrano, expropriado dos seus espaços tradicionais de ocupação, com pouca ou nenhuma terra, que no processo de acomodação permaneceram nos locais mais longínquos, normalmente nas áreas de matas, estabelecendo uma dinâmica própria, tanto econômica quanto cultural.

Serra do Botucaraí: dominação e esquecimento

Franco aponta que “primeira penetração do homem branco em terras da Serra do Botucaraí data do ano de 1633 pelos missionários jesuítas, que faziam um trabalho de catequese e aldeamento dos índios” (FRANCO, 1975, p. 9). Para isso criaram-se as reduções indígenas, presentes em praticamente todo o território rio-grandense. A Redução de São Joaquim localizava-se na Serra do Botucaraí, nas pontas do rio Pardo, onde hoje é o território do município de Barros Cassal.

A historiografia missioneira apresenta um conjunto de dezoito reduções, estabelecidas sistematicamente ao longo da metade norte do Rio Grande do Sul. Tais reduções constituíam a chamada província do Tape, e integravam um conjunto com mais de sessenta espalhadas pela denominada Província Jesuítica do

Paraguai, criada em 1607, resultado de um acordo entre a Companhia de Jesus e Coroa espanhola. (VICROSKI, 2011, p. 67).

Conforme Aurélio Porto (1943), em *História das missões orientais do Uruguai*, o que determinou a criação da redução de São Joaquim foi a existência de significativa população indígena e também a facilidade de exploração dos ervais nativos que existiam. Digno de nota é o tremendo esforço para sobreviver, abrir picadas e aldear os indígenas metidos em matos e ásperas serranias. Apesar das dificuldades devido à íngreme geografia, a redução de São Joaquim prosperou grandemente, “congregando mais de 1.000 famílias catequisadas” (PORTO, 1943, *apud* FRANCO, 1975, p. 10).

Para Vicoski (2011, p. 67), “não se pode precisar com exatidão a localização de todas as missões deste período”. De um conjunto de 18 reduções da província do Tape, seis estariam localizadas nos municípios que compõem a bacia hidrográfica do alto Jacuí, dentre as quais São Joaquim, de 1634.

Em poucos anos, no entanto, essa redução, assim como as demais do território sulino, foi extinta com a chegada das bandeiras paulistas, caracterizadas pela violência e pela busca de índios para servirem de escravos nas regiões produtoras a partir de São Paulo:

Diante da violência devastadora dos bandeirantes, os padres e índios, em massa, emigraram por volta de 1639 para a margem ocidental do rio Uruguai (a atual província argentina de Misiones), donde só começaram a refluir depois de 1682 [...]. (FRANCO, 1975, p. 11).

Após a destruição da redução de São Joaquim, a região de Soledade voltou a ser território unicamente de ocupação indígena, pois a partir de 1640 cessam as expedições bandeirantes. No entanto, no período mais próspero das sete reduções jesuíticas, no século XVIII, esse mesmo local passou a interessar às expedições missionárias. Acredita-se que tenha permanecido na memória dos jesuítas a existência dos imensos ervais que compunham a principal fonte de riqueza dos sete povos e que vieram buscar na Serra do Botucarái.

Os índios missioneiros eram equipados nas suas comunidades com carros de bois e cargueiros, com bolsas de couro para o acondicionamento da erva, assim como a carne e o tabaco para consumo. Acampavam durante longos períodos nos locais que estavam reservados para cada povo de onde extraíam a erva-mate, somente retornando com os carros carregados depois de vários meses (FRANCO, 1975).

Fontes portuguesas dão conta de que haviam feitorias primitivas na região. Em 1714, Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor de Laguna, soube por um índio que dessa povoação viera, que na Serra do Botucaraí havia minas de prata e ouro, que dizia estar sendo exploradas e trasladadas para as aldeias missioneiras pelos padres da companhia. Após organizar uma frota e ir averiguar a existência de tão rico tesouro, constatou que na realidade a riqueza eram os grandes ervais que os jesuítas exploravam (PORTO, 1943, *apud* FRANCO, 1975, p. 11).

Mesmo após a destruição das missões jesuíticas, quando a Comissão veio demarcar a região em 1788, pelo Tratado de Tordesilhas, encontraram-se os ervais em franca atividade, conduzidos pelos povos indígenas missioneiros, sendo que nos anos seguintes a presença dos índios ervateiros era constante. Desse período restou a estrada criada pelos missioneiros e que serviu de elo de ligação entre a Serra do Botucaraí, a Fronteira e a região das Missões através de Cruz Alta.

É possível que após o fim das missões jesuíticas tenham permanecido no território da Serra do Botucaraí alguns indivíduos familiarizados com a extração da abundante erva-mate e do pinhão. A fim de ilustrar a demarcação do local, a seguir constam as imagens da pedra missioneira. A Figura 1 mostra a pedra utilizada pelos índios para a delimitação dos ervais e a demarcação do território; na Figura 2 consta as inscrições e simbologias gravadas na estela, encontrada no município de Fontoura Xavier (GALVAN; SILVA; CITTOLIN, 2017).

Em 1798, o capitão José Saldanha empreendeu uma expedição nos campos e ervais localizados ao norte das cabeceiras do rio Pardo. Nessa ocasião participou de sua comitiva o tenente de milícias André Ferreira de Andrade, que, em 1816, obteve uma sesmaria no local denominada Novo

Herval². O relatório descreve a topografia do local, que entre outras coisas relatou a qualidade ruim dos campos. Essa qualidade “duvidosa” não impediu que o tenente André Ferreira se apossasse dessas e ali se estabeleceu a partir de 1803 (FRANCO, 1975, p.18).

A ocupação de Soledade está relacionada à abertura da picada de Butucarai em 1810. A construção da picada objetivava rechaçar os índios até a Serra Geral na costa do rio Uruguai, sua antiga habitação; deixar livre o acesso aos tropeiros que comerciavam com São Paulo, principalmente economizando o percurso em mais de sessenta léguas e estabelecer um comércio entre Rio Pardo e as Missões. Na ocasião já havia relatos de moradores brancos vivendo no local, os quais exigiam tais providências, tentando também afugentar os habitantes que os qualificavam como “selvagens”.



Figura 1: Marco missioneiro dos ervais e do território. Fonte: Ortiz (2008).



Figura 2: Marco de inscrições e simbologias. Fonte: Ortiz (2008).

² Novo Herval, Campo Novo do Herval, Campo Novo, Campos Novos de Sima (sic) da Serra de Butucarai e Rincão de Butucarai são designações que correspondem ao atual território de Soledade (FRANCO, 1975).

Ao realizar a abertura da picada do Butucaraí, encontrou-se a “estrada das carretas, que dos Ervais segue para os Povos das Missões”, ou seja, já existia esse elo constituído anteriormente. Nessa ocasião foram encontradas quarenta éguas gordas de André Ferreira de Andrade, sendo o primeiro estabelecimento pastoril de Soledade. Possivelmente as milícias de Rio Pardo e os tropeiros objetivavam abrir um novo caminho, entre outras coisas, para a fixação dos primeiros habitantes locais de origem lusitana (FRANCO, 1975, p. 24).

A partir dessa necessidade estabeleceu-se o critério que fundamentaria toda a distribuição de terras no Brasil, o qual não poderia ser o feudal, incompatível com a dinâmica interna da colônia, mas o escravista colonial, solução encontrada pelas classes dominantes portuguesas para promover a ocupação e a defesa das novas possessões (ORTIZ, 2006).

A concessão de sesmarias obedecia ao interesse de um proponente de ocupar a área. Aqueles que tivessem meios de custear o oneroso procedimento requeriam generosas posses concedidas pelo governador da Capitania em nome do rei. Esse método perdurou até 1822, quando se extinguiu o sistema das sesmarias. Nesse esquema, o favoritismo era dominante e cometiam-se grandes injustiças contra os posseiros:

Entrementes, pelo que se sabe dos cronistas da época, a distribuição de sesmarias não atendeu a critérios de justiça, tendo relegado ao desamparo e à incerteza numerosos moradores pobres, que se iam estabelecendo como podiam, ora como agregados dos sesmeiros, ora como lavradores independentes nas sobras de camose matos. Essa era a situação de toda a província, e dos rincões de Cima da Serra do Butucaraí. Nestes, havia uma circunstância favorável: por mais que se espichassem e dilatasse os limites das sesmarias, não seria possível abranger alguns amplos trechos de território, que permaneceriam devolutos por muito tempo (FRANCO, 1975, p. 26, *grifos meus*).

A concessão de sesmarias em Soledade foi nos mesmos moldes daqueles realizados em outras partes do Rio Grande do Sul, “[...] deixando inúmeras famílias pobres à margem da distribuição e concedendo grandes

áreas aos “amigos do rei”, que não raramente, jamais residiram nas áreas de campos que lhe foram dadas. (EIFERT, 2017, p. 33)”.

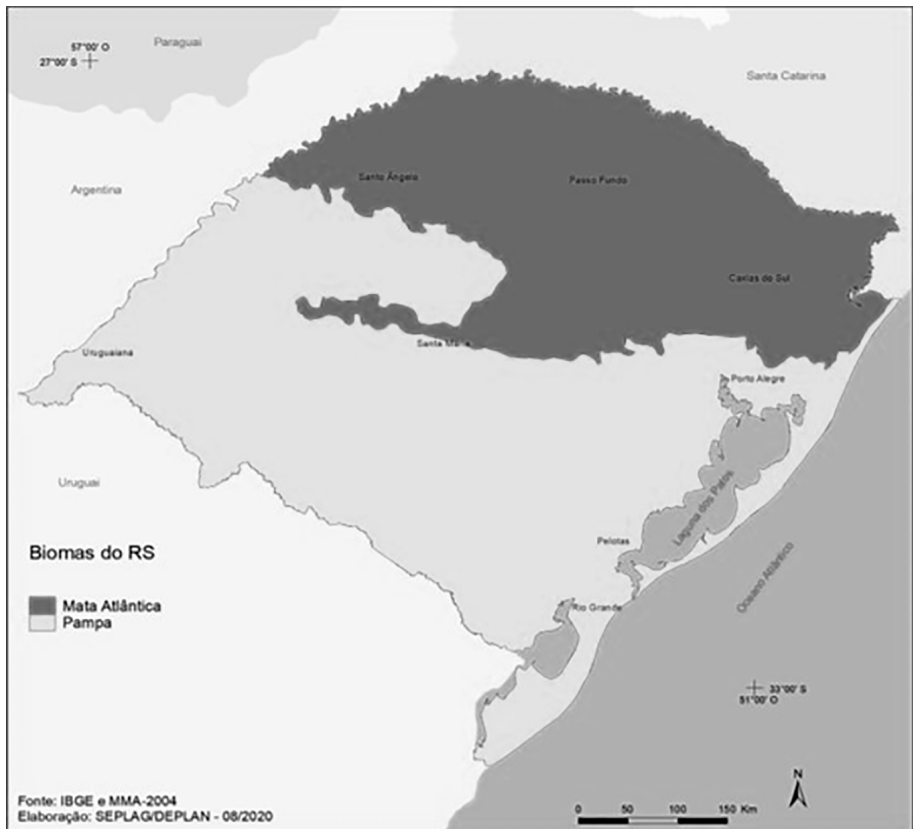
A característica central desse modelo era o monopólio da terra, que pressupunha apossar-se da maior extensão possível antes que alguém o fizesse. Contudo, os matos não estavam incluídos nas áreas a serem concedidas, sendo possível a sobrevivência dos lavradores pobres que não obtiveram terras.

No período colonial, as concessões foram o padrão dominante de apropriação da terra, e no lado oposto encontravam-se os posseiros, que ocupavam pequenas áreas produzindo o suficiente para atender as suas necessidades, eventualmente fornecendo produtos para as necessidades dos latifundiários e, principalmente, servindo de mão de obra aos grandes produtores.

Os lavradores pobres também eram muitas vezes responsáveis pelo cultivo da terra, assumindo a posição de arrendatários, já que os proprietários, devido à enormidade de suas propriedades e as exigências do cultivo pelo governo colonial, encontravam desse modo uma maneira de usufruir renda através da sublocação de terras e, ao mesmo tempo cumprir com as exigências para não as perder (ORTIZ, 2006).

A forma como foi a distribuição das terras é importante para o entendimento da ocupação que se forjou na região do Alto da Serra do Botucaí. As áreas de campos e pastagens foram as preferidas e compuseram a melhor parte das sesmarias concedidas. Assim, a região das matas, principalmente as terras íngremes e serras, foram “esquecidas”, o que possibilitou a ocupação pelos produtores pobres.

Sendo parte do vastíssimo território de Rio Pardo, as distâncias eram enormes de um local a outro, dificultando as operações de logística e comunicação, o que corresponde a dizer que os territórios eram virtualmente isolados. Esse contexto de grandes distâncias e isolamento contribuiu para tornar certas comunidades pobres, chamadas “fundões” ou “grotões”, alijadas de forma permanente da vida do município. Tal como o nome “Soledade”, em razão do grande território concentrado nas mãos de poucos proprietários e também da inexistência de um poder público efetivo e presente, tornou-se conhecida por seu sinônimo, “solidão”.



Mapa 3: Biomas do Rio Grande do Sul: a região das matas e os campos do pampa. Fonte: IBGE, 2004, reproduzido por SEPLAG/DEPLAN, 2020.

Soledade é solidão: a luta contra o insulamento

A construção da capela ao culto do Divino, em 1832, possivelmente tenha sido o indício do princípio de uma mentalidade comunitária entre os habitantes do que atualmente seria Soledade, sendo a religiosidade o meio de agregação.

De acordo com Verdi (1987), a história passada de geração a geração conta que tal capela deveria ser construída no local onde alguns estancieiros estavam levando a imagem de Nossa Senhora, e ao passarem pelo topo de uma colina perceberam que as rodas da carroça que conduziam,

se quebraram. Ao terminar de consertar as rodas, deram-se conta de que foram os bois que fugiram. Após trazê-los de volta, atrelaram-nos novamente, mas percebem que outra roda da carroça se quebrou. Um outro relato conta que teria sido a própria canga que segurava os bois na carroça que teria se quebrado. Por esse fato o local passou a se chamar Canga Quebrada, hoje no atual município de Fontoura Xavier. A partir dali, convencidos de que ocorrera um fato extraordinário, os estancieiros decidiram erguer uma modesta capelinha onde a santa permaneceria, chamando-a, a partir de então, de Nossa Senhora da Soledade. O nome Soledade, *soledad* em espanhol, teria sido dado em virtude de o local ser demasiadamente tranquilo e ermo, ao que os filhos dos tropeiros que faziam seu pouso e sesteada conduzindo o gado às Missões, lá chegados diziam: “Viemos da Soledade” (VERDI, 1987, p. 14).

A partir de 1833, o território de Soledade tornou-se parte do município de Cruz Alta durante vinte e três anos, com o qual manteve poucas relações, mas que ficou marcado pela insatisfação dos moradores, revelada na correspondência de Lucio Ferreira de Andrade, com as autoridades governamentais, em vãs tentativas de reverter essa vinculação e retornar ao município a que anteriormente pertencia, Rio Pardo, mais próximo, onde, conforme o Juiz da Paz, Lúcio Ferreira de Andrade, em documento de 1º de dezembro de 1833, à Câmara de Rio Pardo, seria o “local onde todos procuram todos os socorros de que necessitam” (FRANCO, 1975, p. 32).

As grandes distâncias sempre foram um problema premente com relação à produção pastoril, agrícola e extrativista. Nota-se na correspondência aos responsáveis a necessidade que havia de melhoramentos no caminho da serra, pois tratava-se de uma área inóspita, coberta por densa vegetação, que por falta de manutenção tornava perdida a produção de erva-mate que caía dos cargueiros, e perdia-se também cavalos. Os pedidos de melhorias se sucedem ao longo dos anos, sempre clamando providências em relação ao “ruinoso estado da Serra e caminho do Butucarai” (FRANCO, 1975, p. 34).

Em 1834, o líder Lucio Ferreira de Andrade pede auxílio ao Estado para intervir na questão agrária que estava gerando a miséria no distrito, conforme correspondência aqui transcrita:

Ilmo. e Exmo. Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, tendo-me esforçado o quanto está ao meu alcance para o aumento da agricultura neste Distrito, que até o presente, por esta falta, **tem sido miserável**. Exmo. Sr., **parte destes moradores merepresentam não poderem aumentar as suas agriculturas por falta de terras, porquanto os sesmeiros, e ainda os que não têm sesmaria, defendem a entrada destes na Serra Geral, em toda a extensão que comportam com os seus campos; chamam seus aqueles matos da Serra Geral que verdadeiramente são realengos.**

Procedimento este de grande prejuízo a este Distrito, e a meu ver até criminoso: e **para minha inteligência recorro a V. Exa. por ser de tanta utilidade a cultura da Serra e fabrico da Erva-Mate, ramo de tanta utilidade, por esta forma proibido por estes proprietários de campos que não cultivam nem deixam cultivar, e não poderem os lavradores formar posses, de que espero V. Exa. se sirva determinar-me a respeito.**

Ds. Ge. a V. Exa. Distrito de cima da Serra de Butucaraí, 23 de fevereiro de 1834. Ilm.º e Exm.º. Sr. Dr. José Marani, Digníssimo Presidente da Província. (a) Lúcio Ferreira de Andrade, Juiz de Paz (FRANCO, 1975, p. 34, *grifos meus*).

Esse documento, contemporâneo nas demandas sociais, retrata a realidade de pobreza vivida naqueles tempos na Serra do Botucaraí, sendo emblemática em todo o sul brasileiro, por deixar exposto o conflito sempre presente entre os proprietários de terras e os lavradores e ervateiros, estes ocupantes das áreas de matas, posseiros sem propriedade, excluídos da dinâmica de desenvolvimento e progresso que se desenhava em outras áreas da província sulina e que repetiu-se no início do século XX, após a ação das empresas colonizadoras, na distribuição das áreas aos novos imigrantes europeus.

Em 1847 ocorreu a primeira estimativa da população do distrito de Botucaraí, que apontava que compunha o terceiro distrito de Cruz Alta uma população de 1.240 pessoas, entre homens livres e escravos. Sérgio da Costa Franco (1975), em sua obra *Soledade na história*, esclarece que o insulamento geográfico, que sempre foi característico da região, dificultou sua ocupação. Cercada pelos despenhadeiros da Serra do Botucaraí ao sul, por matas fechadas junto ao rio Jacuí, por boqueirões bordados de

floresta da Serra Geral do Taquari ao leste, o planalto soledadense não oferecia tantos atrativos espaciais para atividades produtivas e a apropriação privada das terras mediadas pelas colonizadoras. Esse seria um dos principais motivos do desenvolvimento moroso que caracteriza a região, pois os fretes sempre representavam um custo muito elevado a qualquer produto, por melhor que fosse:

É verdade que o fabrico de erva-mate é a mais importante produção do Distrito de Soledade, mas também é verdade que apenas um quarto dessa produção, às costas de burros, que tem que vencer a escabrosa Serra, vai a Rio Pardo e Cachoeira (FRANCO, 1975, p. 52).

Assim, durante todo o século XVIII, a grande preocupação dos produtores, ervateiros e demais habitantes locais, relacionava-se à abertura de caminhos e às melhorias da estrada da Serra de Botucaraí. Nesse sentido, a necessidade de diminuir a distância entre a freguesia de Passo Fundo e a capital poderia ser aproveitada pelos soledadenses que, conseqüentemente, se beneficiariam.

A melhoria das estradas estava atrelada ao fato de que a erva-mate havia se tornado um importante e valoroso produto de intenso comércio. Os ervais conservavam-se públicos e eram inacessíveis à apropriação privada, diferentemente dos campos, porém os grandes proprietários insistiam em se apropriarem dos mesmos, expulsando aos poucos os posseiros. Em 1855, os relatos de viajantes davam conta de que:

A povoação não tinha senão 22 casas habitadas e uma capela diminuta. [...], mas os moradores informaram de que em todos os campos e recantos [...] havia mais de 3.000 habitantes, com muitas fazendas de criar, invernadas e engenhos de socar erva-mate. (FRANCO, 1975, p. 50).

Em 1857, por sugestão da própria municipalidade de Cruz Alta, criou-se a vila de Passo Fundo, Soledade passando a ser freguesia desta. A partir de então, o território de Soledade foi dividido em três distritos, na seqüência: da Restinga; da Soledade e do Lagoão.

Ambos os locais, Passo Fundo e Soledade, tinham características semelhantes, criando-se como ponto de passagem de tropas e mulas, com a povoação desenvolvendo-se concomitantemente, sendo que até Passo Fundo receber a ferrovia São Paulo-Rio Grande teria um número de habitantes inferior ao de Soledade. A administração pública da Vila, profundamente centralizada durante o Império, permaneceu distante das demandas que a Freguesia tinha.

A similitude existente entre ambos os municípios pode ser vista na forma como aconteceram as participações em eventos bélicos, que exigiram o envio de tropas. Nesse sentido, Soledade, sendo um importante distrito de Passo Fundo, sempre foi instada a enviar um grande número de seus cidadãos para as frentes de batalha.

Soledade como expressão de “solidão” revela-se nos lugares ermos, isolados e distantes que compuseram o seu território, o qual foi disputado entre diferentes municípios, primeiramente Rio Pardo, após Cruz Alta e por último Passo Fundo, porém de certa maneira esquecida nas demandas que lhe possibilitariam alcançar melhorias para a sua população.

A participação em conflitos: “homens de faca na bota”

Soledade está presente no imaginário regional como “terra de gente valente”, ou “homens de faca na bota”, possivelmente em função da participação em conflitos bélicos, como os ocorridos com o Uruguai e Paraguai. Conforme aponta Franco (1975, p.64):

Quando dos incidentes ocorridos em 1864 com o governo do Uruguai, do então presidente Aguirre, o Império decidiu intervir militarmente naquele país e Passo Fundo foi conclamado a enviar tropas para servir à Guarda Nacional. Foram recrutadas principalmente em Soledade, formando o 9º Corpo Provisório, dividido em seis companhias. Essa unidade teve atuação nas campanhas do Uruguai e do Paraguai, sucessivamente (FRANCO, 1975, p. 64).

Os relatos apontam os sucessivos recrutamentos que se faziam em Soledade, havendo momentos em que praticamente não se podia contar com mais soldados, diante da exiguidade de homens, seja pelo tamanho da população, seja pelo pânico que se instalou entre os que ficaram, pois sabiam que não retornariam aos seus lares. Franco (1975), em seu livro *Soledade na história*, conta que não é possível saber de que meios os comandantes utilizaram para conservar seus recrutas. E quando a sede municipal já era incapaz de fornecer soldados, mesmo assim saíram dois destacamentos. Ao final das guerras, Soledade dera contribuição mais expressiva que Passo Fundo e a própria Câmara municipal sugeriu sua emancipação para Vila.

Possivelmente, seja da participação nas guerras e do retorno desses homens com glórias de vencedores que surgiu a fama de valentia que Soledade adquiriu e que se reforçou nos anos seguintes. Agregou-se culturalmente à população uma maneira de resolver querelas a espada ou faca. A volta como sobreviventes das campanhas sangrentas do Uruguai e do Paraguai, alçou-os a uma condição de mitos locais. Isto, aliado ao poder econômico, insuflou um determinado tipo humano que o senso comum credita façanhas heroicas e que a população em geral se espelha. Nesse contexto, pode-se situar também os conflitos políticos, domínio dos mais influentes, fortemente presente na vida do município, como reforço do poder local. Para Verdi (1987) esta é “terra de rudes valentões que buscam vinganças mesquinhas”. Não por acaso, uma expressão de uso comum ao referir-se ao soledadense qualifica-o como “faca na bota”, querendo dizer que se compelido a tal, puxa-se uma faca que mantém escondida na bota.

A Lei Provincial nº 962, de 29 de março de 1875, elevou Soledade à categoria de Vila, permanecendo idêntico o tamanho de seu território. A partir daí procedeu-se eleições de seus líderes e a instalação do município. A partir da emancipação, as demandas passam a ser pensadas e resolvidas pelos próprios habitantes locais, não sendo mais possível culpabilizar o distanciamento da sede.

Neste sentido, a questão da instrução escolar pública foi sempre um aspecto delicado da história do município, o qual viria a influenciar os demais municípios da região, seus antigos distritos, no futuro. Chegou-se ao ponto de não haver quem ensinasse no município, ao menos nesses primei-

ros anos. Os professores eram em número diminuto, e quando acometidos por problemas de saúde, as aulas eram interrompidas indefinidamente.

Os municípios da Serra do Botucaraí possuem um histórico de altos índices de analfabetismo e falta de acesso à educação, que se depreende da diminuta quantidade de escolas, especialmente até meados do século XX e que pode ser elencado como uma das mazelas que influenciou na pobreza presente no território. Conforme Franco (1975, p. 102) “A insuficiência do quadro escolar permaneceria por longos decênios, marcando negativamente o município, em sucessivos recenseamentos, por um alto percentual de analfabetos³”.

Novamente, em 1893, outra guerra foi declarada, dessa vez civil, que viria a impactar o destino dos soledadenses. Iniciou em julho de 1892, quando Júlio de Castilhos retomou o poder, ao que os federalistas dos municípios de Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Soledade realizaram atos de resistência. A partir de 1893 transformou-se em guerra aberta, ocasionando a perda de incontáveis vidas em violentos embates.

Ao término das batalhas, após sucessivas tomadas da Vila de Soledade pelos federalistas, o então intendente Antônio João Ferreira, em 20 de novembro de 1895, enviou ofício ao Governo do Estado informando que não sobrou “Sequer livros ou papéis pelo qual possa o conselho guiar-se no sentido de regularizar seus trabalhos de conformidade com as leis, tudo foi levado pelo banditismo que infelizmente ainda infestam as matas deste município. (FRANCO, 1975, p. 98)”.

Seguiu-se um longo período de conflitos latentes entre republicanos e antirrepublicanos, estes últimos detentores do maior poder econômico no município. Talvez tenham sido as querelas não resolvidas que culminaram com a participação dos soledadenses na revolução de 1923⁴, com embates

³ Essa realidade ficará demonstrada nas páginas subsequentes, ao se abordar a questão do analfabetismo na Região, em especial no atual município de Fontoura Xavier.

⁴ A Revolução de 1923 foi o movimento armado ocorrido no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, no ano de 1923, em que lutaram, de um lado, os partidários do presidente do Estado, Borges de Medeiros, conhecidos como *Borgista* ou *Ximangos*, que usavam no pescoço um lenço branco, e de outro os revolucionários aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, chamados *Assisistas* ou *Maragatos*, que usavam no pescoço um lenço vermelho (BRASIL, s/d).

acontecidos principalmente no atual município de Fontoura Xavier, e que resultou em várias mortes.

Novamente, agora em 1932, a região de Soledade participou ativamente de uma revolução, dessa vez entre os apoiadores da Revolução Constitucionalista, encabeçada pelos paulistas, e as tropas armadas do Governo de Flores da Cunha, no local denominado “Costa do rio Fão”, por isso conhecido como Combate do Fão⁵, divisa entre os territórios de Lajeado e Soledade, hoje divisa dos municípios de Fontoura Xavier, Pouso Novo e Progresso. Um grupo de constitucionalistas de Soledade comandado pelo general Cândido Carneiro Júnior (Candoca) partiu em direção a São Paulo para prestar auxílio aos paulistas na revolução. O objetivo era depor o presidente Getúlio Vargas. No combate, as forças governistas mataram, repeliram e desbarataram o grupo de revoltosos, porém ocasionando incidentes e conflitos de ressentimentos e vinganças que permanecem, além das marcas emocionais na população da região, até o presente.

Nas eleições municipais de 1896, foram contados setenta eleitores, e a respectiva estatística das profissões dava conta de que 28 eram lavradores, 13 eram empregados públicos, 10 eram negociantes, 4 eram caixeiros, 1 era pedreiro, 6 eram carpinteiros, 7 viviam de agência (serviços e trabalhos diversos) e 1 era pároco (FRANCO, 1975, p. 101).

Propriedade privada e colonização das terras de Soledade

Com relação às concessões de sesmarias na região de Soledade, conforme as pesquisas conduzidas por Eifert (2017, p. 40), chegou-se a um levantamento de “dez sesmarias concedidas e localizadas próximas umas das outras”. Ainda hoje, após todas as emancipações ocorridas, Soledade é um dos maiores municípios em área territorial do Estado, o que faz inferir que 10 sesmarias é um número reduzido em comparação a este vasto ter-

⁵ Refere-se à família Von Reickemback, que fixou residência à beira do rio Fão, que deu o nome ao combate. Como a pronúncia do vocábulo germânico *Von* é *fon*, o povo a adotou como Fão. Assim, o rio ficou sendo chamado Fão (PAULA, 1972).

ritório. Em Soledade, conforme Ortiz (2006), estas áreas correspondiam ou eram vizinhas aos antigos ervais missioneiros.

Simultaneamente às concessões sesmeiras e à formação dos latifúndios, pequenos posseiros sem título da propriedade tiveram que sair das terras que ocupavam, pois muitas das sesmarias concedidas englobavam também estas áreas. Estes sujeitos dificilmente puderam tomar conhecimento das deliberações oficiais para apresentar alguma contestação.

À medida que as concessões se deram, as opções mais comuns para caboclos, nativos e posseiros foi integrar-se à sociedade de classes de forma subalternizada, ou deslocar-se forçosamente para as matas, cada vez mais ao norte (ZARTH, 1997).

No correr dos anos, a promulgação da Lei de Terras de 1850 foi um divisor de águas na legislação brasileira relativa à propriedade rural, sendo a primeira lei agrária nacional. Esteve em funcionamento entre os anos 1850-1854 e 1889, e serviu, ainda que com falhas, ao seu propósito, pois até a segunda metade do século XIX era impossível ter certeza sobre os limites das propriedades, já que não se sabia onde iniciavam e onde terminavam os domínios públicos e particulares das terras brasileiras (SILVA, 2016). O objetivo da Lei de Terras era principalmente disciplinar a apropriação territorial, colocando impeditivos para os apossamentos, ao mesmo tempo em que serviria para discriminar, medir e vender as terras devolutas (ORTIZ, 2006). Outra questão referia-se à intenção de dificultar o acesso fácil à terra, a fim de, mediante a extinção do tráfico negreiro, ter disponível mão de obra para o funcionamento das fazendas (SILVA, 2016).

A exigência britânica de colocar um fim ao tráfico negreiro representou um duro golpe para a classe dominante brasileira, dependente da escravidão, passou a incentivar a vinda de trabalhadores rurais europeus para trabalhar, principalmente nas fazendas de café. Entretanto, devido à abundância de terras à disposição, seria necessário criar mecanismos para impedir o acesso dos imigrantes às terras, os compelindo a trabalhar nas fazendas (ORTIZ, 2006).

Dessa maneira, a Lei de Terras foi promulgada em 18 de setembro de 1850, com o intuito, primeiramente, de dificultar o acesso à terra para as camadas mais pobres da população, e nem tanto às elites locais, que ao

regularizar, avançavam ou incorporavam novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres, sem o poder de reagir (ZARTH, 1997).

Quanto às terras já de posse, a lei determinava que fossem regularizadas, medidas e demarcadas até a emissão de títulos legítimos de propriedade. Quanto às terras devolutas, eram definidas por exclusão, sendo aquelas que não estavam sob uso público ou domínio particular. Essas poderiam ser vendidas pelo governo, que com os recursos oriundos faria novas demarcações e importaria colonos livres.

Em 1854 houve o decreto que mandava executar a Lei de Terras efetivamente. A partir de então, obrigou-se a fazer o registro das possessões, respeitando-se trâmites e prazos, sob pena de haver multas. O registro era feito através dos vigários das freguesias, o qual passou a ser chamado de Registro Paroquial de Terras:

A forma como se conduziu e efetivou os processos de medição e demarcação das posses e propriedades pela Lei de 1850, permite concluir que, através dela, foi reafirmada a concentração fundiária no país, anteriormente instaurada com as sesmarias [...]. A Lei de Terras não só deixou de impor limites às grandes propriedades, como excluiu o imposto territorial e permitiu o absenteísmo, ao determinar que as posses pudessem ser legitimadas mediante morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o representasse (ORTIZ, 2006, p. 53).

Em Soledade, a legitimação acontecia no registro paroquial da Igreja Católica, para os posseiros que tivessem comprovada a existência de cultura na terra. Já as posses de terras públicas eram feitas junto ao Governo, na condição de serem medidas, divididas e demarcadas perante um juiz comissário.

Na República, as terras passaram da União para o Estado, que restringia a apropriação das terras públicas, permitindo apenas a legitimação das posses anteriores a 1889, desde que constituída de boa-fé, com cultura efetiva e morada habitual do posseiro, e se requerida no prazo improrrogável de dois anos, a contar da regulamentação da lei (FRANCO, 1975).

Em Soledade, a aplicação da Lei de Terras de 1850 não aconteceu de forma rápida, pois “configurou processo longo e complexo, onde convive-

ram, nem sempre harmoniosamente, diferentes formas de acesso, uso e apropriação da terra” (ORTIZ, 2014, p. 159).

Para orientar as políticas de importação de colonos imigrantes e medições de terras devolutas, foi previsto o estabelecimento da Repartição Geral de Terras Públicas, regulamentada pelo decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, a qual era encarregada de dirigir a medição, divisão, descrição e conservação das terras devolutas, assim como fiscalizar a venda e distribuição, além de promover a colonização nacional e estrangeira.

Com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860, a 3ª Diretoria, das Terras Públicas e Colonização, absorveu as competências da Repartição de Terras Públicas e Colonização. O trabalho de medição e demarcação de terras, no entanto, não era realizado de forma satisfatória, conforme queixas relatadas nos relatórios ministeriais da pasta da Agricultura do período. Em 1870, constituiu-se o primeiro grupo para chefiar uma comissão, sendo que o grupo antecedeu a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas, que, por sua vez, junto com a Agência Oficial de Colonização, deram origem, em 1876, à Inspetoria Geral de Terras e Colonização (MAPA, 2016).

Em 1910, com o objetivo de dar maior impulso às discriminações de terras públicas no estado, o diretor da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), Carlos Torres Gonçalves, propôs o aumento das Comissões Discriminadoras. Entre elas, o da Comissão de Terras de Soledade, pois neste espaço se recebiam os descendentes de imigrantes dos núcleos mais antigos (ORTIZ, 2014).

Desde 1857 haviam registros da entrada dos alemães no território soledadense. Mas no início do século XX essa composição mudou definitivamente com a entrada de italianos, principalmente no que atualmente se conhece pelos municípios de Itapuca, Guaporé, Anta Gorda, Espumoso e Sobradinho. Os alemães se concentraram em Tunas, Arroio do Tigre e nas divisas com Santa Cruz do Sul. Esse afluxo de imigrantes transformou a região, de um perfil caboclo, para um perfil europeizado.

Ainda no século XIX iniciou um movimento constante de exportação para a Alemanha de pedras preciosas extraídas no Rio Grande do Sul pe-

los imigrantes alemães. Esse processo, primeiramente, ocorreu em áreas de colonização alemã, como Lajeado, mas rapidamente alastrou-se para outras regiões, como Ametista do Sul e Soledade. O conhecimento das pedras provavelmente tenha vindo com os próprios imigrantes alemães, que já atuavam nesse segmento no país de origem, porém, com o fim da mineração na Alemanha, encontraram aqui um contínuo e rentável mercado.

No início era uma atividade essencialmente braçal, as pedras eram carregadas em lombo de burro. Com a descoberta de que no Estado havia amplas áreas produtoras, principiou a extração no subsolo, abrindo poços com tratores e retroescavadeiras. Aos poucos a atividade migrou da colonização alemã para a colonização italiana, a qual é dominante no seguimento.

Do início do século até 1930, Soledade viu a melhoria gradual das suas comunicações, através da instalação do telefone público, da publicação de jornal e da construção da estrada que fazia ligação com Venâncio Aires. A iluminação pública, o sistema bancário e o surgimento dos veículos automotores contribuíram para alterar o panorama local. Através da formação de áreas coloniais houve um aumento dos índices demográficos e econômicos. Em 1920, o município foi recenseado com 39.163 habitantes, um acréscimo de 70% em relação a 1900, porém essa população se encontrava espalhada nos seus distritos, sendo que a sede permanecia diminuta (FRANCO, 1975).

Durante esse período, a matriz econômica do município permaneceu com a produção de gado *vacum*, fumo, erva-mate e banha. O território soledadense, repleto de matas de araucária, foi alvo da exploração predatória durante anos na venda e exportação de madeira. Hoje praticamente inexistente a floresta de araucária. Ainda assim, a esperança de desenvolvimento residia nos núcleos colonizadores, de onde se acreditava que viria a maior riqueza do município.

Em comparação com a crescente expansão demográfica, a instrução escolar mantinha-se precária. “O Estado subvencionava importância relativamente avultada as escolas particulares, porém o ensino público era esquecido. O índice de matrículas⁶ por mil habitantes era de apenas 46”

⁶ Essa realidade somente se alterou muitos anos depois. No Censo Demográfico de 1970, os resultados

(FRANCO, 1975, p. 116). Não havia interesse em promover a educação da população pobre.

No século XX, o grande território do município de Soledade foi desmembrado em vários pequenos municípios. Principiou em 1927, com a emancipação de Sobradinho, seu mais próspero distrito. Um dado sugestivo com relação ao município, é que mesmo com a perda de Sobradinho, em 1940, a população de Soledade era de 70.279 habitantes; em 1950 saltou para 95.869, um expressivo aumento de 37% em dez anos. A partir daí, as emancipações retiraram parte significativa de sua população e de sua economia.

Espumoso emancipa-se em 1955; Maurício Cardoso e Arvorezinha em 1959; Camargo tornou-se distrito de Marau; na década de 1960, Barros Cassal, Fontoura Xavier e São José do Herval conseguiram a autonomia; Tunas incorporou-se a Arroio do Tigre. De uma população de quase cem mil habitantes, atualmente o município não possui mais que 31 mil pessoas.

A região do Alto da Serra do Botucarái compreende atualmente dezesseis municípios: Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Soledade, Victor Graeff, São José do Herval, Nicolau Vergueiro e Tio Hugo.

Ao longo do tempo, a região manteve algumas características que a tornaram conhecida como uma região com predomínio de latifúndios, pois a terra pertence a poucas e antigas famílias que praticam a atividade agropastoril, principalmente a criação de gado, e mais recentemente as extensas lavouras de plantação de soja. Neste sentido, o esquecimento em relação à população mais humilde, especialmente aos caboclos, sempre fizeram parte da história da região.

A seguir, conheceremos em detalhe o movimento dos Monges Barbudos, o qual possivelmente tenha se configurado em uma forma de resistência pacífica dos caboclos que viviam no interior da região, denominado “fundão”, em relação às suas condições de vida.

já não se mostravam tão desanimadores, a alfabetização de menores chegava a 80% da população e a alfabetização de adultos, 50% (FRANCO, 1975, p. 134).



Mapa 4: Região Alto da Serra do Botucaraí. Fonte: Rio Grande do Sul, 2012.

O movimento dos Monges Barbudos

Possivelmente a religiosidade de significativa parte dos habitantes da região tenha sido um dos fatores de agregação das comunidades pobres, cujo isolamento e falta de oportunidade têm sido constantes pelo que se pôde depreender, principalmente nas distâncias entre a sede do município e os distritos.

Ao se erigir, em 1832, a primeira capela do culto ao divino, de influência portuguesa, ficou demonstrado que essa particularidade local não ficou segregada, mas obteve reforços com o passar do tempo, tornando-se uma característica pronunciada na população cabocla da região.

O movimento dos Monges Barbudos se insere no contexto provocado por grandes transformações sociais, econômicas e políticas pela qual passava o país na década de 1930 e sinaliza mudanças que a vida dos habitantes da região, como de outras, vinham enfrentando com o advento

da imigração europeia para o Rio Grande do Sul desde o século anterior. Situados à margem do processo de apropriação da terra, numa relação marginal com as demais etnias, os caboclos da região do Alto da Serra do Botucaraí vislumbraram no outro mundo, a saída para a miséria terrena.

Finalmente empurrados e “conformados”, uma parte importante da população soledadense, aprofundou-se cada vez mais no “sertão” (fundão), de onde teriam produzido um entrelaçamento do catolicismo místico português e da mística indígena, descambando para o fanatismo religioso, em que a figura de um mito ou messias foi utilizada como redentora das mazelas sofridas.

O sertão tem sido uma constante na literatura e nos registros históricos de que tratam do Brasil. A palavra possui uma origem controversa, com muitas definições. Algumas dessas definem sertão como um “lugar do interior”, “terra entre terras”, ou com baselatina “*desertanu*”, o qual significa “desertão”. Sertão remete a um lugar pouco habitado e pouco desenvolvido. Ao homem simples, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos e culturais, lhe sobrou a ocupação do sertão. Nesse *habitat* consegue sobreviver, ao mesmo tempo em que poderia se “esconder” da sociedade que o enxerga de forma preconceituosa.

Na região do Alto da Serra do Botucaraí, na década de 1930, o sertão caracteriza terras dobradas (montanhosas), em meio a áreas de matas, distantes da civilização, lugares de ecos, sobras, pois as áreas pastoris já teriam sido ocupadas pela grande propriedade pecuarista. A ligação tanto física quanto econômica e cultural com a sede Soledade era pequena, praticamente inexistente. Nesses locais longínquos, a extração da erva-mate predominou durante um longo período, porém, após seu quase esgotamento, as culturas de subsistência e do cultivo do tabaco foram as formas que se mantiveram para a sobrevivência.

Como em outras regiões do Brasil, em Soledade surgiu um movimento messiânico em uma escala menor, quando comparado aos grandes movimentos messiânicos, como Canudos, no sertão da Bahia, e Contestado, nos estados de Santa Catarina e Paraná durante a República, ou ainda a revolta dos Muckers, ocorrida em São Leopoldo-RS entre 1873 e 1874. Esse movimento principiou nos rincões esquecidos do interior de Soledade.

de, apropriadamente chamado de “fundão”. Nesse espaço residiam pequenos produtores rurais, analfabetos em sua maioria, com pouco ou nenhum contato com a sede do município.

Uma das principais causas do Movimento dos Monges Barbudos foi a exclusão dos caboclos, retirando-lhes a posse da terra, onde estavam acostumados a viver e a trabalhar nos campos pastoris. Na região, estão presentes ambos os biomas característicos do estado, os quais se dividem abruptamente em, de um lado os campos para a pecuária, grandes extensões de poucos proprietários e, do outro, as áreas de matas circunvizinhas aos campos, distribuídas em pequenas propriedades, vendidas aos colonos alemães e italianos. Com as melhores partes do território já ocupadas, estes camponeses se afastam cada vez mais, ocupando áreas distantes, longevas. Assim Cremonese (2009, p. 107) argumenta:

Alijados do processo de desenvolvimento econômico da pecuária, que exigia propriedades com grandes extensões de terra, próprias da geografia da região de Soledade, restaram aos caboclos [...] habitar as regiões mais rugosas, ou também chamadas de “fundão” do Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul.

Vivendo nesses fundões, a vida acaba por se desenvolver em um ritmo próprio, já que estão isolados do convívio social com outras comunidades. Neste sentido, é possível entender o que representa a chegada de um desconhecido. Na primavera de 1935, o colono André Ferreira França, apelido Deca, deu pouso a um andarilho em sua casa, costume da época em razão das longas distâncias e dos precários meios de locomoção. O andarilho ensinou a ele e à sua família as propriedades medicinais das ervas, enfatizando a necessidade de preservar a natureza e não poluir a água dos rios, “alertou também sobre os males provenientes do tabaco, desaconselhando o seu cultivo ou, ao menos, sua secagem junto às casas, prática usual na época” (KUJAWA, 2001, p. 48-49).

O andarilho apresentou-se como o monge João Maria, que seria o mesmo São João Maria, considerado o santo dos excluídos, fazendo suas aparições em épocas de grande mudança social, especialmente em locais esquecidos do interior do país, realizando aconselhamentos baseados na

religião, na cura pelas ervas, pela água e nos milagres. A população desassistida e sem esperança encontrava em São João Maria apoio para enfrentar a penúria e a desesperança, transformando o personagem em lenda.

A memória popular credits ao monge João Maria o desencadeamento e a liderança do movimento caboclo e camponês do Contestado, ocorrido em Santa Catarina e no Paraná, de 1912 a 1916.

Deca havia recebido a incumbência, como representante do santo monge, de orientar a população quanto à necessidade de rezar, fazer novenas, purificar o sangue (o que era feito através da ingestão de chá de caroba), respeitar a natureza, venerar Santa Catarina e São Francisco de Assis e, em especial propagar a paz, não criar inimigos, não utilizar armas, enfim, evitar toda forma de violência (KUJAWA, 2001, p. 54).

Ao movimento deu-se o nome de Barbudos, pois os homens mantêm a barba longa como sinal de identidade do grupo e de vinculação com o monge São João Maria.

O conflito e a violência foram parte integrantes do cotidiano dos moradores de Soledade, para quem a valentia era sinônimo de coragem. Particularmente, para os caboclos a questão da honra tinha um valor cultural muito elevado, num contexto em que as forças presentes estavam em permanentes conflitos, traduzidos nas diferenças entre lenços brancos e lenços vermelhos, representados por chimangos e maragatos, ou governistas e opositoristas, e também, as forças policiais, repressoras. Nesse sentido, as proposições pacifistas do monge João Maria, trazidas à prática por Deca França, consistiam revolucionárias. Aconselhamentos que faziam parte da doutrina, como “trabalhar pouco”, “não trabalhar aos sábados e domingos”, podem ter sido vistos como vadiagem, vinculado ao discurso das outras etnias, contra o caboclo.

O movimento ganhou dimensão a partir do envolvimento, inicialmente dos próprios moradores e, após espalhando-se por toda a região. Deca passou a contar com o auxílio de Andreza, sua sobrinha, de quem se dizia ser a encarnação da própria Santa Catarina, e de Tácio Fiuza, que se tornou seu substituto quando houve a necessidade de se ausentar (VERDI, 1987).

Durante a Semana Santa de 1938, um grande contingente de pessoas compareceu na igreja de Santa Catarina, em Bela Vista, interior de Soledade, onde se dizia que o “Santo Monge” pessoalmente iria comparecer. Conforme Kujawa, “a aglomeração formada no local provocou espanto entre os comerciantes e moradores não adeptos do movimento, pois pessoas chegavam de todos os lados” (KUJAWA, 2001, p. 59).

A partir de então, os fatos se desencadearam de forma rápida e violenta. Um clima de grande instabilidade se formou entre os comerciantes e os moradores da região, principalmente os grupos de descendentes de imigrantes italianos, que temiam que a multidão atacasse nos dias em que se seguiram, em busca de comida, pois havia a ideia de que permaneceriam ao menos 15 dias em peregrinação ao local:

Os que mais reclamaram junto à esfera pública de repressão regional sobre o movimento religioso dos caboclos da região das matas de Soledade foram justamente os comerciantes e, na grande maioria, descendentes de colonos italianos (KUJAWA, 2001 *apud* TEDESCO, 2008, p. 29).

Diante dessa perspectiva, ainda que pudesse ser fantasiosa, de serem atacados, os moradores locais decidiram chamar a polícia para comparecer no local a fim de dispersar a multidão. A polícia chegou dando tiros para o alto, mas não intimidaram os peregrinos. Na sequência, atiraram contra a igreja e contra as pessoas, ocasionando ferimentos e mortes. Os relatos dão conta da crueldade dos ataques, sem haver qualquer menção de resistência por parte dos caboclos.

Durante a ação policial, a vítima foi Tácio Fiuza, líder do movimento naquele momento, pois Deca França se encontrava escondido para fugir das perseguições. Estando no altar, descobriu a imagem de Santa Catarina, a qual estava coberta com um manto, para que esta “visse” a violência que estava acontecendo.

O comandante da força policial entrou na igreja e Tácio se apresentou ao policial, ao que se seguiu bofetadas, insultos e amordaçamento. Tácio foi levado para fora e ao tentar se livrar e fugir, foi atingido por vários disparos, embrenhando-se

na mata, sendo depois recolhido pelos seus, vindo a falecer algumas horas depois (KUJAWA, 2001, p. 60).

Durante o velório em outro local, na casa de familiares, novamente ocorreu aglomeração de pessoas, pois acreditava-se que Tácio iria ressuscitar após três dias. A polícia atuou novamente, dessa vez atirando, conduzindo presos 102 monges, os quais foram amordaçados e submetidos a interrogatórios no distrito de Jacuizinho e outros em Porto Alegre. Houve relatos de tortura psicológica realizada durante os interrogatórios.

Após repressões violentas que espalharam o terror em toda a região, a polícia empreendeu esforços no sentido de localizar Deca França, líder do Movimento, porém não o encontraram. Após dois anos, o próprio Deca decidiu apresentar-se à polícia e enviou mensagem que queria se entregar. Compareceram na casa onde estaria, o delegado e um grande número de policiais, temendo ser uma armadilha em represália aos ataques empreendidos contra os monges. Porém, o que encontraram foi somente Deca, que ao abrir a porta foi alvejado inúmeras vezes, inclusive pelas costas, após ter conseguido caminhar até uma cerca que havia em frente. “Os policiais ainda abriram uma cova e o enterraram” (KUJAWA, 2001, p. 64). Com a morte de Deca França o movimento se encerrou.

Kujawa (2001) interpreta que o medo dos saques e de uma possível violação das propriedades, foi o que teria levado à violenta repressão, já que os monges não teriam como garantir seu sustento, mais preocupados em rezar e tomar chá de caroba do que trabalhar. Além disso, haveria a diminuição dos lucros dos comerciantes pela redução do plantio do fumo.

Culturalmente, destacam-se as diferentes formas de conceber a terra entre os caboclos e os imigrantes, ou seja, enquanto os imigrantes buscavam regiões de maior produtividade, para os caboclos a terra era apenas o meio de garantir o sustento. Outro aspecto refere-se à religiosidade do caboclo, que não está direcionada à hierarquia da Igreja, mas às próprias crenças disseminadas entre o grupo, revelando-se dinâmica e abrangente.

Estas diferenças traziam estranhamento, gerando medo nos demais diante da perspectiva de um grupo que não se preocupava em garantir o seu sustento, que se revelavam “satisfeitos” com sua condição econômica,

um grupo de “vagabundos”, “fanáticos” que precisavam ser detidos para “garantir o curso do progresso” (KUJAWA, 2001, p. 68).

O Movimento dos Monges Barbudos parece ter sido uma busca de sentido, da preservação do seu modo de vida, em uma tentativa de congregar aqueles que possuíam a mesma identidade cultural e as mesmas condições existenciais. Foi tachado de “anormal”, fruto do misticismo religioso feito por ignorantes, incultos, retratados de feios, relaxados, preguiçosos, designações essas preconceituosas atribuídas genericamente ao caboclo ao longo do tempo.

Alba Zaluar Guimarães (1979, p. 146) cita dois paradigmas que descrevem os movimentos messiânicos: os participantes aparecem negativamente “como loucos, sanguinários, bandidos ou fanáticos”, e os mais paternalistas, “ingênuos, pacíficos, místicos ou católicos ortodoxos”. Ambas as versões revelam sinais de alteridade, pois “trata-se de marcar as fronteiras entre “nós” e os “outros”.

A forma de resistência utilizada, ainda que totalmente pacífica, poderia ser vista como uma reação dessa população, perante os novos desafios que se apresentavam, da passagem dos valores antigos para os novos, centrados principalmente no econômico e no individualismo. Ao não ter mais esperanças na sociedade, nas autoridades constituídas, experimentavam um pedido ao ser supremo – Deus, pois, como não tinham forças para se impor ante à miséria de sua condição, resistem dirigindo-se ao metafísico, que poderia deter o verdadeiro poder de salvá-los. Seu martírio tornou-se exemplo de luta e resistência.

Por outro lado, os demais cidadãos, entendem que a “anormalidade” deve ser punida de todas as maneiras, as tentativas de barrar o progresso e a modernidade devem ser eliminadas da boa sociedade. Martins (1997, p. 17, apud KUJAWA, p. 77) destaca que os movimentos camponeses sempre foram vistos como fruto do atraso, onde os pobres são vistos como os depositários do tradicionalismo conservador, como vítimas e patrocinadores desse atraso.

Para Cremonese (2009, p. 107), “tendo seu maior bem, a terra, ameaçado, os caboclos começaram a resistir, e a principal forma de resistência

foi sob a forma religiosa, fator de identidade para eles”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sertão, o deserto e o fundão são nascedouros prósperos para tais formas de resistência. As agitações decorrentes desses movimentos se constituem em importantes tentativas de vencer a exploração e se constituem nas bases de resistência não violenta do campesinato.

O entendimento do movimento dos Monges Barbudos tem relevância para o conjunto da dissertação, visto que as condições materiais das comunidades caboclas da região praticamente não se alteraram desde então. O decurso do tempo influenciou em aspectos relacionados ao acesso à informação, por exemplo, com o uso da televisão e dos aparelhos celulares, mas permanecem, no entanto, as condições relacionadas à propriedade da terra, a agricultura de subsistência e as formas de religiosidade.

Na sequência iremos demonstrar através dos dados econômicos, a forma como se configura a região, em relação aos principais elementos de sua formação, como o seu espaço territorial, o qual é um dos determinantes do seu perfil produtivo; a ocupação humana, influenciada primordialmente pela distribuição das terras e as consequências desses fatores, demonstradas através de estatísticas.

Panorama socioeconômico da Serra do Botucaraí

A região Alto da Serra do Botucaraí apresenta considerável participação de sua população no meio rural, com ênfase em pequenas propriedades e nas atividades relacionadas ao plantio de soja, bovinos de corte e leite, produção de fumo, extração de erva mate, entre outras. A indústria de transformação não possuiu representatividade no conjunto da economia da região, exceto no município de Soledade, através do beneficiamento de pedras preciosas. O produto interno bruto (PIB) *per capita* é um dos mais baixos do Estado, revelando as dificuldades enfrentadas pela economia.

Em 2012, a região representou 0,6% do PIB total do Estado, ocupando a vigésima terceira posição entre as regiões do Estado. Os municípios de Lagoão e Barros Cassal encontram-se entre os de menor PIB *per*

capita; já o município com maior PIB *per capita* é Nicolau Vergueiro (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

O baixo PIB reflete-se no menor consumo de energia elétrica do Estado. Conforme o Censo 2010, no que diz respeito às comunicações, os domicílios com acesso à internet e com telefonia fixa eram, respectivamente, 17,7% e 17,5% do total, índices próximos a metade das médias estaduais. O índice de 85,1% dos domicílios com telefonia móvel, embora também menor, se aproxima bastante da média estadual, que é de 90,7%.

Os indicadores sociais relacionados à renda, saúde, educação e acesso ao saneamento básico estão bastante abaixo das médias, demandando políticas públicas direcionadas a esses problemas. A região apresenta contrastes entre os municípios localizados ao norte, com a economia mais ativa e melhores indicadores sociais, e os posicionados ao sul, com dificuldades econômicas e indicadores sociais entre os mais baixos do Estado. Um dos agravantes dessa situação é a dificuldade de escoamento da produção devido aos problemas relacionados à infraestrutura de transportes.

A população da região gira em torno de 100.000 mil habitantes (FEE, 2021). A proporção de pessoas vivendo no meio rural e urbano está em relativo equilíbrio, sendo que 46% estão no campo e 54%, nas cidades, indicativo de uma alta participação de população rural, se comparado à outras regiões.

O Rio Grande do Sul, com uma taxa de 0,49% a.a., foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, com algumas regiões apresentando diminuição nas suas populações. Embora não haja um esvaziamento, a região também não mostra crescimento populacional, sendo que a população urbana apresentou na década crescimento de 1,17% a.a., ao passo que a população rural decresceu -1,01% a.a. Um maior dinamismo econômico, principalmente ao norte da região, está associado a uma taxa positiva de incremento populacional. Já ao sul, os índices têm permanecido negativos.

Com relação à faixa etária da população, de acordo com o censo demográfico de 2010, o Estado vem observando mudanças na sua conformação, com menor número de crianças e jovens e maior número de adultos e idosos. Observou-se também diminuição da taxa de fecundidade

e aumento da expectativa de vida da população idosa. Na abrangência nacional, o Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade entre os estados e a quarta maior em expectativa de vida. A região do Alto da Serra do Botucará segue esse padrão. Na década 2000-2010, a população da faixa de 0 a 14 anos teve uma diminuição de 16% e as faixas de 15 a 65 anos e acima de 65 anos tiveram um aumento de, respectivamente, 6% e 31%.

Na questão do desenvolvimento – o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE), baseado em três categorias, qual sejam, renda, educação e saúde, está na vigésima sexta posição, de um total de 28 regiões, com um percentual de 0,689, classificada como um desenvolvimento mediano, puxado para baixo principalmente no quesito renda, o quinto menor do Estado.

Em relação às condições ambientais e de saneamento, mantém boa disponibilidade de recursos hídricos. A malha de rios, que forma o Jacuí e drena o território, dilui os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das agroindústrias locais, e recebe também contaminantes oriundos das atividades agrícolas e pecuárias, principalmente resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados ao cultivo do fumo e da soja e também dos dejetos da criação de animais.

Sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos de água colabora para a degradação dos recursos hídricos do Estado como um todo, resultado de décadas da ausência de investimentos. Não existe tratamento do esgoto nos municípios da região, ainda é possível constatar em menor percentual o abastecimento de água através da captação em poços ou nascentes nas propriedades ou até fora dessas, em rios, açudes ou lagos. Conforme o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), em média, 21% dos domicílios têm banheiros ou sanitários ligados à rede geral ou fossa séptica, percentual ainda inferior à média do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar os índices dos municípios de forma isolada, constata-se que variam de 2,3% (Fontoura Xavier) a 71,9% (Soledade). Observa-se ainda que persistem em praticamente todos os municípios o uso de práticas inadequadas na destinação dos resíduos produzidos.

Algumas questões mostram-se centrais para o futuro da região, e são

elencadas, conforme os relatórios de gestão dos últimos governos, como preocupações que merecem atenção especial. Entre essas destaca-se a diminuição da população, seja pelo baixo percentual de natalidade, seja pela migração das populações, principalmente na faixa etária entre 15 e 65 anos, que abandonam a região em busca de trabalho ou oportunidades em outros locais. Para minimizar esse impacto negativo sobre o crescimento econômico, a região precisa minimizar esse processo, gerando novas formas de incentivar o desenvolvimento.

Outro aspecto importante é dinamizar o setor agrícola e melhorar a infraestrutura do meio rural para que as populações permaneçam nas áreas, já que a região é dependente do segmento agropecuário. No quesito vulnerabilidade social, a região possui baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, taxas de analfabetismo preocupantes, problemas com habitação e pobreza rural elevada. Os centros urbanos da região são ineficazes no tratamento de esgotos. Uma grande parcela do que é coletado nas cidades é jogado *in natura* nos rios, somado aos resíduos oriundos da criação de aves, suínos, que carecem de tratamento adequado para que não contaminem o lençol freático e os cursos de água. Causa preocupação as sucessivas estiagens que vem acontecendo nos últimos anos, ocasionando aumento geométrico dos malefícios que acometem a região.

Referir-se à região do Alto da Serra do Botucaraí remete ao município de Soledade, pois historicamente, essa região configurou-se a partir deste. Em uma análise mais detida nos elementos que compõem a região, percebe-se que alguns locais sobressaem no cenário econômico, principalmente aqueles que se beneficiam dos aspectos geográficos, com terras mais adequadas para a prática de uma agricultura em larga escala, como por exemplo, o município de Espumoso, que se destaca no plantio da soja. A vocação pecuarista da região, característica predominante de Soledade, ainda se conserva, porém, aos poucos, parece estar perdendo lugar nos últimos anos para o plantio da soja, tendo em vista os altos preços praticados da cultivar, o que tem atraído a transformação dos campos característicos do bioma pampa em áreas de lavoura.

A região ao longo das últimas décadas tentou fomentar investimentos

no setor de pedras preciosas, realizando desde a atividade extrativista até o beneficiamento do produto. Em anos anteriores demandou um grande percentual de pessoas empregadas nesse setor, porém, atualmente encontra-se em declínio, tendo diminuído a utilização de mão de obra. Vários fatores contribuíram para essa redução, mas a globalização dos mercados acabou por aumentar expressivamente a concorrência no segmento, diminuindo a competitividade do setor.

Essas alterações na matriz econômica da região exercem influência decisiva para os seus habitantes, especialmente para os caboclos, os quais estão empregados nas fábricas de beneficiamento de pedras, construção civil e demais atividades características do meio urbano, se residentes neste entorno das cidades. Já no meio rural, estão atuando como peões nas fazendas de gado, ou ainda nas lavouras de soja e também, exercendo a agricultura de subsistência em áreas mais periféricas dos municípios.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas devido aos fatores externos alteraram a condição de vida dos sujeitos, pois incorporam novas dinâmicas, às quais devem se adaptar. Um aspecto que demonstra isso é o número elevado de pessoas que migram para outros locais a fim de garantir as condições de sobrevivência, como, por exemplo, os movimentos migratórios para a Serra Gaúcha, onde encontram maior empregabilidade nas indústrias.

Este capítulo tem importância para o conjunto da dissertação por conter elementos que demonstram a região a partir da constituição dos seus elementos históricos, os quais atestam a existência de, primeiramente, um núcleo jesuíta realizando a exploração de erva-mate, com grande presença de povos autóctones, bem como a existência de um caminho antigo, construído para o fim de locomover-se e transportar a erva-mate entre um sertão e outro.

Neste sentido, parece ter se constituído na região um elo de continuidade em relação ao passado, com forte presença do elemento caboclo, primeiramente atuando em fazendas pastoris e concomitantemente no extrativismo da erva-mate, da madeira e quando posseiro, praticando a agricultura de roças de subsistência.

Devido a questão da concentração fundiária presente regionalmente,

especialmente a parte sul da região concentrou um grande contingente de caboclos, os quais estão acomodados em locais mais íngremes, nas encostas das serras e matas e, principalmente no município de Fontoura Xavier.

Pelas condições históricas presentes na região, esta revela-se com carências que ficam demonstrados através de diversos indicadores socioeconômicos, como em relação à renda, desenvolvimento econômico, educação, entre outros, estando entre as regiões mais carentes do Estado.

Este conjunto de informações serve como um guia para compor uma visão ampla da caracterização do espaço onde está inserido o caboclo que se almeja pesquisar.

No próximo capítulo veremos mais detidamente o município de Fontoura Xavier, o qual é paradigmático por conter em seu território um reflexo de muitos dos elementos que compõe a região. Representa o *lócus* que demonstra as condições em que vive o caboclo, do qual pode-se dizer que é o principal ocupante do território.

CAPÍTULO 3

Aspectos do município de Fontoura Xavier

Ao pesquisador lhe resta a tarefa de definir, após análise das diferentes variáveis estudadas, qual será o seu *lócus* de pesquisa, pois ainda que almeje atingir um recorte de grande amplitude, este objetivo, aos poucos, se depara com as impossibilidades da realidade. Após esses primeiros arroubos, percebe-se que ao focalizar em nível micro, também é possível atingir as metas, e que a velha máxima “canta tua aldeia e cantarás o mundo”, de Leon Tolstoi, pode ser adaptada para “conhece tua aldeia e conhecerás o mundo”, aplicando-se esta regra ao estudo que se deseja conduzir.

Sendo parte do outrora vasto território do município de Soledade, Fontoura Xavier, assim como outros pequenos municípios vizinhos, experimenta um processo de individuação, porém mantendo com o município de Soledade uma relação de proximidade econômica e cultural. Sendo assim, tal como a região da qual faz parte, revela-se como um prisma refletindo suas características determinantes. Ao longo dos anos tem procurado galgar, não com pouco esforço, melhorias nos seus índices, como o analfabetismo, por exemplo. No entanto, as mudanças tão ansiadas nem sempre acontecem na velocidade que se espera.

Nesse sentido, a escolha do município de Fontoura Xavier deu-se por este representar as características presentes no todo maior, a região do Alto da Serra do Botucaraí, constituindo-se o *leitmotiv* que retrata o sujeito caboclo em seu espaço geográfico, sua economia e sua cultura. Para atingir o propósito do trabalho, neste capítulo faz-se um levantamento dos dados relativos ao município nos aspectos históricos, geográficos e populacionais, bem como os relacionados aos índices de desenvolvimento humano, dados concernentes à educação e também à economia local.

Na sequência, optou-se por abordar três variáveis econômicas, fortemente inseridas no município, que se constituem importantes sustentáculos para a comunidade cabocla fontourense, quais sejam, a cultura da erva-mate, a cultura do fumo e a trajetória dos tendeiros do pinhão, pequenos comerciantes estabelecidos às margens da rodovia BR 386, onde vendem a sua produção, recriando a economia da tradição, que permite que haja o aproveitamento dos saberes locais vinculados à inclusão econômica dos sujeitos que compõe a cadeia produtiva.

Este recorte do trabalho se justifica pelas particularidades do município. Primeiramente o território, que se caracteriza por um grande percentual de matas remanescentes da floresta atlântica, atualmente com certa proteção dos órgãos oficiais, principalmente o IBAMA, impedindo a excessiva exploração predatória; em segundo lugar, por se constituir em terras montanhosas, com pronunciados aclives e declives, praticamente impossibilitando a existência de lavouras do sistema *plantation*, ou seja, a monocultura em larga escala; o terceiro aspecto refere-se ao tipo de ocupação, na qual predominam os caboclos luso-brasileiros, com o sistema de cultura de subsistência, a maioria com terras insuficientes para participar de modo mais agressivo da agricultura praticada no sistema capitalista. Assim, com essas especificidades, o município de Fontoura Xavier tornou-se o adequado ponto de intersecção para identificar e analisar as características que estão presentes na cultura cabocla.

Aspectos socioeconômicos do espaço de pesquisa

A história de Fontoura Xavier confunde-se com a do município de Soledade, já que, reporta-se aquele município como centro imediato e aglutinador dos serviços de que necessita. No passado foi um dos seus principais distritos, sendo nomeado Rincão de Nossa Senhora, o qual possuía relação com o significado da palavra “rincão”, de lugar afastado, longínquo, cercado de matas e rios, possivelmente relacionado a aspectos do seu território, que apresenta muito claramente o final da área de campos nativos de bioma pampa e o início da região das matas.

O território onde hoje está situado o município foi, no século XVII, visitado pelo padre jesuíta João Soares que, em 1633 fundou a 15ª Redução Jesuíta (BORGES, 2010). Essa redução, como as demais, foi completamente destruída pelos bandeirantes paulistas na busca por escravos indígenas. Conforme Ortiz (2008), constatam-se, no atual território do município, indícios de acampamentos que marcam a passagem dos jesuítas. A prova material dessa redução é a pedra marco divisor de ervais dos jesuítas, patrimônio histórico do município, já referendada anteriormente neste trabalho.

Com o desenvolvimento de núcleos populacionais em diversos locais do Rio Grande do Sul, surgiram as rotas comerciais, por onde transitavam as tropas muars cuja finalidade era transportar mercadorias para o abastecimento de outras regiões do estado. Ao longo dessas rotas estabeleceram-se locais para o pernoite dos tropeiros, que nada mais eram que albergues rústicos providos com cercados destinados aos animais. Nesses pousos foram surgindo pequenos núcleos populacionais, em espaços até então não colonizados. Acredita-se que alguns desses grupos se instalaram na beira da estrada onde havia circulação das tropas, que cortavam a encosta do planalto norte-rio-grandense, ligando o Vale do Taquari ao atual município de Soledade, impulsionando a formação de vilas. Um desses núcleos originou o povoado de Guamirim, que recebeu essa denominação em virtude da expressiva quantidade de guamirins, árvores características do local e que atualmente corresponde ao município de Fontoura Xavier.

Predomina a etnia portuguesa, porém entre os seus habitantes também existem alemães, italianos e descendentes de nativos autóctones (CO-

MAJA, 2021). A formação populacional é caracterizada pela miscigenação étnica e, em menor expressão, descendentes das demais etnias europeias e africanos, estes últimos em número bastante reduzido (ORTIZ, 2008).

Como já citado anteriormente no capítulo que trata da região Alto da Serra do Botucaraí, entre os acontecimentos históricos acontecidos no território, o mais destacado foi a Guerra do Fão, em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista, com sangrentos embates ocorridos nas encostas do rio Fão, divisa com o município de Barros Cassal.

A BR 386 – Rodovia Leonel de Moura Brizola – corta esse território, e se constitui em fundamental elo com os centros urbanos maiores, propiciando uma boa logística para o escoamento da produção. Essa rodovia começou a ser construída em 1960 e, possivelmente tenha sido o motor propulsor do desenvolvimento de toda a região do Vale do Taquari e Alto da Serra do Botucaraí, por isso chamada de Estrada da Produção, ligando-se a diversos entroncamentos rodoviários do estado do Rio Grande do Sul (ZANCHET, 2013).

A área territorial de Fontoura Xavier é de 583,465 Km², para uma população em 2010, de 10.719 pessoas, com uma taxa de densidade demográfica de 18,37% (IBGE, 2021). Do total da população, cerca de 62% vivem no meio rural, onde se concentra, em média, cinco pessoas por família, o que supera a estatística do grupo familiar urbano.

Administrativamente, o município divide-se em cinco distritos: a Sede, Picada Silveira, Gramado São Pedro, Campo Novo e Três Pinheiros. Cada um se desmembra em várias comunidades e localidades menores, denominadas linhas ou picadas.

No que se refere à vegetação, ao norte e oeste pre-



Figura 3: População urbana e população rural do município de Fontoura Xavier. Fonte: IBGE (2010).

dominam as pastagens nativas, com manchas de capoeira em descanso; ao sul predominam as antigas matas nativas, especialmente a araucária, que aos poucos cede espaço para as áreas de plantio de fumo, milho e feijão. Percebe-se, em algumas áreas, o reflorestamento e o plantio de acácia, eucalipto e erva-mate (extrativismo vegetal). Resistem ainda, ao longo dos barrancos, os capões de guamirim, planta nativa local, que deu origem ao nome popular, mas não oficial, do local. Dos municípios da Serra do Botucaraí, é o mais característico no padrão geográfico, descrito pelos primeiros habitantes de origem branca, que relataram sua condição praticamente intransponível para aquela ocasião, com morros, serras, vegetação intensa e belezas naturais (ORTIZ, 2008).

O território se caracteriza por ter um relevo topográfico acidentado, fator que limita a sua expansão, ficando o solo constantemente exposto à degradação pelo processo da erosão. Apresenta-se em boa parte pedregoso, raso e com acidez elevada, segundo os padrões de fertilidade, com alta concentração de alumínio. Caracteriza-se também por um clima subtropical úmido, marcado por grandes amplitudes térmicas e temperaturas variando entre 35° C no verão a 1° C no inverno, podendo ser superior ou inferior em casos isolados, registrando em média temperaturas na faixa dos 17° graus Celsius. Toda a área está contemplada por uma excelente irrigação, com grande número de vertentes. Os principais rios são Forqueta, na parte leste, e Fão, na parte oeste. À medida que avançam em direção ao sul se juntam num único curso no município de Lajeado, formando o rio Taquari, um dos principais afluentes do rio Jacuí. Os rios e riachos, característicos do planalto, eram utilizados para gerar energia, exemplo, da usina hidrelétrica do rio Fão (ORTIZ, 2008).

Assim como em outros municípios da Serra do Botucaraí, a população fontourense tem sofrido com a pobreza. Conforme o IBGE, no levantamento realizado em 2003, o município ocupava a 32ª posição do Estado, com um percentual de 30,95% da população classificada como pobre (POF, 2002/2003).

No entanto, algumas melhorias têm sido observadas ao longo dos anos, o que se pode avaliar pelo índice de desenvolvimento humano (IDH), que oscilou de 0,331, em 1991, para 0,661, em 2010.

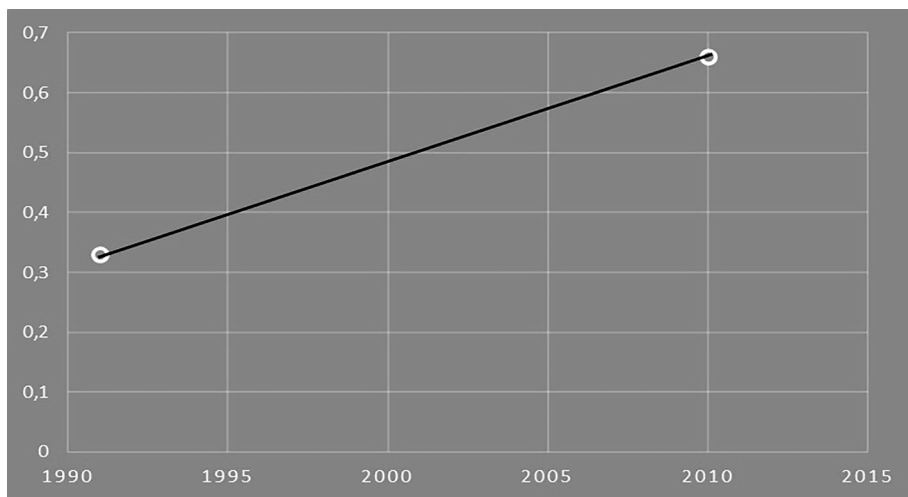


Figura 4: Índice de desenvolvimento humano (IDH) – Fontoura Xavier – período 1991 a 2010. Fonte: PNUD (2021).

Conhecida em todo o Estado por seus altos índices de analfabetismo, o que granjeou fama altamente depreciativa, a questão da educação sempre foi um desafio. Alguns índices vêm apresentando melhorias, como é o caso do ensino infantil, que em 2010 contabilizou 171 crianças matriculadas e em 2018, passou para 329 crianças matriculadas.

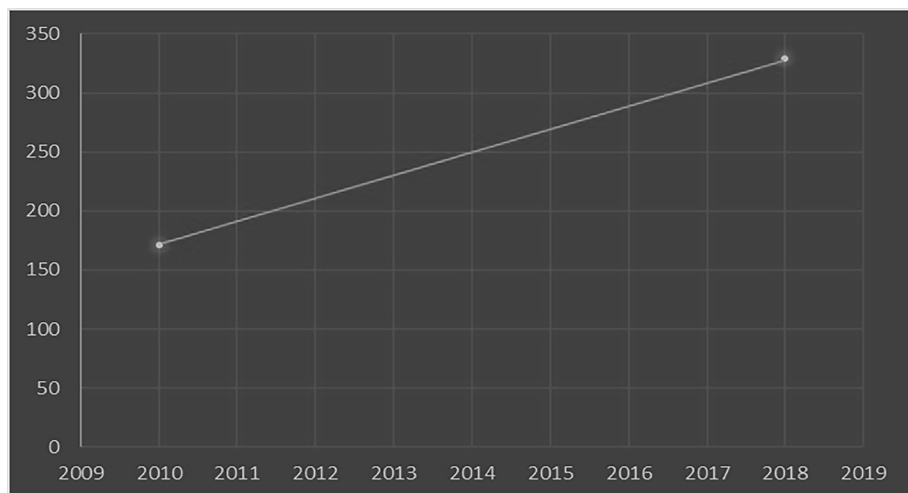


Figura 5: Evolução de matrículas no ensino infantil em Fontoura Xavier – 2010 a 2018. Fonte: INEP (2019).

De modo geral, os índices de analfabetismo estão diminuindo no país como um todo, e no estado do Rio Grande do Sul não é diferente. O Brasil apresentava, em 2010, uma taxa de analfabetismo de 9,6%, enquanto o Estado, de 4,3%. Nesse sentido, a fama da região Alto da Serra do Botucaraí se justifica, pois contabilizou 10,8% de analfabetos, um índice comparativamente maior do que o do próprio país (PESSOA, 2017).

Especificamente, Fontoura Xavier ocupa um desonroso penúltimo lugar no quesito analfabetismo, estando à frente somente de outro município da sua própria região, Lagoão. Ao realizar a comparação com outros municípios, é possível ter a ideia das dificuldades que apresenta.

Convém, no entanto, esclarecer que a manutenção desse percentual elevado pode ter relação com a permanência ou longevidade do extrato populacional que está sendo avaliado nas últimas décadas, ou seja, se há trinta anos quantificou-se a pessoa em situação de analfabetismo, e esta continua fazendo parte da contagem, sem ter tido acesso à alfabetização, ainda está presente na estatística, pois se deve levar em conta que o município é um dos que mais perde população no Estado, principalmente de jovens, mas mantém praticamente inalterada sua população de adultos e idosos.

A Figura 6 elucida melhor esse descompasso em relação às outras cidades do Estado. Parte-se do menor índice, representado pelo município de Feliz, ao maior índice, que corresponde ao município de Lagoão.

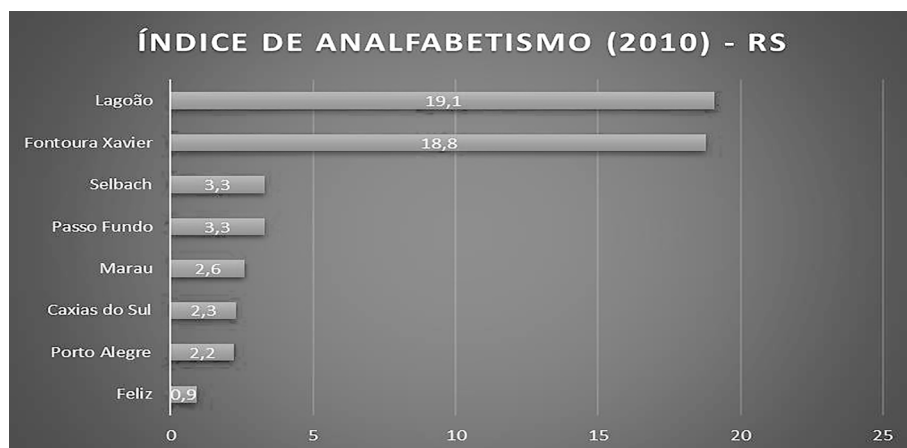


Figura 6: Índice de analfabetismo – amostragem comparativa entre alguns municípios do Rio Grande do Sul em 2010. Fonte: DATASUS (2010).

A economia do município baseia-se principalmente nos produtos agropecuários, como erva-mate, fumo, madeira, ovos, frango de corte, lenha, soja e bovinocultura. Também, em menor escala, feijão, milho, suinocultura, leite e pedras preciosas.

Alguns produtos se destacam, como a extração de madeiras em toras, sendo o sétimo maior produtor do Estado. Ainda, conforme os dados apurados pelo IBGE em 2019, é o 5º maior produtor de erva-mate do estado e o 16º do país, com grande diferença de produtividade em relação ao estado do Paraná, maior produtor do Brasil.

Conforme veremos em item específico sobre a produção de erva-mate, percebe-se que o município faz parte de um entorno contendo outros produtores locais, como Arvorezinha e Ilópolis, que possuem um solo e um clima propício para essa cultura, apresentando um perfil vocacional voltado para o plantio da cultivar, passado de geração em geração, e que vem sendo retroalimentado a partir dos povos autóctones, e após dado seguimento pelas comunidades locais.

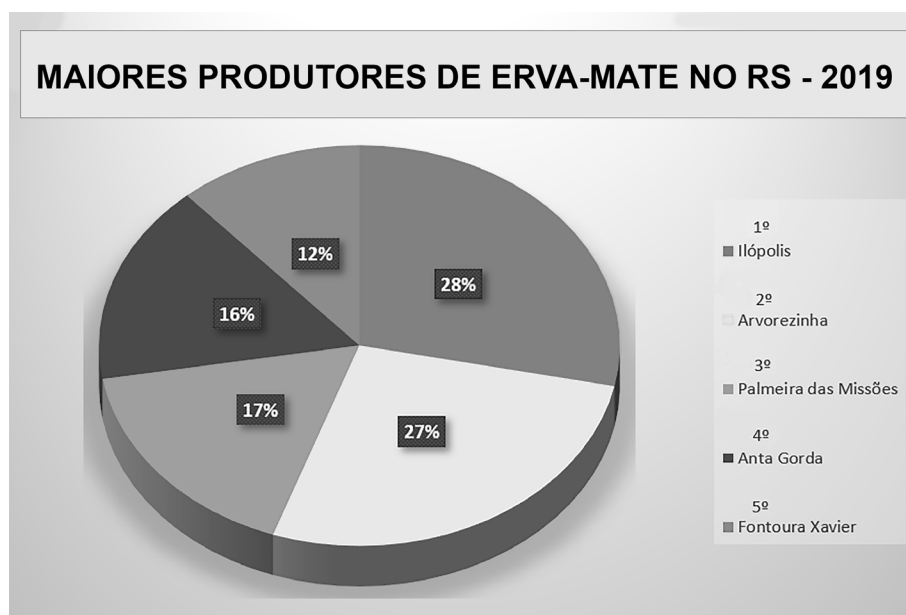


Figura 7: Os maiores produtores de erva-mate no Rio Grande do Sul – 2019. Fonte: IBGE (2019).

Às margens da BR 386 encontram-se as tendas de produtores que comercializam os produtos coloniais do município, com ênfase na comercialização do pinhão, por isso chamadas “Tendas do Pinhão”. O pinhão é o fruto da araucária e uma importante fonte de alimento e renda para as comunidades rurais que residem na região, especialmente para as comunidades pobres do Alto da Serra do Botucaraí. As Tendas do Pinhão se estendem numa área de aproximadamente trinta quilômetros de comprimento, entre os municípios de Fontoura Xavier e São José do Herval e compõem um mosaico de produtos endêmicos, como o próprio pinhão, extraído das florestas locais, vasos de concreto produzidos em fábricas artesanais, muitas vezes localizadas nos fundos da própria tenda, produtos adquiridos de fornecedores externos, como os tapetes de couro, que atualmente representam o maior percentual de comercialização dos comerciantes de beira da estrada.

Com relação às terras que compõe o município, dos 40.362 hectares, 94% estão em mãos de pessoas que possuem título de propriedade e 4% são arrendatários. A média é de 23 hectares por produtor rural, compostas de pequenas propriedades de agricultura familiar. Destes pequenos produtores, um dado representativo refere-se à sua escolaridade, dos quais mais de 51% fizeram apenas o antigo primário, ou elementar, do que se avalia que a maior parte corresponde a uma faixa etária mais elevada, ou seja, de idosos. Já a população de analfabetos corresponde a 9% das pessoas (IBGE, 2021).

Com relação à pobreza no município, em fevereiro de 2021 o número de pessoas beneficiárias do Programa bolsa família equivalia a aproximadamente 19% da sua população, abrangendo 863 famílias; se não houvesse o auxílio do programa, provavelmente estariam em extrema pobreza (PBF, 2021). A Figura 8 mostra os índices de alguns municípios do Estado, para fins de comparação.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2021

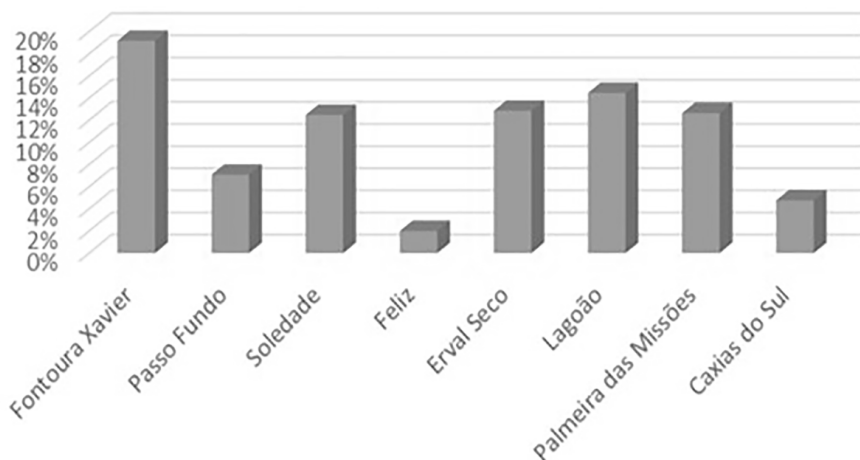


Figura 8: Municípios com o percentual da população atendida pelo Programa Bolsa Família em 2021. Fonte: Brasil (2021).

Atualmente 37,9% da população vive com renda de até meio salário mínimo e, com base nos dados de 2018, apenas 1.656 pessoas estão efetivamente ocupadas, significando que apenas 16% da população possui algum vínculo empregatício.

Portanto, a partir dos dados apresentados, é possível verificar que a região Alto da Serra do Botucaraí é uma das mais carentes do Rio Grande do Sul, especialmente o município de Fontoura Xavier, que está entre os mais desfavorecidos na comparação com o restante do Estado.

Nesse sentido, é importante salientar que a região possui vocação voltada para a agropecuária. No conjunto, os resultados dos avanços obtidos ao longo dos anos não têm sido suficientes para melhorar algumas questões fundamentais para o desenvolvimento, como, por exemplo, o alto índice de analfabetismo; o baixo percentual de pessoas ocupadas; a pouca diversidade e dinamismo econômico; a quantidade de famílias que vivem com até meio salário mínimo; entre outros fatores que impactam negativamente a qualidade de vida dessas populações.

As informações socioeconômicas são fundamentais para o entendimento das características do município de Fontoura Xavier, a quais também engendram um determinado perfil cultural. A seguir, abordaremos de forma mais detalhada três das atividades relacionadas ao município e que são fundamentais para a compreensão do perfil de ocupação cabocla constituída no espaço pesquisado, quais sejam, o extrativismo da erva-mate, a produção fumageira e as tendas do pinhão.

A cultura da erva-mate: a poupança dos pobres

A história da região Alto da Serra do Botucarái se construiu a partir do cultivo e exploração da erva-mate, atividade essa realizada primeiramente pelos povos autóctones e, em seguida, explorada pelos missionários jesuítas. Entre encontros e desencontros, é um relato que se compõe de migrações, usurpação do território, massacres e cativeiro das populações indígenas e da constante busca pelo ouro-verde que sempre foi característico da região noroeste do Rio Grande do Sul.

A erva-mate é uma cultura ancestral e de singular importância para o Estado e, especialmente para o município de Fontoura Xavier. Cientificamente chamada *Ilex Paraguriensis*, é uma planta originária da mata atlântica e pode ser encontrada de forma endêmica no território dos três estados da região Sul do Brasil, como também no norte da Argentina e no Paraguai.

Cultivar e extrair a erva-mate faz parte de uma tradição antiga, praticada pelos índios que habitavam as bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. À planta são creditados poderes curativos, por isso é chamada de “santa e milagrosa”.

As populações da região sul do país adquiriram o hábito de tomar a erva moída em água quente, ao qual dá-se o nome de chimarrão ou ainda, em água fria, gelada ou limonada, chamado de tereré. Ainda é consumido nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, na Argentina, Uruguai, Paraguai e também em algumas localidades do Chile e Peru. Conforme

Greff (2016, p. 12), “a produção de erva-mate abrange cerca de 180 mil propriedades dos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul”.

Conta-se que a erva-mate sempre foi considerada uma planta sagrada, principalmente para os índios quíchuas, antecessores aos incas, que habitavam no Peru. Para obtê-la, andavam mais de três mil quilômetros para o sul do Brasil, onde realizavam permutas com as tribos locais, tornando-se um importante comércio, como ficou demonstrado no capítulo sobre a história do Rio Grande do Sul. Foram encontrados vestígios arqueológicos contendo a “sagrada erva” junto às suas habitações e túmulos. No Brasil, os índios caingangues e guaranis também a consideravam uma planta sagrada, da qual extraíam alimentos, remédios e estimulantes (SINDIMATE, 2021).

É um produto de grande importância socioeconômica nos mercados, principalmente dos países latinos, Brasil, Argentina e Paraguai, onde se encontra em abundância. A prática de cultivo é realizada por um grande número de pequenos produtores, comunidades indígenas e ervateiras, que compram o que é produzido e realizam o beneficiamento.

Com a expansão produtiva ocorrida nos últimos anos, a erva-mate espalhou-se também para o estado do Mato Grosso do Sul, mas ainda está majoritariamente concentrada na região Sul do Brasil.

No Paraná, 64,4% das 51 mil propriedades preservam os ervais nativos e 35,6% realizam o adensamento ou plantio de novos ervais. Em Santa Catarina, a atividade da erva-mate está presente em 19.700 propriedades rurais, concentrando-se principalmente nas regiões Oeste e no planalto norte do estado, a qual constitui-se de cerca de 80% de ervais nativos e 20% por áreas plantadas (GREFF, 2016). O Estado aumentou sua área plantada, entre 2017 e 2019, num percentual de 35,7%, e está se posicionando de forma mais agressiva na busca pelo mercado consumidor (IBGE, 2019). A conservação dos ervais nativos nos sub-bosques das florestas com araucária tornou-se mais valorizada em virtude de estarem mais na sombra, o que qualifica o produto (CHECHI, 2021).

No Rio Grande do Sul, uma grande parte dos ervais nativos foi substituída pelo plantio de lavouras anuais, porém, os ervais plantados correspondem em torno de 70% da área total plantada. O Estado é responsável

por, pelo menos, 39% da produção nacional e emprega direta e indiretamente mais de setecentas mil pessoas, o que representa uma das espécies arbóreas naturais de maior importância socioeconômica e cultural do Estado (GREFF, 2016).

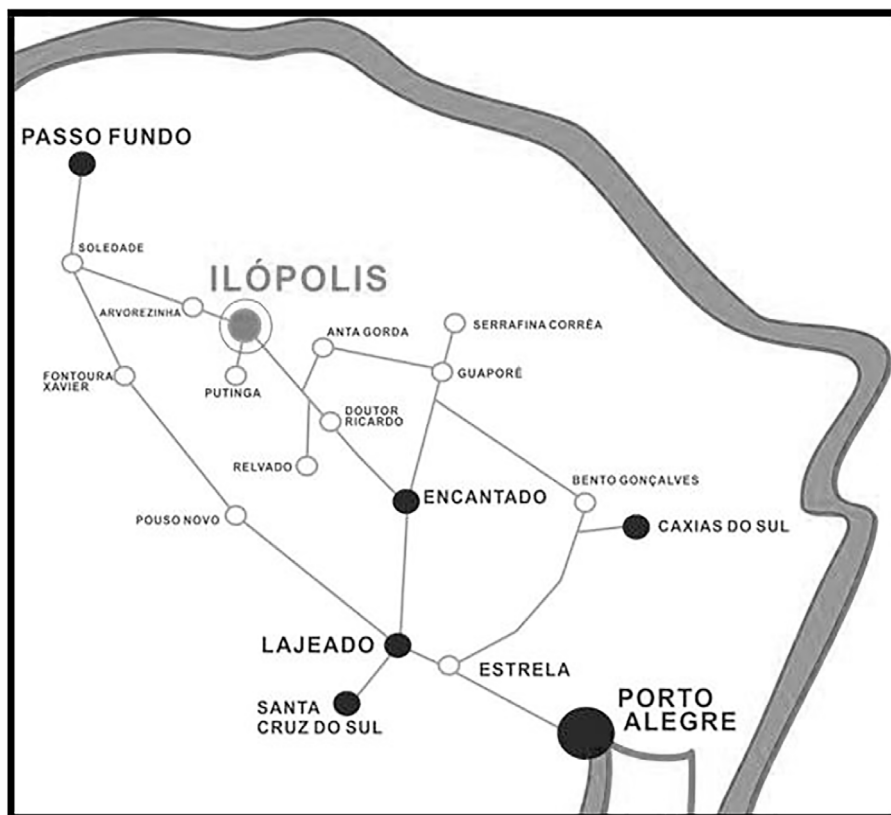
Embora tenha havido um decréscimo na área cultivada entre 2017 e 2019 (-8,9%), ainda é responsável pela exportação de mais de 81% de sua produção para o principal destinatário, o Uruguai (83,8%), seguido dos Estados Unidos e da Alemanha, com percentuais significativamente inferiores (SINDIMATE, 2021).

A exploração predatória dos ervais nativos, a exploração madeireira e a entrada do cultivo da soja são os grandes responsáveis pela extinção de milhares de hectares de erva-mate no Estado. Atualmente importa em torno de 50% da erva consumida, dos estados do Paraná e Santa Catarina e, mais recentemente da Argentina.

Na Argentina, a ocorrência da erva-mate está restrita apenas à Província de Misiones, país que, tradicionalmente, foi um grande importador do produto. No entanto, a partir de 1930, o governo incentivou a plantação de grandes ervais, o que acabou por torná-los autossuficientes na produção, não estando autorizada a importação do produto, até 2030 (GREFF, 2016).

No Rio Grande do Sul, a maior quantidade produzida de erva-mate localiza-se numa pequena faixa nas regiões do Vale do Taquari e Alto da Serra do Botucará (SINDIMATE, 2021). Esses municípios ligam-se através de vários aspectos, desde a pequena distância geográfica que os separa, até as características do clima temperado, ideal para o cultivo, pois a planta resiste bem às baixas temperaturas da região. Nesses municípios, também se localiza a maior quantidade de ervateiras que fazem o beneficiamento da erva-mate.

Os maiores produtores são Ilópolis, Arvorezinha, Palmeira das Missões, Anta Gorda, Fontoura Xavier, Putinga e Itapuca. Dentre os maiores produtores, o único município que se encontra fora do entorno é Palmeira das Missões.



Mapa 5: Região de maior produção de erva-mate no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Prefeitura Municipal de Ilópolis (2021).

O modo de produção característico do produto faz parte de costumes perpetuados há gerações. Por se tratar de um produto que não exige altos níveis de qualificação tecnológica e que evoluiu pouco nos processos de industrialização, com métodos muitas vezes considerados arcaicos, adapta-se ao modo de vida do caboclo, que o mantém preservado e dele consegue tirar proveito.

No processo extrativista realiza-se a colheita da erva-mate em matas nativas. É a maneira mais rudimentar de colheita, limitando-se à exploração da floresta. Nesse sistema, apenas se faz a roçada das plantas no momento da colheita, podendo ser feita a cada dois ou três anos. A produtividade das árvores nativas pode variar de 80 a 180 quilos (FERRARI, 2004).

No modo ainda hoje largamente utilizado pelos agricultores de Fontoura Xavier, denominado processo de produção não tecnificado, são executadas as atividades básicas, tratando-se de uma silvicultura simples. O plantio é feito em covas com tração animal ou mecânica, sem a utilização de insumos agrícolas intensivamente.

Já no processo tecnificado de ervais plantados, predomina a produção técnica de erva-mate, utilizando intensivamente os insumos agrícolas para elevar a produtividade da plantação. A poda da colheita ocorre aproximadamente no quarto ou quinto ano após o plantio das mudas. A estabilização das árvores ocorre quando estão com aproximadamente 10 a 12 anos, com uma produtividade de 15 a 20 quilos por árvore, ou maior que 1 arroba, medida preferencialmente utilizada nesse ramo (FERRARI, 2004).

O rendimento de erva-mate seca corresponde a proporcionalmente 30% da colheita da erva verde. O processo de industrialização tem se mantido praticamente inalterado, sendo que uma das mudanças mais significativas foi a substituição dos engenhos de barbaquás, mais primitivos e que demandam um tempo maior de secagem, pelos engenhos automáticos, com maior capacidade e rapidez no beneficiamento.

A erva-mate é colhida das árvores retirando-se as partes dos ramos com folhas consideradas maduras. Após a colheita, a erva-mate passa por etapas, sendo pela ordem, sapeco, secagem, cancheamento e beneficiamento até a obtenção do produto final.

Com relação às ervateiras, quando possuem maior capacidade de investimentos, plantam seus próprios ervais e muitas vezes até importam matéria-prima. Além disso, atuam num processo de terceirização das fases de produção, reduzindo custos na utilização da mão de obra. Já as ervateiras menores, adotam a estratégia de se localizarem próximas dos pequenos produtores, exigindo deles fidelidade na venda a cada período de poda, criando um relacionamento pessoal com os ofertantes da matéria-prima que extrapolam aqueles que envolvem uma simples relação comercial, visto como um fator altamente positivo nessa cadeia de produção.

Para o pequeno produtor rural de Fontoura Xavier, a erva-mate representa uma receita marginal ou poupança verde, que contribui para

melhorar a renda, principalmente dos agricultores que possuem pequenas propriedades. Essa cultura propicia certos benefícios ambientais, tais como, proteção contra a erosão do solo, ocupação de áreas não produtivas e reposição florestal. Como o seu cultivo não é afetado pela seca, chuvas, granizo ou qualquer evento climático, convive com outras culturas agrícolas e florestais e praticamente está presente em todas as propriedades rurais do município.

Além dos pequenos produtores caboclos, outras etnias, em um número cada vez mais crescente, especialmente devido ao bom preço que está sendo comercializada, estão aumentando sua área de plantio para “aproveitar o momento”. Assim como já ocorreu em outros períodos, essa sazonalidade no preço indica ou o aumento da área de plantio ou a sua diminuição, conforme o mercado.

A extratividade da erva mate faz parte de saberes apropriados pelos caboclos há gerações. Possivelmente, devido as misturas étnicas existentes entre estas populações, com significativa participação do elemento autóctone, influenciaram na manutenção destes aprendizados que vem se transmitindo historicamente. A erva-mate é essencialmente importante para o grupo dos caboclos, por configurar-se em uma opção sempre presente nas suas vidas, seja através do plantio, do extrativismo, do preparo da erva pronta, culminando com o hábito, fortemente arraigado, de tomar o chimarrão.

Na sequência do capítulo, nos aprofundaremos na análise da cultura do fumo, uma cultivar amplamente utilizada pelas populações caboclas de Fontoura Xavier, muito devido ao fato de ser objeto de financiamento das indústrias tabageiras, que financiam a construção das instalações necessárias para a implantação, bem como fornecem treinamento e qualificação profissional na efetivação do negócio e, ainda por mostrar-se condizente e adaptável ao tamanho das propriedades de que os agricultores locais dispõem.

A cultura do fumo: uma indústria venenosa e necessária

A agricultura familiar é um segmento social que combina diferentes fatores produtivos, numa dinâmica particular. Com protagonismo da família na execução do trabalho, é uma categoria heterogênea e de importância significativa para comunidades como a de Fontoura Xavier.

A fomicultura é a principal prática econômica das pequenas propriedades rurais de Fontoura Xavier, absorvendo um número expressivo da mão de obra local e, em contrapartida, oferecendo a oportunidade de que as famílias busquem melhorias em suas condições de vida. De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura de Fontoura Xavier (2017), a atividade ocupa aproximadamente 11% das famílias que residem no meio rural, distribuídas em minifúndios agrícolas de até 10 ha de área.

O município de Fontoura Xavier pertence à área de abrangência das empresas fumageiras da região do Vale do Rio Pardo, as quais concentram o maior volume de produção de tabaco do Brasil, absorvendo todo o volume do produto colhido no município em estudo. O fumo é hoje o cultivo agrícola que mais concentra mão de obra na área deste estudo. Apesar das crescentes campanhas contra o consumo do cigarro e a conscientização sobre os malefícios causados pelo grande teor de agrotóxicos empregados em todas as escalas de cultivo, tem-se que admitir que o agronegócio do fumo exerce importância na economia local, visto ser a fonte principal de renda da maior parte da população agrícola. Apesar da importância do cultivo para a economia familiar, existem impactos negativos do consumo do fumo sobre a saúde, a economia, o meio ambiente e o desenvolvimento.

O Banco Mundial estima que o tabagismo resulte em uma perda de 200 bilhões de dólares por ano, metade disso concentrada nos países em desenvolvimento (BRASIL, 2011). Conforme a organização, o tabaco contribui para o adoecimento e empobrecimento das famílias produtoras, pois estão mais sujeitas a ficarem doentes, tornarem-se improdutivas e perderem renda:

Tobacco use hurts families, impoverishes communities, exacerbates inequalities, and damages economies and societies. We will have difficulty reaching the Sustainable Development Goals (SDGs) vision of a more equitable, healthy and sustainable world without seriously tackling the global tobacco threat ¹(WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017).

O volume de fumo produzido no município de Fontoura Xavier pode ser considerado expressivo em relação ao espaço geográfico do local e ao número de indivíduos praticantes da referida atividade agrícola, por representar o produto que oferece a maior renda aos agricultores do município (CUNHA, 2017).

A totalidade do tabaco produzido no município de Fontoura Xavier é vendida à empresa que realiza convênio com o produtor, seja de forma direta, quando o fumicultor produz com a assessoria técnica da empresa, seja indireta, quando o consumidor produz o tabaco por conta própria e o comercializa com empresas fumageiras utilizando o cadastro de terceiros. As empresas conveniadas que adquirem o fumo produzido em Fontoura Xavier, são a indústria Souza Cruz, com volume mais expressivo, a Continental Tobaccos Alliance (CTA), a Aliança e a China Brasil Tabacos, conforme dados de 2017.

A maioria dos fumicultores utiliza agrotóxicos no cultivo do tabaco. Nos últimos anos, alguns desenvolvem o cultivo experimental de tabaco orgânico, utilizando produtos alternativos indicados pela empresa para o controle de pragas, insetos ou ervas daninhas, bem como para o suporte nas diferentes etapas de desenvolvimento da planta. Ainda não existem dados concretos acerca dos resultados econômicos dessa prática (SMA-FX, 2017).

A indústria tabageira possui como característica a grande quantidade de agrotóxicos necessários à produção, que apresentam riscos à saúde de quem os manipula, estimados em torno de 57 ameaças potenciais de intoxicações (CUNHA, 2017).

¹ O uso do tabaco prejudica famílias, empobrece comunidades, agrava as desigualdades e prejudica economias e sociedades. Teremos dificuldade em alcançar a visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de um mundo mais equitativo, saudável e sustentável sem enfrentar seriamente a ameaça global do tabaco (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2017 - tradução da autora).

Os agrotóxicos em larga escala vêm se intensificando na agricultura, fato que acompanha a tendência mundial da substituição da mão de obra braçal pela mecânica, pela expansão das fronteiras agrícolas e pela busca constante de incremento na produção. Tal situação tem sido usada para justificar a cadeia produtiva dos agrotóxicos. Porém, esta tem gerado um grave problema: a poluição ambiental causada, entre outros fatores, pelo acúmulo de detritos provenientes dos agrotóxicos, principalmente daqueles advindos do manuseio inadequado das embalagens e do uso contínuo e indiscriminado dos referidos produtos no meio agrícola. Esses impactos ambientais decorrentes do uso de agrotóxicos têm acompanhado o aumento de casos de intoxicação humana, muitos dos quais com resultados fatais.

As práticas desenvolvidas na agricultura fumageira vêm sendo questionadas por estudos que apontam crescentes índices de depressão entre os fumicultores, condição extremamente preocupante, pela relação aparente entre o suicídio e o cultivo do fumo (CUNHA, 2017).

Um dos principais problemas relacionados a essa prática seria o conhecimento superficial dos produtores rurais, dos problemas de saúde a que estão expostos durante as atividades laborais e da importância do uso adequado dos equipamentos de proteção individual no manejo agrícola. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, em Fontoura Xavier existem 427 propriedades que produzem fumo, colhendo em média 1.903 toneladas do produto em folha seca (IBGE, 2017).

O relatório da SEPLAN-RS (2021) esclarece que a região Alto da Serra do Botucaraí apresenta um perfil econômico desigual em razão de que os municípios ao norte do COREDE possuem maior diversificação produtiva e, portanto, apresentam um PIB mais alto, exceto Ibirapuitã, ao passo que os municípios mais dependentes do fumo, ao sul, apresentam um PIB inferior. Percebe-se que a cultura do fumo, além de trazer incontáveis malefícios aos fumantes e às famílias produtoras, embora sendo a principal alternativa de renda dos municípios mais pobres, não gera um padrão de diversificação da atividade produtiva, o que poderia também elevar a renda.

Devido às características geográficas do município, bem como por conter preponderância de áreas de minifúndios, o cultivo do fumo adap-

tou-se bem à realidade de Fontoura Xavier e constitui-se em importante fonte de renda para a subsistência das famílias. Deve-se ressaltar que há o reconhecimento por parte da população dos malefícios gerados pelo fumo, porém opção por esta modalidade de cultivar ocorre devido a alguns fatores, entre eles, a localização relativamente próxima das grandes indústrias fumicultoras, praticando um sistema de consultoria altamente eficiente, com visitas sistemáticas, formando uma rede de apoio e interagindo continuamente com o produtor; a pequena quantidade de terra agricultável e o terreno acidentado dificultam a realização de outras lavouras, exceto feijão, milho e outras culturas perenes ou sazonais, o que acaba por levar o agricultor ao plantio da cultivar, facilitado em razão da entrega dos insumos, do acompanhamento e da venda tida como “certa” para a indústria fumageira.

Um dos gargalos desse sistema, sob a perspectiva do agricultor, ocorre durante a classificação do produto, a qual avalia a qualidade da folha produzida. Sendo realizada de forma unilateral pela indústria, define o valor a ser pago após o processo de secagem. Os agricultores, por não possuírem outra alternativa, acatam os pareceres e continuam tentando se adaptar às exigências das empresas.

O cultivo do fumo historicamente está associado à populações mais empobrecidas. Vale lembrar que em capítulo pregresso, uma das causas da violenta repressão aos Monges Barbudos, dizia respeito ao receio de que estes não produzissem fumo para ser vendido pelos comerciantes.

Assim como a erva-mate, atualmente este produto tem uma forte vinculação com as comunidades caboclas da região. No entanto, carece das qualidades que se atribuem à erva, a qual é parte importante da representação identitária do caboclo.

As plantações de fumo incluem-se no campo da necessidade, ou seja, faz-se uso desta cultivar para prover a subsistência, sendo que os elementos elencados neste item já dão conta das facilidades que o produtor encontra para produzi-la, além de destacar-se a utilização da mão de obra familiar na produção.

A seguir deter-nos-emos em pesquisar os meios de produção dos

tendeiros do pinhão, uma das formas utilizadas pelos caboclos para comercializarem seus produtos, aproveitando os espaços de beira de estrada, de propriedade do Estado.

Os tendeiros de beira de estrada

Os tendeiros do pinhão ou tendeiros de Fontoura Xavier estão localizados às margens da BR 386, entre os municípios de Fontoura Xavier e São José do Herval. A atividade comercial dos tendeiros iniciou de forma rudimentar a partir de 1935, na Estrada da Produção. A abertura da rodovia por volta de 1960, com crescente movimentação de veículos, tornou-a um dos grandes eixos rodoviários do país e um dos principais escoadouros da produção do Estado, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da região do Alto Taquari e também do Alto da Serra do Botucarai e facilitando o incremento da atividade.

Inicialmente, os tendeiros ofereciam uma grande variedade de produtos em suas tendas, como feijão, abóbora, melão, pinhão, melancia, amendoim, mandioca, batata-doce, pinhão, entre outros produtos de culturas perenes ou sazonais nas roças da região. Dessa forma, o caboclo trabalhava na produção dos alimentos para vender na tenda, atendida prele e pela família. Nesse sentido, era produzida uma interessante dinâmica, pois convertia seus produtos em *commodities*, agregando valor ao vendê-los, realizando trocas com outros produtores para obter os produtos que lhe interessavam e, ao mesmo tempo, utilizava a mão de obra do núcleo familiar para viabilizar as diferentes frentes de trabalho. Até 1970 as tendas eram muito rústicas, a partir dessa década houve melhorias na estrutura, culminando com a construção de tendas novas em alvenaria, com modelos padronizados e investimentos do governo do estado.

A existência de espaços destinados a atender as pessoas em trânsito está presente desde os primórdios da história humana. No Rio Grande do Sul, conforme Cruz (2012, p. 52), era comum encontrar “as bodegas”, ou lojas de secos e molhados no interior dos municípios. Contavam com algum galpão, que acabava se tornando abrigo para os carreteiros e tropeiros

quando de suas viagens e tropeadas, e possibilitava que os animais fossem soltos no potreiro para também descansarem. Esses locais eram pontos de aproximação dos mascates, que nos primeiros tempos iam a pé levando seus produtos com o objetivo de comerciar no meio rural e que, com o passar do tempo e a abertura de estradas, passaram a ir de mula, cavalo ou carreta, na tradicional figura do vendedor ambulante, até meados do século XX.



Figura 9: Frente de uma Tenda do Pinhão de Fontoura Xavier com exposição de tapetes e pelegos. Fonte: Acervo da autora.

Tedesco (2008, p. 31) também aponta a existência das “vendas”, onde eram realizadas trocas mercantis, espaços de sociabilidade através de conchavos, barganhas, discussões e informações. Tradicionalmente foi um espaço onde se ressaltava o poder do comerciante, mas onde também se fazia o lazer da comunidade masculina, já que estava culturalmente vedado às mulheres participar desse local.

Nesse sentido, as tendas de beira de estrada serviram como redes e espaços de trocas dos produtos locais e regionais entre os diferentes produtores e de forma comunitária entre os próprios tendeiros, além de

serem locais de comércio e de paragem para os motoristas. No entanto, diferente das bodegas e das vendas, as relações que se estabeleciam com a clientela eram fugazes e momentâneas, não existindo um aprofundamento no contato, mas também sem haver fortes rupturas. O núcleo familiar do caboclo, compadres e vizinhos constituem a sua comunidade de alcance e convivência.

Para Tedesco (2014), a atividade dos tendeiros é “um legado de gerações”, pois a realizam há mais de sessenta anos. O grupo social de caboclos em atividade tem a origem vinculada às fazendas pastoris dos “campos de Soledade”, remanescentes da crise na economia pastoril porque passou o estado do Rio

Grande do Sul, entre as décadas de 1950 e 1970 (TEDESCO, 2014, p. 94). São pessoas que conseguiram adquirir pequenas frações de terra na região de FontouraXavier e, para sobreviver, exerceram incipientes comércios à beira da rodovia, numa extensão de aproximadamente 10 km na área do município, tendo como produto principal o pinhão durante a safra. Atualmente foram agregados novos produtos, como tapetes em couro e vasos de concreto.

Nesta área, concentram-se aproximadamente setenta tendas, com forte identificação com o pinheiro (árvore araucária), o que confirma a estreita “vinculação cultural e territorial dos caboclos com o mato e, em particular, com o pinheiro” (TEDESCO, 2014, p. 95). As unidades familiares conservam os saberes adquiridos das gerações, por isso se mantêm atuando com produtos relacionados às suas vivências, como o pinhão, a



Figura 10: Venda de pinhão cozido e madeira de nó de pinho em Tenda do Pinhão de Fontoura Xavier. Fonte: Acervo da autora.

erva-mate, o feijão e o couro. As tendas surgiram como estratégias dos caboclos em buscar alternativas para a sobrevivência, ante os limites que lhes foram impostos:

Esse tipo de agricultura encontrou nas possibilidades de comércio “de beira de estrada” um processo sinérgico, ampliado de referenciais, indutor de novas alternativas (artesanato em couro, argila, madeira, etc.), de divisão de trabalho e de saberes no interior das unidades (TEDESCO, 2014, p. 97).

O núcleo familiar possui importância fundamental para a continuidade dos saberes adquiridos. No caso dos tendeiros, tanto a produção como a venda dos produtos dependem quase que completamente dessa unidade. Ocorre uma divisão do trabalho, com organização interna que comporta a roça, a casa e a tenda. Atualmente, as tendas estão tão bem constituídas e dispõem de tantos produtos, inclusive nos pátios frontais da rodovia, que já não é mais possível atendê-las apenas em certos horários, demandando de forma permanente um tendeiro para vender e também “guardar” os produtos expostos.

Além da tenda, os eventos, como a tradicional festa do pinhão, que caracteriza o município, são oportunidades para fazer trocas econômicas, efetuar parcerias e divulgar os produtos produzidos na região, especialmente os aprendizados que envolvem o pinhão, como as diferentes receitas que elaboram.

Ainda que sejam vendidos produtos provenientes de outros locais, valorizam-se sobretudo os produtos endêmicos, produzidos principalmente pelo esforço do tendeiro na roça pelas técnicas que adquiriu para produzir, como, por exemplo, os vasos feitos em concreto. As relações de solidariedade entre os comerciantes são muito valorizadas e as grandes preocupações dos tendeiros centram-se no desinteresse das novas gerações pela continuidade não apenas do comércio, mas da preservação dos saberes passados de “pai para filho”, da atividade na roça, que não é apreciada por ser “muito trabalhosa” e da substituição da produção natural pelo uso de venenos na terra:

A terra para muitos pequenos agricultores continua sendo identificada como patrimônio cultural, lugar da vida, da subsistência da família, espaço da inter-relação com a natureza, dádiva divina e que precisa ser preservada e obedecida em sua lógica produtiva (TEDESCO, 2014, p. 106).

Tedesco salienta que o caboclo mantém preservado seu *ethos* cultural, comercializando produtos relacionados ao campo, construindo identificações geográficas e identitárias dos produtos, refletidas nas expressões “costumes nossos”, na valorização do que é produzido localmente, expresso em “o que é daqui tem um gosto melhor”, nos produtos “crioulos” não terem se enfraquecido pela técnica. Nesse sentido, preserva-se a identidade cabocla que cria vínculos entre a terra e o homem e cultiva num processo sinérgico de valorização da roça, o que se produz nessa. Para o caboclo a terra é uma presença materna, provedora, que cuida, mas que também deve ser cuidada.

As tendas cumprem um importante papel para o município, sendo uma das suas principais fontes de arrecadação. Ao longo do tempo, houve um amadurecimento na forma de lidar com o comércio, e de simples caboclos tendeiros, passaram a ser microempresários bem sucedidos. Desenvolveram-se relações pujantes do ponto de vista econômico, principalmente aquelas que extrapolam o âmbito da cadeia produtiva local. A aquisição de produtos endêmicos ainda é utilizada, porém somente dos fornecedores que se enquadram no regramento exigido pelos órgãos de fiscalização, como, por exemplo, a exatoria estadual e a vigilância sanitária.

Percebe-se um alinhamento ao modo comercial capitalista, com maior busca de lucratividade na venda dos produtos. Nesse sentido, migram para fornecedores mais vantajosos, onde obtém preços mais competitivos, maior oferta e produtos mais de acordo com o gosto do consumidor.

A dinâmica se alterou, e é característica do caboclo que superou o modo de vida mais enraizado na cultura cabocla. Mantém-se alguns costumes, principalmente relacionados às formas de lazer e de religiosidade, porém não se pratica mais uma economia de subsistência e sim a consolidação do comércio à beira de estrada como empresa, nos moldes daquelas características de outras etnicidades.

Ao contrário de se julgar uma perda cultural, deve-se entender que a cultura não é estanque, não é homogênea e não deixa de sofrer transformações ao longo do tempo. Os caboclos tendeiros de Fontoura Xavier tentam manter vivos seus hábitos culturais, sendo eles mesmos a expressão principal dessa cultura, porém agregaram ao longo do tempo formas contemporâneas de se relacionarem no mundo econômico, tornando-se mais ativos na condução das suas próprias demandas.

Neste capítulo efetuou-se uma análise mais detida em relação a alguns pressupostos básicos que são inerentes a comunidade de Fontoura Xavier. Partiu-se de uma análise de seus aspectos socioeconômicos para entender o município como uma região carente, dependente dos programas governamentais, tanto de benefícios, quanto de aposentadorias, mas também com áreas onde pratica-se a agricultura familiar de subsistência, com ênfase para o plantio e extrativismo da erva-mate, planta que faz parte da representação identitária do caboclo de Fontoura Xavier.

Adentrou-se nas questões relativas à produção de fumo, cultivar que tem sido importante fonte de renda para as famílias que residem no município, as quais alternam com a agricultura de subsistência. Finalizamos com a atividade dos tendeiros do pinhão, comerciantes estabelecidos às margens da BR 386, remanescentes das fazendas pastoris de Soledade e que se caracterizam pelos saberes transmitidos de geração em geração.

Complementarmente, estas e outras formas de manifestação serão analisadas no próximo capítulo, o qual pretende enfocar as três condições características da cultura cabocla e que acreditamos, encontram-se presentes no município de Fontoura Xavier, a partir da perspectiva dos caboclos locais.

Entendemos que todos os aspectos trabalhados na dissertação, do primeiro ao terceiro capítulo, foram fundamentais na tentativa de compreender quem é o caboclo e qual é o seu *ethos* em comum, ou seja, o que o particulariza em relação a outros sujeitos. Dito isto, a partir de agora nosso objetivo é dar-lhes ouvido, conhecê-los mais detalhadamente, a fim de identificar os fatores de identificação ou diferenciação destes caboclos em relação ao que se conhece por cultura cabocla.

CAPÍTULO 4

Trajetórias de vida de Caboclos: *dimensões econômicas e socioculturais*

Deu peste. Aquele grande umas três veis acharam que tava morto, de repente quando via, aparecia o boi aí caminhando. Dava ataque. E ficava desse jeito estirado, morreu! Dali há pouco quando a gente via...chegavam lá, ele tava estaquiado. Diz ela: tá morto! Daí desceram pra baixo cortá uns cambuí pra barrê os terrero, quando chegaram de vorta, já enxergaram ele ali esperando comida. (A.R.R, 71 anos).

Este capítulo tem como propósito demonstrar características econômicas e socioculturais relacionadas à ocupação de caboclos entre os agricultores e tendeiros do pinhão de Fontoura Xavier, município integrante da região Alto da Serra do Botucarái. Devido as condições que estão presentes em seu território, o local configura-se em um recorte espacial importante para compor esta pesquisa.

Optou-se por se analisar neste trabalho alguns aspectos fundamentais para os agricultores caboclos, os quais como categoria que dimensiona os sujeitos no tempo e no espaço, revelam-se centrais para o entendimento dos sujeitos. Assim, deu-se prioridade às temáticas terra, trabalho, identi-

dade e religiosidade. Estes, desdobram-se em subdivisões que englobam desde os elementos materiais até os simbólicos, categorias essenciais para a compreensão dos sujeitos.

O capítulo foi constituído em tópicos, sendo que o primeiro aborda alguns aspectos presentes na culturalidade de Fontoura Xavier, prosseguindo para questões que envolvem a propriedade da terra, a percepção étnico-cultural, as percepções em relação ao passado e ao presente, a terra como expressão da individualidade, os movimentos migratórios, os ofícios exercidos, a alimentação e o lazer, a representação feminina, as relações familiares e entre vizinhos e compadres e por último, a religiosidade.

Tais objetos de estudo servem como guia, mas não são estanques, pois um tema acaba por se involucrar em outro e há um entrelaçamento natural de todos os assuntos. Exemplarmente, ao se falar de propriedade, eventualmente ocorre de falar-se de parentesco, pois tais assuntos não são fechados em si mesmo. Entendo que para a riqueza do trabalho, esses entrelaçamentos são passíveis de compreensão e entendimento. Dito isto, é importante salientar que se fez um esforço de sistematização das falas dos sujeitos, conforme o tópico abordado.

Características de Fontoura Xavier

Lar de muitos caboclos, as terras montanhosas e com grande percentual de mata nativa de Fontoura Xavier, abrigam um contingente humano de etnia predominantemente portuguesa, miscigenados com as populações autóctones que habitaram o território. A fixação das famílias deu-se a partir da segunda metade do século XIX e, conforme os relatos, as poses atuais ocorreram através de herança, sendo que aqueles agricultores que não tinham documentos, retiraram-se das terras ainda na geração dos avós. A partir do século XX, também passam a fazer parte do território famílias de origem italiana e alemã, principalmente.

O município tem fortes características rurais, sendo que em torno de 60% de sua população reside no interior. As vilas, contíguas ao cen-

tro, também guardam semelhanças com o interior do município. Nestas, é possível perceber a predominância de características do rural adaptadas ao pequeno espaço dos terrenos urbanos, como por exemplo, a existência de horticultura, criação de animais, principalmente aves e mais raramente cavalos e até vacas, os quais são conduzidos a propriedades de terceiros ou às beiras de estrada, para conseguir alimento, aproveitando-se do capim que possa ter.

Também se percebe uma maior dinâmica de sociabilização, com domínio de relações amplas, além do espaço familiar, sendo que as visitas diárias ou semanais aos vizinhos, parentes e amigos fazem parte do cotidiano. Percebe-se que a existência desses vínculos é um fator fundamental para a qualidade de vida dessas populações.

A religiosidade é praticada através de novenas, rezas, da capelinha ou santinha em casa, da frequência à missa católica ou aos cultos evangélicos, momentos fundamentais para reafirmar a fé e manter os laços da comunidade.

O centro, onde estão localizados os bancos (Banco do Brasil e Sicredi), as lojas, mercados e a maior escola do município, constitui-se em local de passagem contínua para os cidadãos, principalmente aqueles que residem fora do entorno central, os quais circulam de maneira muito dinâmica entre seus espaços, permanecendo longo tempo do seu lazer “olhando o movimento”, encontrando os amigos, conversando, ou como dizem, “proseando”, sendo um espaço de sociabilidade.

Tal prática já foi descrita por Brandão (1995, p. 137), que descreve essa forma de lazer e sociabilização: “reúnem-se também nas calçadas ou em pequenos grupos de caminhantes ao longo da única “rua principal”. Estas situações foram descritas como “momentos de vagante”, realizadas no círculo de pessoas de mesma idade e constitui-se em uma prática persistente e que se inicia desde tenra idade.

No centro, porém, os proprietários dos estabelecimentos, funcionários públicos e em outras funções mais graduadas, proprietários de terras, agropecuaristas ou granjeiros, são predominantemente descendentes de italianos e compõe um círculo bastante fechado de relacionamento, aos quais dificilmente o caboclo pode adentrar, exceto para consumir produtos.

As relações políticas estão marcadas por forte disputa, constituindo-se em rixas históricas, com predomínio de duas correntes opostas, as quais continuamente polarizam os votos. Nas eleições de 2020, houve apenas 25 votos de diferença entre um candidato e outro (BRASIL, 2021). Durante a campanha eleitoral, em vídeo divulgado nas mídias sociais (ECO REGIONAL, 2021), ocorreram situações de violência envolvendo um grande contingente de pessoas na área central do município. Denota-se que há um claro envolvimento da população durante a campanha para a realização do pleito, sendo os comícios uma das formas de lazer e de agregação que encontram para participar, mas também um claro momento de oposição entre uma parcela da população e outro, envolvendo diferentes correntes ideológicas.

As atividades exercidas pelos habitantes do município demonstram variabilidade. Enquanto os habitantes do centro são em sua maioria os proprietários das lojas e prestadores de serviços em geral, os habitantes das vilas circunvizinhas ao centro, trabalham como empregados destes, ou na construção civil, ou nas propriedades agropastoris. A agricultura é a atividade predominante e o agricultor é por excelência, o trabalhador de Fontoura Xavier.

Como fica demonstrado através dos números, possui um significativo contingente de pessoas que recebem auxílio através dos programas sociais de distribuição de renda, bem como um percentual considerável da população é de aposentados, os quais contribuem para a manutenção da renda de todo o grupo familiar. A maior parte dos agricultores, apesar do acesso a estes benefícios segue exercendo atividades, principalmente na agricultura de subsistência.

Historicamente, o caboclo de Fontoura Xavier precisou complementar a renda em atividades fora do município, o que o caracteriza por ser um contínuo migrante em busca de trabalho, ainda que mantenha suas raízes no local. Assim sucedeu com muitos dos entrevistados, os quais relatam que tinham que “sair em busca de um ganho certo” para manter a família. As atividades que praticam são normalmente na construção civil, mas também como tarefeiros na extração da erva-mate conforme tenha demanda, o que pode ser localmente ou em outros municípios.



Figura 11: Núcleo da sociedade rural de Picada Silveira – Fontoura Xavier. Fonte: Acervo da autora.

O nomadismo caboclo, já citado nas bibliografias vistas, ou a prática da agricultura itinerante como apontado por Candido (1997, p. 55) indica que “[...] a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra”.

Assim, tais modos ocorreram em Fontoura Xavier, porém em práticas isoladas, normalmente atreladas ao extrativismo da erva-mate, mas havendo o retorno para a moradia, no município. A prática de descanso das terras de roças, realizando a rotação de determinadas áreas ocorre na própria propriedade. Por haver poucas terras disponíveis, havia a necessidade de garantir o seu quinhão, o que os fez permanecerem no mesmo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a população não tem origem migratória, sendo uma importante amostragem dos hábitos e costumes transmitidos de geração em geração.

A conformação dada ao espaço obedece a alguns critérios particulares, que se vincularam aos nomes, acabando por definir as comunidades. De certa forma, o local possui um sinal diacrítico de como ocorreu a ocupação, por quem, ou o que foi mais valorizado, no sentido de definir

grau de importância ou facilidade para referendar, no momento em que ocorreu.

Nesse sentido, as várias linhas, picadas e vilas existentes em Fontoura Xavier receberam diferentes denominações que acabam por contar um pouco da sua história. Alguns nomes e sobrenomes possivelmente façam referência aos primeiros ou aos mais efetivos e antigos moradores, como, por exemplo, “Vila César”, “Vila Vaz”, “Vila Assis”, ou ainda, “Picada Silveira” e “Picada Casagrande”. A primeira palavra indicava a abertura do caminho no mato. Seguindo nessa mesma linha, foram incluídas características do local, como, “Três Pinheiros”, “Campo Novo”, “Pedra Branca” ou “Água Azul”, e também locais com nomes de santos da devoção, como “Picada São Roque” e “Picada São Miguel”.

Idealmente, na região estudada, a propriedade dos agricultores se compõe dos seguintes espaços: o mato, a capoeira, a roça, o pasto se houver animais de criação, o galpão para guardar os mantimentos colhidos e ferramentas, o forno de fumo em caso de cultivo do produto, a casa de



Figura 12: Moradia de família de agricultor em Fontoura Xavier (2021). Fonte: Acervo da autora.



Figura 13: Igreja da comunidade de Picada Rosa – Fontoura Xavier. Obs.: Imagem da Igreja no entardecer do outono, maio 2021. Fonte: Acervo da autora.

moradia e o quintal, que pode conter ou não uma horta ou pomar, mas que engloba o “terreiro” (pátio).

Na Figura 12 se visualiza o terreiro, contendo o cachorro de estimação, uma caixa d’água, o galpão à esquerda, para guardar ferramentas e mantimentos e a casa de moradia.

O mato refere-se a cobertura vegetal nativa, que nunca sofreu derrubada, ou em que esta ocorreu há muitas décadas; a capoeira é uma área que já sofreu a ação da derrubada, porém está se reconstituindo, mas ainda não se transformou em mata; a roça é o espaço onde se mantém as lavouras, inclusive a de fumo. Os demais espaços constituem-se em locais de circulação interna da família, para a organização, para exercer o trabalho relacionado ao fumo e para abrigar o grupo familiar.

Dando sequência a este trabalho, a seguir iremos adentrar nos relatos obtidos nas entrevistas e diálogos realizados com os caboclos do município, nos diferentes espaços já enumerados. Nestas ocasiões, procurou-se inquiri-los *in loco*, ou seja, em seu próprio ambiente, normalmente nas próprias casas, mas também, eventualmente em seus locais de trabalho, em um momento de pausa.

Vivências e desafios: a propriedade da terra

Neste subitem serão abordadas questões relativas à propriedade da terra. A partir dos relatos orais busca-se o entendimento de como ocorreram as posses e a propriedade em Fontoura Xavier.

O acesso e a propriedade da terra em Fontoura Xavier, conforme os relatos orais dos entrevistados, teria acontecido “*muito antigamente*”, sendo que na maior parte das vezes se deu por herança. Não sabem precisar com exatidão se esta aquisição inicial ocorreu através das companhias colonizadoras, do próprio Estado ou de outros proprietários. Conforme os agricultores, as propriedades maiores principalmente de área de campos, são de propriedade de famílias de descendentes de italianos. Já as terras

mais dobradas, com elevado percentual de mata, formam as pequenas propriedades utilizadas na agricultura de subsistência, às quais estão nas mãos dos caboclos de descendência luso-portuguesa, principalmente. As histórias que contam da forma como a terra foi obtida remetem ao tempo dos pais e avós e são parte de uma tradição fortemente marcada pela oralidade.

Nos anos mais recentes, através de um grande esforço de poupança, conseguido principalmente através da alternância entre a produção de fumo e a migração para trabalhar em outros municípios, muitos conseguiram adquirir mais área ou aumentar a já existente. Para que estas aquisições aconteçam, contribuem as relações de parentesco, pois ao parente é dada a preferência na aquisição das terras.

[...] revela um esforço conjunto no sentido de construir o complexo espacial para o qual contribuíram as relações de parentesco (herança, venda, troca), a estratégia da migração (recursos trazidos de São Paulo, produtos do trabalho assalariado e da contenção de despesas) e sua “arte” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 78).

Este é o caso do agricultor R.R (52 anos), residente na localidade chamada adequadamente “Água Azul” devido aos cursos de água azulada que a cortam. Em sua propriedade, o grupo familiar é composto pelo casal e 2 filhos, sendo que apenas o mais novo ainda está em casa, são produtores de fumo, realizam a extração de erva-mate e mantém lavouras para a subsistência familiar, obedecendo a sazonalidade de plantio.

Esse aqui, na verdade, eu comprei. Era herança dos meus parentes e eu comprei. Aqui onde eu tô é meu. Consegui comprar e estamos na lida até hoje. Não sei até quando, mas... A minha área aqui é 18 quartas. Cada 4 quartas é 2,5 hectare, dá 12 hectares.

Em relação a medição e ao registro da terra: “aqui é sessão de herança. Eu comprei dos herdeiros. A minha mãe morava mais lá pra cima. Ali eu vendi”. Percebe-se que R.R. vem empreendendo tentativas de melhorar o padrão de sua propriedade, sendo que aquela que herdou de sua mãe e compunha um lote com terras mais dobradas (montanhosas), vendeu.

A posse de R.R., sem ter o documento legal de propriedade da terra, é uma preocupação para seu tio, V.P. (72 anos), também nosso entrevistado, e que reside próximo à propriedade de R.R, em Água Azul: *“ele nunca pegou documento e agora morreu a muié do Jota, quero vê o que vai dá!”*.

Existem laços de amizade entre os moradores e percebe-se forte solidariedade entre os membros do grupo de vizinhos, que conforme dizem *“aqui todo mundo é parente”*, alimentada por visitas, com uma convivência que se estende fora do âmbito do núcleo familiar. Conforme observou Brandão (1995, p. 128) no Alto Paraíba, *“porque pessoas são parentes, são amigos, são vizinhos, são “compadres”, são eixos de feixes de relações e não existem para estarem sós”*.

Residente em Picada Casagrande, L.M.M.P. (46 anos), continuamente visita a família de RR e de seu tio, também está ciente das dificuldades para que este obtenha os documentos da terra. Em um momento de visita, o vizinho L.M.M.P. argumenta que *“mas é que, quem tá em cima é dono”*. Porém, V.P. demonstra não estar seguro disso, já que há um somatório de dúvidas e preocupações sobre a documentação da terra. O desconhecimento das leis e do funcionamento dos órgãos públicos causa temor, o que se pode perceber pela conversa entre o tio V.P. e L.M.M.P.:

A terra virou do estado (L.M.M.P.).

A terra virou do estado já, sim (V.P.).

Ele tinha que dá um jeito de mandá medi e fazê uso campeão, meio logo isso aí (LMMP).

É, ele facilita muito... (V.P.).

É, deixa passá pra vê (L.M.M.P.).

Perde sim. Porque daí vira, já tem outros herdeiro porque morreu os véio. (V.P.).

A partir das incertezas relacionadas à posse de R.R., os demais aparentam alívio em ter suas áreas documentadas. L.M.M.P. possui uma área de 1,5 hectares, reflorestada com erva-mate, a qual segundo ele *“a renda é certa”*. Nesta área, tira em torno de 1.300 arrobas de erva-mate a cada dois anos. Tal propriedade foi herança de seus pais. O entrevistado, embora tenha a intenção de se manter com a plantação e eventualmente trabalhe

como tarefeiro de erva-mate, diz que seu objetivo de futuro é estudar, fazer faculdade e se tornar professor.

A localidade de Picada Casagrande congrega um significativo contingente de famílias camponesas, que são exemplares no *ethos* caboclo. Mantém hábitos semelhantes aos praticados por seus pais e avôs, pois conforme eles “*aprenderam assim*”. A família P.R. mantém um modo de vida que se preservou através das gerações, principalmente em função da atividade que os caracteriza, estando já na quarta geração de tarefeiros de erva-mate. Costumam intercalar o trabalho com períodos de pausa, onde sentam na varanda para tomar chimarrão e conversar ou visitar os vizinhos e compadres. O filho mais jovem, também tarefeiro, alia o uso de algumas tecnologias, como o celular, por exemplo, com o fim específico de facilitar o trabalho. Tais usos cumprem um papel estrito, não constituindo forma de lazer ou sociabilidade. Este pequeno núcleo familiar atualmente é composto do pai e da mãe, ambos com 71 anos e de um jovem de 33 anos, que optou por permanecer vivendo e trabalhando do mesmo modo que seu pai, no extrativismo vegetal.

Hábitos como o uso do cigarro de palheiro, a vestimenta “*simples de andá em casa*”, o chimarrão, a casa de madeira com poucos móveis, a adoção de imagens de Santos e de Nossa Senhora nas paredes, o fogão à lenha, onde fazem o cozimento das refeições e se aquecem no inverno, além de costumes mais caseiros, com idas apenas ocasionais à cidade e o mínimo necessário, caracterizam praticamente todas as famílias da comunidade.

Para a família P.R., o jeito de viver no passado tem uma relação de similitude com o presente, já que “*era assim, desse mesmo jeito*”, o que leva a crer que não vivem de forma diferente dos seus antepassados. Ambos herdaram terras, sendo que as pertencentes ao Sr. ARR estavam localizadas em Pedra Branca e eram muito dobradas, motivo de as ter vendido após o casamento, após o recebimento da herança da esposa, já que as atuais são terras mais planas e mais próximas ao centro urbano. A área possui 3 alqueires, na qual plantam e criam gado, “*agora temo só 9. Vendi um e morreu dois boi. Crio gado e planto pro gasto: mio, feijão, mandioca*”.

Quando os mais velhos pensam o passar do tempo, o que se para um “tempo antigo”, dos “dias de agora” é um deslocamento acentuado do eixo de reciprocidade sertão-roça, para o outro: roça-cidade (BRANDÃO, 1995, p. 76-77).

Neste sentido, alguns locais de Fontoura Xavier como a Picada Casagrande, não apresentam uma ruptura intensa em relação ao passado. Ainda é possível vislumbrar no local um modo de vida que se mantém de forma semelhante ao que os atuais caboclos observaram nas vivências de pais e avôs. Ainda que a cidade se avizinha e as informações se disseminem de forma mais rápida e uniforme, percebe-se que a maneira de viver é consequência de sua cultura, mas também se trata de uma opção.

Um exemplo de agricultor que superou às condições econômicas relacionadas à subsistência, características da condição cabocla, é P.B.F. (72 anos), residente em Picada Silveira, mas que também possui propriedades no centro do município. Trata-se de um agricultor que mantém modos similares ao encontrados em outras famílias caboclas, tais como a residência característica, com proliferação de imagens religiosas nas paredes, a presença do fogão à lenha, a substituição do cigarro de palheiro pelo “cigarro de filtro”, mas à volta ao primeiro, seguidamente, hábitos simples, que perpassam pelo vestuário, alimentação e relações que estabelecem, baseadas principalmente no compadrio, já que relatam ter mais de 50 afilhados, muitos dos quais “já são home velho”. A maneira de P.B.F. conduzir a administração de seus bens, composto de área de terras, casas de locação, prédio comercial na área central do município, revela certas peculiaridades e um conhecimento intuitivo de economia, já que estudou apenas até o ensino fundamental.

Eu sou natural de Arvorezinha. Eu vim morar aqui com 15 anos, o finado pai comprou essa morada aqui, era tudo mato, aqui em Picada Silveira. Em 74 eu me casei e vim morar aqui, faz 23 anos que eu me mudei para Fontoura (comprou uma casa no centro de Fontoura Xavier), mas continuando a trabalhar aqui [...]. Pra te conta, esta terra aqui de 25 ha de terra, que foi comprado do finado Nestor Silveira, [...]. Então, foi comprado e nós plantava milho e feijão pra pagar e nós tinha outra morada lá

em Arvorezinha, mais nos compramo aqui porque era muito falado de erva e coisarada e o finado pai se interessô em comprar onde tinha erva-mate, entendeu? E pinheiro, pinheiro aqui tinha barbaridade. Tirando erva, prantando mio, feijão, mandioca, batata-doce, criava porco, lidava com gadinho e fumo levando. Mal tirava para a sobrevivência.

Atribui-se ao trabalho e a uma vida muito parcimoniosa a maneira como se obteve o sustento da família e a produção de excedentes a fim de gerar renda suficiente para adquirir propriedades. Ao realizar um investimento de tempo e dinheiro para que sua esposa conseguisse fazer a faculdade de férias, em Santa Cruz do Sul, almejava-se uma renda certa para o grupo familiar, garantindo-se assim a sobrevivência e a economia do resultado do próprio trabalho, para realizar novos investimentos.

[...]Eu, daí, pra te contá, quando eu me casei, que eu trabalhei até os 21 ano com o pai, daí o finado pai já aqui era tudo dele, nós tinha 56 arqueire nesta área aqui, daí pega aqui, mais um lote pro lado de cá e lá no fundo tinha área grande que nós chamava mais 19 arqueire que compremo do Pedro Elias. Tá, daí nós compremo a terra e daí primeiro casô minha irmã mais veia e depois casô a outra, depois fui eu que casei, daí ele disse: a tua casa vamo fazê lá dentro do mato. Ele era um cara analfabeto, o pai mal a pena desenhava o nome dele, pra escrevê era muito difícil, pra fazê, é. E daí eu casei em 1974, daí vim morá aqui em uma casinha de cinco e meio quadrado, feito de tábua, assim, e daí fui trabaiaando, trabaiaando, [...] eu ficava em casa trabaiaando direto no verão e ela lá pra lá, estudando e eu prantando milho, feijão, daí, numa artura comecei a plantá fumo.

O modo simples das famílias viverem contrasta com a aquisição patrimonial, manifestando-se uma das principais características do agricultor familiar caboclo, qual seja a aceitação da rusticidade como modo de vida. Assim como apontado por Candido (2010, p. 96), “esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura”. Candido aponta a existência desta paralisação citando “certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho”, no entanto, cito esta imobilidade cultural

para justificar o conformismo ante a rusticidade, refletido na manutenção do mesmo modo de vida praticado há séculos pelos seus antepassados.

Daí a estabilização da vida caipira, nos planos biológico e social, em torno de padrões mínimos, que, encerrando o agricultor num círculo fechado, tornavam-se fator pouco favorável ao desenvolvimento de atividade intensa (CANDIDO, 2010, p. 102).

Os bens imóveis são muito mais valorizados, em comparação à aquisição de bens móveis ou de manter um *status* de vida mais confortável e caro, o que na ótica do caboclo é considerado “desnecessário”. Durante as entrevistas, foi possível perceber que o consumo não se impõe como uma necessidade, diferentemente do que se percebe nos centros urbanos. A pesquisa não se ateve aos jovens, o que talvez possa demonstrar a diferença existente entre as gerações, mas independente da condição socioeconômica destes caboclos pesquisados, há homogeneidade em dizer que “*se tiver uma roupa pra vestir e comida na mesa, não precisa mais nada*”.

Desambição e imprevidência devem ser interpretadas como a maneira corrente de designar a desnecessidade de trabalho, no universo relativamente fechado e homogêneo de uma cultura rústica em território vasto. (CANDIDO, 2010, p. 103).

A agricultora T.P.C., moradora na linha São Roque, e seu esposo J.M.C., ambos idosos, com respectivamente 80 e 82 anos, ao se referir a propriedade dos pais desta, relatam que o local onde nasceu e cresceu era longínquo: “*onde eu comecei a trabaiá? Era numa descida aí na Pedra Branca.*” Já para seu esposo, “*era num perau lá no Pedra Branca.*”

Assim como praticamente todas as mulheres do meio rural, T.P.C. esteve sempre à margem das informações e decisões relativas à propriedade. Entre os entrevistados percebe-se um maior reconhecimento do trabalho feminino, principalmente entre os casais mais jovens, porém entre os mais velhos fica claro que o predomínio das decisões ainda é tradicionalmente masculino. Desta maneira, T.P.C. não sabe dizer o tamanho da área do pai, pois essa informação era restrita aos homens da família. Assim que

casou, passou a fazer parte da família do marido, e este passou a controlar o patrimônio e o que era feito nas áreas de terras, até mesmo o “*pedacinho*” que ela teria herdado. A propriedade atual permite que a família viva com tranquilidade, mas com muito trabalho, já que contam somente com sua própria mão de obra. As atividades são tratar as vacas, ordenhar, limpar a casa, preparar as refeições, fazer queijo para vender, juntar pinhão, entre outras. Como ela salientou, “*vai fazendo como dá*”, pois relata sentir muitas dores. Aos poucos, o filho mais novo está tomando conta de tudo, e é um suporte de grande valor na realização das atividades.

Em item específico trataremos das questões de gênero em relação aos pequenos camponeses, mas salientamos a condição já apontada por Woortmann e Woortmann (1997, p 12), segundo a qual:

Exerce-se o poder porque se detém o saber. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (no plano público) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque “domina” o saber. O saber “técnico” é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social.

O Sr. J.M.C. perdeu o pai ainda muito jovem, ou seja, a referência principal foi a mãe, filha de alemães com portugueses. A perda do pai avançou sua condição de liderança para os demais membros familiares, em substituição a este, embora faça parte de uma família numerosa, mas com muitas mulheres. Neste sentido, é importante a obra de Woortmann (1994, p. 133), para a qual:

Mesmo que todos os descendentes sejam considerados parentes, pertencentes à mesma família (em sentido amplo), e pensados como possuindo características físicas comuns, são privilegiados os descendentes do sexo masculino.

A família de J.M.C. e T.P.C. está aos poucos delegando o trabalho na propriedade para o filho mais jovem, P.P.C., de 42 anos, o qual, embora resida com a esposa e o filho na cidade, é o principal responsável pela condução do trabalho na roça e no cuidado com os animais. Não possuem nenhum empregado e dividem-se para executar as atividades, contando

apenas com a ajuda de um tio solteiro, com limitações cognitivas e já idoso. Para R.R., a continuidade é fundamental, pois acredita que “*tem que dar segmento, porque se botar fora, nunca mais consegue*”. As histórias dos sacrifícios vividos pela família o influenciaram fortemente e entende que é seu papel preservar o patrimônio conquistado pelas gerações passadas, especialmente a terra, que é o que “*realmente tem valor*”.

Woortmann e Woortmann (1997) compreendem que mediante as migrações sazonais dos sítiantes nordestinos, haviam reflexos no “governo” da propriedade, pois poderia significar que haveria além da transmissão do trabalho agrícola, transmissão do patrimônio. No caso de R.R., a transmissão do trabalho agrícola já aconteceu, pois como o pai é idoso, já não tem condições para executar as atividades principais. No entanto, a transmissão patrimonial, embora seja “líquida e certa”, só acontecerá mediante o falecimento do pai, que vai aos poucos passando o governo para o filho.

Em Picada Rosa, há aproximadamente 35 km da sede do município, ouvimos o relato da agricultora M.J.M. Sua área configura-se em um campo largo, dividido entre o plantio de milho e um espaço com algumas cabeças de gado, onde resta uma densa palhada do milho já seco e onde crescem gramíneas e ervas rasteiras, de que o gado se alimenta.

Um pouco acima encontra-se a montanha, alta e inteiramente coberta com mata atlântica nativa. A propriedade foi herdada dos pais, sendo que acabou por recair sobre ela a tarefa de cuidar da sua parte e também da parte das irmãs, que migraram em busca de trabalho, e atualmente residem em Bento Gonçalves: “*é nove, nove arqueira aqui. Tem bastante mato. É quase só aqui na frente que é limpo.*”

Somente M.J.M. e seu filho, de 17 anos, residem na propriedade. Relatou com grande comoção e tristeza o assassinato do esposo:

Mataram. [...] Óia, ele foi acudir uns que tavam brigando, né. E daí o outro veio sem merecer e tacô uma facada direto no coração. [...] É, vai fazê agora uns 13 anos, 14, por aí. [...] O meu Guri ficou, ele tinha uns três aninhos, quando ele, quando mataram ele, nem bem três aninhos não tinha. Era bem pequenininho. - E você ficou morando aqui nesse lugar sozinha? - Fiquei, com os dois fio. - Só vocês? - Uhum.

A situação narrada por M.J.M. denota a existência de situações de violência entre os caboclos, porém estas não serão tema do presente trabalho, sendo sugestivo de continuidade em etapas posteriores. Por ora, abordamos a situação em que fica a família após a perda do pai e marido. O único filho, V.R., está assumindo o trabalho considerado “*de homem*” na propriedade. Na ocasião da visita, não conseguimos entrevistá-lo, pois estava na lavoura trabalhando. Os estudos do rapaz tornaram-se secundários, sendo realizados somente após o trabalho, se houver tempo.

A substituição do marido/pai na família de M.J.M. ocorre pela transmissão da mãe ao filho, que passa a assumir maiores responsabilidades e o “governo” da família, o que deverá acontecer plenamente aos 18 anos, já que “primeiro, merece-se o reconhecimento social do saber e da prática para produzir; mais tarde, adquire-se o reconhecimento do saber necessário para “negociar” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 41).

O marco geracional vincula-se a ideia de maioridade, a qual tanto pode ocorrer pela idade, para o rapaz, quanto pelo casamento, para as moças. Assim, “para um certo pai seus filhos se governarão ao atingirem a idade de dezoito anos (RENK, 2006, p. 170)”.

No caso de V.R., a substituição ocorre de maneira forçada, por necessidade devido ao falecimento do pai, e pela delegação da mãe, a qual volta a ter um homem em casa para fazer o trabalho “*de homem*”. Assim Woortmann e Woortmann (1997, p. 39), estabelece o pressuposto masculino na cultura camponesa:

É ele quem deve enfrentar o desconhecido, a força da natureza e os perigos do mato, seguindo sempre o mesmo sentido, do já dominado (casa, terreno cultivado, rodagem) para o mundo. Esta última expressão designa um universo desconhecido, onde reside o perigo, e engloba desde a natureza desconhecida até os grandes centros urbanos, como São Paulo.

A sucessão nas pequenas propriedades de Fontoura Xavier tornou-se uma questão premente. Com o abandono pelos jovens, que não vêm apelo para permanecer, sobrou um contingente de adultos e idosos que “*tocam como podem*” a atividade agrícola. Neste sentido, o incremento de ideias

novas, projetos e inúmeras outras possibilidades, torna-se mais e mais restrito, pois carece da força da juventude.

A questão da sucessão, da presença de filhos nas unidades de base familiar, de “alguém que toque para frente o que fizemos”, dos jovens nas atividades agrícolas (pois, há muitos que apenas residem no rural com os pais, mas trabalham no meio urbano ou em atividades não agrícolas no rural - agroindústrias de frangos e suínos, indústrias de calçados, de sucos etc.) é de fundamental importância. Nem todos são produtores agroecológicos, ainda que nestes nem tudo esteja resolvido e nem as decisões sejam tão harmônicas e mais facilitadas (TEDESCO, 2021, p. 8).

Nas vizinhanças de M.J.M., embora separados por vários quilômetros, conhecemos J.P.B.L. (74 anos), viúvo, aposentado, que reside sozinho na propriedade. Para nos relatar como ocorreu a distribuição das terras, o Sr. J.P.B.L. nos contou que sua família acabou ficando com uma área que, embora grande, não é adequada ao cultivo. O motivo, segundo ele, é que seu avô tinha o hábito de caçar e preferiu ficar com uma área onde houvesse mata e fauna abundantes. Segundo ele, a propriedade que herdou correspondia ao anseio do avô, já que *“ali vinha de tudo, era veado, era baque, era capivara, o que fizesse rastro.”*

Brandão (1995) discute o espaço do sertão, antigamente como o lugar de habitação dos animais selvagens. A cidade era longe, mas agora a cidade se aproxima e ameaça o sertão de não existir mais. A ocupação das áreas de matas por plantações, elimina tudo, de plantas à fauna selvagem. Ao falar dos animais, o Sr. J.P.B.L. o faz com saudosismo, pois já não são mais vistos.

Descreveu ainda a grande área da propriedade familiar da família dos seus pais, da qual pouco, porém, podia ser utilizada: *“é, nós morava lá, é lá nossa terra, nós tinha sessenta arquere de terra ali.”* Considerou-se que sessenta alqueires era bastante, porém:

Sim, sim, tudo, maior parte perau, não dá pra aproveitá, e daí pra coiê era base do, de aonde pegava o carguero, tinha que trazê nas costa, era sofrido, sofrido mesmo.

Conforme o Sr. J.P.B.L., devido à opção do avô por áreas onde houvesse caça abundante, as melhores terras agricultáveis ficaram com seus parentes (primos) que hoje são agricultores “fortes” no município. Não havia o conhecimento naquela época de que o campo era melhor que a mata, conforme ele. Assim, as escolhas acabaram por determinar as condições socioeconômicas, pois a família está dividida entre dois ramos: o primeiro, aqueles que herdaram terras de campo, mais próximas da sede do município, onde criam gado e plantam soja, principalmente; o segundo, composto pela família do Sr. J.P.B.L., em terras com grande área de matas, onde é possível fazer roças de subsistência, bastante distante da sede município.

Woortmann e Woortmann (1997, p. 19) assinalam, referindo-se a meados do século XIX, que a propriedade da terra indicava a relação com o “termo reservado aos fortes, os antigos criadores e os atuais pecuaristas”.

Para o interlocutor, o “forte” em contraposição ao “fraco”, tem relação com aquele que produz mais excedente para comercializar, que possui terras boas e em maior quantidade, onde pode produzir mais. Também pode utilizar a expressão “folgado”, para denotar aquele que vive na folga, com excedente, que detém o capital.

Ouvimos também o relato de D. S.S.F. (64 anos), esposa de P.B.F. aqui já nomeado. Com relação à quantidade de terras que sua família parental possuía, considera que era pouca e inadequada para o plantio:

Era pouca terra do pai, era muita ladeira, muito dobrado. O pai tinha quase 20 arquere. Mas daí foi vendendo devido as dificuldades, doença, naquele tempo não tinha SUS¹.

Os depoimentos apresentam algumas situações que envolvem o caboclo histórico do noroeste do Rio Grande do Sul. Primeiramente, a questão de que as terras estão localizadas em “peraus”. Alguns sinônimos para a palavra remetem a precipício, escarpa, lugar íngreme. Assim, os caboclos atuais, ou estão vivendo em áreas de peraus, como é o caso de J.P.B.L. e M. J.M., ou já viveram e conseguiram novas propriedades mais planas, como é o caso de R.R., por aquisição e de T.P.C., pelo casamento.

¹ SUS - Sistema Único de Saúde.

Está refletido no dizer dos agricultores a “*pouca terra*”, que não permite uma agricultura que vá além da de subsistência, o que, exceto para o agricultor que conseguiu superar as condições econômicas características do caboclo e adquiriu mais terras, é uma realidade no município.

Em seu relato, S.S.F. (64 anos) diz que viu no casamento com P.B.F. (72 anos) uma oportunidade de melhorar de vida, de trabalharem juntos e construir uma vida melhor. No caso de sua família, descendentes de italianos, pode-se perceber que não houve um suporte de etnicidade, como ocorre com outras famílias de descendentes europeus. O pai, após a perda da primeira família, procurou meios de dar continuidade à sua vida, casando-se novamente e constituindo outra família, ainda maior, mas permaneceu em situação de pobreza. Para S.S.F. (64 anos), o seu casamento era uma saída para aliviar a moradia paterna e criar novas oportunidades com um marido que ela considerava trabalhador e “*interesseiro*”.

Existe antes uma ideia de maioria, onde um dos caminhos é o casamento. Se hoje, em geral, se governam com idade menor daquela de antigamente, o mesmo se aplica aos casamentos, sempre apontados como precoces (RENK, 2006, p. 172).

Em Picada Casagrande, ao conversar com C.P.M. (49 anos), a qual, sendo a filha mais nova da família, herdou a casa em que os pais viviam e também a área de terras. Além disso, assumiu a responsabilidade de cuidar dos irmãos, ambos mais velhos, considerados incapazes devido a uma deficiência que os torna totalmente dependentes de cuidados:

*Eu casei, fiquei morando aqui. A casa era da mãe, né. Ela morava aí com meus irmão doente que moravam com ela, e aí eu casei e fiquei morando junto ali. Depois ela faleceu, fiquei na casa que era dela, fiquei morando ali, **dá terra também que a gente planta um pouco era, na verdade, herança dela, né, e a gente vive, planta um pouco, um pouco de milho, de feijão, o qedá pra plantar um pouco a gente planta. Só que a gente não vende. Tem erva-mate também.***

Atualmente vivem dos benefícios da previdência, pois não conseguem trabalhar, já que ela cuida dos irmãos incapacitados e o marido, tem sérios problemas na coluna.

Na família de C.P.M., a distribuição da herança deu-se de modo a contemplar a todos, já que para cada filho deve haver um “*pedacinho de terra*” e, à filha mais nova coube a tarefa de cuidar dos pais envelhecidos até que tivessem falecido, assumindo também o cuidado com os irmãos. Coube ao seu esposo, um legítimo caboclo, mudar-se para a casa dos pais de C.P.M. e ambos assumiram os cuidados com a família e a propriedade desta. Woortmann (1994, p. 177) confirma esta característica, ao dizer que:

Na Colônia, apesar da vinda de grupos de tradição de primogenitura, prevaleceu a tradição de ultimogenitura, visando igualmente a integridade do patrimônio. [...]. Em princípio, ele é o último a nascer e a casar; concretamente, porém, o sucessor não é o filho mais novo.

Nesta família, os padrões listados por Woortmann (1994) são confirmados, pois de fato ela foi a última a se casar, assumindo as obrigações que lhe eram esperadas e tornando-se a herdeira da casa em que os pais viviam.

Já na família de P.P.C., sendo o único filho homem após a existência de várias filhas, e também o mais novo, lhe coube a tarefa de cuidar dos pais e a responsabilidade pelo patrimônio, dando continuidade ao legado da família, estando muito clara a questão sucessória vinculada aos laços de ultimogenitura.

Os filhos, a partir de certa idade, participam do processo produtivo e o ciclo de vida menino-rapaz-homem é a transição da ajuda para o trabalho e eventual governo, associada a outras passagens com significado ritual (WOORTMANN, 1994, p. 46).

Alternando-se entre as diferentes picadas, o centro e a beira de estrada, a pesquisa procurou conhecer um pouco mais dos tendeiros do pinhão. Ao fazê-lo, foi possível observar que na atualidade estão presentes no grupo de tendeiros, proprietários de tendas que ultrapassaram em mui-

to as condições de vida do caboclo. Pelas informações recebidas, algumas tendas já foram vendidas a terceiros, principalmente para descendentes de italianos, situação confirmada em diferentes visitas. Estes, proprietários das maiores e melhores tendas, contratam empregados das vilas ou picadas próximas para fazer o atendimento aos clientes.

Assim, ao realizar estas visitas de observação, optou-se por registrar o relato de tendeiros descendentes dos primeiros caboclos que principiaram com as tendas, sejam aqueles que ainda não superaram o modo de vida desta cultura, seja aqueles que estão em processo de transição. Registra-se a diferença em termos de segurança na impositação dos proprietários descendentes de italianos em relação ao que é natural aos caboclos. Tais diferenças ficam refletidas na forma de atender, questionar o que o pesquisador pretende, numa ostensiva atitude de desconfiança. Já os caboclos falam naturalmente sobre o seu modo de vida, acolhem o pesquisador e demonstram confiança no trabalho de “*quem é mais estudado*”, como dizem.

Embora os caboclos tendeiros não sejam os proprietários dos terrenos onde estão localizadas as tendas de pinhão, pois estas pertencem à área de domínio do Estado, a valorização do local como um direito adquirido e que lhes garante o sustento, é um componente de importância fundamental. Assim, uma das tendeiros mais antigas que está no grupo, C.F.S. (63 anos), esclarece que a posse da tenda aconteceu há muitos anos:

Faz mais de 20 ano que nós temo aqui. Essa tenda aqui foi uma verba que foi feita através da prefeitura que o governo federal que mandou, foi ele que botou nós aqui.

No entanto, a história dos tendeiros tem bem mais de 20 anos, conforme já visto em capítulo anterior, e comprova-se no que diz C.F.S., pois conforme ela, antes de lhe ser dada a tenda, “*sempre morei nas bera de estrada. Aonde a gente ganha um pouquinho é nas tenda, né. Aonde a gente sobrevive*”.

Embora o grupo dos tendeiros esteja circunscrito a uma pequena área geográfica, percebe-se que não há consenso entre todos. Estas dissensões aparentemente estão localizadas no campo político, mas também podem indicar um conflito cultural, com raízes étnicas. Uma das articulações que

ficou dificultada foi a apresentação do projeto realizado pela vereadora C., filha de M.I.B.P., presidente da Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier e uma de nossas pesquisadas, na reunião que esta programou para dialogar sobre a necessidade de se construir um novo espaço, já que a adesão foi significativamente pequena.

Os tendeiros estão enfrentando de forma bastante tensa a possibilidade de serem desalojados de suas tendas da beira de estrada devido à duplicação da BR 386, que está prevista para iniciar em 2021 e ser concluída em dez anos, conforme o Governo Federal (BRASIL, 2021), objetivando atingir um longo trecho de extensão. Como as tendas estão localizadas na faixa de domínio da rodovia, terá que haver uma readequação em relação à sua posição, recuando-se o espaço suficiente para sair da faixa de domínio das terras públicas. Como nem todos os tendeiros são proprietários das terras contíguas às suas tendas para realizar esse recuo, cogita-se na construção de um pavilhão que abrigaria a todas.



Figura 14: Tenda do pinhão – Fontoura Xavier. Observa-se a exposição externa dos produtos da tenda e a casa de moradia do proprietário, ao lado. Fonte: Acervo da autora.

A presidente da Associação dos tendeiros, M.I.B.P. (50 anos), proprietária de uma das maiores tendas, relata que conseguiu ir melhorando aos poucos, pois conforme ela, iniciou com um espaço muito pequeno e passou por dificuldades. Em relação à representatividade do seu posto como presidente dos tendeiros, diz que:

Ah, eu vou, né. É bom. Não, eu tento tê uma relação boa, né. Porque eu tô pensando assim, né, eu como presidente eu penso em ajudá todos, não penso umcoisa prá mim. Tanto que conversei com a C., como a C. é vereadora, né, ela desenvolveu um projeto pra todas as tenda, não eu aqui, sabe? Ela vereadora C. fez um projeto pra todos os tendeiros e daí hoje ela vai apresentar na reunião, né.

Efetivamente, a participação dos tendeiros foi pequena na reunião, não havendo resultado prático para a tomada de decisões quanto ao novo projeto.

Dividindo-se entre a área central do município e o distrito de Campo Novo, ouviu-se o relato do professor P.F.S. (66 anos), o qual encontra-se situado em uma posição que lhe permite estar dentro da comunidade cabocla, dela fazendo parte e ao mesmo tempo, mantendo um olhar de distanciamento em relação à mesma. O Sr. P. percebeu na ida para o exército uma oportunidade de sair da roça e estudar, seu grande sonho. Passou pelo exército e posteriormente pela Brigada Militar do RS, aposentando-se no serviço público. Residindo em diferentes cidades que lhe oportunizaram realizar graduação e pós-graduação, acabou por retornar a Fontoura Xavier, onde após a aposentadoria do serviço militar, tornou-se professor da rede estadual, nas disciplinas de filosofia e sociologia, na escola agrícola localizada em Três Pinheiros, no interior do município.

Ainda que possua residência no centro do município e tenha uma vida socialmente ativa na comunidade, o Sr. P. busca retornar ao meio rural. Está se organizando para novamente residir nas terras em que nasceu, onde pretende viver com mais tranquilidade junto à natureza, afastando-se também do magistério público. Como dito por ele “estou voltando aos velhos tempos”. Neste sentido, percebe-se no Sr. P. o mesmo saudosismo presente em outros caboclos citadinos, de regressarem ao espaço rural,

ao modo de vida original. Para ele, a pobreza do município foi sempre um desafio a ser vencido pelo povo fontourense, pois:

Em décadas passadas, 30, 40 anos, 50 anos atrás, aqui era uma pobreza muito grande no município. Eu lembro que naquela época, haviam muitas pessoas circulando pelas ruas, mendigos, pedindo para se alimentar, a pobreza era muito grande. A falta de conhecimento de exercer um trabalho que desse resultado, num passado recente.

Atualmente, o Sr. P.F.S. acredita que essa realidade mudou, pois já existe uma boa parte dos agricultores que trabalham de forma mecanizada e a tecnologia tem contribuído para as melhorias das condições de vida, porém, o município apresenta índices que denotam carências significativas.

As terras da família do Sr. P.F.S. foram recebidas em herança, com título comprovando a propriedade. Embora se tratasse de uma área que ele considera pequena (15 alqueires), eram terras localizadas nas margens de campos e planas, em Campo Novo, estando hoje de posse de dois dos seus irmãos.

Novamente, nesta família está presente a tradição de ultimogenitura. Sendo o filho mais velho, ainda que fosse seu desejo, precisou “*ganhar a vida*” fora do núcleo familiar, construindo as próprias condições para sua sobrevivência.

O agricultor F.J.C. (56 anos) divide-se entre o trabalho como pedreiro, na sede do município, e como agricultor, na localidade de Pedra Branca, onde tem uma “*terrinha que comprou, juntando o dinheiro desde o tempo do exército*”. Vivenciou a situação do caboclo sem terras, já que seu pai e avô eram agregados em uma grande área, da qual tiravam o sustento e que acabaram por ser desalojados: “*a terra que nós morava não era nossa, e daí nós tivemos que vim para a cidade e daí ele (o pai) teve que sair trabalhar fora*”.

Conforme declarou F.J.C., foi seu avô quem primeiramente tornou-se agregado de um advogado na fazenda de um “*advogado muito rico*” para que este conseguisse tomar posse da área. Antes, porém, o avô já morava de favor em um imóvel em Soledade, sendo que tinha como profissão a marcenaria, construindo casas e especialmente telhados em zinco e madeira, no

início do século XX. A esposa do avô trabalhava como cozinheira para “*um grandão, o General Candoca*”², comandante das forças revolucionárias na Revolução do Fão³. A história da terra demonstra aspectos importantes do território da região Alto da Serra do Botucaraí, conforme veremos a seguir:

O patrão nunca ia. Eles moravam em Soledade. Daí né, assim ele tinha ganhado aquela terra de uma gentarada aí no Fontoura né, pagaram tudo as medição, umas causa que existiu né, daí ele cobrou daquele povo 82 alquer, seria 160 quase 200 hectare né. Ele cobrou daquele povo essa quantia de terra por tudo as despesas que ele fez né. O serviço dele, né. Naquele tempo não tinha valor a terra. O Kumber, o Duarte, os Taffarel, todo mundo deram, cada um deu um pedaço pra dá essa terra pra ele, só que a terra era muito grande, é pavorosa de grande, é uma fazenda né e daí disseram que era ali em tal lugar, mas daí ele não conseguia assumir a terra. O Techio disse que era dele até lá, outro dizia que era dele, outro dizia que era dele, os que tinham em roda tudo né, ... tudo fazia divisa né, daí eles demarcaram, vai ser ali em tal lugar, tem que dá os 82 alquer. Daí ele não conseguia entrar dentro da terra, daí ele falou com meu avô para ele vim mora ali. Daí meu avô veio e se instalou ali, fez um garpãozinho e se instalô ali, bem no meio. Daí foi onde ele conseguiu ir demarcando a terra dele, meu avô começou a cuidá, fazê roça pra lá e prá cá né, tinha os três filhos. E daí ele conseguiu ser dono da terra, conseguiu botá querência lá né.

Ao invés de dinheiro, o pagamento dos honorários do advogado, teria sido feito através da entrega de área de terras. Essas regularizações eram buscadas pelas famílias de origem italiana e alemã, que na ocasião estavam se instalando no município.

² Cândido Carneiro Júnior destacou-se como pecuarista e político no município de Soledade, sendo secretário do Partido Libertador naquele município no ano de 1928. Em 1930 foi tenente-coronel da Brigada Militar e em 1932 ocupou o mesmo posto militar no 33º Corpo Auxiliar da Brigada Militar (Corpo Provisório). Faleceu no ano de 1950 (GUERREIRO, 2005, p. 72).

³ O Combate do Fão, ocorrido no amanhecer de 13 de setembro de 1932, foi marcado por um violento combate entre apoiadores gaúchos da Revolução Constitucionalista, liderados por Cândido Carneiro Júnior, o “General Candoca”, e tropas armadas do governo estadual de Flores da Cunha, na localidade de Barra do Dudulha, hoje nos limites entre Pouso Novo, Progresso e Fontoura Xavier (FILATOW, 2015).



Figura 15: Família de caboclos agregados de Fontoura Xavier (Década de 1940). Fonte: Acervo da autora.

Seu avô, um caboclo sem terras, que retorna a Fontoura Xavier após ter vivido na área urbana de Soledade, assume a responsabilidade de cuidar da área, porém com o passar do tempo e com o risco de ser julgado usucapião em favor da família, são convidados a se retirar, indo residir na área urbana do município.

Ele não herdou eu acho ou se herdou vendeu, a terra dele que ele se criou foi ali na igreja do Pedra Branca. Eu não sei se ela vendeu (a mãe do avô) aquela terra lá e não deu nada pra ele, né. Acho que ele não teve herança.

Conforme a mãe de F.J.C., em relação ao sogro, diz que: *“a mãe dele teve uma herança, uma terrinha, mas o finado garrô e vendeu”*.

As diferentes histórias contadas demonstram vários entrelaçamentos com as pesquisas sobre o caboclo histórico, da região Sul do país. Aqui, como em outros locais, as áreas que restaram aos caboclos foram em locais “preteridos”, até que houvesse uma efetiva procura pelos imigrantes e seus descendentes italianos e alemães, o que ocorreu a partir de meados

do século XX. Tais áreas configuram-se na maior parte em minifúndios ou mesmo no caso de áreas maiores, tratam-se de espaços com grande concentração montanhosa e de mata nativa. Muitos desses caboclos são remanescentes do trabalho nas fazendas agropastoris de Soledade e que encontraram em Fontoura Xavier, um local mais seguro para habitarem.

Percepção étnico-cultural: “não sei do que sou”

Assim como não existem culturas que não recebam influências externas, não se pode dizer que existam comunidades puramente caboclas no estado mais meridional do Brasil. No entanto, certos locais mantêm uma vinculação estreita com essa característica. A região do Alto da Serra do Botucará é um desses espaços, revelado pela oralidade do que se diz “a respeito dela”, no entanto sem “provir diretamente dela”, ou seja, é um local do qual o senso comum regional diz possuir preponderância de indivíduos caboclos, para o qual utiliza-se popularmente a expressão “pelo duro⁴”.

No seu poema “O puchirão de Gé Picaço, Lacerda de Almeida Junior se propõe a descrever o caboclo serrano do Rio Grande do Sul, chamando-o de “pelo duro”, termo com forte identificação que se deduz do indivíduo de cabelo grosso, preto, firme (JUNIOR, 1925, apud RIBAS, 2007, p.436).

*Cabellos preto, espetado,
Que em espinho de ouriço;
Mais arto do que petiço,
C’os óio negro e rasgado,
Num sembrante cor de cuia...
E com mais nós do qu’imbuia,
No corpo meio curvado.
C’as perna sempre cambota,
Qu’elle endereita c’as bota...*

⁴ A expressão “pelo duro”, cunhada popularmente, refere-se também aos equinos, de espécie nativa e resultado do cruzamento com outras raças. Utilizada para designar pessoas, refere-se ao indivíduo nativo ou crioulo miscigenado com pelo menos uma etnia não branca.

*É feio e desengraçado,
Mas pau torto é que dá mel!*

No ambiente regional os caboclos são representativos majoritariamente, porém ainda prefere-se dizer que há o predomínio das etnias italiana e alemã no conjunto das comunidades, de maneira a minimizar a participação cabocla. Por ser uma região mais carente em contraposição a outras do estado, ao seu caboclisto associa-se a pobreza e evita-se notabilizar essa condição.

Como representativo da região, Fontoura Xavier revelou-se o *locus* adequado, já que conta com um grande número de sujeitos que preservam quase em sua inteireza os costumes caboclos, dentre os quais a estreita ligação com a terra, a prática de ofícios vinculados à natureza, como o cultivo e a colheita de erva-mate, a ênfase nas relações familiares, e com vizinhos e compadres, as crenças religiosas, que compõe um extenso panteão. No entanto, as novas gerações vêm sofrendo um processo rápido e irreversível de não perpetuidade cultural. Nesse sentido, convivem com novas tecnologias que os colocam no patamar de outros jovens, até mesmo de centros maiores, bem como almejam integrar-se nesta dinâmica, tanto na aquisição de bens de consumo, como na busca por atividades que sigam o padrão vigente, perdendo aos poucos a sua relação com o meio natural, pois esse se revela “sem atrativos”, em comparação com o que a modernidade pode oferecer. Afirmamos que, exceto para alguns poucos indivíduos jovens, a vida do caboclo não possui apelo para a permanência nessa.

Contribui para isso a não existência das marcas de grupo mais amplo nessa comunidade, o que poderia ser um facilitador para a permanência dos jovens nos redutos rurais acabocladados. A título de esclarecimento, “o grupo” de brasileiros carece do “associacionismo étnico” (TEDESCO, 2021 p. 1-2,), que Tedesco enumera em relação aos descendentes de imigrantes italianos:

Ao mesmo tempo em que se busca cristalizar tempos, são revigorados os grupos e se permite o trabalho da memória, ou seja, de presentificar passados que ao presente interessa e/ou signifi-

fica. É por isso que, sentir-se *pertencendo*, carrega uma simbologia que une indivíduo a uma totalidade histórico-cultural e temporal de longa duração, de memórias fortes, como é o caso da separação pela emigração e a recostura histórica e de costumes que busca se evidenciar e justificar os acordos de irmandades étnico- territoriais e dialetais (TEDESCO, 2021, p. 15).

A manutenção desse modo de vida, e conseqüentemente a retenção dos mais jovens, demanda agregarem ao menos algumas das facilidades da vida moderna, o que implica uma transformação dos costumes, especialmente os que se referem ao modo do cultivo da terra e a comercialização; porém, carecemos de elementos para entender e justificar se essas alterações não ocasionam também o fim das características caboclas, acabando por transformar o sujeito-base também.

Nesse sentido, a denominação “grupos” serve para indicar que possuem características em comum, porém a família, amigos e vizinhos configuram-se na sua comunidade. Diferente de outros grupos étnicos, o reconhecimento de grupo acontece em relação à atividade que exercem, como, por exemplo, plantadores de fumo, tendeiros, coletores de pinhão, ou, especificamente, como membros de uma comunidade, picada ou linha. Locks (1998) acredita que esse retalhamento sofrido pela comunidade cabocla, devido a perda do espaço antigo e a adoção de novos espaços, implicou em perda da homogeneidade cultural.

O sentido de grupo, conforme salienta Woortmann e Woortmann (1997, p. 12), é passado a partir do trabalho, da atividade que exercem. A partir disto, para o conjunto de famílias que formam a comunidade, a “produção é central para a reprodução”:

A produção é central para a reprodução do grupo, visto como um todo, e para cada grupo doméstico específico que a realiza, que é também a unidade de reprodução da força de trabalho (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12).

Devido às situações presentificadas durante a pesquisa, não foi possível utilizar a palavra “caboclo” como indicativo de agrupamento social

entre os entrevistados, pois auto identificam-se como “brasileiros”, não reconhecendo a si próprios como caboclos, e ainda, a maioria dos pesquisados não conhecem ou têm muito pouco conhecimento do significado correto da palavra.

Há um limite que utilizam para determinar os outros, um espaço de fronteira, que os tratam como “*as pessoas de fora*”, “*os ricos*”, “*os que vieram de longe*”, “*os grandão*”, “*os da cidade grande*”, “*os fino ou finório*”. Enquanto o “nós” qualifica-se como “*os grosso*”, “*sempre ou simples*”, “*de jeito grosseiro*”, “*bruto*”. Nenhuma dessas palavras tem a conotação de estupidéz ou violência entre o grupo, mas de simplicidade no modo de ser e na vida. Também dizem “*somos ignorantes*” ou “*burros*”, no sentido de desconhecer por falta de estudo, mas não por falta de inteligência, temas que outros conhecem.

O mesmo homem do campo que me mostra as suas mãos “grossas e cheias de calos” e as opõe às minhas – mãos “finas” de “gente da cidade” – ao mesmo tempo em que e desqualifica ao comparar a figura física das mãos, marca através desta exata diferença, o oposto [...]. (BRANDÃO, 1995, p. 220).

No grupo em análise, está presente certa obscuridade em relação aos conceitos de descendência, identidade étnica coletiva, pois os sujeitos, embora se autodescrevem como descendente de portugueses, alemães ou indígenas, não há uma verdadeira apropriação desse significado, já que é algo distante, ausente, pertencente ao passado.

Materialmente, não conservaram memórias do coletivo, no sentido de uma comunidade étnica que remeta e dê significado a esse passado. Sabem que os antepassados eram de certos lugares pela história oral que algum familiar contou, porém não fazem vinculações mais aprofundadas neste sentido.

Devido às questões socioculturais presentes no município, a representação dos sujeitos está relacionada à apropriação da expressão “*brasileiro*” como termo indicativo da sua nacionalidade. Em relação ao perfil étnico, a maioria dos pesquisados são de descendência luso-portuguesa, alguns indígenas e poucos de descendência africana, porém pertencem a

uma categoria denominada cotidianamente de “brasileiros”, em relação à língua, ao tom “moreno” da pele, à forma de ser e à diversas outras variáveis não mensuráveis, porém presentes na simbologia e nas crenças dos indivíduos, especialmente, nas representações que os demais grupos fazem em relação a eles próprios.

Adicionalmente, no grupo de agricultores “brasileiros” de Fontoura Xavier, há uma forte noção internalizada de pertencimento ao Brasil, menos com sentimento ufanista, e mais como naturalização do pertencimento, visto que poucos sabem dos seus antepassados - “*nóis sempre vivemo aqui*” (M.J.M., 54 anos), no sentido de: “sempre pertencemos a este local”. Como disse A.M.R. (60 anos), “*tamo aí emperreado*”, que significa estarem emperrados, obstinados, teimosos em ficar na terra.

A própria M.J.M. (54 anos), ao ser perguntada sobre sua autodescrição étnica, respondeu de maneira taxativa. Para ela, como também para a família a que pertence, esse assunto não possui interesse e não falavam sobre isso. Foi perguntado se sabia qual é a sua descendência, ela simplesmente respondeu “não”. E também se sabia se era descendente de portugueses, indígenas ou outras miscigenações, respondeu: “Nem sei do que sou”.

De forma similar, o Sr. V.P.S. (72 anos), morador da localidade de Água Azul, não vincula etnicidade ao seu presente. Para ele, para saber suas origens teria que saber ler e escrever: “*eu não entendo isso, eu sou analfabeto. No meu tempo meu pai não me deixou estudar, tinha que trabaiá. Eu pra fazer o nome não é fácil. Faço o nome só*”.

Para o agricultor P.P.C. (42 anos), as raízes étnicas parecem não fazer qualquer diferença, demonstrando ainda não ter se voltado para o assunto: “conta da vó que veio parece que da Itália, parece que tinha cabelo branco”. Porém, ao questionar o pai, J.M.C. (82 anos) este enfatiza que se trata da Alemanha. E novamente percebe-se uma importância maior ao componente caboclo e masculino da família, quando o Sr. J.M.C. (82 anos), salienta: “*a minha vó? A minha vó é Cacília Vormá (Wolmann). Ih! Aquela é morta há mais de 50 ano. Ela veio da Alemanha*”. Quanto ao avô, este é nomeado em detalhes, pois está presente na lembrança do neto que chegou a conviver, ao que se pode deduzir, seja decorrente da sucessão familiar, passada de geração em geração entre os membros masculinos, do governo

da família. Assim, J.M.C. (82 anos) se recorda do avô, do pai, e reproduz o mesmo modo de ser de ambos, pois assim aprendeu e entende ser o “*jeito certo*”. Com relação a avó, ao casar com o *brasileiro*, optou por acaboclar-se, seguindo a partir de então as marcas de grupo presentes na comunidade de caboclos, inclusive aquelas relacionadas ao governo masculino da família:

Ser chefe de família implica autoridade, em se governar e governar a família mulheres e filhos estão no seu governo. Para manter o seu governo, no mínimo, deve trazer o alimento para dentro da casa. A fonte provedora é sempre masculina. (RENK, 2006, p. 169).

O caso da depoente C.P.M. (49 anos), também apresenta indícios das interligações que ocorreram entre os alemães e os caboclos. Suas terras estão em uma região de planalto e o plantio da lavoura é predominantemente de culturas como a mandioca e a batata-doce. Na geração dos bisavós, relata-se que teria havido um casamento interétnico entre uma mulher alemã e um homem caboclo.

Percebe-se que não há elos de etnicidade com outras famílias de origem alemã, as quais são poucas no município e ainda que houvessem, a adaptação ao modo de viver atual aconteceu ainda na



Figura 16: Casal de agricultores de Picada Casagrande – Fontoura Xavier (2021). Fonte: acervo da autora.

primeira geração de imigrados, não havendo memória destes primeiros entrelaçamentos. Assim como Woortmann (1994, p. 130) “a memória dos colonos elimina a Alemanha de sua temporalidade”. C.P.M. (49 anos) apenas sabe que a bisavó era da Alemanha, mas que seus pais eram muito rígidos e que fugiu para casar-se com um brasileiro.

O professor P.F.S. (66 anos) acredita que as características físicas dos moradores de Fontoura Xavier e de si próprio indicam a presença do componente nativo autóctone na maioria da população, a qual miscigenou-se com o português. Este componente estaria situado em um nível mais distante no tempo, ou seja, as miscigenações teriam ocorrido em uma linha temporal mais distante no passado.

Eu na verdade, tenho origem portuguesa. [...]. É possível que eu tenha sim uma mistura de indígenas, até devido a característica do nosso município, que temos informação histórica de que essas etnias estavam muito presentes em nosso município.

Com relação à população italiana em Fontoura Xavier, ele diz que esta adentrou no município “há apenas algumas décadas atrás e poucas famílias. Mais de 70% aqui é português, predominantemente”.

Neste sentido, o Sr. P.F.S. (66 anos) associa a predominância étnica do português no município, aos problemas econômicos que enfrentam, sendo que conforme relatou, uma parcela significativa da população vive dos benefícios sociais concedidos pelo governo:

O homem português não é muito do trabalho. Ainda existe uma cultura que tendo do que se alimentar, não estando fazendo muita falta o trabalho, o dinheiro, se dá para viver, vai se empurrando com a barriga.

Além de creditar aos benefícios sociais a tendência à acomodação, esclarece que também possui um viés cultural importante que deve ser mencionado, pois:

Devido a própria cultura do povo português, não muito de ser atrelado de forma ferrenha no capitalismo, no dinheiro, então tendo para comer, para se vestir, vivendo mais ou menos, está bom. Assim é a ideologia mental da maioria do nosso povo aqui.

Para comprovar sua teoria cita o exemplo do distrito de Campo Novo, onde nasceu e que teria no início de sua povoação, predomínio total da

etnia portuguesa. Conforme ele, após a chegada do primeiro italiano há quarenta anos atrás, e após outros, que adquiriram terras baratas, desenvolveu-se de forma exemplar no município, atualmente predominante quase que na integralidade de pessoas de origem italiana. Quanto aos poucos agricultores de origem portuguesa no referido distrito, “*continuum tal qual*”.

Pode-se perceber que assim como na pesquisa de Renk (2006, p. 113) realizada no oeste catarinense, onde “à população local pesavam e pesam acusações de ser fatalista, preguiçosa, pobre e resignados à pobreza”, em Fontoura Xavier estão presentes estes conceitos.

O casal de agricultores, Dona R.C.R. (58 anos) e A.M.R. (60 anos), ao serem perguntados sobre suas raízes étnicas, apenas souberam dizer que não descendem de italianos ou alemães, demonstrando certa confusão ao se depararem com a questão, já que não costumam pensar sobre esse assunto.



Figura ???. Casal de agricultores de Picada Rosa.

Para outros entrevistados, como o Sr. P.B.F. (72 anos), o conhecimento de suas origens foi recebido através dos pais e avós: “*são portugueses também*”.

É possível ver os entrelaçamentos interétnicos em muitas situações,

como é o caso da tendeira MIBP (50 anos): “*minha mãe é italiana e meu pai é português*”.

Na localidade de Água Azul, D. L.S.S. (72 anos), relata que quando seu pai faleceu “*eu ainda não havia no mundo, eu tava pra nascê*”. Embora não tenha certeza de sua origem étnica, os relatos dos mais antigos dão conta de que poderia ter uma origem diversa do brasileiro local, tendo acontecido o entrelaçamento étnico entre colonos de origem alemã e a população autóctone.

Mas ele era bem alemão, diz a minha mãe, bem ruivo, olho verde. A visavó dele foi pegada no mato a cachorro. E ele não era preto, era branco. A minha mãe contava.

O Sr. JPBL (74 anos), entende etnia como sobrenome e relata as misturas que houveram entre os novos imigrantes e os habitantes locais, característica muito presente nas comunidades caboclas:

*Eu sou da raça dos Batista. Eles são... os finado vô, bisavô, ele veio da Alemanha. Viajaram quarenta e cinco dia, diz que por água pra vir pra cá. Daí, é por isso que **ficou encastigado, aí casou com a escura, aí uns nasceram branco e outros preto**, e daquele jeito foi, e depois o finado meu avô, **também era home bem branco, e daí casô com uma quase índia, que era aqui de São Roque, aí, eu tenho irmão que me óia assim, tamo junto não diz que é meu irmão, bem ruivo e eu já puxei moreno, a Maria também. É, eu puxo um pouco do sangue. É com alemão.***

Ao dizer que “*puxa um pouco do sangue*”, ele está se referindo a ter um pouco do sangue indígena. Diz que os irmãos “são brancos”, enquanto ele, embora sendo um homem de pele clara também, não se percebe como tal.

Na família de JPBL (74 anos), há uma permanente divisão, seja entre aqueles que “ficaram com as terras boas” e os que “*ficaram com as terras ruins*”, ou ainda, a divisão entre os que descendem do colonizador europeu e, portanto “são brancos” e os que descendem dos povos selvagens, “morenos” ou “pretos”. Como salientou Renk (2006, p. 157):

A identidade imposta de fora, ou seja, aquela que estaria no polo negativo, é a cabocla, e como uma forma extrema para a acusação ou estigmatização, é a identificação de negro, independente de traços diacríticos.

De modo geral, os agricultores atribuem-se o conceito de “brasileiro”, enquanto aos outros grupos chamam genericamente de “gringos”, “italianos”, “alemães”. Com relação ao negro, utilizam mais a palavra “moreno”, gerando certa confusão, pois esta também é a expressão mais comumente utilizada para designá-los também, tenham a pele branca, parda ou negra.

Entre os caboclos de Fontoura Xavier, existem muitos com a pele clara e loiros, o que poderia revelar misturas genéticas, porém ao questioná-los foram enfáticos em dizer que só possuem “*sangue português*”. Casos como o da família Ferreira ilustram essa situação, pois o “*o Messia*” (já falecido) *tinha olho azul e era arvo*”. A explicação diz que a família “*vem dos Açores, uma ilha de gente muito branca e de olhos azuis*”.

De acordo com os entrevistados, fica claro que houve mesclagem entre as diferentes etnias, mas raramente entre italianos e caboclos e, quando ocorre, há uma perda de vínculo com a família italiana. Como observou Arlene Renk (2006, p. 76):

Internamente os italianos, em relação aos habitantes de outros países, identificam-se como brasileiros, com virtudes e defeitos “*inatos*”; mas, localmente, em relação aos luso-brasileiro, qualificam-se como italianos, avaliando etnocentricamente aquele que, por sua vez, é transformado literalmente em outro”.

Assim como no noroeste de Santa Catarina, nos relatos obtidos por Locks (1998), o uso da expressão “*pegado no mato a cachorro*” foi utili-

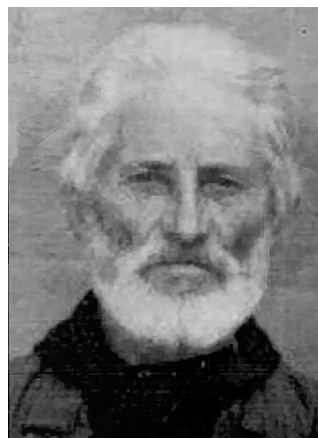


Figura 17: Antepassado da família Ferreira que residiu em Fontoura Xavier e lhe deu origem (data ignorada).
Fonte: Acervo de P.F.S.

zado algumas vezes pelos agricultores para explicar sua descendência, o mesmo ocorreu em Fontoura Xavier. O relato de R.R. (52 anos) retrata esta história oral, contada entre as gerações sobre sua descendência:

O meu vô era alemão, Alfredo José da Rosa, e daí a minha avó, que era esposa dele, era Sebastiana, o sobrenome eu não me lembro. Foi pegada a cachorro no mato. Eles contavam. O meu avô eu conheci, era alemão puro e daí a minha avó eu não cheguei a conhecê. Então daí eu tenho sangue de índio e de alemão.

Neste caso, o avô alemão de R.R. (52 anos) possui um sobrenome português, o que pode ter acontecido devido a outros casamentos interétnicos no passado, com mulheres provindas ou descendentes de alemães, o que ocasionou a perda do sobrenome dos filhos nesta transição, prevalecendo aqueles de origem portuguesa.

A descendente de italianos, S.S.F. (64 anos), casada com P.B.F. (72 anos), conserva os hábitos e maneira de ser do “*jeito brasileiro*”. Ela fez questão de ser entrevistada individualmente, pois, conforme ela, embora atue em parceria com o marido, realiza outras atividades, claramente reforçando a sua própria identidade. Em relação ao modo de vida ser diverso conforme a etnia, ela não sabe em que se diferencia um e outro comportamento, pois para ela é “*tudo do mesmo jeito*”. Com relação aos hábitos da família dos seus pais, respondeu que era “*tudo igual*”. Com relação às suas vivências étnicas:

Sim. Veio os meus bisavô; vieram da Itália e se instalaram na região de Anta Gorda, Bento Gonçalves, Ilópolis. Resumindo, meu pai casou e veio para essa região. Eu já sou da segunda família. Meu pai tinha duas famílias; tinha 4 filhos da primeira família e com a mãe tem 11 vivo e quatro falecido. A mulher dele faleceu, deu um raio na casa e faleceu a mulher, uma menina de 6 anos, uma vaca que estava embaixo da casa e os patos. Deu um raio, uma tromenta muito forte. E ele ficou com mais a Nadira, o finado Abílio e o Arnesto, meu irmão que mora aqui.

Estaria o modo de vida dos agricultores “brasileiros” de Fontoura Xavier no limiar de sua existência? Esta questão esteve presente durante toda a

realização do trabalho. Não se pode deixar de pensar em inúmeros momentos de estar diante de uma realidade que aos poucos está se esvanecendo.

Esta percepção ocorreu de maneira mais forte em lugares longínquos, com pouca ou quase nenhuma logística, com a mata se erguendo majestosa em frente à casa solitária, onde mãe e filho vivem sós, enfrentando o distanciamento da pandemia de Covid-19, sem conseguir manter relações próximas com a família e a vizinhança, tendo por companhia somente um ao outro e aos animais domésticos. A dúvida entre o ficar, que representa a integração com o mundo natural, e o ir em busca de perspectivas para o filho é uma constante.

Por outro lado, quando a idade do caboclo é avançada, não se costuma fazer tais questionamentos. Chega-se à conclusão de que o seu lugar é ali, mas busca segurança num parente ou vizinho, que possa lhe cuidar, a quem possa se socorrer em uma “*precisão*”. Ou, ainda, quando fica apenas o casal na propriedade, a esperança de ter uma renda adicional que permita viver ali com mais tranquilidade, e esperar o retorno dos filhos migrantes que saíram em busca de oportunidades, os quais voltam nos finais de semana.

As situações são diferentes, mas estão presentificadas no cotidiano das pessoas. Para o adulto e o idoso a certeza de que devem permanecer no seu lugar junto à terra. Quanto aos jovens, fica a dúvida entre oferecer maiores oportunidades e o acesso ao “*progresso*” nos estudos e nas condições econômicas, ou a permanência em uma vida de trabalho, com pouca terra agricultável e longe da cidade.

A saída das famílias do campo tende a mudar os seus hábitos e por consequência os transformam culturalmente, numa tendência homogeneizadora vinculada à urbanidade. Se os jovens saem do campo e os mais velhos são os últimos a ficar, essa cultura corre o risco de declinar nos anos vindouros.

A resignificação do passado e a melhoria nas condições de vida

O conjunto dos interlocutores foram unânimes em ressaltar a condição de pobreza em que viviam. Nesse sentido, cria-se uma linha temporal que dá significado à luta sofrida no passado e projeta a valorização do presente, sempre tido como melhor, mais fácil, menos sofrido se comparado ao que existe na lembrança. Ao mesmo tempo, relata-se o saudosismo da vida antiga nos seus aspectos de convivências com os próprios membros da família – pais e irmãos, principalmente.

Para TPC (80 anos), a vida no passado parece ter sido carregada de obrigações. Ela tem um brilho nos olhos ao dizer que atualmente, embora ainda trabalhe muito, não é tão duro como antigamente. A infância roubada pelo excesso de trabalho, a ausência da mãe, a falta das mínimas condições de conforto, deixaram marcas profundas. A velhice é vista como um “descanso”, pois quando “*não está bem*”, se dá ao direito de descansar. Na conversa com T.P.C. (80 anos) o objetivo era obter um panorama de sua vida anterior ao casamento, o que os pais faziam, como foram suas vivências. Acabamos sabendo que perdeu sua mãe com três anos de idade durante o parto de gêmeos, realizado em casa e sem nenhuma assistência. Após a perda da mãe, o pai e os irmãos a criaram. Lembra-se de trabalhar desde sempre, pois sua família era muito pobre:

*Nem da minha mãe eu não conheci, cristão. **Trabaiavam na roça.** Ela? Eu não sei te contá, sei que diz que foi gême (gêmeos) que ela tinha e ficou um enasceu outro. Assim os mais véio ermão meu, contava, não que eu sei. Diz que eu tinha três ano. O que que eu vou sabe? A irmandade e o pai. É... **Nem estudá não pude, minina. Os colégio era tudo longe e eu tinha que chegá, não podia nem pegar um caderno, tinha que fazê comida, era lavá roupa, era i pra roça, sofrido, sofrido, tuda a vida. Mais, desde pequena! Tinha que ajudá pra podê vivê.** Era pobre, era tudo pobre. Até pra ir no munho era longe.*

Ao falar destes tempos, seu esposo J.M.C. (82 anos), complementa: “*era uma escravidão, a pessoa era escrava!*”. A escravidão relatada por ele refere-se ao trabalho ininterrupto na lavoura, para garantir os mínimos

para a sobrevivência, com pouco ou quase nada de descanso. As grandes distâncias entre os núcleos de povoação, a falta de acesso no período entre o segundo e o terceiro quarto do século XX, até a emancipação e consequente início da insipiente entrada de recursos no município, para se investir em estradas, principalmente, é a prevalência da luta desses moradores para domarem a terra.

Também está relacionado ao não contar com máquinas que contribuissem para a diminuição do trabalho braçal humano e proporcionasse aumento na produção. Assim, o cultivo tornava-se uma escravidão, pois as terras íngremes e cobertas com farta vegetação, mata inicialmente e após capoeira, somente poderiam ser desbravadas através das queimadas e após, havia um grande esforço para o plantio, colheita e todos os processos produtivos envolvidos.

O filho P.P.C (42 anos) percebe a vida atual como muito melhor em relação ao passado: “não tem nem comparação. A vida agora tá *melhor pra todos. Eles comentam, né, todos*”. A comparação entre o passado e o presente realizada por P.P.C., trata-se do que “*ouviu dizer*”. Na sua geração, não presenciou os elementos que contribuiriam para definir o passado como pior em relação ao hoje. No entanto, percebe alguns indicadores que poderiam dar uma amostragem dessa diferenciação em relação ao passado: “*não haviam estradas boas, não tinham máquinas, era tudo no braço, não tinha acesso à saúde, nada, todo mundo morria ou sarava por conta, não tinha nem televisão*”.

A ausência de terra própria para o cultivo e a necessidade de trabalhar capinando nas lavouras de outros, é sinalizada como um momento muito difícil na vida de VPS (72 anos). No seu depoimento, fica claro a condição do caboclo que presta serviços de modo itinerante, por não possuir outra alternativa:

Ah, agora tá um pouco melhor, ih... Eu trabaiei por dia pra dá o que cumê pra minha família. Hoje eu não preciso mais disso. [...] trabaiaava nas lavora por dia, carpindo, prantando mio”.

Encontramos DDA (54 anos), que reside em torno de 16 quilômetros de Fontoura Xavier, no local chamado Pedra Branca, em uma casa cedida

dentro da propriedade de outro pequeno agricultor, em uma região de matas e muito baixa densidade populacional:

Já passei pra cinco ano que tô ali [...] eu conquistei eles e daí vim morá, eu pedi pra ele se deixava eu vim morá na casinha e ele disse que eu podia morá, só que daí eu pagava água, né, daí ele disse, só a luz tá bom.

Como D.D.A (54 anos) não consegue produzir para a subsistência nas terras que ocupa, já que estas contém as plantações do proprietário, “é pequeninha, só a casinha”, atua como prestador de serviços em geral para quem estiver disposto a contratá-lo, assim realiza capina e limpeza de terrenos e plantações. Nestas ocasiões, além do pagamento que recebe, ganha “presentes”, como comida e roupas, para “sobrevivê, aos trancos e barrancos, é minha luta, do dia a dia”. D.D.A. (54 anos) relata que chega a ficar de três a quatro dias sem serviço, o que o preocupa. Particularmente quando o encontrei, estava muito feliz pois tinha conseguido comprar a um preço simbólico, uma bicicleta usada, o que facilita sua vinda ao centro do município para trabalhar. Sobre sua vida pregressa, diz que “a gente se criou no Paraná, [...] mas eu nasci aqui em FX. Meu pai trabaivava nas firma, em obra”.

Com relação à propriedade, conta que moravam “sempre em casa alugada” e que em 2001, retornou para Fontoura Xavier, na tentativa de mudar de vida, já que a busca pela terra da promessa, que nos anos 60 era representado pelo Paraná, não rendeu os frutos esperados: “quando a gente foi daqui foi só com um saco de ropa nas costa, [...], uma família sofrida né. Eu trabaiei na costa do Uruguai, em Itá”. Questionado sobre sua vida anterior ao retorno para o município, diz que foi muito sofrido, que não gosta de falar. “Fui abandonado desde pequeninho, sempre lutando pela vida, pra sobrevivê”.

O local praticamente desabitado que D.D.A. (54 anos) vive, foi no passado uma próspera linha, ao qual a memória dos moradores salienta como um local de concentração de caboclos “fortes”, em uma comunidade unida por vínculos de amizade e compadrio. As causas para este abandono podem ser as enumeradas por D. L.S.S. (72 anos):



Figura 18: Casal de agricultores de Água Azul – Fontoura Xavier (2021). Fonte: acervo da autora.

Era muito longe, não tinha ponte, não tinha nada. E daí tocava da gente sair de a pé. Depois que nós saímos, fizeram a ponte. E tinha carro tudo a vida e tocava de ir a pé. [...] Agora não, aqui não é sofrido.

Para ela, o local é sempre lembrado com saudosismo e tristeza, ocasionada pela necessidade de ir-se embora:

A terra era boa, os vizinho eram bons, a igreja pertinho, aí a hora que eu queria ir lá na igreja, não perdia missa, não perdia o terço. [...]. O dia do terço era o mesmo que uma festa, e vinha gente de longe, porque tinha muita guria.

A perda deste espaço comunitário, onde a igreja era utilizada como um meio de encontro, de convívio social, ainda a deixa ressentida, o que se observa pelos comentários relacionados ao local em que está morando atualmente, que segundo ela

Logo que vim pra cá, eu não conseguia, eu queria sair. Não gostava do lugá, muito fundo, eu não enxergava casa nenhuma. Me acostumei, mas nem tanto, tem dia que eu me alembro da minha morada.

Conforme os relatos ouvidos, mais de 70% dos moradores abandonaram a localidade de Linha Pedra Branca, devido às dificuldades de locomoção, principalmente pelas cheias ocorridas nos rios Pedras Brancas e Forqueta, que antes da construção da ponte, inviabilizavam a ida à sede

do município. No entanto, o local ainda está na memória de vários moradores como representativo do mato, mas não “*um matinho, um matão*”, das águas abundantes, que trazem terras férteis, mas também enchentes e de uma alegria de viver, baseada em laços comunitários que ficou no passado.

Para P.F.S. (66 anos), “*pode-se dizer que eu nem tive infância como a gente vê infância nos dias de hoje*”. Salienta que as dificuldades daquele período eram muitas:

Trabalhava desde os 3, 4, 5 anos cuidando dos irmãos mais novos. Somos em 8 irmãos e estudei até quarto ano naquela época. Na verdade, a gente não teve infância, só trabalhando. [...] caminhando 10 km para ir até a escola, rios, inverno brabo passando rios, ficava 1 semana, 15 dias sem poder ir à escola.

Para L.M.M.P. (46 anos), “a minha infância foi muito sofrida, a gente se criou na roça, carpindo pra sobreviver, plantando milho, feijão, uma vaquinha de leite, um porquinho”. A prática do ofício de tarefeiro de ervamate, conforme ele “desde criança”, auxiliava a compor a renda familiar, “até hoje eu ainda lido com isso aí”. A gratidão a quem concede o emprego foi de diversas maneiras salientada pelos moradores de Picada Casagrande. Em tempos anteriores, conforme contam, o proprietário da Ervateira mais antiga concedia trabalho a todos, indistintamente, ou na limpeza dos pés de erva-mate, no seu extrativismo, ou no processo de industrialização. O entendimento do trabalho infantil neste período apresenta uma dimensão diferente da atual, pois para os agricultores, trabalhar não era uma escolha, mas uma necessidade. Na ervateira todos tinham espaço, desde crianças, jovens, adultos, homens idosos. Relatam os mais antigos que o proprietário, já falecido, os visitava com frequência, emprestava dinheiro sem cobrar juros, fazia doações, adotou filhos de caboclos que não conseguiam criá-los, num extenso conjunto de atitudes que acabaram por nomear um dos principais redutos de Fontoura Xavier com seu nome, ainda em vida. Sendo um homem de etnia italiana, é tido em alta consideração pela comunidade, “igual aquele não aí” padrinho de inúmeros caboclos, acabou por tornar-se um. Conforme ouvimos, apenas quis que seus filhos

estudassem, mas permaneceu toda a sua vida junto à comunidade que acolheu e onde foi acolhido.

A relação entre os desafios enfrentados pela ausência de meios de garantir proteção ao bem estar físico, bem como a falta de tecnologias mais eficazes para a execução do trabalho são apontados por SSF (64 anos) como um indicativo de que a vida era muito mais difícil no passado:

Muito pobre, nós dormia em colchão de palha, passava muito frio de noite, pé descalço, na agricultura era na enxada, tinha que bater o feijão a cacete, a manguá, que dizia, né. Soja... muito sofrido. Era só para comer, não sobrava, roupa a gente ganhava uma muda de roupa uma vez por ano. Tinha que ir pra aula com a roupa, tirar aquela roupa, botá uma roupa rasgada, velha, pra no outro dia ter aquela muda de roupa pra podê ir na aula de novo.

A forma de exercer a atividade agrícola, no período em que o Sr. JPBL (74 anos) esteve no auge da vida produtiva, ou seja, entre os anos de 1.960 a 2.000 aproximadamente, demonstra que não havia acesso aos meios de mecanização, capazes de diminuir o esforço humano. Visto que neste período, já havia se processado a revolução verde no Brasil e a mecanização estava difundida, percebe-se que no caso dos caboclos, não haviam as condições econômicas, seja através de recurso próprio, financiamentos bancários ou governamentais para ter acesso à tais tecnologias. O acesso aos financiamentos bancários possuía entraves de grandes proporções, pois primeiramente não possuíam renda para comprovar a capacidade de pagar um financiamento, bem como, caso conseguissem se habilitar, os excessos de burocracia, através das exigências de documentação eram considerados praticamente intransponíveis. Esta situação se alterou a partir do funcionamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, que passou a auxiliar os produtores a encaminhar os papéis.

Antigamente era sofrido, [...]. Mais, trabaíá era tudo no braço, não tinha negócio de lutá com lavrado, com nada, tudo na enxada e foice, e pra coiê a maió parte dos lugá, brabo era no braço.

Para a tendeira MIBP (50 anos), o sofrimento que passou na infância é contado como uma fase difícil, da qual conseguiu superar as dificuldades. Salientou que a superação desse período de dificuldades, tornou mais fácil a vida de seus filhos:

*Foi bem difícil, bem complicada, a gente morava lá no interior, né, muito, muito pobre. Aqui no interior, no Gramado de São Pedro, ali. Meu pai e minha mãe trabalhavam na roça, né. A mãe tinha que levá nós pra roça dentro de um cestinho. A cavalo, bem sofrido, viu, uma infância bem complicada. Eu tenho, **somo em oito irmão, né. Moravam todos em casa, dificuldade enorme, né.***

As diferenças dos relatos entre os caboclos possuem em comum uma linha do tempo, que os separa por gerações. A geração de M.I.B.P. (50 anos) e de P.P.C. (42 anos) compreende um grupo de pessoas mais jovens e, portanto, ainda que estivessem suscetíveis à pobreza dos pais e também tragam marcas nas suas memórias, entendem que houve uma superação desta condição. Os pais e avós, neste caso, foram aqueles que realmente fizeram a linha de frente, para quem foi pior o enfrentamento das dificuldades e eles, de diversas maneiras, conseguiram se sobressair frente a isto. Esta mudança de condição refere-se a um período de algumas décadas.

Este é o caso da tendeira C.F.S. (62 anos), para quem as dificuldades são sentidas em sua própria geração, primeiramente como dependente e após ela mesma, como provedora. As situações estão muito presentificadas em sua vida e o falar é difícil, pela emoção que carrega: “*foi muito sofrida. Eu passei fome. [...] Nós era em 7*”.

Os sofrimentos passados trazem inconformismo, pois questiona-se o motivo de se ter vivido tais situações. Junto a isto, também manifesta a vergonha da situação de penúria, do fracasso familiar.

Ao questionar se o pai trabalhava na roça, diz que “*morava aqui, ali... não tinha onde morar. Meu pai morava nas casa dos outro*”. Conforme ela, eram naturais de Fontoura Xavier mesmo, mas possivelmente sejam os remanescentes de desalojados das fazendas pastoris. Com relação aos avós, “*eu nem lembro. Aquela vez nem existia*”.

Para aliviar a família paterna, C.F.S. (62 anos) casou-se logo que pode, porém *“daí sofremo também, porque nós era muito pobre”*. Ela entende que aqueles tempos eram muito difíceis e que *“não tinha outra alternativa”*. A constituição da nova família deu-se nos mesmos moldes daquela em que foi criada, *“eu tive 7, só que um morreu. Tenho 6. Tão tudo criado”*.

As tendas representaram um fator decisivo para a melhoria das condições de vida, já que a partir da cessão do espaço pelos órgãos oficiais, construiu-se uma nova dinâmica na vida das famílias: *“depois que eu comecei lidá com as tenda, fome não passemos mais”*. Pode-se dizer que a vida dos caboclos tendeiros, sem espaço algum de terra, desalojados, vivendo de favor ou prestando serviço nas casas de outros, tentando vender algum produto extraído das matas para os viajantes nas beiras de estrada, revela-se de maior dificuldade, se comparada com aqueles que possuíam um local para plantar para subsistência.

Atualmente, as condições de vida dos tendeiros são melhores do que muitos outros segmentos do município, conforme C.F.S. (62 anos), houve muita evolução material dos tendeiros: *“tem, ih! Camionetão. Para ela, a distância entre as tendas e o centro está muito mais acessível: “mas é pertinho, a gente tem um carrinho pra ir”*. Estas mudanças seriam decorrentes do aprimoramento dos tendeiros, pois segundo ela:

É que a gente vai atrás das coisa, né, a gente foi atrás de pelego, atrás de tapete, a gente vai atrás das mercadoria. Daí a gente consegue ter bastante, né, vender bem. Mais vende daí tem pro povo escolê né.

Para ela, existe uma relação entre a quantidade de mercadorias e a venda, ou seja, quanto mais diversidade e quantidade disponíveis na tenda, mais vende-se. Mesmo com toda a oferta disponível de tapetes e pelegos – *“o produto que “mais sai” - na tenda de C.F.S. (62 anos), os coloniais também são bastante procurados, entre eles “queijo, feijão, pinhão, de tudo, abóbora, de tudo”*. Questionada se produz algo, ela diz que *“mel que a gente cóie. [...] meus guri tiram mel. [...] Hoje eu tenho uma lavourinha mas tá cheia de mandioca”*. E complementa que *“esse mel aí meus guri cói e daí eu coloco nos vidro os favinho junto”*.

A reprodução da importância do núcleo familiar continua presente entre os membros da família de C.F.S. (62 anos). Ela perpetua as noções aprendidas com seus próprios pais, e mantém próximos filhos e netos, em um círculo de proteção, tanto de afetos quanto econômico.

Lidando com vários filhos, a mãe muitas vezes está e faz alguma coisa com cada um, num “casal” de trabalho e afeto que se repete infinitas vezes ao longo da vida. (BRANDÃO, 1995, p. 131).

Através do comércio da tenda, foi possível para a família de C.F.S. (62 anos) adquirir uma área, onde retorna ao modo de vida caboclo, do contato com a terra e das plantações tradicionalmente associadas ao grupo. Os filhos perpetuam o modo de vida caboclo, sendo responsáveis por prover a tenda dos produtos da economia de tradição. Coletam pinhão nas matas e também auxiliam na busca por fornecedores locais, principalmente do próprio pinhão e de erva-mate.

Alguns agricultores, como é o caso de RR (52 anos), ao ser perguntado sobre a vida pregressa, foi econômico nas palavras. Costuma referir-se à vida profissional, ao trabalho na terra e à vida atual com a esposa e os filhos, porém reluta em falar do passado:

É que daí assim: eu sou filho de mãe solteira. Minha mãe morreu quando eu tinha 12 anos de idade. Eu me criei com meu tio, mas trabalhava na lavoura – sempre, né. Aí quando eu me alistei, eu saí pra fora, trabalhei quatro anos fora, casei e retornei pra agricultura, e até agora eu tô na agricultura. Faz trinta anos. Que nós somos casados faz quase 31 anos.

Pode-se ter uma ideia das dificuldades passadas pela pequena família, já que a mulher nas pequenas comunidades rurais, ainda sofre vários estigmas relacionados à maternidade sem marido. Após o falecimento da mãe, o tio e padrinho, se responsabiliza pela criança órfã e a cria como filho.

Para P.B.F. (72 anos), a superação das dificuldades é motivo de orgulho para si e para sua família. Este passado é continuamente contado aos mais jovens, como uma forma de ressignificar o próprio sofrimento,

honrar os falecidos que tiveram uma vida “pior que hoje” e também para alertar sobre as facilidades que as novas gerações estão tendo, em comparação com as gerações anteriores.

A minha infância foi pavorosa. Para estudar, para te dizer um caso, eu comecei a ir com oito ano na aula, eu fazia seis quilômetros a pé, para aprendê a escrevê e a lê. Eu sei fazê conta, sei lê bem, escrevê, eu fui até a sexta série na escola [...]. I nós ia a pé, fazia seis quilômetros de ida e vorta a pé. Saía às 7h da manhã, para as 8h estar na aula. Era muito trabalho, nós não tinha carçado pra ir pra aula, às vezes tinha, às vezes não tinha, trabaia de pé no chão. Não tinha condições, o finado pai era um homem trabaia dô, ele fez tudo a braço.

Na fala das lembranças da infância, se percebe uma clara oposição entre uma mescla de saudosismo e as recordações das dificuldades por que passou a família, dos sofrimentos relacionados principalmente à luta dos pais e avós:

Era difícil a infância da gente, eu sei, o pai trabalhava nessas firma pra fora, a mãe também costurava pra fora, né, teve uma época que ela não era aposentada, o pai trabalhava pra fora, mandava dinheiro pra comprá comida pra nós. E a infância era boa, a gente brincava bastante, agora nem ~~o~~ mais os brinquedo de antigamente, diz que as criança de agora não querem mais brincar como antigamente (CPM, 49 anos)

O auxílio recebido para tutelar seus dois irmãos mais velhos revelou-se importante para a renda familiar, porém no aspecto emocional, toda a família ficou profundamente marcada pelos transtornos decorrentes de problemas mentais de dois outros irmãos, já falecidos:

A mãe também depois de um certo tempo, né, eles começaram, o P. e o R. (ambos já falecidos), eles começaram, eles brigavam entre eles e daí tinha tempos que depois que o pai faleceu, teve uns anos que a vida dela era fechada dentro de um galpão.

Em uma família acometida por esses problemas, percebe-se a função importante da mulher, como cuidadora e protetora, e também exercendo

a atividade de costureira junto à comunidade; e do marido, que não bastando a agricultura que praticam, migra para trabalhar fora do município e trazer o sustento. Neste sentido, a aposentadoria cumpre um importante papel para a qualidade de vida dessas comunidades.

A partir da aposentadoria, os caboclos ficam mais aliviados em relação à manutenção da sobrevivência. A aposentadoria para os agricultores a partir dos 60 anos representa a amenização dos trabalhos mais pesados: “*com a lida de tê o broco, tudo a vida eu vendi com nota a erva. Chegava os 60 ano, já tá aposentado pro agricultor*”. Prosseguem trabalhando, no entanto, na maior parte das vezes, principalmente nas próprias lavouras de subsistência.

Ao se fazer efetiva a proteção social ao idoso, tendo por exigência somente sua condição prévia de trabalhador formal ou informal do setor rural e a própria idade, modifica-se toda uma história e concepção de proteção humana às pessoas idosas no setor rural. A tradição da família numerosa nas áreas rurais funcionou no passado como mecanismo de proteção dentro da família aos pais idosos, atribuindo-se em geral ao primogênito a preferência dos cuidados e assistência aos pais idosos (DELGADO; CARDOSO, 1999).

A previdência rural universal para idosos e inválidos cumpre uma função de proteção social, permitindo no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para assistentes das famílias pobres.

Num sábado ensolarado, há aproximadamente a 35 km da sede do município, junto a uma acompanhante que fora professora muitos anos naquele local, numa subseção, chamada Fragatinha, localidade dentro de Picada Rosa, encontrou-se M.J.M. (54 anos), a qual já tem sido constantemente nomeada no trabalho. Estava sentada sozinha em frente à sua casa, tendo por companhia apenas algumas poucas reses, que pastavam num gramado do outro lado da estrada, e um cachorro manso sentado ao sol. Embora seja uma mulher forte, longe de ser idosa, comporta-se como se fosse. Uma mulher silenciosa, talvez pela pouca convivência com outras pessoas, demora para articular a fala, respondendo objetivamente apenas ao que é perguntado. Sobre sua vida pregressa, comenta:

Era difícil, mas até parece que era melhor que hoje, que nem, né, que a gente tá passando (neste trecho, ela refere-se à epidemia de Covid-19). Sim, tá muito complicado agora.

Ela se surpreende até mesmo pelo fato de que chegou a ir na escola, o que atualmente não está sendo possível: “*Perto não era, mais nós ia. Ia no colégio até, magina! Dá uns três quilômetros. Nós estudava até meio dia e nós ia de tarde pra roça*”.

Neste sentido, a epidemia de Covid-19 foi profundamente sentida no meio rural. Se as famílias estão em tamanho reduzido, devido ao envelhecimento dos pais e avós e da migração dos mais jovens para outros municípios, a epidemia tornou ainda mais solitárias as pessoas devido a inexistência de relacionamentos e formas de lazer nesse período. Além disso, o pânico causado pela possibilidade de ficar doente ou perder familiares e amigos abateu-se sobre as pessoas.

Esta foi a realidade da família do Sr. A.R.R. (72 anos), profundamente afetados pelas consequências da doença, já que na casa da filha já casada, “*faleceu a sogra e o genro*”. Na família do Sr. A.R.R. (72 anos), faleceram seus dois irmãos mais novos e além disso, perderam também o casal de compadres e a neta destes, o que traumatizou a comunidade:

Fora o cunhado Audes e a comadre Bastia... Uma irmã e um irmão da mesma casa. Já tavam vacinado e foi pra valê. Ela recém tinha se aposentado e ele tinha 50. Fartô a respiração e ficaram mal de vereda.

Ao exercer a atividade de tarefeiros de erva-mate, de forma autônoma, pai e filho trabalharam continuamente durante o ano de 2.020 e 2.021, quando ocorreram os maiores surtos. Questionados sobre o risco da doença, M.E.R. (72 anos) diz: “*é que no mato, tudo diz que protege*” (M.E.R., 72 anos). E conforme o Sr. A.R.R. (72 anos):

Da minha turma nenhum pegô e nenhum usava máscara no mato. Até chimarrão nós tomava junto. Agora da outra turma, uns quatro pegaram. E eu tirando erva junto com os outro, o que venha a sê isso.

Durante as visitas, foram praticadas todas as medidas sanitárias para impedir o contato e ficou palpável, o constrangimento dos entrevistados em não poder oferecer um lanche, um chimarrão, um “*agrado*” como eles diziam, para evitar o contágio.

Deve-se esclarecer que a epidemia de Covid-19 não é objeto deste estudo, mas a partir do seu acontecimento, é possível perceber como atingiu este grupo social e a reação dos sujeitos, configurando a forma que a cultura cabocla lida com este desafio. Neste sentido, a epidemia fragiliza os agricultores, pois coloca em risco todo o seu entorno, que envolve a família próxima, os parentes, os compadres e os vizinhos. As consequências da doença atingem não apenas famílias, mas toda a comunidade, pois está repleta de vínculos. Foi possível observar que uma casa se relaciona com a outra em fortes e perenes relações de compadrios. Embora não tenham um senso étnico, está presente o senso comunitário, que as vezes pode ser estendido à outra picada ou vila próxima, dando a impressão de que ao falar com um dos sujeitos, fala-se com todos.

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (BRANDÃO, 1995, p. 87).

Percebe-se que há o compartilhamento das informações relacionadas à vida de cada família, mesmo aquelas que envolvam questões econômicas. Coletivamente, entre o grupo, fala-se desde questões relacionadas ao trabalho, até problemas pessoais, como a depressão. E proliferam os combinados, de se rezar por um e por outro. O ambiente é tolerante com as mazelas que os afligem, como o fracasso por exemplo, mas isola imediatamente aqueles que “*querem ser o que não são*”, que se afastam do grupo e preferem seguir os mais “*fortes*”, ou “*os do centro*”, comportando-se como se não fizessem parte do grupo.

Aos idosos e às mulheres, principalmente, o isolamento gerou fortes indícios de depressão. Os relatos de tristeza, choro, medo estiveram presentes nas conversas, assim como a percepção de fim do mundo, de castigo divino, da doença ser uma praga enviada por Deus. Possivelmente,

o caboclo sente mais que outros grupos o distanciamento social, devido à essa teia de relações que está entremeadada em sua comunidade.

A terra como parte da individualidade

Uma das questões centrais que se fazem presentes na atualidade refere-se a conciliar o dilema de manter um equilíbrio sustentável com a natureza e ao mesmo tempo prover as condições materiais para uma vida confortável, ou ao menos digna às pessoas.

A terra, para o camponês, vincula-se à fonte, à mãe, formando o binômio mãe-terra, expressão de grande significado no universo caboclo. O entendimento do que representa a terra para o camponês não é uma questão simples, já que implica em diferentes representações, entre as quais a de provedora e sustentáculo, mas também como um sistema frágil e necessitado de proteção.

O modo caboclo de lidar com a terra, se por um lado causa danos, por outro, acaba por protegê-la. As queimadas, amplamente utilizadas no passado e atualmente ainda feitas, porém em menor quantidade, ao mesmo tempo em que prejudicam o solo, retirando a maior parte dos seus componentes e contribuindo para a emissão de gases na atmosfera, causadores do aquecimento global, são vistas como uma das alternativas para que o caboclo consiga fazer a preparação das lavouras para o plantio, sendo que tal prática sempre foi objeto de críticas contundentes. Por outro lado, a forma de cultivar a terra, intercalando períodos de pousio entre as safras, promove o descanso e a reconstituição do solo.

Durante a pesquisa foi possível perceber que a noção de cuidado com relação à terra é controversa. No entendimento dos camponeses de Fontoura Xavier, a terra deve ser bem utilizada para propiciar os meios de vida, a subsistência. Ao mesmo tempo em que há o amor pelo “*pedacinho de chão*”, pela mata, pomares - “*arvoredos*” e tudo que se cria em cima do solo, há a intenção de utilizá-la em benefício próprio.

Para M.J.M. (54 anos), com relação ao mato “*às veis a gente roça ar-*

gum pra fazer alguma mancha, pra fazer uma roça. Que as terra vão ficando fraca". Pode-se entender que a medida que a terra vai enfraquecendo pelo uso, fazem outras lavouras em lugar diverso, enquanto a terra considerada fraca permanece em pousio, característica da agricultura de roças.

Nesta lógica, não é a terra que adapta-se às plantas, mas as plantas que adaptam-se ao solo, pois não existem solos "errados", pois planta-se aquilo que o solo dá naturalmente (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

A divisão entre terra forte e terra fraca retira seus conceitos da observação que realizam, sendo que uma terra forte se caracteriza por conter mais húmus, por parecer mais nutritiva. A terra forte também é chamada de "terra gorda", saudável. Um indicativo de fortidão é a presença de minhocas e também de plantas viçosas, maiores, que não são ralas. O chamar a terra de gorda, significa que esta contém muitos elementos que a tornam melhor.

Já as terras fracas seriam aquelas longamente utilizadas, cansadas e desnutridas. Essas precisam descansar e ganhar adubo, que preferencialmente deve ser orgânico, para que se reconstituam.

No trabalho com os sitiantes sergipanos, também identificou-se a característica terra forte e terra fraca, sendo que na primeira a determinante é a presença de vitamina, "representada pelo húmus natural, pela adubação e pela chuva (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 101)".

Além da terra gorda, outros fatores exercem influência no tipo de plantação que vai se obter. Assim, uma influência fundamental trata-se da lua. O satélite teria uma auxiliaria a terra a produzir um produto melhor e com maior abundância. Os seus ciclos regulariam o tipo de plantas a serem cultivadas, conforme cada mudança.

Conforme S.S.F. (64 anos), cada lua serve para uma coisa. Assim ela relaciona as épocas ideais para promover o plantio das plantas do quintal:

Eu cuido a lua pra plantá, sim. Conforme a lua é o tipo de cultura que a gente planta. Digamos, na nova planta aquilo que dá flor, digamos o feijão; na minguante e na cheia, aquilo que dá embaixo da terra; enfim, verdura sempre na minguante. Só a couve-flor que dá na nova.

Um saber intuitivo, muito mais percebido pelas mulheres, mas tam-

bém utilizado pelos homens determina o período em que cada coisa deve ser plantada, pois “cada plantio tem seu momento exato, tendo a lua como referência (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 100).

Para os camponeses, pois, a Lua merece respeito e o processo de trabalho agrícola “respeita a lua”. Cá embaixo, na Terra, o processo de trabalho é governado [...], pelo pai de família. Mas há outro governo que vem “lá de cima”. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 98).

A tendeira M.I.B.P. (50 anos), ainda que não trabalhe mais na lavoura, por força do movimentado comércio à beira da estrada, diz: “Adoro a natureza. Se pudesse dá uma voltinha lá no mato todo dia eu ia”. O mato em frente à sua tenda é uma faixa de mata atlântica, onde se vê muitas árvores, entre as quais a araucária. Porém, perguntada se desejaria retornar para o meio rural, respondeu que não, que agora sua vida é ali, deixando claro sua condição de caboclo que superou as condições mais rústicas, aderindo aos confortos proporcionados através do seu negócio.

O Sr. A.R.R. (72 anos) representa o caboclo mais afeito ao modo de vida tradicionalmente associado ao caboclo. Para ele, a qualidade de vida está na forma que vive em contato com a terra, com os animais e onde nasceu e se criou. O trabalho em outras cidades não lhe agradou:

É muito deferente”. Ara, mas não tem como a gente trabaiá em casa por conta. Pra fora, mandado pelos outro e encontrava muita gente estranha e não dá certo de empregado destas firma. A gente se encontra com gente de tudo quanto é lado, tem uns bão e outros ruim, tem que tá se cuidando. Vô vortá lá, lidá com meus bicho, com as roça.

Ao explicar sua relação com a terra, RR (52 anos) diz que dela se afastou, mas que acabou por retornar, pois:

É, a gente não se acostuma, né? É raiz, é tradicional aquilo ali que tu vive. Tu nasceu e se criou ali. Então a gente sente aquela falta, aquela raiz. Então voltei e tô aí até hoje”.

O mesmo relato se identifica na fala do Sr. VPS (72 anos), para o qual o seu meio é a parte mais significativa da sua vida:

Se eu ir pra cidade não duro 60 dia. Eu vô no meus irmão que mora tudo em Porto Alegre, eu só poso, no outro dia eu tô vindo embora. Não consigo parar. Eu nasci e me criei na colônia, daí o cara não gosta de ficar na cidade. Vai lá só fazer os negócio que tem que fazer e vortá”.

Brandão já apontava as representações que os caboclos têm da cidade, em oposição total ao mato, e em oposição relativa à roça:

No outro extremo, a cidade distante, a grande cidade representa um máximo de desconhecido, como experiência pessoal, para a maioria dos adultos. Representa mesmo uma espécie inevitável e indesejada de lugar social; de realização civilizada de um modo de ser reconhecido como de “outros”, de “outras gentes”. BRANDÃO, 1995, p. 76).

Tal oposição manifesta-se tanto em relação ao espaço, quanto em relação às pessoas. Os moradores que habitam a cidade, passam a ser “*gente da cidade*”. Nos últimos anos houve um afluxo de pessoas providas de Passo Fundo, município mais ao norte e o maior da região planalto médio, o qual é um eixo de referência médico e de ensino, para Fontoura Xavier. Estes vieram em busca de terras mais baratas para plantar soja ou criar gado. Os agricultores os chamam de “*a gente rica de Passo Fundo*”. Ao mesmo tempo em que há o estranhamento em relação ao intruso que “*quer as terras*”, alguns aproveitam para vender as áreas que não conseguem cultivar.

É o caso de V.P.S. (72 anos), que realiza um processo de adaptação em relação à propriedade da terra, ocorrido em função do dar-se conta da impossibilidade de cultivá-la, por ser esta muito dobrada e praticamente inteiramente coberta de matas:

É quase só mata. Era meu isso aqui daqui lá naquela copa de cerro, daí pra lá eu vendi 9 arquere, lá no Pedra Branca. Lá naquela fumaça lá pra baixo tinha mais 10 arquere, vendi também, não adianta essas terraiada se o cara... pra que tanta terra? Tudo

terra de mato. É isso aí que eu tenho pra plantar. Tem capivara, tem até leão.

Mediante a curiosidade do entrevistador, complementa: “*daqueles grande. Os pardo. Os grandão. Aqueles lanudo. Vi! Quantas veis a gente vê aí*”.

O casal da família M.R. Declara ter feito tentativas de sair da terra, porém não conseguiram adaptar-se: “*Ele trabaiô bastante fora, mas nunca gostou. Eu nunca saí*” (R.C.R., 58 anos). O esposo complementa: “*Eu não quis mais cidade*” (AMR, 60 anos).

Para P.B.F. (72 anos), a relação que estabeleceu com a terra está vinculada ao trabalho, ao seu manuseio e à retirada dos produtos que essa pode oferecer:

A coisa que eu acho mais bõ, eu tô mais contente é tá trabaian-do, trabaian-do, limpando um pé de erva, ou em cima de um trator plantandosoja ou milho, eu me sinto tranquilo. A é assim ó, tando trabaian-do, em qualquer serviço pra mim é bõ, mas eu gosto mais da lavoura. Vamos supor, no mercado lá, eu ajudei a entregar rancho. Tinha dias que eu tava renegado porque eu gosto de tá perto das criação e coisarada, né.

Percival refere-se ao mercado que construiu junto com sua esposa, SSF (64 anos) e que é um forte comércio localizado na área central de Fontoura Xavier, o qual, no momento, suas filhas e genros tomam conta.

A mesma satisfação com a terra é relatada por JPBL (74 anos), embora seja um dos entrevistados mais idosos, reside sozinho em Picada Rosa, tendo por companhia seus cachorros e um cavalo branco, que utiliza para levá-lo até a sede do município em caso de necessidade. Mesmo estando tão afastado (35 quilômetros), diz:

Eu adoro, é um lugar com silêncio. É, a gente acostumô, porque antes eutive muito bem empregado, e eu não fazia nada, eu era chefe de serviço, maseu não podia enxergá uma lavora, que me atacava, e eu vim embora, não quis ficar. Lá na povoada é mais pior, mais perigoso. É a sua vida é, você faz um foguinho de manhã cedo, um foguinho... come um pinhão.

Entre alguns agricultores mais jovens que estão em idade produtiva, foi possível identificar que há uma insatisfação relacionada à necessidade de preservar a mata que existe no município, enfatizando que há excesso de área verde. Como atualmente eles têm acesso aos meios de comunicação e à internet, utilizam a ferramenta *Google Maps*, a qual segundo eles demonstra essa percepção:

Aqui em Fontoura tá 80% de mata. Uma vez era 40%, agora é 80%. É só mato, quase só mata o que tu vê... Se tu pegar foto do Google e olhar por cima tu só vê mato. Poucos pedaço limpo. (F.J.C., 56 anos).

Houveram mudanças substanciais na forma de se enxergar a preservação das matas, que se no caboclo antigo era considerada de grande importância, para agricultores mais jovens, acreditamos que muito devido à informação, mudaram algumas concepções e pensam em alinhar-se ao que os grandes proprietários praticam.

R.R (52 anos) também manifesta essa insatisfação com relação ao suposto excesso de mata em sua propriedade. Ao iniciar sua fala, demonstrou gostar do seu modo de vida: “*eu gosto, né, porque a gente acostumou no interior, no meio do mato*”. Porém, ao comentar que era uma área grande e bonita, em seguida ele diz o que realmente acredita ser o ideal, inclusive é favorável que desmatem um pouco:

Na verdade, a minha área aqui tem mais mata do que cultivada pra lavoura. Tem que desmatar um pouco, porque, na verdade, ela tem mais mata nativa do que... Eu acho que sim, porque tem mais mata nativa do que área desmatada. Então eu acho que tem direito de desmatar. Não tudo, porque tem que ter. Tu mesma vê aqui... Se tu analisar é muita área, é muita mata nativa. E aqui no município de Fontoura tem muita mata nativa. Acho que em torno de 60% ou 70% é mata.

Seu objetivo está relacionado à possibilidade do plantio de erva-mate, que nos últimos anos teve um incremento em seu valor e que está atraindo principalmente os agricultores caboclos de Fontoura Xavier,

pois não necessita de terras planas para o plantio, porém demanda que a mata seja derrubada:

Na verdade, tu tinha que desmatar, plantar uma erva-mate, algumas coisas a mais, em alguns pedaços, mas não em tudo. Não em tudo. Tu tem que tirar também da terra pra tu sobreviver. Eu acho que aqui no nosso município tem muita área verde, muito, muito. Pode olhar. Eu nasci e me criei aqui, eu conheço os quatro cantos do município, aqui tem mais mata nativa.

Assim como eles, PBF (72 anos) se utiliza da terra conforme a necessidade. Da terra retira a madeira que precisa para a construção do prédio que está fazendo no centro da cidade. SSF (64 anos) complementou que primeiramente reflorestou, para somente agora, utilizar:

Quando eu tava grávida da S., eu plantei um pedaço de pinheiro lá na frente da estrada, [...]e o pessoal passava na rua [...]: “tu não vai colhê pinhão desses pinheiro, tu morre antes”. Construímo o prédio tudo com a madeira dali.

Percival conta da retirada de alguns pinheiros, que ficariam no centro de uma nova propriedade que comprou. Ao questionar se haveria desmatamento, responde que já está desmatado, ao que sua esposa revelou: “Caiu com a tromenta”. E ele: “Só os pinheiro... não, é só os pinheiro dentro da lavoura que incomoda”.

Parece haver um claro diferencial entre “quem pode desmatar” e “quem não pode desmatar”. Enquanto uns o fazem com relativa tranquilidade, outros se sentem injustiçados, porque não conseguem ampliar sua renda, em função da burocracia em autorizar a derrubada da mata. Como diz R.R. (52 anos):

Desmatam, isso aí... aí a lei: Não! Não! O mais humilde sempre é o mais prejudicado. A verdade é isso aí. Se tu analisar, desde o preconceito, é um pobre: ele matou, ele roubou, então a culpa é daquele ali. Se é um rico, não! Não fez, não vai fazer... Ele é rico, ele não faz isso aí. Então o pobre sempre é mais humilhado. Sempre foi. Eu acho, na minha opinião. Não sei se tô certo ou errado, é uma opinião minha, né.

Na localidade de Pedra Branca está iniciando as tratativas para a construção de uma nova barragem para o município, a qual fica próxima das terras de FJC (56 anos). Ele salienta que é a favor da construção, mesmo que ocorra alagamento e transforme o rio em um lago, pois tem o entendimento de que a ecologia do local também não será prejudicada:

Sabe, eles deixaram o Olacyr de Moraes⁵ derrubou cinco mil hectares de terra, né? E ninguém falou nada. Aí um coitado derrubou um pouquinho, daí eles botam preconceito, né? E foi liberado para derrubar para plantar pasto. Esse é errado, derrubar para criar gado e para plantar coisa, né. Daí os fazendeiros agora vão esculhambar com tudo.

Quando perguntado sobre as pessoas estarem sujeitas a perder suas terras e propriedades, disse que todos os envolvidos já venderam para a Cerfox, a companhia de energia elétrica do município, inclusive, já tendo recebido o valor da venda. A área dele não será necessária, conforme disse: “*porque a minha eles não vieram falar para me comprar, né. Nada, nem um pedaço, e bem baratinho como eles estão comprando, eu não vendo.*”

Comentou também sobre o estudo que está sendo feito para determinar os efeitos que podem acontecer sobre a vida animal local, especialmente relacionado às aves, que estão sendo monitoradas através de filmagens, o que ele considera completamente desnecessário: “*não precisa. Você acha que precisa?*”. Não foi possível avaliar em que medida as afirmações de F.J.C. (52 anos) refletem se há descaso com o equilíbrio natural. No entendimento dele, as aves e demais animais movem-se e adaptam-se à medida que confrontadas com uma nova situação. E continuariam tendo acesso à água e à mata, pois esta não cessaria de existir, apenas se tornaria diferente.

A percepção de que os “*ricos podem tudo*”, de que “*os grandes são os que mais desmatam*”, está presente na obra de Woortmann e Woortmann (1997, p.27), segundo a qual:

⁵ Na década de 70, Olacyr virou o maior produtor individual de soja do mundo ao apostar no potencial agrícola do Centro-Oeste, aproveitando a grande cheia de 1973 do rio Mississippi, que devastou as lavouras dos Estados Unidos. Ficou famoso pelo título de “O Rei da Soja” (ALVARENGA; VIEGAS, 2015).

Devemos notar que o ambiente natural tem um significado distinto para sítiantes e grandes proprietários. Para os últimos, o mato é algo a ser removido, para ser substituído pelo capim. Para os primeiros, é algo a ser preservado, como parte mesmo do espaço de trabalho, ou utilizado apenas à medida das necessidades de reprodução social. Se a lavoura camponesa é de queimada e coivara, tão condenadas, ela o é no interior de uma percepção do trabalho e da natureza que busca o equilíbrio.

Já o Sr. V.P.S. entende que não precisaria desmatar, pois “*óia, seria bõ preservá porque, esses perau aí não tem o que fazê mesmo. Por que devorá se não tem o que fazê?*” Ao que LMMP (46 anos), complementa, “*as água tão ficando curta*”.

No entanto, assim como os demais agricultores, entende que a erva-mate seja uma alternativa à mata: “*a água tá ficando muito poca... Só se fosse florestá com erva mate. Daí ia tê ainda. Era meu, era tudo mato, [...]. Mas daí também não adianta só mato*”.

Assim como a terra é a mais forte expressão da individualidade do caboclo, também corresponde ao seu bem mais precioso. Para ele, “*o que realmente vale é a terra*”. Neste sentido, como um bem fundamental, busca-se preservá-la como um legado de gerações. A venda, tantas vezes comentada de “*um pedacinho*”, ocorre na atualidade apenas em uma necessidade premente ou também, devido à idade avançada e na falta de herdeiros que deem continuidade ao trabalho.

Entre os agricultores, está presente de forma indiscutível a importância de deixar um legado. Este deve ser composto, primeiramente, de um bem que as novas gerações venham a se beneficiar, sendo que “*deixar de herança*” a terra é o maior indicativo de sucesso para as famílias caboclas. Normalmente, em caso de haver maior quantidade de bens a distribuir, os homens são os herdeiros naturais da lavoura, pastos, matas e animais e, às mulheres procura-se deixar ou a casa, ou uma propriedade em outro local.

As regras continuam sendo as mesmas, porém, poucos filhos permanecem no meio rural. A maioria opta por viver nas cidades e dificilmente retorna para cuidar das propriedades. Estas ficam nas mãos do que permanece na terra.

Para o Sr. P.B.F. (72 anos), devido ao falecimento do filho, as filhas tornaram-se as herdeiras do seu patrimônio, trazendo os genros para dar prosseguimento conjuntamente:

Sim, pois é o que eu digo, agora tô descansado. As filha tão tudo colocada, com casa boa, empresa, lá trabaiano as duas, é só trabaiaá, e eu ainda comando um pouco né.”

Para A.M.R. (60 anos) e sua esposa R.C.R. (58 anos), a aquisição de uma área, ocorrida recentemente, composta quase inteiramente de matas e montanhas, representa uma oportunidade de deixar um legado para o futuro. Ainda que tenham dificuldades econômicas, visualizam-se os benefícios que essa atitude poderá trazer no para os filhos principalmente.

É, e lá é só mato, tem pouca parte lá que é capoeira [...]. Eu comprei lá, agora preciso deixar, fazer o quê?!” “Não, o pensamento meu não é derrubar o mato[...]. Tem água, verte água, né (refere-se às vertentes existentes na mata).

Os agricultores entrevistados parecem debater-se entre “usar o mato”, no sentido de aproveitá-lo economicamente, e ao mesmo tempo, sabem da necessidade de preservá-lo. Alguns chegaram a questionar se a pesquisadora saberia de alguma lei que destinasse um valor mensal para manter o mato, a qual gostariam de aderir. Neste sentido, Woortmann e Woortmann (1997, p. 29), observam:

O mato, na percepção “etnoecológica” dos sitiantes, representa não só uma reserva de recursos (e por isso envidam todos os recursos para preservá-lo), como constitui uma fonte de exploração de recursos renováveis, como parte mesmo das práticas de reprodução social camponesa.

D.D.A. (54 anos) conseguiu se acomodar na casa cedida, junto à mata, o que lhe realiza, já que a floresta “faz parte da vida, [...] eu amo os pássaros, eu amo os bichos, tudo que Deus criou na face da terra”. Questionado sobre a prática da caça para se alimentar, diz que “jamais eu vou judiar dum bichinho.

[...]Jo Pai me cuida. A terra nos gerou e vai nos levá. Tão destruindo uma coisa que serve pra nós mesmo”.

Considera-se muito importante que o patrimônio passe de pai para filho. O amor à família manifesta-se no guardar, no não precisar vender a terra, para oferecer um lugar onde os filhos consigam viver, trabalhar e formar sua nova família, ainda que, muitos já não estejam vivendo na terra. A terra é sinônimo de liberdade, de segurança, de ser sujeito de direitos, de cidadania. Neste sentido, P.P.C. (42 anos), se percebe como um indivíduo que tem sorte, por já possuir um patrimônio, herança dos pais:



Figura 19: Caboclo prestador de serviço itinerante, Fontoura Xavier (2021). Fonte: acervo da autora.

É que eu já tenho uma estrutura né, e quem não tem? Esses jovens do interior aí, não tem como sobreviver na roça. [...]. Teria que sair. Quem mora lá no fundão do Formigueiro na costa do Forqueta não tem como sobreviver na roça, não tem.

A realidade de P.P.C. (42 anos) se mostra diferente da maioria dos pequenos agricultores de Fontoura Xavier. Tedesco (2021, p. 11), apontou tais diferenças:

Em geral nas unidades de “colonos fortes”, vimos que filhos têm maiores possibilidades de serem atraídos para permanecer na unidade da família (homens, em geral) em razão dos recursos técnicos que possuem, rentabilidade financeira, diversificação de atividades voltadas ao mercado, normalmente, os filhos participam mais da gestão, incorporam patrimônio, pois na aquisição de terras ou de máquinas, não é incomum, os pais “passarem no nome do filho [as aquisições], darem um bloco modelo 15 para eles venderem no nome [...].

O agricultor F.J.C. (56 anos) cita a vida pregressa da sua família, vivendo como agregados na imensa área pela qual eram responsáveis, com o objetivo justamente de demarcá-la, no período entre as décadas de 1940 e final da década de 1960, com ampla utilização do mato, a fim de custear a subsistência, pois não tinham a mão de obra remunerada, estando liberados porém, para usufruir do que a terra oferecesse, o que foi a forma utilizada pela família de conseguir prover a subsistência.

O pai vendia lenha. Esse aí o homem deixava ele vende lenha pra ele, né. Lenha picada. Vendia milho, vendia feijão, mel, o pai também trabalhava com mel. E daí, criava porco, criava galinha, isso aí sempre teve bastante carne desses aí. O que era mais raro era carne de gado, né, porque daí o pai nunca matou né. Tinha gado, tinha junta de boi, tinha vaca, mas ele nunca matou um terneiro, um bezerro, uma comparação, um que se criasse, porque ele sempre ia vendendo, por que era muita carne né e não tinha freezer, não tinha geladeira, aquela vez, né.

Ele fazia carvão. O pai fez carvão pra vendê aquela vez da segunda guerra, que compravam muito carvão, Deus o livre que precisava por causa dos trens. O pai foi um que fez carvão pra vendê pro exército. Mas daí já tinha os atravessador, os que levavam eram os outros né. O pai só produzia né.

Para o Sr. P.F.S. (66 anos), os caboclos “aprenderam a trabalhar um pouco com os que vieram de fora e estão melhorando também”. Não conseguimos perceber até que ponto estas contribuições “a partir de fora”, interferiram no modo de ser do caboclo de Fontoura Xavier, já que entre os entrevistados, parece haver um círculo fechado que não permite a entrada destes supostos “detentores do conhecimento”. Pelo que foi averiguado, não houve interferência de outras etnias ou de profissionais com conhecimento técnico, ensinando os agricultores caboclos quanto aos seus procedimentos. O que aprendem de novo, pois o seu saber não é estático, é nas interações com outros agricultores, em pesquisas que podem acontecer na internet, para os mais jovens, e pela própria televisão, pois conforme eles são assíduos telespectadores do “Globo Rural”⁶.

⁶ Programa de televisão exibido pela Rede Globo de Televisão, às 8h dos domingos, destinado a atender o público do meio rural.

Woortmann e Woortmann (1997) observaram que no grupo de sítiantes nordestinos, havia um processo de desvalorização destes, perpetuado pelos extensionistas rurais, que buscavam implantar um processo de modernização agrícola. Neste grupo, os extensionistas tomavam para si uma autovalorização que não atribuíam aos agricultores. Neste mesmo viés, os outros (“os ricos, os fortes, os do centro”), atribuem uma desvalorização aos saberes dos agricultores caboclos, desqualificando-os como agentes de transmissão do conhecimento às suas famílias, já que o trabalho ou “não é feito da maneira certa”, ou “poderia ser feito melhor”.

O Sr. P.F.S. (66 anos) acredita que atualmente estão vivendo bem diferente e melhor do que épocas anteriores, embora tenha que avançar muito ainda, e realiza a seguinte reflexão sobre os caboclos, a que ele chama de portugueses:

Tem alguns costumes que permanecem. [...] o povo português (caboclos), o povo nativo é mais solidário. Ele é um povo que tenta se colocar no lugar do outro, neste sentido. Podemos falar em cultura portuguesa neste sentido, cultura de Fontoura. Um povo hospitaleiro, um povo não tão competitivo. Eu diria o seguinte: o português não é muito materialista, ele não é muito ligado em ter as coisas, claro que ele trabalha, ele precisa, ele busca, mas não é aquela ideia ferrenha em ter, ter mais e continuar. Ele não alimenta esse capitalismo selvagem. Então quando se chama que a cultura do povo fontourense é de preguiçoso, que não trabalha, também tem um lado positivo, que ele não é tão materialista, como a gente nota em outras cidades e até em países, que é essa busca legal e até ilegal do ter cada vez mais e nunca se contentar.

Isto se reflete em uma vocação maior em preservar a natureza, em função de carecerem do espírito empreendedor e ao mesmo tempo materialista dos colonos, que por exemplo desmatam para abrir lavouras. Ele esclarece que seria ingênuo dizer que o “o povo da casa” não faz isto, mas acredita que fazem em uma escala menor e dentro da necessidade, sem visar tanto o lucro como outros fazem.

De forma semelhante ao que Brandão (1995, p. 158) observou, em Fontoura Xavier assim como em Catuçaba (São Paulo):

Mas o trabalho é também um constrangimento. Todos trabalham por que precisam, embora a maior parte dos adultos ativos de Catuçaba e dos bairros vizinhos declare que não saberia o “que fazer da vida se não precisasse trabalhar”. Sempre se trabalha em Catuçaba, mas sempre só se trabalha quando e enquanto é de fato necessário.

A afirmação da característica do caboclo em relação à resignação à pobreza, é atribuída como desinteresse no acúmulo de capitais, entendido como uma falta de ambição que pressupõe acomodação e ganhar assistência pública (RENK, 2006).

As diferenças na sistemática do caboclo em comparação com outras etnias, gera um estranhamento em relação à esta comunidade, já que em um mundo que continuamente se move em relação ao progresso capitalista, o não buscá-lo causa desconfiança e até mesmo aversão. Dentro da comunidade de caboclos, entre aqueles que saíram da condição rústica de caboclos para um estágio em que houve influências de outras etnias, em que agregou-se certos hábitos que o diferenciaram da comunidade cabocla, ainda que preserve uma grande parte do seu *ethos*, foi possível perceber que se evitava salientar que faziam parte do grupo, principalmente devido a vinculação com à pobreza, com a simplicidade das casas, do vestuário, mas também com relação a simplicidade das pessoas.

A lógica do trabalho ocorre de maneira diferente nesta cultura. Woortmann e Woortmann (1997, p. 13), entende que a “etnologia das sociedades “primitivas” tem enfatizado a presença de um saber próprio que não se confunde com uma razão prática”, no sentido de corresponder “a um modelo cognitivo “holístico”, um modelo de ordenação do mundo e, nele, da natureza sobre a qual se trabalha”.

Ao dizer que o caboclo não alimenta o capitalismo selvagem, o P.F.S. (66 anos) descortina a maneira de viver do caboclo fontourense, principalmente dos mais velhos, o qual convive de forma satisfatória com o que tem, parecendo não se importar em não fazer parte da sociedade de consumo.

A maneira de o camponês perceber o mundo, as relações sociais e a hierarquia nem sempre é compreendida pelos agentes

externos a essa cultura, os quais procuram estender suas boas intenções ao campesinato (WOORTMANN, 1997, p. 175).

Para Renk, a falta ambição do caboclo ocorre porque “voltando o olhar internamente, o que se vislumbra é um grupo com outro sistema, com outro mapa cognitivo, que não o do colonizador (RENK, 2006, p. 117)”.

Confrontando o *habitus* do brasileiro com o do colonizador, [...], encontramos o primeiro em situação de desvantagem no enfrentamento a ser travado com a colonização, que favorece a sua expropriação, no estrito senso ou por atitudes. (RENK, 2006, P. 117).

O camponês sem a propriedade da terra é tido como um “coitado”, pois a perdeu de alguma maneira, visto como um indivíduo “sem eira nem beira”, totalmente dependente da força do seu trabalho para conseguir manter-se. A terra, nesse sentido, é alento, pois acolhe e dá o sustento. A expressão “ter um lugar para cair morto” é significativa pela importância que a terra assume na concepção cabocla, e durante as conversas foi possível constatar que é expressão corrente no dia a dia.

O modo de vida dos agricultores caboclos de Fontoura Xavier parece sofrer um contínuo processo de rupturas. Se por um lado estabelecem relações de camaradagem amistosa com vizinhos e amigos e mantém com a terra uma relação profunda, de grande simbologia e significado, por outro, são impelidos pelos movimentos econômicos, por transformações que afetam completamente seu modo de vida. No século XIX e XX estas modificações, sempre em um nível globalizante, atuando sobre o micro universo em que estão inseridos, transformou radicalmente suas vidas, causando um estranhamento social não apenas em relação às outras etnias que vieram para assumir seu lugar, mas também como continuamente acontece, em relação às classes que detém o poder, as quais subjugam em um primeiro momento, e após usufruem dessas comunidades, conforme os seus interesses.

Presentemente, possuem seu pequeno quinhão de terras e tentam se ajustar da maneira que podem às exigências atuais, em tentativas de so-

brevivência sua e da família, sendo muitas vezes, responsabilizados pela deterioração das áreas nativas, para lembrar as queimadas ditas por Monteiro Lobato, como também a necessidade de desbravar ou seja, destruindo para reconstruir.

São tentativas que esta comunidade continuamente faz para manter-se, para sobreviver. Como dito por vários agricultores, “*só enxergam o pobre*”, no sentido de enxergá-lo como destruidor, como um agente perverso que ocasiona a destruição da natureza. No entanto, este olhar não se volta para as reais condições em que vive o caboclo, sendo um representante ínfimo da propriedade da terra, se comparada com a grande acumulação fundiária para poucos proprietários, que ocorre no Brasil.

Ao caboclo se exige que cuide e preserve sua área de matas, sem dela fazer uso para garantir seus meios de vida. Ao grande latifundiário espera-se que produza e gere riqueza. O contrassenso está em exigir que o caboclo, o indivíduo mais necessitado de garantir a própria sobrevivência, mantenha o pulmão verde do planeta, realizando reservas que o grande produtor e acumulador de capital não faz.

Caboclos migrantes: a busca por melhores condições de vida

Assim como acontece em outros locais do país, muitas populações caboclas necessitam migrar para prover o sustento do grupo familiar. Algumas caracterizam-se por migrações permanentes, como as que ocorreram no nordeste brasileiro ou, sazonais, como acontecem no sul brasileiro, em uma dinâmica de idas e voltas ao local de origem.

Nesta pesquisa ficou clara a necessidade que os agricultores caboclos de Fontoura Xavier têm de complementar sua renda através do vínculo com empresas localizadas em centros maiores. Locks (2014, p.97) já apontava a existência dessa necessidade, quando disse: “encontrei um novo perfil de agricultor: o agricultor-operário”. O mesmo dá-se em Fontoura Xavier, pois um significativo contingente de trabalhadores se

desloca para outras cidades para trabalhar, principalmente na construção civil, a fim de complementar a renda familiar.

O sair para trabalhar “nas firmas” foi relatado como uma alternativa para fazer um capital inicial ou poupança, a fim de dar andamento a um objetivo, ou para complementar de maneira permanente a renda da família, acabando por tornar-se principal e aos poucos, relegando a agricultura a uma atividade dos finais de semana, ou dependente do núcleo familiar para se concretizar ou ainda, da contratação de mão de obra externa. Os relatos, invariavelmente citam a necessidade de se ausentar de casa, viajando em caminhões contratados pelas empresas, para se deslocar principalmente ao eixo da grande Porto Alegre, local que concentra a maior quantidade de obras de construção civil.

A partir da expulsão da terra, após o proprietário ter garantido a demarcação da área e quando julgou que havia o risco de perdê-la ou ao menos um pouco dela devido ao transcurso do tempo, a família de F.J.C. (56 anos) teve que encontrar estratégias de sobrevivência na cidade:

Quando pediram pra sair lá da terra, ele sempre ia trabalhando, ele ia se adequando. Porque a terra que nós morava não era nossa. A primeira vez e daí nos tivemos que vim para a cidade e daí ele teve que sair trabalhar fora.

O fluxo migratório partindo do município foi direcionado nos últimos anos, além de Porto Alegre, para o município de Bento Gonçalves, na serra gaúcha, e no passado, como dito pelos mais antigos, para desbravar novas frentes de colonização, principalmente no Paraná. Nestes centros realizam atividades variadas, desde operários da construção civil, safristas durante a colheita da uva, empregados em fábricas, entre diversas outras funções.

Trabalham ainda como tarefeiros da erva-mate, indo de lugar em lugar, a serviço dos contratadores de mão de obra. Antigamente, havia uma mobilidade maior para realizar a atividade, efetuando-se grandes deslocamentos até o estado do Paraná, em ervais nativos:

O finado Antoninho tirô muita erva lá no Paraná. O finado teve uma vez lá no Paraná também. Carroceô lá, puxando carroça de raído de erva, com junta de boi. O finado Antoninho contava que

tirava erva para o Leontino Lang, dono do maior erval do Paraná (TMC, 79 anos).

J.P.B.L. (74 anos) primeiramente “saiu para trabalhar para juntar um dinheiro”, com o objetivo de sair do Rio Grande do Sul e ir para o Paraná. Da plantação de subsistência da família, o excedente era vendido, mas o valor era exíguo e não conseguiam mais viver:

Que que o cara faz? Daí nós fumo daqui. O pai: “Fio, vamo dá um jeito de vendê aqui, vamo embora pra Paraná, lá é mais fácil de nós vivê”. Aí o pai foi, foi pra lá, e eu já tava com treze pra quatorze ano, eu fui trabaíá na Brasel, lá em Dois Lajeado. Eu disse: “Pai, eu vô saí um pouco, ganhá um pouco e o senhor fica lutando”. Daí ele se foi pra lá, daí comprô lá no Paraná, veio vendeu tudo, aí mandô uma carta pra mim lá em Dois Lajeado. Disse: “João Pedro, venha que eu tô viajando pro Paraná”. Aí se fumo lá pro Paraná, mai lá também era só a braço, não tinha negócio de trator e junta de boi, não! Era só, só a braço.

O relato referente ao período que residiu no Paraná, revela o caboclo como estando na “frente da frente” da colonização, realizando o desbravamento dos sertões:

Não, lá era um lugar bão, donde nós compremo lá, mas trabaíemo muito, Deus o livre. Nós tirava base de novecentos, até mil saco de mio por ano. Aí nós quebrava aquele rocil que fazia, destocava, e daí, amuntuava e daí as triadeira, treis triadera triando, e os caminhão puxando pra levá pra cooperativa. Era sofrido. Fiquemo bem de vida, graças a Deus, daí lá indireitemo.[...] daí a terra era vinte e cinco alqueire, e era só mato, só mato, nós fazia a base de quatro, cinco alqueire por ano de mato derrubado, tudo a foice e machado, não tinha motosserra naquela época. É, pra plantá.

A família assumiu uma característica muitas vezes atribuídas à outras etnias, atuando naquele período de forma predatória, com o fim de “fazer capital”. Este comportamento empreendedor lhes granjeou uma condição confortável financeiramente, porém às custas de muito trabalho. Confor-

me J.P.B.L. (74 anos), os pais permaneceram no Paraná. Em uma das visitas que realizou em Fontoura Xavier, casou com uma jovem, porém após casamento, ao tentar levar sua esposa para residir naquele estado, esta não conseguiu se adaptar e retornaram para Fontoura Xavier.

As pequenas áreas de terras, a falta de instrumental agrícola, como arado, adubos e ainda o relevo acidentado são apontados por Arlene Renk (2006), como causa para que a produção dos caboclos sirva apenas ao consumo doméstico. Em Fontoura Xavier, assim como no oeste catarinense ocorrem condições semelhantes que justificam a necessidade de “*sair para trabalhar fora*”. R.R. (52 anos) é um dos agricultores que também precisou “*sair lutar nas firmas*”:

Eu me criei na lavoura. Mas com dezessete eu saí e trabalhei fora. Eu trabalhei em Santa Cruz, Porto Alegre, Nova Prata, Caçador. Comecei como servente, depois trabalhei como carpinteiro e com construção civil. Depois eu casei e voltei pra agricultura.

Um dos rituais de passagem para o rapaz engloba o “*sair trabalhar fora*”, como aconteceu com R.R. (52 anos). Este processo dá-se em torno dos 17-18 anos.

Pouco antes do casamento, por volta dos 18 anos, após obterem os “documentos (alistamento militar), os filhos devem “viajar”, isto é, migrar temporariamente, o que representa novo momento de aprendizado, agora relativo ao mundo. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 74).

A.M.R. (60 anos) também precisou, anteriormente, sair da terra a fim de buscar a complementação da renda na cidade. A produção de sua lavoura não era suficiente para manter a família e, atualmente, embora tenha retornado à propriedade, ainda presta serviços como pedreiro para os vizinhos: “*eu trabaiava em construção né, de pedreiro, carpinteiro. Tô trabalhando ainda aqui por perto*”.

Como sua esposa possui uma doença que não permite que o auxilie na lavoura de fumo, tem feito todo o trabalho sozinho, já que os filhos

migraram para Bento Gonçalves: “*tão em Bento. Daí tem o outro, mais véio, casado, tem 31. Trabalha [...] de caminhão, caminhoneiro*”. Os filhos desejam que também se mudem para Bento Gonçalves:

Ah, depois de véio não vamo pra lá. Não adianta tu ir pra lá. Posso até trabalhar de enxada se for preciso, mas cidade pra mim não [...]. Nem novo não quis.

O casal cultiva o sonho de que os filhos retornem para casa. R.C.R. (58 anos) espera se aposentar para viabilizar o sonho: “*Eu gosto daqui. Nasci, me criei, criei meus dois filho. A hora que eu conseguir uma aposentadoria podem vir morar comigo*”. Na visão de A.M.R. (60 anos), seria a oportunidade de aumentar a área para trabalhar: “*daí nós compramo terra tudo aí, deixa tudo pra enxada, né*”.

Há um conjunto amplo de fatores que influenciam nas decisões de jovens entre ficar ou sair. Estas causalidades podem ser de atração, expulsão, expressivas de relações que se produzem no interior das famílias como as que desmotivam e desincentivam as atividades dos pais. (TEDESCO, 2021, p. 16).

Na comunidade de Picada Rosa, praticamente poucos habitantes jovens restaram, destacando-se por um dos maiores contingentes de migrantes direcionados ao município de Bento Gonçalves. Os que restaram sofrem pressão para que também migrem, M.J.M. (54 anos) devido às preocupações com o futuro do filho estão conduzindo para que ela também migre. A filha mais velha reside no município vizinho de Barros Cassal e também trabalha na agricultura, com plantações de fumo. Considerou uma surpresa a filha e o genro terem continuado na atividade da agricultura:

Muito difícil, e ficô (a filha mais velha casou e permaneceu na propriedade do esposo). Agora tá o V. tendo que fazer os trabalho dele em casa (devido a pandemia de Covid-19). Ele por enquanto não falou que quer sair, né. Eu vou com ele. Vou, vou morar junto. Já... Não, eu disse para ele, já falei umas quantas vez, tem que morar tudo junto. Eu pensava, é o que eu digo para

ele, a gente tem que ficar aqui até enquanto dá e daí tem que procurar um... um, uma coisa melhor para ele né, que eu ainda, logo me aposento, logo eu tenho para mim, né, mas ele tem que procurar o melhor, tem que procurar mais estudo, pra trabaiaá.

As irmãs estão tentando convencê-la a vender a terra e ir para Bento Gonçalves, pois entendem que neste centro o próprio filho de M.J.M (54 anos) terá mais oportunidades, além de manter a família unida:

*Elas tentam. Queriam vender aqui né, comprar um lugarzinho pra mim ir pra lá, e daí às vez eu penso: **se eu vou para lá eu não me acostumo, daí, depois? Vortá pra onde daí, né?** [...]. Pode ser que ficando mais velha, pode ser que eu vá para lá.*

Os filhos de RR (52 anos) pressionam para que o casal saia da roça e se mudem para a cidade, com o intuito de manter a proximidade, pois a manutenção dos laços familiares são centrais para os caboclos.

*Eu e minha mulher vamos ter que ficar até que a gente esteja por aí... Vamos lidar, fazer uma coisa ou outra. Até o meu piá mais velho quer que a gente vá lá pra cima. **Até nem fiz uma casa aqui, ele não quer que eu faça uma casa aqui, quer que eu compre um terreno e vá pra lá, deixe aqui, mas eu acho que não. A gente que é do mato não consegue sair e ficar... Me acostumei, é tanto tempo.***

Os movimentos migratórios acontecidos em Fontoura Xavier, são palpáveis na fala do Sr. V.P.S. (72 anos). A linha Pedras Brancas perdeu quase a totalidade de seus moradores e atualmente pessoas de fora do município interessadas em comprar terras, estão adquirindo áreas no local.

*Eu me criei lá onde tem aquela manchinha devassada, lá naquela lomba. Minha morada era pra baixo, ali naquele ladeirão, na beira do rio Pedra Branca. **Lá tinha 70 e poucos morador, hoje não tem nenhum.** Tudo foram pra cidade. [...]. Fontoura tem uns 5, 6, né. **O restante vai pra Bento, Porto Alegre...Serafina tem bastante daqui também de Pedra Branca... Acharam mió a cidade. [...]**Ah, eu fiquei, me criei na roça, vou morrer na roça.*

Ao analisar a trajetória dos agricultores migrantes de Fontoura Xavier em busca de garantir a sobrevivência, nota-se que justificar a pobreza dos caboclos por que “faltava vontade de trabalhar (RENK, 2006, p. 95), crença por muitas vezes disseminadas entre outras etnias, devem ser relativizadas, pois do que se pode verificar, o trabalho é exercido de forma constante, intenso e quase sempre, naquelas atividades preteridas por outros grupos.

No entanto, cabe salientar que há um conformismo generalizado no sentido de que do jeito que está, está bom. Foi possível perceber em muitos casos satisfação com a vida tranquila, com a terra, os animais, as roças e o mato. Gostam de se relacionar com os vizinhos, compadres e principalmente a família. As relações são na maior parte harmônicas ente pais e filhos, com grande respeito às figuras mais velhas, exceto em casas onde haja problemas, como alcoolismo, por exemplo. A satisfação com este modo de vida manifesta-se na fala do Sr. A.R.R. (74 anos), que está satisfeito com a vida que leva, pois “*a gente escoie um pouquinho de mio pros bicho, um feijãozinho pra gente comê, uma mandioca, uma coisa, né*”.

Conforme se observa na Figura 20, ao fundo, o galpão para guardar ferramentas de trabalho e ao lado deste, um prédio de tijolo à vista, que é o forno onde realizam o trabalho com o fumo.



Figura 20: Casal de agricultores da localidade de Água Azul (2021). Fonte: acervo da autora.

Tarefeiros, proprietários e tendeiros

Pode-se perceber entre todos os entrevistados e até mesmo entre os tendeiros, os quais não estão mais exercendo atividades junto à terra, sua vinculação com as culturas de subsistência características da região, como milho, feijão, batata, mandioca, entre outras. A memória das famílias presentificam essa realidade, a qual transparece na importância de manter lavouras nos fundos da casa, ou até mesmo de plantá-los na horta, na falta de espaços maiores.

Dos entrevistados, apenas dois possuem uma área maior de terras e realizam o plantio de soja, já que esta cultura demanda espaços maiores e mais planas, com utilização de maquinário. Como o município está dividido etnicamente entre luso-brasileiros e italianos, a propriedade das ervateiras está concentrada em mãos de descendentes de italianos, enquanto ao grupo de caboclos é preponderante o trabalho mais braçal, principalmente como tarefeiros. Arlene Renk (2006, p. 93) assinalou “ao colono italiano, a lavoura, a colônia; ao caboclo, o corte da erva-mate”.

O agricultor e tarefeiro de erva-mate, L.M.M.P. (46 anos) frisa que: *“produzo para mim mesmo e trabalho na colheita da erva também”*. Segundo ele, *“tu empleita por tarefa pra colhê”*.

Tem o responsável por pegar aquela área [...]. Eu trabalho às vez sozinho, às vez com peão junto, 5, 6. A gente troca dia também. Antigamente não valia a pena lidá com erva. Hoje vale a pena, que o preço tá muito bom.

A erva-mate tem um forte apelo junto aos agricultores, pois funciona como uma poupança para realizar investimentos e melhorias na propriedade. Os agricultores comentam que se utiliza na composição de refrigerantes e cremes e *“eles tão comprando a madeira já, eles tiram a erva e compram a madeira pra secá a própria erva”* (R.R., 52 anos). O agricultor R.R. (52 anos) diz que sempre exerceu o ofício de tarefeiro *“eu fui e sô até hoje, eu planto fumo e sô tarefeiro, tiro erva na época do inverno”*.

A ervateira Chimango, embora seja do município de Ilópolis, possui várias turmas de tarefeiros prestando serviço contínuo, “a maioria da erva aqui de Fontoura vai para Ilópolis, 90%, só 10% fica aqui no município. [...] Eles tiram direto, [...] de segunda a sexta”. Sobre os direitos relacionados à execução do trabalho, R.R. (52 anos) esclarece que os trabalhadores:

São avulsos, vão de lugar em lugar, se tocá de ir, assim onde é longe, que não dá pra ti ficá, eles vão e acampam e ficam durante a semana. Só fazem isso aí. Eu na verdade quando não tô na época do fumo, eu lido na erva também. Eu tiro por arroba. Vale a pena! [...]. Tu ganha 4,50 cada 15 kg que tu quebra. [...] É a tua produtividade, o que tu tira tu ganha, teu corpo que manda. Tu desgalha e faz o raído, e daí o caminhão vem e carrega, pesa ali e vai embora.

Nas vizinhanças de Picada Casagrande, atualmente há 14 pessoas tirando continuamente a erva-mate. Todos moram em Fontoura, não havendo mais o tarefeiro itinerante, que se muda com a família, mas apenas aquele que eventualmente vai e acampa para fazer o serviço, retornando para a casa no município, ao fim da empreitada. Este grupo de trabalhadores não tem acesso a direitos trabalhistas.

Os relatos demonstram que houveram mudanças no cultivo e exploração da erva-mate, já que atualmente “*todos os pé são baixinho. É difícil tê uma soca de subi, hoje é tudo no chão, tu corta do chão*”. Da fala, pode-se entender que os ervais nativos foram dizimados em sua maioria. Estes, compunham-se de árvores altas, nas quais era necessário subir e manejar o facão para podá-la, o que hoje



Figura 21: Tarefeiros de erva-mate de Fontoura Xavier (década de 1960). Fonte: Arquivo da autora.

já não é mais necessário. Na Figura 21 encontram-se os tarefeiros sobre uma “soca” de erva nativa, já desgalhada, o que permite uma ideia da altura da árvore.

Na família de A.R.R. (72 anos), o ofício de tarefeiro de erva-mate está presente há gerações. Atualmente ainda trabalham juntos o pai e o filho:

Nóis imo por tudo o município de Fontoura, nóis tiremo de tudo quanto é dono. Aprontemo dum, depois tiramo d’outro. Eu já fais 35 ano.

Na memória está presente o trabalho que exercia nos ervais nativos:

Mais eu desgaiava pro Casagrande. Eu podava a erva pra ele, os pezão arto no mato aí que se ia embora. Aqui no mato ainda tem. Mas agora o fio dele encheu por baixo só de erva nova, já começô a tirá as nova e aquelas véia que tá muito arta e meia estragada ele tá derrubando tudo, rente ao chão.

A esposa, D. E.R.R. (72 anos) complementa “*tem ainda. Vorti e meia ainda aparece uma. Que nem essas seca aí, eram do meu avô*”. Pode-se compreender que já se deu o processo de substituição da erva-mate nativa, pela plantada. Esta tem um manejo diferente daquele que por durante muito tempo caracterizou o ofício do caboclo e para o qual se dizia que sua habilidade era digna de nota:

Agora é de serra. Nóis tamo de 5 até 10 que nóis tiramo erva, todo dia. Amanhã nóis vamo (feriado). Nóis comecemos segunda e tiramo até sexta. É uma carga todo dia. É duas turma, eu tenho uma e outra um sobrinho meu. [...] nóis tiremo entre as duas turma até 900 arroba, então precisa dois caminhão. Às vez algum faia, da minha turma não faia nenhum nem da outra turma, 800 arroba sai num dia. (ARR, 72 anos).

Questionado se vale a pena, diz que: “*óia, vale! Eu quebro poco, mas eu ganho meus 50 centavo. Mas tem gente aí que ganha 200 por dia, todo dia. [...]. O Pico é um que quebra*”. A Picada Casagrande é a região com maior

número de tarefeiros da erva-mate do município, e o Sr. A. complementa: “e dá dinheiro. Tem peão que pega erval aí bem pertinho”. Para Renk (2006, p. 198), “o tarefeiro não escolhe, é escolhido”.

O Filho do Sr. A.R.R. (72 anos) e de D. E.R.R. (72 anos), A.R. (33 anos), optou por permanecer junto aos pais, já que conforme a mãe “*não teve jeito de saí trabaiá nas firma*”. Ele lidera uma das turmas de tarefeiros, neste trabalho contando com o auxílio do pai experiente, ao mesmo tempo em que faz uso do celular, para se comunicar e combinar o serviço com os demais peões:

Deisde pequeno eu ia junto com os camionero, quando tinha a erva-teira do finado Casagrande, ia junto pra levá biscoito. Eu achei melhor ficá junto com eles. É que na cidade é muito ruim.

O pai ensinou o filho a trabalhar, através do exemplo, principalmente, mas não somente com relação à técnica para executar a tarefa e mais, em uma superposição de valores, estratégias, modos de agir, assim, o filho imita o pai, tanto na forma de liderar os demais trabalhadores, quanto na forma de ser e viver. Esta relação que se estabelece entre os saberes passados de pai para filho e o pai como a representação do conhecimento fica expressa no estudo de Woortmann e Woortmann, com os camponeses nordestinos, segundo o qual:

A transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar – subordinada ao chefe de família, via de regra o pai. Se é este quem governa o trabalho, como dizem os sitiantes, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc. (1997, p. 11).

O pai diz que ele “*se acostumo na erva comigo. Já faiz uns quanto ano que trabaia junto*”. Eles são responsáveis por selecionar os tarefeiros, sendo os organizadores do grupo. Obtém o pessoal na Picada Casagrande mesmo, onde “*é tudo gente conhecida*”. No entanto, o Sr. A.R.R. (72 anos) frisa que “*cada qual quebra pra si e Deus pra todos*”. Assim como as árvores

estão menores, o modo de fazer o “raído” de erva-mate, após a quebra, se alterou também:

Agora é duas soguinha e quebra em cima. Tem gente que com duas soguinha, quebra até 100 kg. E depois pega e ata e daí os feche de 50 kg, tem gente que faiz de 100. Com duas corda só. E daí um ergue nas costa do outro e sobe uma escada pro caminhão. O chiqueiro de taquara agora que demudaram, mas de primeiro era só naquele ali.

De forma gradual acontece a substituição do pai como a figura central e mais ativa da família, para o filho, que pelos saberes adquiridos deste e pelo vigor da juventude que contém, passa a representar aquele núcleo familiar, que pode se expandir para a sua própria família, mas que mantém uma relação estreita com família do pai, o qual, sai da posição de liderança, para uma posição de dependente do filho, ainda que numa relação de respeito, o equivalente a uma posição honorável.

Associado a ritos de passagem, é esse domínio do saber trabalhar que torna o homem, no sentido de um adulto pleno, capaz de constituir nova família. Constituir-se como “força plena” [...], não é apenas uma questão de força física relacionada à idade; não se restringe tampouco a ser capaz de participar de todas as etapas do processo de trabalho (WOORTMANN, 1997, p. 12).

Complementando, “não é a idade que faz o homem pleno ou a força plena, mas é o saber pleno que faz a idade enquanto constructo social (WOORTMANN, 1997, p. 12). Na família, o A.R.R. (72 anos) ainda é ativo no trabalho, e a condição de fazer uma produção inferior ao filho e aos demais peões é recebida com tranquilidade, já que “faz o que pode”, pois respeita-se as suas condições físicas, ao mesmo tempo em que apreciam contar com sua experiência.

Os agricultores familiares valorizam, respeitam e fazem tentativas de copiar os chamados agricultores “fortes”, os quais possuem grandes plantações de erva-mate. O fato de ser uma cultivar que “cresce sozinha” foi apon-

tada como uma facilidade a mais, pois permite ao agricultor conciliar sua mão de obra com outras atividades. Para F.J.C. (56 anos), a erva-mate, além de representar tranquilidade, na forma de uma aposentadoria para a velhice, também é a única cultivar que pode plantar e cuidar nos finais de semana, já que durante a semana trabalha na construção civil em Fontoura Xavier.

Tô plantando erva agora, ultimamente. Esse ano acho que vou começar a plantar outras coisas também. [...] eu tô tirando a cada dois anos, [...] tá dando pouco ainda. –[...] eu tiro tudo. Só com erva? Cinco hectares. Dá 50 mil por ano. Vai dar a média de três mil por mês. Cinco mil por mês, daí né. Tá bom, né?

Devido às facilidades para produzi-la, seria algo “certo” para auxiliar na renda familiar. Assim como a terra é o “bem maior”, na consideração do agricultor caboclo, a erva-mate também está próxima a esta escala de valor, pois “não é fácil pra morrer” e sempre tem a possibilidade de cortá-la e “fazer um dinheirinho”. Conforme o Sr. P.B.F. (72 anos):

A erva é um patrimônio, que mais dá, só que naquela época que começemoa plantá, a gente tirava de três em três ano a erva, compreende? E daí pra tu fazê, pra te um ganho bom, tinha que ter uma safra por ano, tudo os ano 1.000 arroba, como se for. Eu não tinha. Daí fui plantando, plantando, agora eu tenho duas por ano. Eu faço dois corte por ano. Eu tenho aqui embaixo uns três hectares, tem essa lavoura, tem lá pro lado da estrada, tenho lá em Fontoura e tenho na outra terrinha lá. Todas as minha erva, fosse tirar tudo, fosse tirar tudo junto, ela dá umas 15.000 arroba. Tirar tudo, né.

A agricultura vai sofrendo alterações das suas demandas, conforme as políticas de estado ou os rumos da economia. Na ocasião das entrevistas, a erva-mate apresentava boas perspectivas, o que induz o agricultor a “correr atrás” para produzi-la. O Sr. V.P.S. (72 anos), em sua propriedade de 14,5 hectares, arrepende-se de ter retirado as plantações de erva-mate.

Erva mate eu tinha essas cultivada, era tudo erva-mate eu arranquei tudo. Hoje tô arrependido. Vou plantá de novo. Meu

Deus do céu, a erva é um dinheiro achado. Quando eu comprei era tudo cheio de erva mate, estrovado, cruzado no meio de tractor, paguei uma máquina e tirei tudo. Onde é que imaginava... tempo que vendia a erva 3 pila a arroba não recompensava. É, a erva agora tá dando muito dinheiro. A erva e o soja.

O agricultor P.P.C. (46 anos) tira seu sustento quase que na integralidade do cultivo da erva-mate. Ao realizar a venda do produto costuma se utilizar da mão de obra de trabalhadores, a maior parte residentes nas vilas do município e contratados por atravessadores para realizar a mão de obra:

Tem uns que tem que contratar, uns tem camioneta que leva lá caminhão, outros trazem a turma aí dessas vila aí. É, eles vêm da Picada Casagrande, ali onde tem britador, é, eles vem tirar erva. É bastante, é função, que sai um caminhão de erva aí todo dia. [...]. Erva e lenha de eucalipto, tirando pinhão, a safra de pinhão tá grande. Essas vila aí não tem lenha, não tem pinhão, a lavoura tá meio ruim.

Ao reduzido tamanho das propriedades e a pouca área possível de ser cultivada, soma-se à logística, com estradas ruins e que dificultam o acesso. Em alguns locais os trechos são estreitos e perigosos, sendo possível apenas a passagem de pessoas e animais. Ao andar pelo interior do município fica palpável a impressão de abandono, demandando que se houvesse uma organização do poder público conjuntamente com os agricultores, talvez ocorresse mudança da realidade local.

A agricultura praticada no sistema de roças ainda é muito presente no município, principalmente devido às áreas irregulares. Os agricultores esclarecem que nos peraus é possível plantar apenas com a máquina manual “abre e fecha”, mas que também utilizam, quando possível, em áreas não tão íngremes, o arado à tração animal. Com relação às dificuldades enfrentadas para cultivar a terra, J.P.B.L. (74 anos) não as percebia quando era mais jovem:

Agora sim, mas antes enquanto eu podia firmá bem a perna, eu subia aí lavrando por cima desse mato aí, lá por cima, eu

botava meio saco de mio de prantá aí nisso tudo no arado, às vez caía e se levantava, mas se virava. Ia lutando, aí quando, depois que eu vi, que eu coía, fazia a coieita da pranta, aí eu me largava pra firma pra não deixá fartá o papá pros fio, as vez eu tava lá pra diante donde mora os pai. Trabalhava de carpinteiro, ferrero, encarregado.

Ao referir-se a estar trabalhando ainda mais longe do que seus pais moravam, refere-se ao Estado do Paraná. Atualmente é aposentado e vive com um neto que o auxilia, porém, conforme a época do ano, este se ausenta para trabalhar na colheita da erva-mate, em acampamentos junto aos ervais, sendo que continua a praticar a migração que seu avô fazia.

No contexto apresentado de J.P.B.L. (74 anos), de uma maneira ou outra estava obrigado, nem tanto pelos outros, como por si próprio, a “lutar”, a ir atrás de alternativas que trouxessem o sustento da família. Woortmann e Woortmann percebem a extensão dessa responsabilidade, ao dizer que:

[...] ambos, pai e mãe, devem garantir a autossuficiência do grupo doméstico na esfera da comida, tanto em seu sentido restrito de base alimentar, como no sentido mais amplo de tudo que é ingerido, ainda que não possa ser aplicado a todos os gêneros consumidos, [...]. (1997, p. 84).

Apenas com o que é produzido nas propriedades não é possível suprir todas as necessidades familiares, sendo quase sempre necessário complementar a renda, o que pode acontecer através de pensões, aposentadoria dos idosos que compõem o grupo familiar ou através do trabalho dos mais jovens, quase sempre fora do município.

Esta situação presentificada em Fontoura Xavier, apresenta um viés diferente daquele existente em São Paulo nos agrupamentos caboclos, até meados do século XX, para o qual havia sobra de mantimentos:

Com efeito, plantava-se para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto; no solo novo, a colheita era enorme em relação ao plantio, sobrando mantimento, como já foi dito. Em caso de enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas ter-

ras, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento, perpetuando a autossuficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho (CANDIDO, 2010, p. 101-102).

Possivelmente devido as condições do território, geograficamente mais difícil de produzir, as áreas de que são compostas as propriedades, ao tamanho das famílias e as exigências que aos poucos moldam e alteram essa cultura, ao caboclo de Fontoura Xavier não foi possível manter-se de forma pacata na terra. Era necessário complementar a renda.

Como salienta o professor P.F.S. (66 anos), com relação a agricultura praticada por sua família e ainda hoje existente no município “*era uma agricultura de subsistência, na verdade, só para se alimentar*”. Ele acredita que apenas “*nas últimas décadas é que as coisas se tornaram um pouco diferentes*”.

Além da área em frente da sua casa mais plana, e onde mantém os animais, M.J.M. (54 anos) tem outro espaço de cultivo, o qual corresponde a um terreno bastante inclinado (ribanceira), situado atrás de sua casa.

Mas credo! Eu tenho uma roça lá embaixo. E que tal se tu fosse aqui, então? Aqui tem um vizinho que ele mora bem aqui nesses eucalípio, sabe? [...] e olhar ali para baixo, então, Nossa Senhora! E ele pranta por tudo aqueles perau ali. Até agora, nós parremo de plantar um pouco lá embaixo, bem lá embaixo, agora estamos plantando mais aqui em cima, tá tudo cheio de milho. – Aham. Ele invergô, passou veneno e eu prantei de atrás dele com a máquina.

A dinâmica do plantio é um movimento que segue sempre a mesma direção, da casa – da rodagem – para o interior, pois “podemos ver três momentos que se seguem: a abertura da cova pelo pai; o plantio pela mulher; o fechamento da cova pelas crianças ou pela mulher (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 67)”.

Na ausência do pai, o filho V.R. (17 anos) abre as covas com a máquina manual e M.J.M. (54 anos) segue atrás colocando a semente e fechando a cova. Assim, o trabalho obedece a uma hierarquização e também a uma consequente divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Essa divisão do trabalho está longe de ser meramente técnica, observa-se, ainda que com variações, também em outros grupos camponeses, revelando o processo de trabalho como construtor de gênero (WOORTMANN, 1997, p. 67).

Em relação ao hábito caboclo de realizar queimadas, muitos agricultores entendem como uma necessidade, pois não teriam como limpar a área e preparar a terra para uma nova lavoura, sem utilizar desse expediente. Ao ser questionado se era a favor, J.P.B.L. (74 anos) respondeu que: – *“Pois óia, tempo que eu gostava de fazer roça, daí eu era a favor, eu tinha que queimá pra pode prantá”*. Foi perguntado também, se era possível não queimar, ao que enfático respondeu: *“Não. Não, daí o cara não vencia, daí como que ia prantá daquele jeito sem queimar, capoeirão grosso, tinha que lasca-lê fogo”*. Assim, o fogo tem a função de fazer a mediação com a natureza, pois realiza o papel que o homem não consegue fazer:

É o fogo que opera essa mediação entre natureza e cultura, como que lhe atribuindo um significado simbólico comum a outras culturas, o que em nada diminui seu sentido prático. “É o fogo que doma a terra”. “Sem fogo não pode fazer a planta”. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 57)

Uma posição diferente em relação às queimadas, manifesta o Sr. A.R.R. (72 anos), as quais considera prejudiciais, pois eu não boto fogo mais. Queimei só uma vez. Eu não gostava de queimá porque queimava a terra e depois o fogo escapava e queimava outra.

Colocar fogo é considerado extremamente perigoso, pois é imprevisível, já que pode se alterar com o vento. Nas representações do grupo, está presente o medo de que a natureza possa voltar-se contra o homem, já que este está agredindo o mato e atingindo também os animais, tornando o fogo incontrolável.

Além da erva-mate como poupança, o fumo ainda é visto como a principal alternativa para o produtor. Praticamente todos possuem galpão financiado pelas empresas de tabaco, que após pago, em uma média de cinco anos, pode trazer melhores rendimentos para o produtor.

Óia, dá pra viver... Eu vou parar, não vou plantar mais. Tô com tudo os fumo ali, não vou vender nada. Tá tudo no garpão. Não deu tempo de arrumar. Tem que arrumar pra poder vender. Só que é muito sofrido o fumo [...]. Se judia muito. É, daí o piá saiu, só um não tem como lidar [...]. Eu vou prantá mio e feijão. Criar porco, nós temo uns porco. (A.M.R., 60 anos)

Inviabilizada a produção de fumo, se volta novamente para as culturas que entende não serem danosas ao meio ambiente e ao homem e que podem prover retorno, ao menos, quanto ao consumo próprio.

Já o pinhão para os agricultores familiares de Fontoura Xavier é visto como um produto muito especial. É amplamente utilizado como alimento pela própria família do agricultor, vendendo-o apenas se ~~h~~ sobra após o consumo. Ao presentear uma visita, o melhor que podem oferecer é a iguaria assada, cozido ou crua para ser levada. E o pinhão, D. M.? – “*Tem bastante.*” Chega a tirar pinhão para vender? – “*Não, a gente não consegue subi.*” Não paga ninguém para tirar? – “*A gente junta no chão.*” Possivelmente o pinhão produzido nas áreas de mata de M.J.M. (54 anos) seja colhido por catadores “clandestinos” para revender ou, até mesmo, ficar de alimento para as aves da região.

Ao falar do caboclo “em transição”, caso de P.B.F. (74 anos) e de sua esposa, S.S.F. (64 anos), já que mantêm na integralidade os hábitos culturais do caboclo, com um diferencial em relação à apropriação do modo de vida capitalista, plenamente absorvido. Nesse sentido, em comparação aos demais agricultores caboclos, percebe-se que faz uma grande diferença ter maior quantidade de terras e mais agricultáveis, ter acesso a financiamentos bancários que possibilitem não utilizar o próprio capital de giro para produzir, que se traduz nos investimentos em bens, como, por exemplo, de máquinas agrícolas, o que traz aumento na produção principalmente da soja, principal cultivar em que investem:

Não, eu planto. Esse ano eu coí mil e poucos saco de soja. Eu planto aqui na área. Sim, eu tenho colheitadora, trator. Um trator eu comprei à vista, agora eu troquei aquele trator que era pequeno por um grande, depois vou te mostrar ali um trator

grande da Valtra. E daí eu financeei 50 mil com cinco ano pra pagá, só prá gente não se apertá, né.

Ao falar sobre os cálculos que realiza para avaliar a rentabilidade e a lucratividade do negócio, esclarece, que: “dá lucro, sim. Isso é a coisa mais simple que tem de fazê”. O mercado que construíram alavancou seus ganhos e possibilitou que houvesse o incremento na compra de terras, nas quais primeiramente optou-se pelo plantio de erva-mate, formando uma base sólida e contínua de ganhos. A extração da madeira nas matas das propriedades auxiliou na capitalização, a qual aparentemente, combinou diferentes estratégias de investimentos que foram utilizadas pelo casal para garantir a acumulação patrimonial. Tal planejamento iniciou ainda com o pai do P.B.F. (72 anos), porém este deu continuidade e aumentou ainda mais o patrimônio.

Se estabelece uma clara diferença entre o valor ganho com o trabalho e o lucro decorrente de negócios, o qual passa a ser mal visto. Uma situação exemplar aconteceu em uma das entrevistas, quando certa agricultora ofereceu alguns quilos da fava que cultivou para um vizinho. O produto foi adquirido com casca e a um preço de R\$ XX. Ao chegar na próxima casa em que iria fazer uma nova entrevista, estes já sabiam do negócio efetuado e comentaram que a vendedora “desejava ganhar muito”, que quis “ter muito lucro”, que “logrou” fulano de tal. Questionei o que seria justo, e me disseram que o justo seria R\$ X. Argumentei que o produto no mercado teria o mesmo preço cobrado ou até mais, “aí que tá, os mercado também querem ganhá muito”.

O produto que sai da terra deve ter um preço justo, ainda que o considerem melhor, mais forte, mais saudável que os outros, que são comprados no mercado. Os mercados e as pessoas que querem lucrar muito prejudicam a comunidade, pois torna mais difícil a vida das pessoas, que devem trabalhar mais, fazer um esforço maior, para “sustentar a ambição dos que querem ganhá muito”. Trata-se de uma lógica onde, todos devem ganhar “o justo”, e ninguém precisará trabalhar mais que o outro, e em outro viés, ninguém acumulará mais que o outro.

Para que o agricultor fique rico, entendem que há uma combinação de fatores, inicialmente dependente da quantidade terras que se tem, pois o trabalho só passa “*a render*”, quando se consegue “*muita produção*”. Neste sentido “a percepção do trabalho é vista segundo uma ‘visão bíblica’ do homem, que é uma visão de mundo: ‘Do suor de teu rosto comerás o pão’” (WOORTMANN, 1997, 154).

A riqueza está em “saber que tem”, significando internamente “sei que tenho”, e em relação aos outros saberem “que se tem”. O ter dinheiro no banco é valorizado, mas não implica que se vai gastá-lo.

Ao falar com as diferentes comunidades sobre a riqueza, as expressões utilizadas pelos mais idosos foram: “*é bãõ, pra uma percisão*”, “*pra que luxo?*”, “*é mio assim, uma vida mais simple*”, “*muita ambição faiz mal a Deus*”, “*tem que tá contente com o que Deus dexô*”, “*aquele não sabe o que vai fazê com o dinheiro*”, “*vai morrê e não vai levá nada*”, entre outras oralidades.

Quanto aos mais novos, ainda há a vontade de ficar rico, mas relatam ser um “*sonho bobo*”. Ao dizerem que não tem oportunidade, “(risos), *ma de que jeito? Só se não cume, não bebê, não vivê*”, entendem que para fazer um patrimônio que seja suficiente para trazer a riqueza, teriam que “*morrê de veio trabaiano, e ainda não é garantido*”. Filosoficamente F.J.C. (56 anos), diz que: “*não vale a pena, você pensa que ficô rico, mas na verdade ficô pobre*”.

A alimentação e o lazer

Em Fontoura Xavier, é comum os moradores conservarem uma horta com verduras para consumo próprio, como também árvores frutíferas no terreno. O pátio ou “terreiro”, área de terra batida ao redor da casa, designa o local onde tem flores plantadas, normalmente em vasos ou latas de conservas desativadas e utilizadas como forma de reaproveitamento, e por vezes, onde estão os cães de estimação, soltos ou presos. Servem de companheiros para a família, mas também como segurança, no sentido de alertar com os latidos, sendo alimentados com as sobras das refeições da família.

Um traço étnico considerado característico dos colonos de etnia italia-

na seria o “capricho” ao manter uma horta bem feita e com grande variedade em contraponto ao caboclo, o qual é “apresentado com morada desolada, arredores sem horta, jardim e pomar (RENCK, 2006, p. 78). No entanto, esta não foi a realidade encontrada, pois embora em algumas casas a horta não fosse grande, mesmo assim havia um “cantinho” com várias espécies.

Estas hortas não são centrais nas atividades econômicas do grupo doméstico, mas servem para suprir o grupo familiar com verduras e legumes importantes para a nutrição. Também são cultivadas algumas variedades de plantas medicinais, com o fim de fazer chás curativos e preventivos.

A fim de dar proteção à casa e aos seus ocupantes, são utilizadas plantas como a arruda, comigo ninguém pode e a espada de São Jorge. Manter a horta é uma das atividades que está na esfera da mulher, sendo sua responsabilidade.

No aspecto das refeições, estas são compostas das cultivares que produzem para a sua subsistência, como as verduras da horta doméstica, e a complementação, adquirida nos mercados locais. A alimentação básica é composta de feijão, arroz, carne de porco, de frango ou de gado, conforme for a maior facilidade de obtenção, mandioca ou “*batatinha*” (batata) e verduras e legumes da própria horta. Se questionados sobre a alimentação, dizem simplesmente que é “*arroz e feijão*”.

O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem pois, o que poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz (CANDIDO, 2016, p. 65).

Os alimentos são divididos em fortes e fracos. Os fortes associam-se ao consumo da carne de gado ou porco, feijão e arroz e batata ou mandioca. Os fracos seriam as sopas, vinculadas à doença, ou arroz, massa, carne de frango e legumes. Os temperos, cebola, alho, salsa, são retirados dos próprios quintais, ou comprados, se não endêmicos, e utilizados no preparo, aumentando a qualidade dos alimentos, tornando-os mais fortes. A mistura de alimentos fracos e alimentos fortes, tornam a refeição forte. A comida precisa ser forte para que se aguente o trabalho na roça e na erva-mate e para que reponha as forças. O ideal é uma combinação de

alimentos fortes e fracos, gerando um equilíbrio, por isso a mistura “*feijão e arroz*”, é considerada a refeição por excelência. Os alimentos salgados são mais utilizados, e os doces apenas em certas ocasiões. A comida deve ser “*sargadinha*”.

A depender da distância do trabalho, o alimento será levado ou pela esposa ou um dos filhos. Para os tarefeiros que saem de manhã bem cedo e retornam somente a noite, a comida é levada em marmitas preparadas com antecedência (boia-fria). Se o trabalho demanda ficar no local eles mesmos preparam a comida no “*barraco*”, acampamento ou no espaço cedido pelo proprietário do erval para dormirem e fazer as refeições.

Alguns momentos exigem uma refeição mais especial, como é o caso dos domingos. Nestas ocasiões, o churrasco à moda gaúcha é considerado a refeição ideal. Os complementos envolvem salada de batata, que chamam de maionese, arroz e salada verde. Ouve-se músicas do Rio Grande do Sul ou sertanejas.

Sempre presente no cotidiano, praticamente servido a qualquer hora do dia, o chimarrão de erva-mate é o ponto forte das reuniões familiares, do convívio entre amigos e vizinhos, ou considerado até mesmo uma companhia, quando servido só. É tido como o “*amargo*” que faz bem, pois aquece no frio do inverno e mata a sede no verão.

Com relação às formas de lazer, devido à pandemia de Covid-19, ficaram muito prejudicadas. Basicamente o que entendem por lazer é visitar os parentes, vizinhos e ir na cidade, mas especialmente “*andar*” na propriedade, observando as plantações, animais e a mata. Para Brandão (1995, p. 218), “dentro dos limites da ética camponesa, o “bem do corpo” são os seus pequenos prazeres como descanso depois do trabalho e a comida farta.

Ao ser perguntado sobre o seu lazer, F.J.C. (56 anos) diz que quando era mais novo “*mais nós nem tinha lazer, era nada as vez, o sai comê alguma fruta no mato, ou ir na casa dos vizinho*”. Atualmente, o lazer que tem é ir na “*bodega, contá caso*”. Mas devido à pandemia, nem isso está podendo fazer.

O bar e a venda são locais masculinos onde as mulheres servem ou compram e onde os homens convivem entre con-

versas, rodadas de pinga e mesas de truco. De igual modo, a casa é reconhecida como um lugar feminino, ainda que nela convivam todos os integrantes de uma família [...]. (BRANDÃO, 1995, p. 37).

Embora o bar e a bodega sejam espaços onde o consumo de bebidas alcóolicas é usual e incentivado, principalmente pelos proprietários, a lógica é que “*se bebe, mas só nos fim de semana*”, como uma forma de evitar o vício. Já o cigarro, seja de palha, seja os industrializados, fazem parte do cotidiano da maioria dos adultos, principalmente os mais velhos.

Mesmo os velhos, quando não enfermos, fumam e bebem pinga. Mas são muito raros e mal vistos os homens tidos como bêbados, em quem a entrega ao prazer do álcool conspira contra o dever do trabalho e os cuidados com a família. (BRANDÃO, 1995, p. 209).

Quando da realização deste trabalho estavam impedidos do contato social e foi possível perceber sentimentos de tristeza, principalmente pela falta de interações. Ao falar sobre o seu lazer, M.J.M. (54 anos) acha graça:

É, me enterto com as criação, com os bichos, tratá de um bicho, quando eu tô triste vou lá na roça, pega uma batata, pega uma mandioca e já fico boa de novo. Aqui é o que a gente faz, né. Fica nervosa dentro de casa a gente sai, vai lá na roça, vai lá na roça tira um pasto pra uma criação e trais um mio, uma batata, vai passando. Que se fosse só tá dentro de casa eu acho que eu já tinha morrido. Deus o livre.

Na descrição das atividades de M.J.M. (54 anos), percebe-se claramente as delimitações de espaço, decorrentes também da divisão de gênero. Assim, a casa, o quintal, o buscar o alimento para preparar, o tratar os bichos, o juntar pinhão e as panelas e louças, são atividades espaços e objetos seus e, portanto femininos; enquanto a lavoura, o plantio, a mata, o galpão e as ferramentas são lugares e objetos do filho, portanto masculinos.

Na divisão entre os gêneros, o “terreiro”, o quintal, lugar do pomar, é o equivalente caseiro da mata. Mas aqui as posições se invertem. A floresta é um lugar mais masculino onde não obstante a mulher vai buscar a matéria prima do processo de transformação do produto da lavoura em objeto de consumo: o alimento. (BRANDÃO, 1995, p. 189).

Lazer tem relação com o cotidiano, com o estar na terra e aproveitar o que ela oferece, bem como cuidar dos animais de criação e de estimação, *“mas aqui é tratar os bichinho, buscar uma lenha, oiá os arvoredos, pra lá e pra cá”* (J.P.B.L., 74 anos). Se houvessem festas, J.P.B.L. (74 anos) com certeza, compareceria, *“é, aqui é difícil, e agora não sai mais mesmo. É, sempre, sempre, toda vida eu sempre ia no São Roque, lá no Coração de Jesus”*.

Para a tendeira M.I.B.P., conserva os hábitos que estão arraigados em sua criação. O lazer para ela é sempre movimentado e alegre, compartilhando com a família e amigos:

[...] a gente sai bastante. Agora tá meio parado por própria pandemia né, mas antes a gente saía bastante, baile, festa, visitava, churrasco daqui, só que agora a gente deu uma acalmada.

O Sr. V.P.S. (72 anos) ao ser instigado a falar sobre as formas de lazer que pratica, declara que *“Eu fico em casa”*. Já para o Sr. P.B.F. (74 anos), o lazer é uma oportunidade de se relacionar com os outros homens, no espaço da *“bodega”*: *“Eu gosto no domingo de depois do meio dia, eu ia no clube, jogá canastra, jogá bocha, sempre quase tudo os domingo eu ia”*.

Como dito por Brandão (1995, p. 134), *“da casa”* se foge todos os dias um pouco por noite, em direção aos alegres bares e mesas de truço da vila”. No caso do Sr. V.P.S. (72 anos) este *“compromisso consigo mesmo”* é realizado aos domingos à tarde.

Para a tendeira C.F.S. (62 anos), o seu lazer é estar na tenda *“eu só me divirto aqui, eu não saio a parte nenhuma, só saio quando eu preciso comprar umas coisa. Suas visitas resumem-se ao grupo familiar, “alí na minha filha eu vô vorti e meia, um pouquinho”*. Tem muitas amizades, porém não tem o hábito de sair para passear, inclusive cita uma festa em que os filhos *“óia que*

lidaram para mim ir, fiquei solita aqui". Acrescenta que enquanto eles estavam na festa *"fiz dinheiro aqui. Sabe o que que é? A gente tem conta pra pagá, tem os dia pra pagá e daí se tu não bancá ali, tu não faiz o dinheiro pra pagá"*.

O lazer que E.R.R. (72 anos) prefere é o de saírem todos (a família) passearem juntos no campo ou na mata, buscando pasto para as criações. A alegria que demonstra ao contar do passeio para buscar pasto para o gado fica clara quando diz:

Eu também não gosto muito de tá só em casa, gosto de ir no mato, agora é um divertimento, fumo buscá pasto, cortá com foicinha, e o Pico ia mexendo também. Digo, vamo buscá uma carga de pasto, porque daí eu não vô né, tenho dor nas costa, azevem né, ele deu pra nois cortá, e daí eu dô leite pra ele, inverno inteiro, daí a gente não gasta muito com as comida.

Percebe-se no lazer, as diferenças que estão aprofundadas na questão econômica do caboclo. Se uns tem dinheiro para participar ou promover churrascos e confraternizações, outros raramente tem a possibilidade de festa externa ao ambiente familiar. No âmbito da casa, da família, no entanto, estes encontros acontecem, principalmente com *"uma carninha assada"* aos domingos, onde participam apenas os membros que convivem na casa, eventualmente se estendendo para um outro familiar (filhos, na maior parte), que vem visitar. O lazer está em ir eventualmente a cidade olhar o movimento, mas preferencialmente em ficar em casa descansando, *"olhando a lavoura e as criação"*. A questão econômica também pode ser um impeditivo à diferentes formas de lazer, já que para o caboclo, a formação de poupança é muito importante, e considera lazer como *"luxo"* ou *"desperdício de dinheiro"*.

No entanto, a vida em família, o buscar pasto no campo juntos, o cuidado com os animais e com as plantas também deve ser citado como um importante indicador de qualidade de vida para essas populações. Nos caboclos afeitos ao modo de vida mais tradicional, não se constatou infelicidade por terem estas formas de lazer, ao contrário, não há o desejo de mudança.

Muito já se alterou dos hábitos, em função das transformações que embora lentas, também chegam ao interior do município, mas percebe-se

das falas que ainda se veem como intrusos, quando fora do seu espaço. No contato com os “grandes”, com os “fortes”, ou até mesmo com os moradores do centro do município sentem estranhamento, pois estes seriam “orgulhosos” ou “reparadores”, mas especialmente, sentem que este não é o seu ambiente. O sentido das observações refere-se ao fato de que não estão em condições igualitárias para a convivência, no aspecto do vestir, mas também na maneira de conversar e de se comportar.

Ora, todos os espaços sociais de trabalho, convivência e participação, configuram situações simbólicas de afirmação de similitude e diferença. O que distingue uns dos outros é a maneira como interna e externamente relacionam o desejo de afirmação de uma e outra, na produção de identidades. (BRANDÃO, 1995, p. 166).

As críticas com relação ao modo de vestir, aos hábitos de higiene que praticam e aos cuidados que mantém com a casa, são apontados como impeditivos de se estabelecer relações mais próximas com as pessoas que estão fora do círculo de relacionamento restrito da comunidade (picada, linha). Ao questioná-los se alguém fazia ou fez comentários nesse sentido, respondem que “nem precisa, a gente nota o jeito deles”.

Conforme Brandão (1995, p. 167), “bom e socialmente aceito é se ser como todo mundo aqui”. Este código de conduta está presente internamente na comunidade cabocla em relação aos seus membros, mas não externamente. Não há exteriorização por parte da comunidade de orgulho camponês ou orgulho por ser caboclo, muito pelo contrário. Ser caboclo em Fontoura Xavier, assim como já visto nos capítulos anteriores, implica em desconhecimento e falta de valorização desta cultura.

Em Fontoura Xavier, percebe-se também o que seria o fim das relações encantadas (BOURDIEU, 1963 *apud* RENK, 2006), também observado por Renk (2006) no oeste catarinense. As interações passam a possuir uma conotação comercial, consumista e determinante de *status* social, o que automaticamente exclui desta dinâmica a maior parte dos caboclos.

A representação feminina

A figura do “pai de família” é revestida de singular importância no contexto dos agricultores brasileiros de Fontoura Xavier e a condução do governo familiar ainda é majoritariamente liderado pelos homens, porém, as mulheres começam a ocupar um protagonismo cada vez mais importante nas decisões familiares.

Na divisão das tarefas, tradicionalmente a mulher ocupa o espaço da casa, do cuidado com os filhos, do trabalho doméstico e da responsabilidade em preparar as refeições. O trabalho na agricultura é realizado principalmente pelos homens, porém a mulher atua também na lavoura, conciliando uma dupla jornada também no meio rural. Conforme o relato do Sr. J.P.B.L. (74 anos), sua esposa, já falecida, o auxiliava: “*A finada companheira, aí eu fui fazê uma roça de capoeira, e ela não ficava: não! Eu vou ajudá*”.

O mesmo deu-se com a família Da Rosa, pois o A.R.R. relata que E.R.R. (72 anos) participava junto no trabalho de tarefa de erva-mate, “*pelô erva aí também*”, ao que ela complementa, “*o Antoninho puxava em roda do chiqueiro e daí eu ia quebrando*”.

Ao observar os relatos dos entrevistados percebe-se que a mulher contribui nestas atividades “consideradas de homem”, mais como um adeço, uma companhia, um componente de apoio, do que propriamente dito como um trabalho.

De forma análoga, Woortmann e Woortmann (1997, p. 37), observou o mesmo tratamento em relação ao trabalho feminino ao falar dos sítiantes nordestinos, os quais “raramente designam as atividades da mulher no plantio ou na colheita pela expressão “trabalho”, e sim “ajuda”.

Neste sentido, fica claro que os mesmos pressupostos observados por Woortmann e Woortmann (1997) em relação aos homens e mulheres sítiantes nordestinos, aplicam-se na comunidade cabocla em Fontoura Xavier:

A direção do processo é determinada pelo pai de família, detentor do governo do trabalho. É ele quem “dá a direção”. O fato de ser o homem quem define a direção do deslocamento espacial indica que ele também detém o controle do processo como um todo. A mulher, pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para den-

tro da casa os produtos da roça transformados em mantimento, para torna-los comida, inserida em sua própria “direção”, a do consumo. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 37).

Entre os casais mais jovens parece haver um reconhecimento maior do trabalho feminino. É o que acontece na família de R.R. (52 anos), que cita a importância da realização das atividades exercidas por CR (50 anos):

Não, ela na verdade trabalha mais do que eu. Ela vai na roça, ela faz tudo, eo serviço da casa. Eu é só na roça. Na verdade, a mulher trabalha mais do que o homem. Se tu analisar bem certo.”

O “*analisar bem certo*” significa refletir sobre a condição das mulheres e observar o conjunto de atividades que exercem. O reconhecimento muitas vezes se dá a contragosto, devido às exigências que estão sendo colocadas à sociedade. Entre brincadeiras, alguns agricultores expressam: “*agora querem se governá*”, demonstrando receios em relação aos novos papéis que as mulheres assumem e em relação aos seus próprios papéis como homens.

Os próprios homens reconhecem que, em condições iguais, com instrumentos de trabalho iguais e mesmo tempo, o produto do trabalho poderia ser o mesmo. (WOORTMANN, 1997, p. 135).

Já para as mulheres mais idosas, a realidade da emancipação feminina parece estar distante. O controle praticamente total do dinheiro da família, bem como a ampla liberdade, são atributos garantidos aos homens, que são os provedores do dinheiro, já que o controlam, mas não são, necessariamente, os provedores da maior parte do trabalho. É a figura do marido chefe ou do “governo da família”.



Figura 22: Tendeira de Fontoura Xavier em sua tenda às margens da Rodovia BR 386. Fonte: acervo da autora.

Se o mato é definido como um lugar de perigo, ele não deve ser adentrado pela mulher. Mas adentrá-lo seria também um outro perigo, pois a mulher estaria pondo em risco os pressupostos ideológicos da comunidade. Uma mulher que assume as atividades do homem afronta os valores hierárquicos do grupo como um todo. (WOORTMANN, 1997, p. 45).

Neste sentido, a mulher pode fazer as determinações quanto ao trabalho mais pesado, mas não poderia realizá-lo. Há casos em que a mulher executa as funções do homem, quando este é ausente ou quando é considerado doente para exercer a atividade. Nestas situações passa a ser reconhecida pela comunidade em comentários que lhe suprimem a feminilidade, como “*é um boi para trabalhar*”, “*é igual homem*”, “*tem músculo*”. Outros, dizem respeito à suposta ambição da mulher, que se obriga a trabalhar no pesado porque “*não há dinheiro que chegue*”.

As mulheres comentam que o homem sai quando quer e como quer, sem dar satisfações. Já para elas essa liberdade inexistente, pois devem dar continuidade a todas as suas obrigações diariamente, principalmente, cuidar dos filhos e dos animais domésticos, já que se “*faltar, perece*”.

Existem regras dos códigos camponeses de reciprocidade muito mais rigorosas para as mulheres do que para os homens a respeito de com quem se pode estar quando não se está só, com familiares ou com vizinhos e outros seres confiáveis. (BRANDÃO, 1995, p. 128).

Na ausência do homem, a mulher assume interinamente o papel de dar a direção aos assuntos da família, sejam na esfera interna ou externa à casa. Mas para isto, o homem precisa autorizá-la a fazê-lo, em um acordo entre ambos. Aponta Brandão (1995, p. 170) que “[...] a própria família é simbolicamente feminina, ainda que o “cabeça” das suas duas metades sexuais seja quase sempre um pai-homem”.

A questão da moralidade feminina é muito presente no meio rural, sendo que uma mulher que infrinja alguns dos preceitos do que é ser uma “mulher direita”, perde a estima dos vizinhos, amigos e até dos familiares, passando a ser muito “falada” e apartada do convívio social. Muitas preferem, assim, aguentar uma vida de trabalho intenso e até mesmo, violências, a ser desconsiderada pela comunidade e a impingir ao grupo familiar, já que na cultura cabocla a família tem preponderância sobre a individualidade, a vergonha de um comportamento julgado reprovável. A este respeito, destaca Brandão (1995, p. 132) que “A vergonha da honra se volta contra todo o grupo doméstico, porque aquele sobre quem ela recai é uma pessoa por ser de tal família”.

No caso de mães solteiras, atualmente os conceitos já estão modificados e em algum sentido “atenuados”. No passado, a mulher que engravidava sem casar, ou era banida da família, tendo que virar-se por conta, ou a família assumia “a vergonha”, de criar o neto e mantê-la em casa. Semelhante apontamento fazem Woortmann e Woortmann (1997, p. 42), devido a um casamento indesejado pela família, “castigada, ela não foi expulsa, mas vive, simbolicamente, como que ostracizada no lugar, posta numa situação liminar – purgando seu pecado”.

Por outro lado, ouvimos o relato, contado a partir de um homem, sobre uma senhora com 10 filhos, sendo que 1 destes, seria de um suposto relacionamento extraconjugal. Como todos os demais tinham cabelos mui-

to pretos e lisos, a chegada de um filho loiro, gerou muitos comentários. No entanto, a comunidade não a excluiu, ao contrário, a tratava com respeito, pois conforme ele, “*ela não abandonou o marido*”, um homem “*trabalhador e honesto, sempre nas firmas longe*” e, não abandonou os filhos. A justificativa para que continuasse sendo considerada girava em torno de sua beleza, “*muito bonita e casou-se com um homem feio*”, o que “explicaria” seu comportamento fogoso. Isto, no entanto, não impediu de que fosse muito “*falada*” na comunidade.

Nesta estória, talvez a questão da aceitação gire em torno do marido não ter abandonado a esposa. O fato de ter continuado gozando da proteção do casamento, a livrou de ser hostilizada pelo grupo. Tal comportamento da comunidade possivelmente tem mais relação com a proteção em torno do homem, pois se ele ignora a infidelidade da esposa, todos fingem ignorar da mesma forma.

A dependência da mulher em relação ao marido e na ausência deste, em relação aos filhos, fica claro também na fala de M.J.M. (54 anos). Ela não vê alternativas para prosseguir sem estar junto ao filho. Não imagina sua vida longe dele, pois é o filho mais novo e por consequência carrega certas responsabilidades para com o cuidado da mãe. Os horizontes se mostram estreitos para as mulheres, no espaço geográfico do “*perau*” limitador, da ausência de pessoas para efetivar relacionamentos e da falta de perspectivas. É possível perceber o amor pela terra, mas, por outro lado, faz um desabafo:

*Fazendo o quê, sozinha? Aonde ele ir eu vou ter que ir junto, né.
Se ele quiser ficar aqui eu vou ter que ficar e se ele ir para cidade
eu também vou ter que ir.*

Na ausência do marido, em geral a mulher recorre a algum dos parentes para tomar conta ou governar o processo de trabalho. No seu caso, o filho tornou-se o substituto do pai nos saberes do trabalho, “ele se torna como que um *pater* do grupo doméstico” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 40). M.J.M. (54 anos) reproduz o conceito do “governo masculino”, ao não imaginar a vida sem a presença do filho.

A tendeira C.F.S (62 anos) esclarece que a tenda é sua, já que “*eu sou a chefe. Tenho a cabeça boa ainda*”. Ela diz ter o controle de todas as contas “*aqui eu pago luz, eu pago as conta tudo, eu pago o rancho, é tudo eu, é tudo da tenda que sai*”. O seu relato também cita o esposo, o qual está aposentado e “*não está trabalhando agora*”, que segundo ela, “*só paga a água e mais nada. Eu tenho que me virar com as minhas pernas*”. Segundo ela, “*o pior problema*”, no entanto, é o alcoolismo, mas considera que para se separar agora “*não vale a pena mais, já tá veio, [...] Quando tira pra bebê, Deus o livre. [...] não tá incomodando, mas de primeiro, nós ia posá no mato*”. Embora seja a responsável pelo sustento da família, a qual já conta com vários netos para os quais também presta auxílio, percebe-se que seu papel de líder familiar é precariamente exercido mediante a violência doméstica a que foi e “ainda pode ser” submetida.

Com relação a questões de gênero, dificilmente haveria abertura em outros tempos para falar sobre este assunto entre os caboclos, porém atualmente, em função de “vários casos” relatados com assombro ao entrevistador, foi possível identificar que a comunidade está receosa das mudanças que presencia entre os jovens, pois conforme os relatos “*já não se sabe quem é quem*”, referindo-se a meninas que transformaram-se em meninos e vice e versa. Conforme aponta Brandão (1995, p. 234) “Tudo o que envolve práticas homossexuais é, ao mesmo tempo, muito silenciado das conversas sérias e objeto de conversas descontraídas e brincadeiras entre os homens, quando não há mulheres por perto”.



Figura 23: Tendeira negociando a compra de pinhão em Fontoura Xavier (2021). Foto: Acervo da autora.

Por outro lado, a existência de homossexuais na comunidade foi relatada como natural, sendo que nos dois casos citados, tratam-se de homens na faixa dos 40-50 anos, agricultores. Diferentemente dos homens, estes trabalham na roça, mas também exercem as atividades da casa, tradicionalmente femininas. Salientou-se que também cuidaram ou cuidam dos pais na velhice, o que é muito considerado pela comunidade.

Inter-relações familiares e com vizinhos e compadres

A relação existente na família nuclear dos agricultores é umbilical e prossegue durante toda a vida dos seus membros. Socialmente, a individualidade é acessória, já que é a família quem representa o indivíduo. É na referência familiar que a comunidade busca referendar opiniões, valores, atos e quaisquer ações que o indivíduo venha a praticar.

Crescer como um sitiante é, em primeiro lugar, encontrar, conquistar e submeter-se a feixes e esferas de relações com/entre familiares. É, mais tarde e pouco a pouco, libertar-se relativamente de alguns de tais feixes impositivos e protetores de relações e ampliar para fora da família, mas em seu nome e a partir da redefinição de seus esquemas de direitos e deveres, relacionamentos que levam além das fronteiras do grupo doméstico princípios de vida e regras de trocas sociais estabelecidas dentro dele e aprendidas nele (BRANDÃO, 1995, p. 133).

A família cabocla é um espaço de afeição, de repartir os sofrimentos, como a fome e o frio, pois está internalizada em seus valores o compartilhar. Nesta estrutura familiar, as conquistas são compartilhadas, bem como os dissabores.

Em diferentes núcleos familiares foi possível observar que as mazelas não atingem a individualidade, mas o conjunto, assim, talvez o sofrimento seja menos penoso. As estórias relatam de invernos gelados, com pouca

coberta e número grande de filhos, com famílias inteiras dormindo juntos para se aquecer.

Externamente, a família é o determinante definir de quem está dentro dela. Internamente, estas relações são marcadas pela afetividade e em oposição ao externo, pela individuação. Assim, não importa a quantidade de filhos, cada membro familiar tem um “espaço seu” e aspectos únicos que o distinguem.

[...] o lugar da família é a morada do bem. Estar “entre os seus” submissa aos mais velhos, mas acolhida de uma maneira única por todos, é uma experiência de estabilidade da segurança e do afeto que nenhuma outra comunidade passageira (como a escola), transitória (como o grupo de idade) ou peregrina (como a igreja) pode sequer de longe assegurar. (BRANDÃO, 1995, p. 134).

Em busca de oportunidades de agregar renda, muitos jovens saem do meio rural, partindo para as cidades, onde haja mais possibilidades de garantir os meios de vida. Fontoura Xavier exporta um contingente de seus jovens para Bento Gonçalves, cidade onde há mais oportunidades de trabalho do que o pequeno município oferece. Essas oportunidades concentram-se principalmente na indústria moveleira e na indústria do vinho.

O esvaziamento que ocorre nas famílias gera traumas, que tentam ser vencidos pelo retorno, quando é possível, nos finais de semana, como também nas férias, para estarem juntos com os pais. Da casa dos pais “se **sai** em busca do **emprego fora**; longe mas, se possível, não tanto. Mas à experiência pessoal da família de origem sempre se volta (BRANDÃO, 1995, p. 134)”.

A filha de M.J.M. (54 anos) retorna todos os finais de semana de outro município, de moto, para estar com a família, ainda que esteja casada, o que é um indicativo desse vínculo:

Ela mora lá do outro lado, para lá da ponte um pouquinho. Óia, daqui é longe, porque tem que fazer tudo essas vortá, nem sei quantos quilômetros dá. Eu lá, eu vou de vez em quando, porque é muito longe lá. Ela vem todos os domingos. Vem de moto.

A preocupação ou o alívio demonstrado nas entrevistas dos pais sobre o futuro dos seus filhos revela um constante saudosismo. A volta para o lar e para a terra está muito presente entre os agricultores brasileiros, como diz RR (52 anos):

Ninguém sai porque quer, mas porque precisa [...]. O piá mais velho tá bem empregado, ele e a esposa dele são bem empregados. Tem o mais novo...[...] tem que ver o futuro daqui pra frente, o que que a gente vai dizer?

A família continua unida, apesar das distâncias onde cada um vive. A quantidade de filhos diminuiu sensivelmente no meio rural, em relação às gerações anteriores. O Sr. J.P.B.L. (74 anos) tem três filhos, dos quais na lavoura “só tem a mai nova, a Marisa mora ali, aí os otro, o Alaor mora lá em Caxias e a Marlesi mora em Porto Alegre”.

Sobre a mais nova ter ficado com a responsabilidade de cuidar do pai e também da propriedade: “ela tá morando na minha frente, daí ela que cuida de nós por ali, a hora que Deus o livre precise de alguma coisa, ela tá junto.”

A aposentada T.M.C. (79 anos) também mora sozinha, porém próximo a ela no mesmo pátio, reside o filho, há alguns metros de distância a filha com sua família e em outra direção, também há alguns poucos metros, o filho mais velho. Além de todos estes, ainda há o revezamento semanal dos demais 7 filhos para lhe fazerem companhia nos finais de semana e para levar no médico “em caso de precisão”.

Brandão (1995, p. 125) dizia que “o velho Marcolino mora sozinho, mas não vive só”. A frase revela com profundidade a grande diferença que existe entre ter a opção de ficar só, consigo mesmo, e a partir disso, relacionar-se ou não com outras pessoas e em oposição, o viver na solidão. Os caboclos idosos que entrevistamos não vivem em solidão, mas gostam de viver sozinhos, de ter sua casa e seu espaço.

A solidão é vivida e imaginada como um trânsito entre situações de presenças. É um estágio passageiro daquilo de que a convivência é um estado e, por mediar presenças, afirma em si o desejo do outro (BRANDÃO, 1995, p. 129).

Nas sociedades campestres, o idoso possui um tratamento respeitoso e digno. Os laços de solidariedade que se estabelecem, inclusive entre vizinhos, visam a dar-lhe “descanso”, sobretudo. Há um forte consenso de “inclusão”, mesmo que não verbalizada, em relação aos idosos da comunidade.

Por outro lado, os seus proventos da aposentadoria são fundamentais para auxiliar na renda familiar. É comum ouvir comentários como: “Fontoura é a terra dos *aposentados*”, ou “a família é sustentada pelo aposentado”. Há uma troca, uma reciprocidade entre os cuidados, contrabalanceada pelo auxílio financeiro.

A extensão dos cuidados com relação aos idosos e doentes está presente no relato de T.M.C. (79 anos), ao contar que após um câncer terminal, o marido levou o sogro para Porto Alegre em uma tentativa para que se curasse, porém, este acabou por falecer. O filho precisou retornar a Fontoura Xavier para trabalhar e demorou alguns dias para voltar, e quando o fez, acabou por encontrar o pai já falecido e na emergência de ser dado como indigente. Nesta ocasião, pagou uma quantia muito elevada para os seus padrões financeiros e conseguiu resgatar o corpo do pai, obtendo autorização para velá-lo. Assim, solitariamente, cumpriu todos os ritos de preparar o corpo, vesti-lo e velá-lo durante uma noite inteira na capela mortuária do hospital. Nenhum dos irmãos pode comparecer, pois estavam no Paraná trabalhando com erva-mate. Ritualizou-se assim, uma despedida honrada ao pai, que buscou dar-lhe dignidade, mesmo após a morte. Ao mesmo tempo, se cumpriram os rituais que dão significado às crenças.

Outro aspecto presente nas comunidades de agricultores brasileiros são as relações de vizinhança. Estas são marcadas pela amizade e recipro-



Figura 24: Agricultor aposentado (2021).
Fonte: Acervo da autora.

cidade, das quais muitas vezes saem casamentos. O vizinho pode ser um amigo, mas em muitos casos é também um parente. O vizinho é um auxílio em diversos sentidos, uma forma de contar com alguém, principalmente nos espaços muitas vezes longínquo do meio rural.

Os vizinhos substituem as entidades oficiais, servindo como socorro em casos de doença, da necessidade de transporte, de cuidar a segurança da propriedade, e até mesmo para o lazer, pois as visitas são a mais importante forma de agregar convivência que encontram. Quando as visitas acontecem, os anfitriões abdicam de todos os seus compromissos para dedicar-se exclusivamente ao visitante.

Dessas relações surgem os compadrios. Entre os parentes e amigos da vizinhança, são escolhidos os padrinhos para os filhos. Os combinados ocorrem no grupo familiar primeiramente, para somente depois se comunicar que tomou a decisão de “*levá pra cumpadre*”. Para o convidado é uma honra ser o escolhido, sinal de grande consideração. São relações que se mantêm por toda a vida, sendo que as crianças são incentivadas a pedir louvado, “*dar bênção*” aos padrinhos, visitá-los e respeitá-los. Ainda existe na comunidade, mesmo que em menor número, o costume do batismo duplo, primeiramente em casa e após na igreja, para o qual podem ser escolhidos os mesmos padrinhos ou convidar outros, ampliando assim, o círculo de compadrio.

Um peculiar caso de batismo ocorreu na família de T.M.C. (79 anos). Ao nascer a sétima filha, após uma sequência de 6 filhas mulheres, devido a uma crença muito antiga de que esta se tornaria bruxa, a irmã mais velha a batizou ao nascer. Tal situação é tratada com seriedade, pois entende-se que é melhor “*fazer para evitar qualquer coisa*”.

Quando os padrinhos estão fora da condição material dos caboclos, possuindo melhor condição econômica, o compadrio é tido como a possibilidade de angariar certa proteção e reconhecimento para o afilhado. Funciona como um “sinal” para que o afilhado seja percebido como especial em meio à população. Nesse sentido, pessoas que detêm maior poder econômico e influência possuem muitos afilhados e, por consequência, espera-se de sua parte um presente de maior valor para o afilhado.



Figura 25: Agricultora em Picada Rosa (2021). Foto: Acervo da autora.

A partir dessas percepções, ocorrem as diferenciações entre as etnicidades, como salientado pelos italianos, que escolheriam seus padrinhos com base nas relações de parentesco, amizade e enfatizando sempre a “idoneidade moral dos escolhidos”, em oposição aos caboclos, para os quais as escolhas recairiam “nos indivíduos portadores de posse e prestígio (RENK, 2006, p. 102)”.

Para R.R. (52 anos) e sua esposa, o visitar e ser visitado pelas pessoas é praticamente algo sagrado. Sempre, por mais trabalho que se tenha, deve-se tirar um tempinho para fazê-lo:

A gente sempre tem. Na verdade, sou pobre, mas [...]. É fim de semana, dia de semana, sempre tem gente aqui. A gente vai também. Só que agora com essa pandemia, né, tá mais parado.

A doença que vitima um dos componentes da comunidade é profundamente sentida pelos outros, os quais tentam auxiliar da maneira que

podem, mas especialmente demonstram sua consideração através das visitas. Por ocasião do adoecimento de sua esposa, o Sr. V.P.S. (72 anos) tem recebido o apoio dos familiares e amigos. Percebe-se um sentimento de lástima em toda a comunidade:

*Ela agora tá muito doente. Deu Mal de Alzheimer. Daí assim como ela tá certa, ela tá caduca... **Se não tem a nora pra cuidar, Deus o livre, daí eu não podia nem trabaiá mais.** Faz 3 ano. Ela caminha, mas é que fica fora da casinha. **Quando deu aquilo ali eu gastei uma loucura, eu achei que curava,** daí um dia o doutor de Soledade, disse “largue mão de gastar, tu gasta tudo que tu tem e não adianta, isso é uma doença sem cura”. [...] tentar curar, não espere.*

As visitas representam a possibilidade de convívio social, o que mantém os vínculos com a comunidade. Nestas ocasiões, faz-se o acolhimento do visitante de maneira a que este sinta-se realmente “em casa”, ou que sinta que sua presença “é indispensável”. A partir de uma sucessão de agradados, que se inicia com o chimarrão, na sequência até que a refeição principal fique pronta (se estiver próximo da hora), prossegue com o oferecimento de iguarias como bolachas, bolos, doces, pinhão assado ou cozido (se for época), culminando com tamanha insistência, que o visitante obriga-se a ficar para o almoço ou jantar. Para este momento, os preparos envolvem as melhores opções que tenham, com a carne sendo a iguaria mais importante a ser servida.



Figura 26: Família de agricultores de Fontoura Xavier em frente ao fogão à lenha, com pinhões assando e chaleiras esquentando água para o café (2021). Fonte: Acervo da autora.

Eu gosto muito de visita. Quer ver eu tá com prazer é chegar uma visita. Meu freezer toda vida cheio de carne pra fazer churrasco pras minhas visita. [...] Gosto de visitar os amigos e tenho muito amigo. Onde eu ir eu faço amizade. Gosto de festa, ajudar a comunidade, é o que eu gosto.

Para M.I.B.P. (50 anos), embora seu trabalho no comércio da tenda lhe demande bastante tempo, ainda assim encontra tempo para fazer visitas, e também para ser visitada:

Adoro ganhá visita tamém. Ah, tira um tempo, né. Aqui em casa dificilmente a tarde não tem ninguém passeando. Eles vêm pra cá. Fizemo, atendemo aqui. Ajuda a atendê.

O Sr. PBF (74 anos) tem como um dos passatempos prediletos ir nos vizinhos passear. Da conversa pode-se depreender que durante os momentos de lazer também se aproveita para construir relacionamentos comerciais:

Ia nos vizinho, tamém. Tirava tempo pra tudo. Um dia de chuva assim, que não tinha o que fazê, eu ia pros vizinho conversá. Sim, sim... e é coisa engraçada isso aí, porque vamo supor, se tu tem um comércio, tu mora aqui, eu tenho um comércio, tu chega, eu não te dô muita obediência, nem coisa nenhuma, já perdeu o frequês. Não vinga o comércio, tem que sê dado com opovo, dado. Às vez, nem vontade de compra, porque ele gostô da pessoa ele compra. Claro!

A solidariedade entre os vizinhos faz parte culturalmente da vida dos agricultores caboclos de Fontoura Xavier. A regra é não deixar ninguém desassistido. O Sr. J.P.B.L. (74 anos) nos conta do pedido de pouso de um conhecido:

Um dia o Roberto, um moreno, [...] posou aí, veio de lá meio tonto: "Oh JP, dá pra mim posá aí? Tô meio tonto". Posa, Roberto, tem lugá. Aí bem cedo me alevantei, abri a casa, fiz fogo, aí ele se alevantô, foi lá fora, foi no tanque se lavou, e veio e sentou aí com as costa virada pra cá, e eu vim e botei mio pra eles (aves que cria), e tavam tudo, e veio um galo vôo aí na área, e ele se assustô e não sabia pra onde que ia, e ele pensou que era um toco, e já ficou sentado no ombro dele.

Para J.P.B.L. (74 anos), abrigar um vizinho “*tonto*” (bêbado) foi um gesto de solidariedade em meio aos perigos que o perau representa. Assim como o seu dono, os animais que alimentava, se familiarizaram rapidamente com o visitante.

A comunidade é pensada como um prolongamento da vida religiosa. A constituição de uma mentalidade de comunidade está associada ao espaço que foi possível construir e este normalmente é associado ao religioso. Assim, a sede da comunidade passa a ser a igreja, ou a capela. Em alguns casos, na ausência desta, a escola. Em torno da igreja, outros espaços de apropriação da comunidade são construídos, como o salão paroquial, cemitério e campo de futebol. Na igreja ou escola são feitas as reuniões da comunidade, as aulas de catequese às crianças, cursos eventualmente dados pela Prefeitura e reuniões dos agricultores referentes a alguma demanda. Participar da comunidade está vinculado a dar sua contribuição, seja através de serviços, seja através de dinheiro.

Não, a gente faz porque, na verdade, a gente faz porque a comunidade quer todo mundo unido. Uns pedem “ó, vamos ajudar?”, mesmo que não seja da diretoria, no dia da festa, “vende a carne pra mim?”, “eu cuido da bodega”, então a gente vai, a gente vai ajudar. Sempre ajudo. Não é por obrigação, é pela gente... Tem amizade, daí tu vai. (RR, 52 anos).

Com relação à igreja, é através da capela que um bairro rural se constituiu, simbólica e espacialmente, consolidando-se o seu entorno como um local de vizinhança, em um cenário afetivo de fidelidades, reciprocidades, alianças e identidades (QUEIROZ, 1975).

Os laços de amizade são fortalecidos durante as interações que acontecem em encontros festivos. A liderança desses eventos normalmente está associada àqueles membros mais ativos da comunidade:

Foi nós que levantemo tudo, dizer que com três meis, nois montemo aquela capela lá em baixo. Eu tirei dinheiro pra construir de material, era gente que eu queria que tu visse, eu fazia festa, eu fazia baile, credo, tudo bailão, de festona. (JPBL, 74 anos).

Como Brandão (1995, p. 162) sinalizou a respeito da participação comunitária: “você ingressa, frequenta e trabalha em uma equipe qualquer [...], porque é parte de um feixe de relacionamentos pelos quais é seu direito ou dever estar ali”. A valorização da convivência comunitária e especialmente de um local para praticar os ritos religiosos é levado em conta ao se despendem esforços para manter ativos os locais:



Figura 27: Agricultora em Picada Silveira (2021). A foto mostra a horta doméstica da família e uma parte do pomar. Foto: Acervo da autora.

Sim, nossa comunidade é ali em cima, aquela igreja que tem ali. Ali foi eu e o LMMP que levantemo a comunidade, ali tava morta. Nós fizemo tudo, igreja, salão. (VPS, 72 anos).

Por ser uma importante oportunidade de lazer para cada local, as festas e reuniões dançantes angariam um contingente de pessoas não apenas da comunidade, mas também de outros locais, que arrecadam quantia suficiente para realizar os planos que desejam implementar.

Tudo o que não presta sozinho e é bom “a dois” realiza feitos de trocas de bens, de serviços e de significados que valem dentro do eixo de reciprocidades de grupos ou comunidades e iguais ou semelhantes que a relação dual torna, possível e eficaz. (BRANDÃO, 1995, p. 131).

S.S.F. (64 anos) tem grande influência na sua comunidade da Vila Candinha, na área urbana de Fontoura Xavier, chegando a construir uma

pequena capela, onde permite que a comunidade também possa comparecer para rezar, especialmente o seu grupo de oração, constituído principalmente de mulheres vizinhas do local: “Fiz [...]. Quando eu vou lá participo porque tem o grupo nosso, que nós formamo lá, então”.

As relações de amizade e compadrio características entre os caboclos estão explicitadas nas relações de F.J.C. (56 anos) e sua família com relação aos hábitos que tinham quando ainda viviam nas terras como agregados:

A gente tinha puxirão, um dia era na casa dum, outro dia era na casa de outro. Depende da precisão, se um tava precisando mais era lá naquele, de repente ia lá na casa do outro. Ia várias vez. O puxirão era no tempo da colheita da roça ou pra prepará a terra pra começa o plantio. O pai matava um porco dava um pedacinho pra cada vizinho.

A partir da mudança para a cidade, houve mudança também nos padrões de comportamento, que durante algum tempo manteve os padrões vigentes do espaço rural, especialmente por que o espaço urbano ainda estava em um processo mais ruralizado. Porém, após a urbanização ter se intensificado, aumentou o distanciamento e se interromperam os aspectos da puxirões e de compartilhamento de alimentos, anteriormente presentes na comunidade:

Aí depois que nós viemo pra cidade até um tempo ainda era, depois que a cidade foi crescendo aí o povo foi mudando e daí mudô aquele sistema, aquele sistema é mais um sistema do interior. Você ganha e dá.

Neste sentido, o saudosismo desta vida comunitária está palpável na sua fala:

Antigamente era melhor. Tu não tinha celular, não tinha carro, é que a gente achava ruim aquela vida umas hora, mas agora que a gente tá conhecendo tudo, aquela vida era melhor. Só que quem tá naquela vida acha que tá ruim, quem tá nessa acha que tá ruim. A pessoa nunca tá contente com a vida que leva. Se ele tá

dum jeito ele queria tá dotro. Só que aquela vida simplizinha do interior era melhor do que a vida de agora. Tu não conhecia tal coisa, daí tu não tinha interesse.

O pequeno espaço da vida rural acaba por se constituir em um universo dentro de si mesmo, onde cada agente atua cumprindo seu papel. As comunidades se fortalecem nos vínculos criados, há proteção e entendimento mútuos e funciona dentro de regras específicas inteiramente compreendidas por quem dela faz parte.

Religiosidade: fé e mitos

A religiosidade, a fé, esta última entendida como atributo diverso da religião, o imaginário envolvendo seres mitológicos e as crenças estão arraigados nos caboclos de Fontoura Xavier e revelam um amplo repertório cultural. O simbolismo religioso se constitui em uma outra vida do sujeito, separado da vida “real”, que ocorre em um aspecto praticamente mental. Nesse espaço simbólico convive com outras formas de representação imaginária, com divindades que fazem suas inserções no mundo real, os quais estariam em constante processo de ação, agindo para a proteção da pessoa, do local, dos animais. Os crentes acreditam estar sempre acompanhados, e embora os seres simbólicos se mantenham na seara oculta, este aspecto não se revela importante, ou, ao contrário, é até preferível.

Constrangidos a crerem nas mesmas coisas para serem “como todo mundo”, os sujeitos do lugar se reservam viver por conta própria e em solidão também a sua experiência religiosa. De resto, sabemos todos que um dos pilares da crença cotidiana do camponês católico, é a de que não apenas Deus e outros seres celestiais existem, mas estão ainda sempre presentes em todos os momentos da vida do devoto. (BRANDÃO, 1995, p. 147).

Para esses sujeitos, há uma miríade protetora divina, composta primeiramente por Deus, tido como o pai de todos os seres vivos, pela Virgem Maria, como a mãe e os anjos e santos. Em sua linguagem,

demonstram a força das crenças. A religião constituída possui uma representação social para os pesquisados, visto que pensam na igreja como uma constituição com regras humanas, onde o padre, embora seja muito respeitado, é um ser humano “como os demais”. Os rituais de ir à igreja, rezar, seguir seus dogmas, são considerados uma das partes da vivência em comunidade.

As afiliações de homens e mulheres às poucas instituições emissárias, como as da igreja e as da escola, são quase irrelevantes na vida cotidiana das próprias pessoas que nelas ingressaram. (BRANDÃO, 1995, p. 169).

No entanto, a fé intrínseca em todo o panteão invisível que povoa seu imaginário é o que realmente importa para o caboclo e apresenta-se de modo diverso, pois enquanto a religião é comunitária, a fé é a representação pessoal, única e associada ao indivíduo internamente.

Esse modo de representação tem sido passado entre as gerações. Aprende-se com a mãe, o pai, os avós, a primeiramente saber que existe esse outro mundo, aceitá-lo e somente então incorporá-lo como seu. O Anjo da Guarda, citado pelos agricultores, possuem um papel fundamental desde a vida tenra do indivíduo, pois se aprende desde cedo que está ali para proteger, obtendo dia a dia essa confirmação, embora não sejam vistos.

Deus, Nossa Senhora, o Anjo da Guarda e pelos menos um ou dois santos padroeiros, são uma companhia invisível, mas acreditada como real e realmente presentes na vida do fiel. (BRANDÃO, 1995, p. 147).

Ao entrevistar S.S.F. (64 anos), foi possível perceber que sua relação com a religião está impregnada de ritualismo, do uso de imagens como representações materiais de seres santos e celestiais e, do uso da fala através das orações, como forma de se comunicar com o divino. Os ritos católicos se revestem de grande importância, assim como a adoção cotidiana de encontros feitos em casa, novenas, terços, ocasiões em que reforça sua fé e cumpre aquilo que considera um dever cristão, que é trazer outros fieis para a igreja.

Entre os entrevistados, perguntados sobre sua religião, definem-se como católicos, embora tenha havido nos últimos anos um significativo aumento de outras vertentes religiosas, como as igrejas pentecostais, por exemplo. A fé cabocla está vinculada ao catolicismo português, que tem um reforço positivo há séculos e aqui se mesclou com a tradição indígena e africana, que engendra um amplo conjunto de devoções menos formais e mais abrangentes, que inclui democraticamente diferentes crenças, desde aquelas presentes no catolicismo, no espiritismo e nas religiões africanas.

A esse misticismo poderia se dizer que é uma resposta às dificuldades inerentes ao mundo caboclo, principalmente ao insulamento dos brasileiros de Fontoura Xavier, mas se manifestam em diferentes comunidades caboclas, sejam isoladas ou não. Pode estar associada à pobreza, pois é onde encontra seu terreno mais fértil, porém não ocupa espaços tradicionalmente ocupados por outras religiões, constituindo-se em uma mescla entre a ritualização no espaço da igreja, mas também a personalidade ou, uma relação estabelecida entre o homem e seu mundo simbólico para enfrentar as dificuldades.

Para D.D.A. (54 anos), a igreja evangélica surgiu como alento, mantendo um vínculo comunitário e espiritual através da organização:

Conforme o Pai me dá luta pra mim sobrevivê. O futuro pertence a Deus, eu vou fazendo aquilo que eu posso e [...] Deus que provê outras coisa". "Eu sempre dizia, quarenta ano atrás quando morava lá no Paraná: Pai, o dia que eu ir embora daqui pra longe, que era o meu sonho, eu quero que o senhor coloque eu assim na igreja.

Ele credita a sua sobrevivência a um ser supremo, já que este provê o que lhe falta, "se até aqui Deus me deu vida pra mim sobrevivê e pra mim lutá pela vida, eu tenho certeza de que tem algo bom reservado para mim". D.D.A. (54 anos) tem a divindade como um pai e um amigo, em uma relação íntima:

Entre ele e eu é segredo, ele é meu guia e minha luz. [...] Se eu dissé que não sou feliz, tô fazendo um pecado contra o pai, feliz eu sou porque tô com saúde aqui, tô vivo, não tenho nada a temer né. [...] Eu posso não sê feliz por dentro, mas sô feliz por fora.

Este aspecto da fala de DDA (54 anos) indica que, embora esteja triste por dentro (por não ter uma família, uma companheira, por morar de favor, por precisar constantemente ir em busca da sobrevivência), ainda assim, externamente parece estar feliz. É devoto de Nossa Senhora, a qual segundo ele, lhe visita ocasionalmente:

Desde que eu me criei por gente, a Nossa Senhora me acompanha, é difícil de explicá, mas é verdade. [...] uma e doze eu me acordei, abri a janela, ela caminha, foi prá lá, voltou. Ela me chama. [...] Só que as mensagens que ela me entrega, eu sinto não podê escrevê (D.D.A. (54 anos) sabe apenas assinar o nome).

Sobre suas visões, esclarece que não se confundem com assombrações, pois “nunca acreditei nisso aí, não existe”. As crenças de D.D.A. não se referem a seres mitológicos, como a mula sem cabeça exemplarmente, mas a seres que povoam seu imaginário espiritual, vinculado às divindades cristãs.

Para Euclides da Cunha (2016), a religião do caboclo seria tão mestiça quanto ele. Conforme o autor de “Os sertões”, ocorreu também uma mestiçagem de crenças, que remetê a fase mais crítica da alma portuguesa, repleta de um misticismo feroz e de fervor religioso, aliada às influências africanas e indígenas. Assim, o homem simples que vive da terra, dependente do “jogar dos elementos”, formou uma religião indefinida, onde se pode ver a transfiguração da fé em um momento e no outro, o fanatismo.

A fé dos caboclos é tida como supersticiosa, fatalista, superficial e cenográfica ou seja, diferente da fé dos italianos, caracterizada entre outras coisas, pela vocação religiosa (RENK, 2006). Se atribui a presença desse cabedal místico à pouca presença da Igreja Católica nas comunidades, conforme Locks salienta:

A escassa presença da Igreja Católica, gerou um catolicismo de caráter leigo, marcado pelo culto aos santos, devoções penitenciais, procissões, romarias, festas, bênçãos, curas e extremamente vinculada à natureza: grutas, fonte de água, remédios naturais desaguando para o desenvolvimento da fitoterapia (LOCKS, 2014, p. 134).

Entre os agricultores brasileiros de Fontoura Xavier não apareceu, ao menos nos últimos anos, curandeiros ou mágicos com poderes sobrenaturais. Credita-se somente aos “benzedores” dons para fazer a cura. Normalmente são pessoas do convívio do caboclo, eles próprios agricultores ou pessoas idosas da comunidade.

Perguntados sobre o monge São João Maria, personagem já mencionado como aquele que incitou o movimento dos Monges Barbudos, tido como um profeta milagroso andarilho, que povoa o imaginário caboclo, alguns disseram apenas “ter ouvido falar” e que era “pessoa boa”, mas não o conheceram, nem conheceram pessoas que o conhecessem.

Os agricultores mantêm em suas casas uma carta, também chamada de “carta aviso” ou “carta celeste”, que teria sido entregue ao povo pelo monge São João Maria, porém não é possível ter confirmação dessa afirmação. Foi perguntado se a tinham em casa, ao que disseram que foi herdada dos pais, e estes a herdaram dos avós. Acreditam que estando de posse da carta estarão protegidos e também a sua moradia.

Para ritualizar o imaginário do caboclo fontourense, é comum a utilização de figuras de santos, anjos, cruzeiros fixadas na frente ou atrás da porta de entrada; em tempos mais antigos, como relatado pelos moradores, uma cruz alta com bandeira branca, para simbolizar o divino, bem como imagens da Virgem Maria e dos santos guerreiros, principalmente São Miguel, São Jorge, São Sebastião, São Jerônimo e São Benedito. Os oratórios são tidos como uma parte importante a ser ocupada dentro da casa, desde o mais singelo até os mais incrementados, geralmente acompanhados de vela. A vinda da “Santinha”, geralmente uma imagem da santa padroeira da comunidade, a qual cumpre um rigoroso rodizio entre os moradores, é o momento triunfal da devoção:

A gente quando, quando tem missa, porque no domingo não tem reza lá na igreja, daí quando tem missa a gente vai. Quando não tem, a Santinha vem na casa, a gente reza, né. Reza toda noite. Reza com a família. A gente assiste a missa na TV também, né. (MJM, 54 anos).

Assim como esses rituais particulares, a vivência da religiosidade em grupo, como ocorre nos momentos de reza nas casas, é tida como uma ocasião para interagir com os vizinhos, mas também como um momento de reforço da fé entre todos.

O hábito de rezar diariamente é contado como uma obrigação que deve ser cumprida com rigor. O Sr. V.P.S. (72 anos) mantém seus santos de oração próximos: “*eu tenho meus santos na cabeceira da cama. [...] Eu pra deitar eu rezo, pra me levantar da cama eu rezo*”.

A entrevistada C.P.M. (49 anos) cita como exemplo de fé as imensas dificuldades que sua família enfrentou, especialmente sua mãe para criar seus quatro filhos deficientes, sem, no entanto, perder a confiança nos poderes divinos:

Ela sempre rezava, pedia pra Deus, que Deus desse uma solução na vida dela. Que ela não tava mais aguentando aquela vida, né, de ficar fechada nesses galpão que tinha ali fora. Dia de frio ela tinha que se fechar com ele lá, pro outro pra não brigá com o outro... e ela ficava com um lá e eu ficava com os outros aqui dentro, entretendo pra não ir lá avançá nela. E ela rezava... a mãe era muito católica. A mãe, Deus o livre. Foi uma pessoa que com tudo as dificuldade que ela tinha ela fazia... era zeladora da capelinha, coordenadora de grupo de família e ela ia com tudo, com tudo eles de atrás, ela ia nas casa fazer as novena.

Outro momento considerado muito importante para reafirmar a fé e a entrega dos agricultores ocorre quando há velórios e enterros. Estes, nos locais mais próximos do centro ocorrem na capela do cemitério; porém, em lugares mais distantes ainda acontecem nas casas ou na igreja, ou ainda na escola da comunidade. São revestidos de profundo significado, sendo o falecido velado uma noite inteira, para somente após ser enterrado. Nessa ocasião é pranteado pela família e pelos demais, que se revezam para não deixar o morto sozinho. O passar a noite ao lado dos familiares e do falecido indica grande consideração e a distinção feita o torna um “*amigo*” da mais alta conta para a família.

Conforme o relato de C.P.M. (49 anos), por ocasião do falecimento de sua mãe, a quantidade de pessoas que acorreram para homenageá-la foi

tamanha, que somente foi possível velar o corpo no pátio para não correr o risco de quebrar o assoalho da casa. Durante décadas, apesar das dificuldades por que passou, auxiliou à comunidade com benzimentos, homeopáticas e conselhos, sendo “aprontada” (vestida) como um anjo ao ser velada.



Figura 28: Família de agricultores caboclos – Fontoura Xavier (2021). Fonte: Acervo da autora.

Alguns casos de suicídio acontecidos dentro da igreja foram narrados como uma espécie de, ao mesmo tempo, pedido de perdão e também como uma entrega da alma para aqueles que podem intermediá-la no céu, ou seja, os santos, anjos, Jesus e Nossa Senhora. Tal prática é considerada um grave pecado sem perdão, pois a “alma fica vagando”, ou fica no “purgatório”, ou ainda “vai para o inferno”, assim, o praticante procura formas de reconciliar-se ao fazer sua partida do espaço de “dentro da igreja”.

Assim, a alma de um pecador sem perdão é o inferno e esta viagem é direta e sem escalas. Sem mudanças, também. Mas a ida ao céu pode custar à alma um estágio intermediário no Purgatório e a imagem deste lugar de sofrimento e provação

limitados ainda é muito presente entre os camponeses do Alto Paraíba (BRANDÃO, 1995, p. 202).

Acredita-se que os santos e anjos têm o poder de ajudar o ser humano, atuando como guardas protetivos da vida do indivíduo que neles crê. O relato de acidentes em que foram salvos, que não ocorre nenhuma outra explicação que não a força mágica da intervenção divina e do destino, já selado para cada indivíduo e são contados como uma forma de justificar sua crença:

O que é pra ti passar, o outro não vai passar por ti. Eu mesmo acredito que eu já me escapei da morte umas quantas vezes, então eu acho que, pelo que eu passei, já era pra mim ter morrido. (RR, 52 ANOS).

O local no qual R.R. (52 anos) capotou o carro é uma estrada de terra firme, numa ladeira extremamente pronunciada, costeando um “perau”, para o qual, acredita que somente uma intervenção divina o salvaria:

Daquilo não era pra mim ter sobrevivido. Eu sobrevivi, então eu acho que isso é uma coisa do destino. Eu acredito, né. Mas, cada um tem um jeito de pensar e agir.

Problemas graves, doenças e vícios, podem ser resolvidos, desde que haja vontade e se solicite a intervenção do “Pai”:

*Não chegava a sê (alcoólatra), mas tomava, mas depois larguei mão, e u disse, não! eu tinha pressão baixa, e que tal se uma hora eu desço um perau aí? **Vou largá mão disso.** Muita gente disse: “não! Te deram remédio pra tu pará, a quantia que tu gostava”. Não me deram! **Eu pedi pro pai véio tirá aquela sede e graças a Deus tirô, nunca mais botei cerveja, quer dizê, cachaça e conhaque na boca, nunca mais. (JPBL, 74 anos).***

O sentido dado a “Pai velho” é de antigo, de criador de todas as coisas, pai de todos, o mais velho, o primeiro. Ao mesmo tempo em que há distanciamento pela onipotência, há aproximação, pois a presença paterna é

sentida como pessoal. Conforme Brandão (1995, p. 129), De saída ele é “o Pai”. É este nome que qualifica a divindade como um exemplar chefe-de-família, é, muito mais efetivamente usual do que a própria palavra “Deus”.

Ao mesmo tempo em que Deus concede graças, também pode realizar punições para mostrar que “quem decide é ele”, pois o crente deve ser humilde. S.S.F. (64 anos) perdeu seu filho num acidente, o qual mostrou-se uma grande provação:

Olha, naquela época, nós tava numa campanha das missões, nós ia em todas as comunidade de São José do Herval (município vizinho), porque a nossa capela aqui pertence a São José do Herval. E eu me comovi tanto, gostei tanto, tanto, tanto, que um dia eu disse pra Deus, olha se quisé me levá hoje, tô aqui. No outro dia...

Para ela, a perda do filho representou um momento muito doloroso e que chegou a abalar sua fé cristã: “sim, teve umas hora que a gente teve revolta”. Mas a superação da revolta foi conseguida, ainda que de maneira difícil e longa.

Mas não podemos ser egoístas. Daí de tanto que eu me apeguei com Deus, eu penso assim hoje: Deus tinha só o único filho, Jesus Cristo, e mandou aqui sabendo que ia passar por tudo pra por amor a humanidade. Então tu não pode ser egoísta e eu aprendi que nós não somos donos da vida, a vida não pertence a nós. Eu tenho essa ideia, sabe. Essa convicção. Não é nossa, nós somos um presente, a vida nossa é um presente de Deus, que ao mandar nós para esse mundo ele nos deu um espírito e ele recolhe a hora que ele quiser.

Percebe-se que existe entre os “brasileiros” de Fontoura Xavier uma aceitação das mazelas que as condições de vida lhes infligem. Ao mesmo tempo, quando essa aceitação não está presente, as gerações mais antigas tratam de inculcar nos mais jovens tais conceitos. Com relação à existência da condição da doença mental presente na família de com (49 anos), a mãe, já falecida, assumiu esse papel de mentora:

Às vezes **a gente mesmo reclamava**, né, nós irmão, a gente reclamava, dizia: **“Ai meu Deus, pra que que foi ser assim?” Ela dizia: “Nunca diga isso! [...] Deus sabe o que ele tá fazendo. Ele já deixou eles assim que é pra ver o coração da gente família e o coração das pessoas de fora”. [...] ela aceitava tudo na maior. Assim, ela sofria, às vez, ela chorava bastante, mas ela nunca reclamou.**

A falta da crença em Deus não é algo compreendido pelos caboclos, e se percebe os sentimentos de pena e preocupação em relação à pessoa. Ao que não crê, lhe percebem como incompleto ou como se estivesse vazio:

É que nem o José ali disse: “Não, eu não acredito em Deus, Jesus é morto, Deus é morto”. Aí eu disse: José, quem tem fé, ele tá lá em cima, ele tá cuidando de nós, aqui ó! (J.P.B.L, 74 anos).

Faz-se assim uma relação de trocas, com um Deus onipotente, onisciente e onipresente, mas que se revela generoso e amoroso como “Pai”. A “aceitação” do sofrimento poderia estar situada nos conceitos de “resgate e carma”, pois há o entendimento de que não se pode interferir no destino dos outros e nem sequer no próprio destino. O que já está previsto, vai se realizar de uma maneira ou outra, pois “o Pai” que sabe de tudo, também sabe porque precisa acontecer e seus desígnios divinos não devem ser contestados.

Por outro lado, a crença em Nossa Senhora foi muitas vezes citada, principalmente pelas mulheres, e relacionada à maternidade: **“Acredito em Nossa Senhora Aparecida, né. Eu tenho muita fé, porque a gente não tem mãe”** (M.J.M., 54 anos).

Já M.I.B.P. (50 anos) salienta que sua crença é forte, mas que a ritualiza no espaço doméstico:

Eu acredito muito né. Eu sou católica. Não sou muito de tá na igreja, mas tenho fé bastante. Minha santinha Nossa Senhora Aparecida. Tem que crê, né. A gente tem que acreditá.

Nossa senhora, de forma diferente do “Pai”, não realiza desígnios, cumprindo um papel de intermediação amorosa, entre Deus e o fiel. As-

sim, realiza o papel de mediadora, para que alivie “o peso, a carga, o sofrimento” através da intercessão divina.

Sobre a prática das orações, todos foram enfáticos em afirmar que têm por hábito rezar diariamente. Faz parte da relação próxima com o mundo espiritual mantê-la constantemente ativa, sob pena de perder suas bênçãos.

A Bíblia, também chamada “História Sagrada” está presente em todas as moradias. Representa um guia para as famílias, mas à maneira simples dos camponeses, é relativizada quanto à sua linguagem simbólica. Entre os agricultores, nenhum realmente acredita que a mulher de Ló se converteu em uma estátua de sal (GÊNESIS, 19:26), mas que esta alegoria é utilizada para demonstrar a necessidade de se acreditar na palavra de Deus.

Ela é vivida no amago do catolicismo camponês muito mais como um conjunto de fragmentos de passagens tornadas mitos e relatos de casos verídicos, do que como a narrativa longa de uma lógica divina de desejo de criação do mundo e de salvação do homem, tal como a própria Igreja e os pentecostais acreditam ao lerem a Bíblia. (BRANDÃO, 1995, p. 206).

Para C.F.S. (62 anos), o seu próprio nome é uma homenagem aos Santos, pois segundo ela seus pais eram muito religiosos. Ela define sua fé, “acredito em santo, acredito em Deus, principalmente em Deus. Nossa Senhora Aparecida é minha protetora”. Sobre o hábito de ir na igreja, diz que: “A gente agora não tá indo por causa da epidemia, né, mas a gente sempre ia, bah, sempre a gente ia”.

O Sr. P.F.S. (66 anos) declara que nasceu em um “berço católico”, mas que tão logo entrou na adolescência já começou a se interessar pela ciência espírita. Atualmente, entende que a religiosidade está perdendo o espaço, principalmente entre os mais jovens. Porém, não vê nisto um prejuízo, pois percebe nos jovens atitudes de solidariedade, embora acredite que a religião incentiva positivamente às pessoas.

Em seu relato diz lembrar que há décadas atrás, havia um contínuo fluxo de pessoas vendendo remédios à população. Nestas situações as pessoas tentavam amenizar ou se livrar das doenças através destes medicamentos, normalmente feitos de ervas, bem como contavam com o auxílio

de curandeiros e praticavam a cultura do benzimento, o qual “*eu acredito muito*”. Conforme o Sr. Pedro haviam muitas mortes de origem desconhecida, principalmente de mulheres por ocasião do parto e de crianças por doenças ignoradas, devido a inexistência de acesso à saúde oficial.

A maior parte dos entrevistados manifestou sua opção pelo catolicismo, no entanto, na família R.R., Dona E.R.R. (72 anos) disse que fez uma promessa de trocar de religião para que a filha se curasse de uma grave doença: “*eu falá a verdade, eu me batizei nos crente*”. De maneira ligeiramente brincalhona o esposo diz que: “*mas depois que tava caducando*”, ao que ela continua: “*faiz uns dois ano. Eu fiz um propósito né, [...] e não é que se curô? O doutor tinha desenganado ela*”.

É possível perceber nos depoimentos que a religiosidade obedece a um mecanismo de transmissão oral de gerações. Aprende-se com as gerações anteriores, apropria-se das crenças e rituais e efetiva-se a transmissão às novas gerações. C.P.M. (49 anos) explica como aconteceu o fenômeno da sua fé:

Porque eu acho assim que a religião da gente vem dos pais. Pra ti ter uma ideia, eu à minha filha Thaís, eu ensinei ela a rezar. Tudo que a mãe me ensinou, eu ensinei pra ela. Ela fez catequese, fez a crisma, a comunhão, tudo, eu ensinei ela, e eu sempre segui a religião [...]. A missa na televisão, ela sempre, todos os dias, ela olhava (a mãe, já falecida). Todas às 7 horas da noite tava sempre assistindo. Eu até hoje, é 7 horas, eu assisto.

Quanto à crença em santos e anjos, alguns foram bastante inespecíficos, pois para eles não se trata apenas de um santo ou outro, mas de todos. A especificidade reside apenas em Deus, como uno, e em Nossa Senhora.

Entre a divindade e os homens, seres santificados. Santos que foram humanos e homens que estão mortos, mas salvos, todos os sujeitos da sociedade celestial existem e atuam como atores de relações. (BRANDÃO, 1995, p. 130).

Questionados sobre a fé aos santos, dizem que é: “- *demais! Mas óia, inclusive, é que tem diversos Santo, que era Padroero, então a gente tem que*

acreditar em tudo aqueles que foi Padroero”. A mesma pergunta relacionada aos anjos tem a mesma decisiva resposta:

*É, porque vivemo nas sombra dos anjo, ó, que nem essa aí, um dia eu disse pra comadre, ela disse “aí, chega criança e eu fecho a casa, porque criança suja a casa da gente, e a gente sofre”. Eu disse: comadre Eva! **Nóis vivemo nas sombra dos inocente, dos anjinho**, eu aqui eu não me importo, os neto chega aí, pinta tudo, e depois eu limpo, ele sai eu limpo. **Aí a pessoa que não acredita, lá em cima tem que pagá.** (J.P.B.L., 74 anos).*



Figura 29: Lar caboclo de Fontoura Xavier com diversas imagens religiosas presas à parede e sobre o armário – 2021. Fonte: Acervo da autora.

Nesse caso, a relação que se estabelece é entre as crianças e os anjos. Devido à existência das crianças os anjos cuidam dos seres humanos, por consequência todos são dependentes e ao mesmo tempo responsáveis, pois somente não acontecem coisas piores à humanidade devido à proteção que os anjos trazem às crianças.

Com relação à crença nos benzimentos e na cura através das ervas medicinais, os agricultores consideram como um grande auxílio para mitigar o sofrimento, tanto relacionado às doenças quanto aos aspectos relacionados aos problemas do cotidiano.

Nos benzimentos estão presentes rituais de magia, normalmente desconhecidos de quem necessita do benzimento, mas possíveis de serem realizados por aqueles que apresentam o dom de fazê-lo:

Benzimento, té umas hora eu não acreditava, [...], aí, bah, e cobra, cobra que tinha, jararaca, naquela capoeira, e tava bom de desistir, aí, o finado Pedro Custodio disse: “O seu Pedrinho, o nosso tocaio vai vir posar aqui, e daí tu quer, eu digo pra ele ir lá de manhã benzer lá, da onde tu ta roçando”. Dito e feito, [...] aí não achemo mais nenhuma jararaca, [...]eu disse, crê em Deus Pai, se tivesse essas bichera aí, nós não ia poder roçá, se elas não tivesse no benzimento. (J.P.B.L., 74 anos).

Na ocasião que o Sr. J. decidiu colocar fogo na capoeira, a existência das cobras passou a ser um impeditivo para que o trabalho acontecesse de forma tranquila, por isto a necessidade de chamar o benzedor.

Ao colocar fogo em uma área está sempre presente o medo do revide da natureza. Conforme Woortmann e Woortmann (1997), a cobra é certamente a mais lembrada, pois está marcadamente presente no imaginário do grupo. Ao mesmo tempo em que há um sentimento de culpa ao matá-las, há o medo de que ataquem o homem. Os casos relacionados às cobras, com qualidades praticamente humanas, se proliferam, desde aquelas que “mamam o leite do peito, no lugar do nenê”, acabando por matar a criança, até “as que dormem na cama, enroladas às pessoas”, que quando se dão conta, é tarde demais.

Por isso, um dos especialistas mais importantes para o êxito do processo de trabalho é o “espantador de cobras”, que reza a roça antes do plantio (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 61).

M.I.B.P. (50 anos) também relata seu hábito de acessar às benzedei-ras, em decorrência do costume paterno de contar com os benzimentos

para auxiliar na cura dos animais doentes: “*seguido vou lá em Soledade em uma benzedeira*”.

Para Woortmann e Woortmann (1997, p. 15), cumprem o papel mágico de domesticar a natureza, pois “para os sitiantes (benzer o pasto e o gado ou recorrer aos santos, por exemplo), são tão necessários quanto o saber “técnico”.

Filha de uma benzedeira bastante respeitada em Picada Casagrande, C.P.M. (49 anos) esclarece que durante o tempo em que sua mãe ainda vivia, havia a preocupação de passar os conhecimentos que ela tinha em relação aos benzimentos e às ervas medicinais para a comunidade, porém essa tarefa parece mais difícil do que possa parecer à primeira vista:

Olha, muitas pessoas às vezes vinham aí pedir pra ela ensinar. Ela ensinava, mas não sei se decoraram também. Eu principalmente que sou filha eu aprendi com ela [...]. E ela sempre dizia: “alguém tem que aprender. Alguém tem que ficar pra aprender porque as pessoas mais velhas que benzem não vão durá toda vida.

Ainda em relação aos tratamentos com ervas medicinais, estes perdem-se no tempo, pois a completa ausência de espaços para tratar as doenças, como hospitais, postos de saúde, consultórios médicos e até mesmo farmácias para fornecer medicamentos, em períodos mais antigos, eram inexistentes. Atualmente, embora o acesso seja mais facilitado, já que o município conta com um hospital, um posto de saúde e diversas farmácias, o hábito da utilização de ervas medicinais através dos tratamentos homeopáticos caseiros ainda é amplamente difundido entre a população, especialmente para doenças que não apresentem sintomas graves: “*nóis se criemo só tomando chá de erva, se dava gripe, tudo, tudo*” (J.P.B.L., 74 anos). O relato que nos foi contado por T.M.C. (79 anos), a qual perdeu a irmã de sete anos com apêndice supurado, de que durante alguns dias foram feitas inúmeras tentativas de chás, ervas e benzimentos, que não funcionaram, demonstra a falta de assistência. Ao ser questionada sobre a não validade das estratégias curativas utilizadas, ela respondeu tristemente que “*era porque tinha que ser*”. Ainda que tal fato tenha acontecido, ao ser questionada se benzimentos e orações adiantam, respondeu que: “*acredito*

em benzimento”, e quando os filhos ficam doentes, mesmo à distância, ela os benze e estes saram: “*eu benzia daqui e eles mioravam. Eu rezava todo dia pra Deus curá*”.

Em muitas situações ouve-se a expressão “*é que Deus deixô assim*”, demonstrando um conformismo com o que acontece de ruim. Perguntada sobre como adquiriu o hábito de benzer, disse que:

De vereda que a gente aprende eu aprendi a rezar, vendo a minha mãe rezar e oferecer a Deus e pedir. Ninguém aprende nada por si, quaje. Aprende da própria natureza, aprende com os pais, e agora milhares e milhares de coisas que a gente não sabia nada, aprende com a televisão e a maioria agora aprenderam milhares de coisa, tá tudo gravado, com os celular. E tudo vem por Deus, isso aí.

Conta que seu pai detinha a capacidade de controlar as questões meteorológicas, pois sabia certas orações que usava nestas situações. Este não é um caso comum, já que é creditado às mulheres a maior capacidade para os benzimentos, mas conforme ela, herdou essa habilidade da mãe, que benzia e curava, sendo uma médica homeopata de antigamente:

Quando vinha uma “tormenta”, que era o jeito que os antigos diziam, uma tempestade bem feia, começava aquele baruío de vento e escuridão e meu pai já via de vereda que ia vim e eu acho que ele aprendeu com a mãe dele também. Meu pai saia lá no terrero e benzia de vereda [...]. A tempestade vai-se embora.

Para finalizar, um aspecto que entra na seara dos mitos, lendas e folclore do imaginário caboclo são as assombrações, que muitos preferem “*não brincar*”, pois acreditam que são coisas que é melhor “*não debochar*”, pois “*pra quem duvida aparece*”. Para o Sr. J.P.B.L. (74 anos), a única assombração que viu foi um cachorro pequeno e branco, andando à sua frente na estrada: “*graças meu pai do céu, nunca, nunca, e aquele não era do cara se assustar, porque era um cachorrinho bem bonitinho. É, mas aí que me deu remorso*”.

Ele acredita que a maior parte das “assombrações” que aparecem resulta de algo relacionado às pedras preciosas presentes na região, como, por exemplo, a ágata ou a ametista, que emitem alguma espécie de magnetismo:

Então, durante minha vida, foi isso só, agora que nem sinal de pedra, de gente fumando, de gente caminhando de noite, sem ser, aqui também o finado sogro também dizia que era assombrado, via muita sombra, a gente enxergava fumando, chegava numa artura, não tinha ninguém, mas do mais não, e daí no norte, nós não tinha hora pra ir caçar naqueles matão, que era quatro mil alqueire, e nunca deu nada.

M.J.M. (54 anos) não tem medo de assombração, pois, segundo ela, perdeu todos os medos que podia ter ao olhar, durante um dia inteiro, um vizinho enforcado na árvore em frente à sua casa. Devido às dificuldades de comunicação e à distância, a polícia pericial somente compareceu muito tardiamente para fazer a retirada do corpo, ficando por horas compondo uma cena de horror.

Já para o agricultor F.J.C. (56 anos), casos como o do “Gritador”, no qual um rapaz teria encilhado sua mãe, ao que ela rogou uma maldição e este teria se transformado em alma penada, que vaga pelas coxilhas e matas de araucária gritando, muito populares entre os agricultores, não são verdadeiros: “o mesmo caso que diziam que era aqui no Forqueta, tinha lá na Paraíba”. Ele demonstra que com os conhecimentos adquiridos, acabou por superar crenças que antes julgava verdadeiros.

O tio da mãe viu o vurto do Gritador, tavam falando nele e ele passou na porta, lá no Forqueta. Antigamente o pessoal tinha uma técnica de fazê um caso ficá uma verdade, mas era uma mentira né.

Brandão (1995) já relatava o fim das assombrações. Isto passa a acontecer a partir da aproximação da cidade com a mata, pois a primeira tem a qualidade de fazer desaparecer também a imaginação. Os habitantes das florestas apenas eventualmente apareciam, e atualmente correm o risco de desaparecer de vez: “os lobisomens existem, reconhecem muitos. Eles sempre existiram, mas agora parece que existem menos (BRANDÃO, 1995, p. 78).

A descrença de F.J.C. (56 anos) de certa maneira magoa sua mãe, que o vê em uma ampla atitude de contestação às crenças que lhe são arraiga-

das. Para ela, é fato que seu tio viu o Gritador, assim como é um fato que um animal desconhecido ou talvez uma alma penada saltou no cavalo de seu sogro, ao passar por um “*matão tarde da noite*”, somente conseguindo livrar-se da assombração após uma oração.

Os seres nativos ou incorporados a territórios no intervalo entre a roça e o sertão, refugiam-se, fogem. Escapam da luz, do progresso, escondem-se onde ainda é como sempre precisa ser para que eles prossigam existindo. Desaparecem não de todos os lugares, mas daquelas onde a chegada dos recursos “de fora” impede a existência de seres tão “de dentro”. (BRANDÃO, 1995, p. 80)

Oscilando entre o modo de vida do caboclo que superou as condições rústicas, mas ao mesmo tempo imerso neste meio, devido ao território em que está, as relações estabelecidas por seus pais e que de certa forma compõe também sua herança, o agricultor P.P.C. (46 anos) embora dê seu endosso, apresenta certo ceticismo em relação às crenças presentes entre os demais caboclos do meio rural. Em relação aos tratamentos com ervas naturais e aos benzimentos acredita que “*chá é bão. Até muito melhor que esse chá muito fraquinho da farmácia. Benzimento é bão também, mas tem coisas que benzimento não resolve né*”.

Já para o Sr. P.B.F. (72 anos), tudo o que imaginarmos existe, ou do contrário não conseguiríamos imaginar. É uma lógica simples e que, segundo ele, é muito verdadeira. Neste caso, assombração “*ejiste*”.

Percebe-se que após o advento, primeiramente da televisão e após, da internet, as crenças supersticiosas, a confiança total e ingênua nos poderes curativos das ervas e orações, entre diversas outras comuns ao universo caboclo, foram em grande parte desacreditadas. Os mais jovens prosseguem respeitando as crenças dos mais antigos, mas já não possuem certas. Esta mudança operou-se principalmente após o acesso ao sistema de saúde, o que possibilitou a cura de doenças que antes julgavam impossíveis de se resolver. Neste sentido, a tecnologia acabou por contribuir para o acesso à informação também aos caboclos.

A cultura presente entre os caboclos de Fontoura Xavier incita que haja maiores aprofundamentos, pois esta constituiu-se em uma sociedade do tipo mais fechada, com um rico arsenal interno, dentro do espaço doméstico e do seu entorno, mas “aparentemente esquecida” pelos demais.

As ritualizações dos seus valores, crenças, modos de vida, não são conhecidas e permanecem apenas no restrito espaço do grupo. Cada tema desenvolvido suscita que novas pesquisas sejam conduzidas, pois entende-se que há espaço para evoluir no estudo do caboclo que se forjou no Rio Grande do Sul e nas suas diferentes regiões. A contribuição das pesquisas existentes, principalmente em São Paulo auxiliam para determinar também o perfil cultural do caboclo sulino, já que é possível visualizar uma intrínseca relação entre um e outro, o que pressupõe que a contribuição paulista esteja efetivamente presente no sul do país, porém sofrendo variações contínuas ao longo do tempo, em um processo adaptativo.

Este capítulo finaliza-se com a contundente certeza de que todos os tópicos abordados não são estanques e que não estão concluídos. O universo da cultura cabocla é tão vasto e tão rico, que apenas algumas luzes foram vistas, em uma miríade das existentes.

Considerações Finais

A terra possui uma amplitude de significados para o ser humano de modo geral e, especialmente para as comunidades rurais, constitui-se no centro de sua representação de mundo. É a matriz geracional que possibilita ao homem produzir e ser senhor do espaço, assim, a história humana caminha em paralelo às tentativas de sua dominação. Este, possivelmente, seja uma das questões centrais que envolvem os indivíduos caboclos e as constantes tentativas de expulsá-los da terra. Não é, no entanto, um problema isolado, mas uma questão que está presente em muitas sociedades.

Nas pesquisas realizadas em torno do caboclo, depreende-se que, primeiramente, esse indivíduo, embora possua uma matriz genética relacionada à determinados tipos raciais, evoluiu desse paradigma e avançou em espaços culturalmente diversos, ou seja, a cultura cabocla acabou por se sobrepor a estes aspectos raciais.

Neste trabalho, inicialmente, questionou-se quem seriam esses indivíduos caboclos e quais os matizes de que são compostos, e chegou-se à algumas constatações. Uma delas é a de que esse homem se moldou do “barro primordial”, constituindo-se na formação inicial do que seria o povo bra-

sileiro. Nesse sentido, destaca-se a contribuição dos habitantes autóctones indígenas, dos cativos africanos e dos lusitanos portugueses. Dessa mistura surgiu um indivíduo ao mesmo multifacetado e não homogeneizado.

No entanto, as discussões havidas no período em que o positivismo esteve florescente no Brasil descortinam um modo de pensar conservador, revelando um discurso preconceituoso em relação à pobreza, erroneamente atribuído a referenciais científicos que confirmavam essas ideias e que relacionam a mestiçagem formadora do brasileiro à debilidade.

Assim, procurou-se retratar tais visões estigmatizadas que pesavam sobre os mestiços, aos quais não se creditava a capacidade de lidar com a terra e também a incapacidade de fazer escolhas acertadas, o que de fato acontecia por pressão dos próprios mandatários do poder, os quais induziam os mais humildes com falsas promessas e expectativas protecionistas ou ainda, coerção, dos quais exemplarmente pode-se citar a pressão sofrida sobre os caboclos, pelas companhias colonizadoras. Justificava-se, assim, a posse da terra somente nas mãos dos “europeus” e a sua usurpação de indígenas e mestiços, principalmente.

Para o caboclo, a relação com a terra sempre foi muito estreita, conformando uma maneira muito própria dela se apropriar, cultivá-la e retirar seu sustento. Seu *modus vivendi*, apesar de ter sobrevivido ao longo dos séculos, tem se mantido sob fortes críticas à sua maneira rústica. Essa forma se traduz por hábitos simples, destoantes do que comumente se acreditam serem formas evoluídas de sociedade. Tal modo de vida foi definido como atrasado, inculto, característico de sociedades inferiores, entre outras pechas que lhe foram atribuídas. Conceitos que derivam da dissociação do modo de vida adotado pelo caboclo e do que predominantemente é corrente nas modernas sociedades.

Ao caboclo foi imposta a crença de que não se adapta, por sua própria vontade às condições das sociedades capitalistas focadas na exploração do trabalho e no modelo consumista. A criticidade relacionada a este modo de vida nem sempre obedeceu a princípios éticos, sendo alvo de inúmeros julgamentos, o que contribuiu para gerar certas concepções errôneas ou deturpadas em relação a esse indivíduo, que tenta manter seu padrão cultural. As críticas referem-se em muito ao seu comportamento não es-

peculativo, acomodado, a fuga do convívio fora do universo composto de família, compadres e vizinhos e a religiosidade que eventualmente, pode descambar para o fanatismo. Esse esquema, além de ser simplista, foi fácil de ser absorvido e fácil de ser propagado, gerando crenças adotadas pelo senso comum.

Nos séculos anteriores foram relatados pela literatura, como aqueles que andavam a esmo, trabalhando para os grandes proprietários e mantendo-se como podiam às custas de pagamentos miseráveis, levando consigo a denominação de “homens vagos”, sem ocupação e sem moradia fixa. Assim que tinham qualquer oportunidade, principiavam a fazer sua roça de subsistência, que lhes servia para matar a fome, ao mesmo tempo em que também alimentava o contingente humano das fazendas e dos viajantes nos caminhos à beira das estradas.

Dessa maneira, os pequenos lavradores e posseiros, sem outra alternativa de como continuarem mantendo seu modo de vida, que se constituía construir seu pequeno e rudimentar rancho, abrindo pequena clareira para plantar e colher algum alimento para sua sobrevivência, quando não, derrubando florestas, praticando a extração da erva-mate, realizando a frente da frente na abertura de novas áreas em direção à região das matas ainda não ocupada. O que parecia ser, afinal, a redenção e a possibilidade de ocupar um espaço seu, em breve tornava-se mais um motivo da exploração econômica.

Após terem se acomodado na região de matas do estado do Rio Grande do Sul, os objetivos governamentais mudaram e houve a intenção em distribuir a terra, que já ocupavam, entre aqueles sujeitos que detinham o interesse do Estado, qual seja, os novos imigrantes. Dessa maneira, após a Lei de Terras de 1850, os entraves que foram impostos para a regularização das áreas acabaram por impossibilitar a estada dos caboclos nas áreas que ocupavam. Assim, além do Estado já possuir uma imensa concentração fundiária, principalmente nas áreas melhores, de campos, também tornou praticamente impossível a vida dos caboclos na área das matas.

A partir da chegada dos imigrantes, principalmente italianos e alemães no Estado, tanto as companhias colonizadoras, encarregadas de alojá-los, quanto o próprio Governo, trataram de impor formas de desalojar os lavra-

dores caboclos. Estes se obrigavam a vender suas propriedades por preços ínfimos ou eram expulsos. Indivíduos os mais diversos e de todas as camadas sociais acessaram na justiça para defender o direito do uso, exploração e ingresso à terra na tentativa de legitimar seus direitos. Todavia, como não dispunham das mesmas condições monetárias ou de ordem intelectual, não foram ouvidos por aqueles que apresentavam tais condições de julgar essas demandas. Essa situação aconteceu em praticamente toda a região das matas do Rio Grande do Sul, e o resultado foi o surgimento de importantes e prósperos núcleos populacionais de etnia italiana e alemã, como Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, nas áreas antes ocupadas pelos caboclos.

Se nos perguntarmos para onde foram após a expulsão da terra, talvez a resposta mais plausível seja de que a maioria formou os cinturões mais pobres das cidades maiores. Os que permaneceram nos locais de origem formaram redutos tradicionais da ocupação cabocla. Nesse sentido, chegamos finalmente ao território da antiga Soledade, hoje região Alto da Serra do Botucarái.

Muitos dos caboclos expulsos dos latifúndios, alojaram-se em locais mais afastados, distantes dos núcleos populacionais. Locais conhecidos inicialmente como “fundões”, mais tarde tornaram-se pequenos municípios. Assim, os caboclos encontraram seu paradeiro, sobrevivendo de seu modo habitual, praticando a agricultura de subsistência e, na medida do possível, conformando pequenas comunidades com ênfase no gregarismo das relações de compadrio e vizinhança e na religiosidade.

Como característica socioeconômica desses locais, geralmente situados ao sul e sudeste da região Alto da Serra do Botucarái, é a existência de comunidades essencialmente agrícolas, focadas na pouca produção de excedentes, com elevado índice de analfabetismo, caracterizadas por um intenso processo migratório, principalmente dos jovens, em busca de melhores oportunidades de renda em cidades consideradas mais prósperas.

Um dos mais representativos municípios nesse quesito é Fontoura Xavier, que se caracteriza por apresentar uma comunidade cabocla de origem luso-portuguesa, onde mais de 60% da população residem no meio rural, fortemente influenciada pelas culturas da erva-mate, fumo, pinhão, milho, feijão e outros produtos cultivados em pequena escala.

Além da agricultura familiar, há também os tendeiros de beira de estrada, que se caracterizam por serem descendentes dos remanescentes expulsos das fazendas agropastoris de Soledade, estabelecidos em áreas de concessão pública na BR 386. Nesses locais comercializam produtos endêmicos e, após longo aprendizado, adquiriram saberes comerciais, alterando a dinâmica cabocla e inserindo-se competitivamente no mercado.

A presente pesquisa norteou-se pelos relatos de vida dos agricultores familiares e dos tendeiros de beira de estrada no município de Fontoura Xavier, onde se objetivou verificar como se deu a posse da propriedade, descortinar aspectos étnicos, de memórias passadas e também daquelas presentificadas, da relação com a terra, enquanto ente essencial à sua sobrevivência, das expectativas que guardam em relação ao futuro, bem como olhares sobre suas crenças, religiosidade e superstições.

Através dos relatos, foi possível verificar que entre os caboclos que ocupam as áreas de Fontoura Xavier, alguns ainda se encontram no nível mais rústico atribuído ao modo de vida caboclo. Estes normalmente são idosos, que prosseguiram na forma de ser de seus pais e avós e que compõe um quadro vivo das gerações anteriores. O que alterou significativamente sua qualidade de vida, foi o acesso aos benefícios sociais, o que implicou em uma renda certa para manter a família, já que a exploração comercial dos produtos ou dos ofícios de subsistência que exercem, alterna entre períodos de maior e menor ganho.

Também encontramos adultos e jovens que vivem do modo rústico, sendo que muitos relatam que saíram para trabalhar fora e “ver o mundo”, mas fizeram uma opção pelo retorno às origens. Esta escolha implicou em comparação, e após na decisão de que “não vale a pena”. Foi possível observar que não se trata de não ter ambição, por exemplo, mas de que o dispêndio “da vida”, em busca de bens, longe da terra, “em sofrimento”, não valeria o esforço. Os relatos dizem, “para que sofrer tanto?”, o que implica em dizer: para que afastar-se de tudo, da família, dos vizinhos, dos compadres, de Deus, mas principalmente da terra e dos animais, para adquirir bens.

Em vários momentos, foi possível perceber que o bem que realmente consideram é a terra. Ali podem ter os outros bens de consideração, ou seja,

os animais, as plantas, das quais cito a araucária e a erva-mate, os alimentos da roça, mas principalmente, podem viver como parte deste sistema.

Neste sentido, encontramos um caboclo que conseguiu realizar seu intento. Possui os bens materiais, inclusive poderia ter acesso aos bens de consumo que propiciam conforto, mas o que lhe realiza é o conjunto de coisas que está relacionado à terra, o trabalhar nela, o estar nela.

Este espaço passa a ser a representação de toda a sua identidade. Até naqueles mais humildes, que precisam buscar diariamente seu sustento, percebe-se satisfação em estar na terra. O amanhã, como possibilidade de falta, principalmente de alimento, aparentemente não existe.

Só podemos ter uma noção da diferenciação do que ocorre entre o meio urbano e o rural, mas equivale a dizer que nos centros urbanos, para os mais pobres, a ausência de alimento por exemplo, é um grave problema, uma sombra perene que está sempre presente. Esta percepção entre os caboclos de Fontoura Xavier, aparenta ser menor, ou quase inexistente. Na emergência da fome, existem alternativas. Ao tentar descobrir quais são, ao que ficou claro é que se faltar algo, os vizinhos, amigos e parentes podem auxiliar, mas na ausência destes, “*ué, a gente faiz uma roça*”.

Neste sentido, também está presente um forte sentimento de espiritualidade, de que “*Deus provê*”. No entanto, também existe o sentimento de que devem tirar da terra o que esta pode oferecer. Assim, especialmente entre os mais jovens, o objetivo é que possam utilizar uma área maior do espaço coberto por vegetação, com lavouras, ou atualmente, com plantações de erva-mate. Acreditam que tem muita mata e que esta pode ser devassada em alguma medida.

Inúmeros aspectos são dignos de nota, mas foi possível perceber a riqueza cultural desta população, em busca de manter seu modo de vida. Enquanto alguns se abrem para a influência de outras culturas, mais detidamente os mais jovens que estão indo trabalhar em outros municípios, aqueles que ficam mantêm um isolamento que de certa maneira, os preserva. Assim, foi possível perceber que geralmente o caboclo não realiza visitas, fora do seu círculo de parentesco, amizades, vizinhança e compadrio. Estes espaços estão bem demarcados e exceto, por força do trabalho, não se modificam.

Até mesmo entre os trabalhadores que saem continuamente do município para atuar fora retornando aos finais de semana, somente se relacionam com aqueles que vão no caminhão juntos, que ficam no alojamento reservado pela firma e que acabam por se constituir, eventualmente em amigos. Desta maneira, ousou dizer que a comunidade dos caboclos de Fontoura Xavier, embora possua uma abrangência grande, ao englobar todos os caboclos que reconheçam como tal, possui uma estrutura fechada, circunscrita culturalmente, não admitindo pessoas de fora do seu grupo. Pude observar que somente foram aceitos no grupo, entre todas as Picadas que estive, dois descendentes de italianos, exatamente por que culturalmente, mudaram seu modo de viver, adotando em plenitude a cultura cabocla.

Assim, neste trabalho entendo que o “caboclo histórico” de Fontoura Xavier seja também o resultado das questões envolvendo a concentração fundiária ocorrida no século XIX. Os conflitos envolvendo a posse da terra, com o cercamento das propriedades e consequente expulsão das áreas, acabou por alterar a dinâmica de coleta e extrativismo vegetal, transformando-os em operários urbanos na atualidade. As tentativas de manter sua cultura persistem refletidas no seu modo de vida, porém, para as novas gerações há um contínuo processo de mudança, a fim de adaptar-se à realidade da busca pela sobrevivência.

Acrescento que alguns aspectos, como as situações de violência, por exemplo, não fizeram parte da pesquisa, pois ao se analisar uma cultura, há um imenso cabedal de informações que acabam por ser preteridas, em função de outras. Sabemos que o que conseguimos obter são apenas fragmentos, partes compostas de um todo maior e, com certeza, mais complexo, porém, tanto a bibliografia pesquisada nos conduz a um norte dos saberes já adquiridos por outros pesquisadores, como também os relatos de vida dos caboclos permitem ter um enfoque sobre suas vivências, o que pensam e sentem sobre o seu pequeno universo. Assim, é possível ter um vislumbre da importância dessa população para a história de todos.

Referências

ALVARENGA, Darlan; VIEGAS, Anderson. Ex-rei da soja, Olacyr de Moraes comandou mais de 40 empresas. **Globo**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/06/ex-rei-da-soja-olacyr-de-moraes-passou-investir-em-mineracao.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

BORGES, Paulo Diógenes Quevedo; PEDERIVA, Maristela Pozza; DE MAMANN, Alberto José. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Alto da Serra do Botucaraí**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Cabral, 1995.

BRASIL. **Bolsa Família e Cadastro Único**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Duplicação de mais 160 quilômetros da BR-386/RS será iniciada**. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/05/duplicacao-de-mais-160-quilometros-da-br-386-rs-sera-iniciada>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **A Revolução de 1923**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555834&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1923&inheritRedirect=true. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes

da Silva. **Aditivos em cigarros**: novas técnicas para controle do tabagismo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aditivos_cigarros_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. 25 out. 2021

BRASIL. Datasus. **Taxa de analfabetismo** – Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfRS.def>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de males (1999).

CHECHI, Leticia Andrea. Erva-mate: história, tradição e mercado no sul do Brasil. **Programa Regional Fida Mercosur**. Disponível em: <http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/894-erva-mate-hist%C3%B3ria,-tradi%C3%A7%C3%A3o-e-mercado-no-sul-do-brasil>.

COMAJA. Fontoura Xavier. **Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí (Comaja)**. Disponível em: <https://www.comaja.com.br/municipio/view/16/fontoura-xavier>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CREMONESE, Dejalma. **Monges Barbudos de Soledade (RS)**: uma história de perseguição e morte. Santa Maria: Facos-UFSM, 2016.

CRUZ, Joseandra Sanderson. **Tendeiros de “beira de estrada”**: caboclos – pluria-tivos de Fontoura Xavier. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2016.

CUNHA, Evandro Tonelli da. **A monocultura fumageira e o uso de agrotóxicos**: estudo de caso no município de Fontoura Xavier - RS. TCC (Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR., José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro, 1999. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

ECO REGIONAL. Briga em Fontoura Xavier. **YouTube**. Disponível em: <https://youtu.be/1OB6oMCRZLY>. Acesso em: 10 out. 2021.

- EIFERT, Maria Beatriz Chini. **Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)**. Cruz Alta: Gaya, 2017.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Estabelecidos e outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FARINATTI, Luís Augusto. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383, jul., 2008.
- FERRARI, Eliandro. **Estudo dos potenciais da cadeia produtiva da erva-mate como fator de desenvolvimento regional sustentável do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2004.
- FILATOW, Fabian. Política e violência em Soledade – RS (1932-1938). Porto Alegre: **Revista Cippus – Unilasalle**, v. 2 n.1, p. 116-128, maio, 2013.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Soledade na história**. Porto Alegre: Corag, 1975.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Corede Alto da Serra do Botucaraí**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Alto+da+Serra+do+Botucara%ED>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- GALVAN, Ana Carolina Lorenzet; SILVA, Bruno Almeida; CITTOLIN, Giúlia Machado. Marco missioneiro: estudos de salvaguarda e hipóteses de interpretação. **Anais... Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia**. Passo Fundo, 2017.
- GODOY, Tainah Ribeiro Reis. **Ensaio sobre a descolonialidade do saber - o uso do termo “caboclo” pelas ciências ambientais**. 138 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas. Manaus-AM, 2017.
- GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. **Anais... 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011.
- GREFF, Henrique Pinton. **Identificação e caracterização do aglomerado industrial ervateiro do Alto Vale do Taquari, RS**. 98f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2016.
- GUERREIRO, Caroline Webber. **Vulcão da serra: violência política me Soledade (RS)**. 137 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo, 2005).
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 6, 1979.
- HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Eduni-Sul, 1986.
- IBGE – **Censo agro 2017 – Indicadores municipais**. Disponível em: <https://ma>

pasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/. Acesso em: 18 abr. 2021.

IBGE - Censos Demográficos e Estimativas de População. **Distribuição e Densidade Demográfica**: A maioria dos municípios gaúchos possuem menos de 10 mil habitantes. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/distribuicao-e-densidade-demografica>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fontoura-xavier/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/justica-e-seguranca/19877-2002-2003.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 7 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fontoura-xavier/pesquisa/15/11863?tipo=ranking>. Acesso em: 20 maio 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **Sinopse estatística da educação básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 16 abr. 2021.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes indígenas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

KUJAWA, Henrique Anicelo. **Cultura e religiosidade cabocla**: movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938. Passo Fundo: UPF, 2001.

LACERDA, Gustavo Biscaia. A “Teoria do Brasil” dos Positivistas Ortodoxos Brasileiros: composição étnica e independência nacional. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 16, n. 35, p.271-298, 2017.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2007.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito, SC**. 216 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Cultura brasileira**: de 1808 ao pré-modernismo. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1995.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil colonial**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MACHADO, Ironita A. Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos. (Orgs). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistên-**

cia dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdiUPF, 2002.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul - a ocupação do território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista.** Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

MAESTRI, Mário; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; ESSELIN, Paulo (Orgs.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros:** estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. **Inspetoria-geral das terras e colonização.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/356-inspetoria-geral-de-terras-e-colonizacao>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MARQUES, Alexandre de Oliveira. **As representações sociais de nordestinos em Manaus sobre o caboclo amazônico.** 197 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas. Manaus-AM, 2007.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Cultura cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural. **Temáticas**, Campinas, v. 14, n. 27/28, p. 139-153, jan./dez. 2006.

NAGAE, Cátia Yumi. *Amostragem intencional.* USP: dissertação de mestrado em Ciências, 2007.

OLIVEN, Ruben George. A antropologia e a diversidade cultural no Brasil. **Antropologia**, v. 33, p. 119-139, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111218>. Acesso em: 22 maio 2021.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927).** Tese Doutorado – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade -1850-1889).** 213 f. Dissertação (Mestrado) - UPF, Passo Fundo, 2006.

ORTIZ, Mirian da Silva. **Fontoura Xavier: resgatando as origens.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

PACE, Richard. *Abuso científico do termo “caboclo”? Dúvidas de representação e autoridade.* **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** [on-line], v. 1, n. 3, p. 79-92, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-1981-th. Acesso em: 11 mar. 2020.

PAULA, Jorge Augusto de. **O Fão: um episódio da Revolução de 1932 no Rio G. do Sul.** 2. ed. Passo Fundo: Serrador, 1972.

PESSOA, Mariana Lisboa (Org.). **Educação no RS.** In: Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/demografia/educacao-no-rs/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fontoura-xavier/pesquisa/37/30255?tipo=grafico>. Acesso em: 12 maio 2021.

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Nacional, 1943. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011461/00001/citation>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILÓPOLIS. Site da Prefeitura Municipal. <http://www.ilopolis-rs.com.br/>, 2021. 18 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL. Site da Prefeitura Municipal: <https://www.saodomingosdosul.rs.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>, 2021. 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO. Site da Prefeitura Municipal: <https://www.saomartinho.rs.gov.br/site/conteudos/978-historia-do-municipio>, 2021. 25 mar. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1975.

RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIXe XX. **Revista Simbiótica**, Espírito Santo, v. 2, n. 1, p. 12-21, jun. 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Sociologia: o catolicismo rústico no Brasil**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros 5 (1968): 104-123.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2.ed. ver. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2006.

RIBAS, João Vicente. **A representação cultural gauchesca do município de Passo Fundo**. 188 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. 25^a Coordenadoria Regional de Soledade. **Região Alto da Serra do Botucarái**, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei. Nº 962, de 29 de março de 1875**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%2000.962.pdf>. Acesso em 20 jul., 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. 203 p.: il. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 25 jul., 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional; Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN. **Perfil Socioeconômico COREDE Alto da Serra do Botucarái**, Porto Alegre, novembro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG, 2018.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [on-line]. Rio de Janeiro: Edelstein, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 10 jul., 2021.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira; NUNES, Rosani Maria Martinelli. Comissão de terras e colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, p. 5-15, jan./jun. 2018.

SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780a 1810. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 617-633, set./dez. 2017.

SILVA, Aline Nunes da; WOLLMANN, Cassio Arthur; HOPPE, Ismael Luiz. Perfil topoclimático do Cerro do Botucaraí, em Candelária/RS, durante o mês de maio de 2016. **Anais... Simpósio Brasileiro de Geografia Aplicada, XVII; Congresso Nacional de Geografia Física I**. Campinas: Unicamp, 2017.

SILVA, Marcio Antonio Both da. **Caboclos e colonos: encontros, ocupações e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Curitiba: Prismas, 2016.

SINDIMATE. **A santa e milagrosa erva-mate e dados estatísticos erva-mate**. Disponível em: <https://www.sindimaters.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar e suas múltiplas dimensões**. Texto para discussão. Não publicado, 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Acordos de Gemellaggios: religando tempos e territórios migratório e (re)produzindo italianidades**. Texto para discussão, não publicado. Passo Fundo: PPGHUPF, 2021.

TEDESCO, João Carlos. **De olho na balança! Comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX**. Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, João Carlos. Os “Tendeiros da Serra do Botucaraí”: estratégias mercantis e culturais no meio rural do centro-norte do RS. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 91-109, maio/ago., 2014.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Luiz Henrique. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Bíblis**, v. 16, p. 177-189. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VERDI, Valdemar Cirilo. **Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas**. Não Me Toque: Gesa, 1987.

- VICROSKI, Fabricio José Nazzari. **O Alto Jacuí na pré-história: subsídios para uma arqueologia das fronteiras**. Dissertação (Mestrado) - UPF, Passo Fundo, 2011.
- WAGNER, Alison. **Região Alto da Serra do Botucaraí (RS) e Fontoura Xavier**. Mapas coloridos. Várias Escalas, 2021.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Sergraf do IBGE, 1958.
- WILLEMS, Emílio. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. **Tempo Social**, v. 21, n. 1, p. 187-210, 2009.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UnB, 1994.
- WOORTMANN, Helen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The bill China cannot afford: health, economic and social costs of China's tobacco epidemic**. Western Pacific Region, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/9789290617907-eng.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.
- ZANCHET, Mateus João. **A importância da BR 386 para o desenvolvimento do vale do Taquari**. TCC (Monografia de conclusão do curso de Geografia). Unijuí. Ijuí, 2013.
- ZARTH, Paulo Afonso Zarth. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: EdiUnijuí, 1997.
- ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XX**. Ijuí: EdiUnijuí, 2002.

Apêndice A – Roteiro de entrevista

CABOCLOS DA SERRA DO BOTUCARAÍ: CULTURA, ECONOMIA E SOCIABILIDADES

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

Parte 1:

Relato de vida: nesta fase da entrevista, será orientado ao entrevistado para que faça um relato de sua vida, a partir de sua infância até os dias atuais, das coisas que mais lhe marcaram, do que considerou importante.

Parte 2:

Questionário

A) Questões sobre a origem e a família

1. Quem foram seus antepassados (falar sobre os antepassados)?
2. Como era seu modo de vida?
3. Em que local eles viviam?
4. Quantos eram os membros da família?
5. Qual função você acredita que ocupava e ocupa cada membro familiar?
6. Você se considera descendente de quais etnias? Por que? (Avós)
7. Na sua opinião o que o torna pertencente a esse grupo?
8. O que representa pertencer a esse grupo étnico?
9. Como você e sua família cultuam os costumes nas datas especiais? Quais?
10. Qual a relação da família aos costumes, porque é importante essa relação de mãe-pai-filho?

11. Quem eram os outros grupos étnicos com os quais você convivia? (Indígenas, afrodescendentes, alemães, italianos, portugueses, espanhóis? Você e seus pais mantinham amizade ou contato com eles? De que forma?
12. Havia envolvimento de sua etnia com outras etnias?
13. Aconteceu algum casamento de sua etnia com outra diferente?
14. Essas relações com outras etnias eram harmoniosas ou tinha conflito?

B) Questões sobre a propriedade

15. Seus antepassados tinham alguma propriedade?
16. Se sim, de que tamanho? Onde era? Para quem ficou?
17. Você herdou algum patrimônio de seus antepassados?
18. Você adquiriu alguma propriedade em sua vida?
19. Como é (ou foi) o seu trabalho? Descreva-o
20. Como você considera os rendimentos provenientes de seu trabalho/atividade?
21. Você acredita que houve uma evolução quanto a melhoria de vida em relação aos seus antepassados? E em relação aos seus descendentes, você acredita que está acontecendo uma evolução?

C) Questões sobre festividades, religião, costumes, crenças

22. Em sua localidade aconteciam/acontecem festas (festas religiosas, festas comunitárias, de partidos políticos)?
23. Qual a sua religião? E a religião de seus pais?
24. Como era frequentar as celebrações religiosas na infância?
25. Como era a atuação de sua mãe na comunidade ou na vida privada? E a do seu pai?
26. Quais eram os costumes da sua família?
27. De que forma você e sua família tinham conhecimento do que acontecia no mundo? E atualmente?

28. Na sua opinião, antigamente (na sua infância e adolescência, juventude) o local em que você vivia era preconceituoso contra as minorias? Quais os preconceitos? Por que?
29. Atualmente, você acha que existe preconceito? Qual preconceito e direcionado a quem?
30. Qual a sua relação com a natureza?
31. Como você vê a natureza atualmente?
32. Como você se enxerga no mundo?
33. Como você enxerga as pessoas que são como você na sociedade?
34. Gostaria de acrescentar algo a mais para a entrevista?

Este livro analisa especificamente o caboclo, indivíduo com uma cultura rica e peculiar, marginalizado socialmente, presente e participante das dinâmicas socioeconômicas, principalmente no meio rural. Para além disso, este livro procura contar “estórias” e história de caboclos, do que se pensou e do que se pensa a seu respeito, dos locais onde vivem e do porquê de estarem ali, mas principalmente, este livro procura contar as “estórias” e histórias deles, por eles mesmos. Dentro desse macrocosmo, optou-se por pesquisar um pequeno município do interior do Rio Grande do Sul, na região dos Altos da Serra do Botucaraí, Fontoura Xavier, terra de caboclos camponeses, tendeiros, ervateiros e operários. Estes são os personagens históricos e reais desta obra.

